

Roque Tomasini

A sócio economia em artigos

projetopassofundo.



Roque G. Annes Tomasini,
nascido em 13/04/1944 em
Carazinho/RS.

Aos cinco anos foi para Porto Alegre, onde realizou seus estudos, iniciando no Grupo Escolar Voluntários da Pátria, passando para o Ginásio Nossa

Senhora dos Navegantes, em regime de semi-internato. Posteriormente, passou para o Colégio São Pedro. Foi um período em que a boa educação de entidades religiosas deixou marcas na sua formação educacional. A fase seguinte foi no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, onde sob a tutela de excelentes professores, construiu as bases finais para ingressar na Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da UFRGS, curso concluído em 1968. A seguir, ingressou no curso de mestrado em Economia Rural do Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas IEPE da Faculdade de Agronomia da UFRGS. A vida profissional teve início, em 1971, em Brasília, no Escritório de Análises Econômicas e Políticas Agrícolas, que atuava na assessoria do Ministro da Agricultura, até 05/1975. Em 1975 iniciou suas atividades como pesquisador do Centro Nacional de Pesquisa de Trigo CNPT da EMBRAPA, na área de economia, até sua aposentadoria em 2002. Desempenhou atividades de ensino superior na UNB de 1973 a 75 e na UPF de 1977 a 2014, quando foi jubilado aos 70 anos.

Há 20 anos se dedica a atividades de turismo rural e preservação ambiental, no Refúgio Ecológico Colônia Paraíso, em Vila Maria/RS.

Em 2014 deu início as atividades de escritor, fora da área técnica de pesquisa na área agrícola, com o livro "UTENSÍLIOS E FERRAMENTAS UTILIZADOS PELOS EMIGRANTES DA ITÁLIA NO SUL DO BRASIL

Roque Tomasini

A sócio economia em artigos

Passo Fundo

Ed. Do Autor

2024

Disponível grátis no formato eletrônico /E-book.

Todos os direitos reservados ao Autor.

Revisado pelo Autor em: Dez 2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Tomasini, Roque

A sócio economia em artigos / Roque Tomasini. --
Passo Fundo, RS : Ed. do Autor, 2024.

ISBN 978-65-00-90904-3

1. Artigos de opinião 2. cotidiano 3. Literatura
brasileira I. Título.

24-188723

CDD-B869.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Artigos : Coletâneas : Literatura brasileira
B869.9

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

Sumário

Introdução	9
Uma abordagem sobre Ilópolis em 1967	10
Conferência extraterrestre sobre o planeta Terra	19
População e alimentos: perspectivas.....	22
Mensagem de Natal aos amigos - Ainda há tempo	24
Álcool de beterraba açucareira	26
O que cultivar no inverno na região Sul?	30
Trigo: Aspectos sociais e econômicos	33
Agricultor gaúcho: acorda enquanto é tempo	35
Trigo dá lucro?	39
Futuro é do trigo: Qual a perspectiva de lucro no trigo e na soja.....	42
Trigo: Aspectos sociais e econômicos	46
Desafio vencido: em campo nativo melhorado, soja e trigo rendem bem.....	48
Qual o futuro da agricultura?.....	52
O anarquismo no Estado brasileiro.....	54
Preço do trigo.....	56
A importância das Associações de Bairros	58
Transição democrática.....	60
A modernização do Estado	62
A importância do diálogo	64
Segurança Pública.....	66
O problema do lixo	68

Constituinte: Impenhorabilidade de propriedade rural	70
Justiça: você está satisfeito?	72
Prioridade é agricultura e controle de déficit público.....	77
Reforma Agrária.....	80
Emater: Crise econômica.....	82
Impunidade	84
Ineficiência	86
É preciso acreditar	88
Empresas estatais: serão todas necessárias?.....	90
O Brasil em 1988: Politicagem ou trabalho?	92
Motins em presídios: Informação ou sensacionalismo?.....	94
Política e omissão.....	96
Educação.....	98
Feiras livres.....	100
Presidencialismo.....	102
Não se mexe no time que está ganhando!	104
Estradas de sangue.....	106
Por que perdoar os sonegadores?.....	108
O subsídio e a justiça.....	110
Crise política e econômica.....	112
A sobrevivência do pequeno empresário.....	114
A luta do pequeno produtor rural	116
Dia do colono	118
Os perigos da soja.....	120

O empobrecimento da agricultura.....	123
A participação política.....	125
Eleições municipais.....	127
A valorização da mulher do campo.....	129
As comemorações da data da independência.....	131
1989: Ilusão ou desilusão?.....	132
República federativa do Brasil.....	134
Adeus a um homem honesto e idealista: Dílson Funaro.....	136
Brasil: 20 milhões de analfabetos.....	138
Por que exportamos miséria?.....	140
Brasil a caminho da Argentina.....	142
Vamos modificar a arborização em Passo Fundo?.....	144
Política, fome e biotecnologia.....	147
A queda da bastilha.....	148
Os presidencialáveis e a agricultura.....	150
Ciência e Futuro.....	152
O novo presidente e a economia.....	154
O futuro e a Universidade de Passo Fundo.....	156
Quem tem medo do trigo argentino?.....	158
Os sobreviventes do meio rural.....	160
É hora de conhecer melhor o trigo argentino.....	162
Produção de alimentos no Brasil: uma questão política.....	164
Passo Fundo quer sediar polo agrícola.....	167
A adoção do real e as semelhanças com o ocorrido na Letônia.....	169

Qual a importância da pesquisa?.....	171
A agricultura e a pesquisa.....	173
Pequeno produtor: Morrer ou crescer?	174
Por questões sociais e econômicas o milho deve ser nosso cereal rei	176
Pobre país rico.....	180
As tendências da agricultura no mundo.....	183
A arma agrícola.....	185
O selo verde para o futuro	187
Preservação expande o seu conceito	189
Lixo: quem paga o custo ambiental?	192
A nova agricultura	194
Agropecuária da região Sul: O desafio social	196
O desafio da propriedade rural	198
O trigo gaúcho e o Brasil.....	200
Poço artesiano	203
Agricultura à mercê do clima.....	206
Planta com gene resistente à seca: A abundância faz da água um produto sem preço.....	208
Seca na Região Sul: é possível conviver?.....	211
Terra, alimentos e energia eólica.....	218
Estão roubando a minha água.....	222
A injusta medição de água em condomínios.....	224
Um medidor de água para cada apartamento.....	226
Trigo: aspectos sociais	229
Injustiça elétrica em condomínios	231

Vida na terceira idade 234

Única solução: deletar a atual civilização 238

Introdução

Esta coletânea de artigos está apresentada na ordem cronológica em que foram escritos. A razão fundamental para esta forma de apresentação é para que o leitor ao ler um artigo, leve em consideração a data em que o mesmo foi escrito. O primeiro foi escrito em 1967 e, hoje, ao lê-lo alguns poderão pensar que o autor está totalmente fora do contexto atual. Todavia, na época refletia a realidade do momento. É inegável que passados 50 anos, partes ou até todo o artigo não reflita o momento atual.

Por outro lado, os dois artigos seguintes, também escritos em 1967, estão em perfeita sintonia com os tempos atuais.

No total os 97 artigos abrangem temas dos mais variados assuntos, que refletem totalmente, parcialmente ou nada da atual situação política, social e econômica do Brasil e do mundo.

O autor concorda que algum tema, mesmo na época em que foi escrito, possa não ter sido abordado da melhor forma.

Entretanto, entre a confortável posição de ficar calado, de não colocar no papel sua opinião, e a de abordá-lo, correndo o risco de ser criticado, preferiu manifestar sua opinião.

São 50 anos de evolução e acompanhamento da sociedade.



Nota de esclarecimento

Este artigo foi escrito em 1967, retratando a realidade social e econômica da época. Terminologias que hoje são enquadradas como crime, há 50 anos, eram usuais na vida do dia a dia da comunidade de Ilópolis e nas demais comunidades dos municípios limítrofes, assim como em grande parte das regiões de colonização italiana.

O autor preferiu manter o artigo na sua forma original, até para que as novas gerações possam ter uma ideia da realidade daquela época.

Não se reescreve a história. Escreve-se como foi na época e alerta-se o leitor sobre as circunstâncias e realidades históricas que levaram o autor de um texto a escrevê-la.

INTRODUÇÃO

Com este trabalho, pretendo analisar os aspectos sociológicos e suas causas econômicas no município de Ilópolis.

Algumas situações que descrevi, são semelhantes às de outros municípios pequenos, porém a maioria dos aspectos é peculiar do local. Pretendo demonstrar os efeitos de uma evolução mal conduzida, que para maior compreensão, desdobrei em vários itens.

METODOLOGIA

Os dados e observações que citarei são frutos de observações pessoais, alicerçadas em razoável período de convivência local. As críticas e louvores que farei são baseados principalmente em comparações com habitantes de pequenas cidades semelhantes.

Com minha experiência pessoal:

- a) no conhecimento da maneira de agir dos descendentes de italianos;
- b) na razoável região geográfica do Estado que conheço através de viagens;
- c) nos conhecimentos históricos dos ancestrais na Itália e emigração para o Estado;
- d) no conhecimento histórico dos formadores do hoje município de Ilópolis.

DESCRIÇÃO HISTÓRICO

As origens dos habitantes atuais acham-se enraizadas com a chegada de imigrantes.

Localizaram-se em zona montanhosa, Encosta Superior do Nordeste, local de boas terras.

A região era coberta por extensos pinheirais mesclados com outras espécies, entre as quais a erva-mate.

Trouxeram da Itália uma vontade imensa de progredir, construir algo que lhes garantisse dias melhores, para si e seus descendentes.

Progresso significa energia dominada, à serviço do homem. Esta existe em infinitas formas, pois O Criador colocou-a a disposição na razão direta dos conhecimentos do homem.

Se nos reportarmos ao final do século XVIII, veremos um Rio Grande do Sul atrasadíssimo, onde o sangue português mesclado com sangue espanhol e indígena produziu um tipo étnico, com um espírito maravilhoso, cultivador das tradições de sua terra. Talvez, em parte, devido a este fato, fosse desprovido de espírito construtivo, sobre maneira necessária para embrenhar-se por entre as montanhas e atapetar suas encostas, com as loiras espigas de trigo ou com o verdor mesclado de amarelo dos milharais.

O gaúcho daquela época era o amante das planícies da fronteira.

Chegaram os imigrantes italianos e alemães, e infiltrando-se nos confins do Rio Grande do Sul, subiram a Serra.

O homem é uma forma viva de energia, que é gasta e necessita ser repostada. Um simples abrigo contra o vento, o sereno, o frio dos dias e das noites, poupa-nos energia.

Aliando o poder do pensamento à energia dos seus braços, o homem constrói um abrigo. Nasce assim o conforto.

Pegou o machado, colocou-o sobre o ombro, caminhou, parou e derrubou uma árvore, um pinheiro. Com a força de várias juntas de bois arrastou a tora até um improvisado engenho e serrou-a, produzindo tábuas e barrotes. Com essa sucessão de ações originou-se uma das formas de trabalho daquela zona.

Transformou energia vegetal, sob a forma de madeira, em tábuas para vender afim de que outros construindo casas pudessem economizar energia.

À medida que os pinheiros caíam, uma árvore de pequeno porte que cresce à sua sombra adquiria importância. Era a erva-mate, cujo produto é o mate, conhecido até pelos aborígenes do Peru e sobre a qual escreveu um jesuíta, Padre Francisco Dia Tanho: "Nohay casas de espanholes, ni rancho de índios em que no sea bebida e pan cotidianos".

Alicerçada neste trinômio, pinheiro, erva-mate e terra, que nasceram as gerações seguintes.

Na primeira geração, de nossos avós, nascida no Brasil início século XIX, ainda não havia escolas elementares no local ou em localidades próximas.

Todavia, tinham a sabedoria de seus pais, tinham a cultura europeia a seu alcance. Sua escola não tinha horário fixo, a lição poderia ser dada a qualquer momento. Para os meninos a primeira lição poderia consistir em aprender a carregar a lenha para o fogão, para as meninas colocá-las no fogão; a segunda para eles poderia ser cortar a lenha e para elas ajudar a fazer o pão. Era a escola da vida, que atingia o ápice quando, os já então rapazes, começavam a ajudar o pai nos negócios.

Para a segunda geração, ou seja, a de nossos pais, a vida já foi mais bondosa, tinham um colégio na cidade vizinha, porém nas férias trabalhavam.

Para a terceira geração, a minha geração, a vida já não apresenta aqueles obstáculos e sim outros mais difíceis de serem vencidos.

Se a primeira geração e segunda geração trabalharam tanto, porque perderam o ímpeto estes que logo mais estariam arcando com as responsabilidades da vida de um município? É o que tentarei explicar, item por item, após este histórico. A) Degeneração parcial do ímpeto construtivo do povo de um pequeno município.

Nos dias atuais é comum reportagens sobre socorro prestado pela FAB a pessoas isoladas na selva amazônica, fato possível devido à presteza dos modernos meios de comunicação.

Em 1908, se alguém se embrenhasse em lugares muito pouco percorridos e porventura se necessitasse auxílio, as esperanças de recebe-lo eram poucas.

Todavia, os colonizadores enfrentando toda sorte de dificuldades, trouxeram após a chegada dos pioneiros, uma máquina a vapor, destinada a mover a serraria. As "estradas" eram picadas que serpenteavam as encostas e rasgavam as matas.

Em 1915 o povoado já possuía um traçado urbanístico feito por engenheiro.

Foi em 1918, que se estruturou em definitivo a vida do povoado, pois com o estabelecimento do 1º comerciante, ferreiro, hoteleiro e primeira fábrica de bebidas, complementou-se o setor primário com o secundário e terciário.

Em 1928 foi inaugurado o Serviço Telefônico e em 1932 os Serviços de Energia Elétrica, baseada em locomóvel. Fato de grande importância foi a fundação do Hospital Leonilda Brunet, em 1933, o que tornou o município polo da região.

Em 1951 foi fundada a Força e Luz Ilópolis, que consistia numa hidroelétrica. Seu grande valor consiste em ter sido idealizada por homens que não tinham instrução escolar ou muito pouca. Fato de merecida citação é o de terem construído muitas estradas, dispondo como recursos somente pá, picareta, carrinho de mão e dinamite.

O que terá impelido estes pioneiros e as duas gerações seguintes?

Fé em Deus e vontade de proporcionar melhor vida para seus filhos.

Na Itália, não passavam de gente do povo, que não tinha esperança de subir no status social, dominado pelos nobres. No Brasil, não existia Rei e a nobreza brasileira era inexpressiva, não impedia o enriquecimento daqueles que queriam trabalhar. Sabiam que poderiam trabalhar e acumular riquezas, mesmo sem grandes conhecimentos tecnológicos.

Em suma, os imigrantes trouxeram conhecimentos tecnológicos superiores ao do habitante médio do Rio Grande do Sul; havia bastante matéria prima para ser transformada; podiam somente com o trabalho subir no status social e com isso proporcionar vida melhor para seus descendentes.

B) O despreparo de uma geração em função do futuro de seu município.

Na medida em que um cidadão cresce economicamente, cresce no status, cresce em importância na sociedade de uma localidade, as suas responsabilidades sociais também crescem, talvez em proporção geométrica. Tudo o que somos na vida, o somos normalmente em virtude de nossa força de vontade e dos esforços realizados pelos demais indivíduos da comunidade.

Nenhum industrial ou comerciante prosperaria sem o auxílio do operário ou do balconista. Eles não devem a essas pessoas somente uma remuneração, suas responsabilidades são muito maiores.

Em virtude de possuírem os bens de produção, além de serem responsáveis pelo futuro imediato dos trabalhadores, também o são pelo futuro em longo prazo. Devem planificar o desenvolvimento do município, da região, aplicando os lucros e dos bens de produção. Se assim não o fizerem, não serão dignos, perante a sociedade e Deus, de ocuparem cargos de tão relevante importância.

Nenhum sistema social é justo, sendo que o capitalismo encerra inúmeros erros, que são agravados pela ineficiência dos homens responsáveis pelos bens de produção.

Se em dado município, aqueles que detêm o poder econômico, representado pela indústria local, comércio e terras, não usam estes meios adequadamente, fatalmente estão criando um quadro pouco animador para a geração seguinte.

Aumento de população significa maiores oportunidades de empregos, aumento do meio circulante, a fim de que seja mantido ou cresça a média do nível de vida da população. Caso contrário, teremos desemprego, pouco dinheiro em circulação no município, falta de ânimo, enfim o necessário para gerar a baixa de status, miséria, fome.

Esta situação não se verifica integralmente devido à chamada agricultura de subsistência. Não reflete naqueles que possuem bens de produção, mas sim naqueles que estão indiretamente condicionados a iniciativa dos empresários. Responsáveis estes, que não são somente o prefeito e demais autoridades, mas sim todo aquele que possui poder econômico.

Como os responsáveis não tomaram as medidas necessárias verifica-se uma marginalização gradativa da "negrada", termo usado para designar todo aquele que tiver sangue negro, seja ele negro ou o que é mais comum, mulato.

Todavia, mesmo aqueles que outrora desfrutaram de um padrão de vida razoável, atualmente não o desfrutam ou aparentemente permanecem no mesmo.

Retrato final da estagnação econômica e social em que permanece o município é o fato de que o crescimento populacional é devido somente aos já habitantes. Não há imigração intermunicipal, o que nos permite concluir que o município perdeu a polaridade de outrora.

As causas destes fatos são muitas, contudo pode-se afirmar com toda a segurança que a principal foi o total despreparo de uma geração, que recebendo em suas mãos um município progressista, estagnou-o.

C) Os efeitos combinados da indústria extrativa vegetal, com acelerada introdução dos meios modernos de vida.

Este item diz respeito quase que exclusivamente aqueles que desfrutam de condições econômicas em melhores situações.

Quando uma sociedade vive em função da extração de dois produtos, como a erva-mate e a madeira, a capacidade de trabalho desta sociedade é verificada através da sua habilidade em transformar o lucro desses produtos em algo que traga progresso para a comunidade.

Aproveitar o que a natureza criou exige pouca inteligência e muita força bruta, porém transformar o capital que a natureza oferece, em prol da sociedade, exige muita inteligência e, mormente um alto espírito comunitário, responsabilidade.

Não fosse o braço operário que transforma os produtos vegetais, esses de nada serviriam aos seus proprietários, pois sozinhos não poderiam transforma-los.

Perante a lei dos homens a remuneração dá por finalizadas as obrigações do empresário, porém perante a Lei de Deus, a lei do amor ao próximo, este é responsável pelo futuro da família do empregado.

Em Ilópolis a economia do setor primário é fundamentada no uso da terra, na extração de madeira e erva-mate, sendo que a erva-mate ocupa mão de obra somente durante cerca de 50 dias no ano. Para os pobres representa o período de maior rendimento durante o ano e para muitos é a única oportunidade de terem razoável quantidade de dinheiro em suas mãos.

No setor secundário encontraremos uma ervateira, duas serrarias, uma fábrica de móveis, uma fábrica de bebida, dois pequenos moinhos, uma cantina, um matadouro e a Força de Luz Ilópolis.

No setor terciário teremos casa de comércio, três postos de gasolina, uma oficina, uma padaria, um hotel e rodoviária, um ginásio, correio e telefônica, e um Instituto de Pesquisa do Mate, do extinto Instituto Nacional do Mate.

É fácil deduzir que o grosso da mão de obra concentra-se no setor primário e se a erva-mate sofrer uma crise, toda a economia do município também entrará em crise.

Sabedores desta situação deveriam os responsáveis reunir-se e buscar auxílio, planejamento para a economia municipal. Deveriam sacrificar um pouco do seu conforto pessoal, aplicando os recursos em indústria, melhorando a agricultura, proporcionando maior mão de obra local e em última análise, uma continuidade de posição de liderança para seus filhos.

A vida moderna oferece muitas comodidades e é justamente nestas que são aplicadas as economias locais. Envia-se os poucos recursos municipais para fora do local, em vez de fixa-los.

A situação tornar-se-á mais grave, vendo-se a situação sobre o prisma do parasitismo. Sendo o parasitismo um regime de viver à custa de outro, sem nada retribuir, o normal é que o parasita mate seu hospedeiro e depois morra por falta de alimentos.

O homem deve viver em regime de simbiose com a natureza, deve dela tirar os recursos necessários à vida, fornecendo-lhe contudo, os meios necessários para que esta o continue sustentando.

Vivendo a economia local a custa do abate de pinheiros, deveria replantá-los, vivendo a custa da exploração dos galhos e folhas da erva-mate nativa, deveria no mínimo replantá-los a medida que envelhecem. Seria a simbiose.

Nada disto acontece, o tempo passa, onde havia alterosos **Araucária angustifolia**, há clareiras e poucos plantam erva-mate. E o parasitismo.

D)As consequências de uma falta de ocupação permanente da mão de obra.

A indústria extrativa vegetal quando mal conduzida, produz instabilidades sociais.

Na medida em que o homem trabalha, ele evolui, porque sempre que pode, através do seu trabalho, tenta subir no status, se a sociedade o permitir.

Se o homem viver numa sociedade fechada na qual trabalha esporadicamente, este homem perderá o ânimo.

A tendência do trabalhador é contribuir mais para a sua comunidade na medida em que é mais bem recompensado pelos seus esforços. Se não for bem remunerado, a tendência é desinteressar-se pela comunidade e só esperar que ela o assista.

Como consequência os trabalhadores sem recursos obtêm a maior parte de sua renda na safra da erva-mate e no restante do ano ficam sem ocupação, são grandes os problemas sociais.

O setor madeireiro local acompanhando o estadual que diminuiu em 2%, em 4 anos, a taxa de crescimento, perdeu sua expressão. Das várias serrarias que ali funcionavam, hoje praticamente só uma funciona.

Embora viva na miséria, a "negrada" possui uma elevada taxa de crescimento, suas famílias vivem entre o triângulo da miséria, fome e ignorância.

Sua alimentação consiste basicamente em farinha de milho, feijão, sendo que a carne, arroz e batata são consumidos em quantidade mínima. Todavia durante os meses de março, abril e maio, consomem grande quantidade de pinhão, oriundos dos pinheiros locais. É época de fartura.

O principal reflexo da falta de mão de obra permanente é o grande índice de consumo de álcool, afirmativa válida para todos os habitantes, que se refletem principalmente nos sem ocupação.

Os desocupados suprem a falta de calorias da alimentação pelas calorias da cachaça de 50° Baumé.

O alcoolismo, a meu ver, é desfecho de vários problemas sociais e que recai sobre os miseráveis, sobre aqueles que constroem o futuro dos que possuem os bens de capital e não empregam para o crescimento do município.

Embora o Estado esteja em crise há vários anos, crise que se acentuou depois do insucesso da agricultura em 1956, 1957 e 1958, muitos municípios progrediram, em virtude da vontade de trabalhar principalmente em virtude de suas estruturas sociológicas.

E) Desagregação da estrutura familiar

Originar filhos, dar-lhes afeto, educar-lhes e fazer com que trabalhassem unidos na família, eram as funções básicas da família.

Atualmente, há quem diga que nas vidas abastadas dos grandes centros a função resume-se em dar origem a filhos.

É nos pequenos municípios que a família conserva sua estrutura tradicional.

Como no caso em análise já demonstramos que as perspectivas econômicas do local são péssimas, deduz-se que os mais devem sentir esta situação são os jovens.

Ser verdadeiramente jovem significa desconformidade com a situação vigente, significa discordar, discutir, firmar pontos de vista. É a essência da vida do jovem.

Triste é o fruto do país que possui uma juventude acomodada. É a energia da mocidade que impele o mundo para o bom caminho, para a justiça. Se corações isentos de maldades, que acreditam num mundo melhor, se seres que não participam das grandes patifarias mundiais, não podem criar um mundo mais justo, quem poderá cria-los?

Pois bem, qual o verdadeiro jovem que ficaria num município pequeno, sem perspectiva?

Ficariam os que não tiveram estudo e que acham mais fácil realizar ali a sua vida, ficariam os que tivessem estudo secundário e assumissem os cargos de liderança. Porém, os que cursarem Faculdades irão procurar melhores condições não só de emprego, mas também culturais, em maiores centros.

É o que acontece em Ilópolis. Justamente aqueles que deveriam construir o município, devido aos seus conhecimentos, procuram maiores oportunidades.

Vê-se uma desagregação da família e suas estruturas, o que pode ser indício de retrocesso ou progresso. No caso retrocesso.

F) Discriminação

Fato que chama atenção é a discriminação existente entre descendentes de italianos e descendentes de negros ou bugres, enfim com os "caboclos".

Os que por lá passarem de viagem, dificilmente notarão algo, pois todos tem livre acesso às dependências públicas. Entretanto, com convivência, nota-se que aqueles considerados até certo ponto bêbados.

Não consideram o fato de que eles são os responsáveis diretos pela situação.

Prova irrefutável da discriminação é a existência de um cemitério principal para os brancos e vários para os caboclos.

Diga-se a, bem da verdade, que os caboclos tem sua parcela de culpa na discriminação.

Porto Alegre, 2 de junho de 1967

Conferência extraterrestre sobre o planeta Terra

31/12/1967



Há dezenas de anos-luz, em certo planeta para nós desconhecido, um grupo de seres estranhos, talvez esteja realizando uma conferência sobre nós. Podemos pela imaginação nos transportarmos até lá e vermos o que acontece.

Os assistentes sentaram-se e começou a conferência.

"Existe em certo Sistema Solar um planeta chamado Terra, que é o 3° na ordem das distâncias de uma estrela anã chamada Sol, a qual fornece a Terra a energia calorífica indispensável à vida. Um de seus habitantes chamado A. Holmes, calculou, em 1947, a idade da matéria terrestre em 3 bilhões e 450 milhões de anos. Todavia, tal cientista pode ter subestimado a idade e errado por milhões de anos.

Sabemos, há muitíssimo tempo, que este planeta é habitado, mas sua civilização está muito aquém da nossa.

Atualmente seus habitantes dividem a vida em Reino Animal e Reino Vegetal. O Reino Animal é muito estranho, pois os terráqueos entendem que este é formado pelos "homens" e pelos "animais". Os homens compreendem o ramo animal dominante e por isso designam-se orgulhosamente de **Homo sapiens** ou seres inteligentes, enquanto que o ramo animal dominado ou os animais propriamente ditos são classificados pelos homens de seres destituídos de inteligência, que agem por instinto. Os habitantes primitivos da terra eram os animais, mas mesmo com o posterior surgimento do homem, que é um animal muito evoluído, pois desde que seus antecessores surgiram há 500 milhões de anos, tem realizado grandes progressos materiais e intelectuais, ainda constituem a maioria dos habitantes do planeta.

Não se sabe corretamente o modo pelo qual surgiu a vida, dividindo-se as opiniões em duas principais correntes: a que afirma ter sido a vida, inclusive o homem em sua forma atual, criada por Deus, e, a teoria da evolução de Darwin, que explica a evolução da vida, mas não explica a origem. Creem os cientistas que a vida teve origem nos mares e que com o correr dos tempos passou também para a terra.

Raciocinemos segundo Darwin. Darwin baseou sua teoria no fenômeno conhecido por mutação e seleção natural, ou seja, a transformação que um indivíduo sofre durante sua vida e que é transmissível a seus descendentes. Deduz-se, facilmente que o ser ou os seres dos quais o homem descende tenham sofrido, durante estes bilhões ou milhões de anos, um número imenso de mutações. Outro fator importante a considerar na evolução do homem é a heritabilidade. Sabemos que filhos de filhos de pais de olhos de olhos castanhos e azuis, terão maior probabilidade de herdarem a cor castanha do que a azul. Podemos concluir que muitos caracteres são facilmente transmissíveis e por isso chamados caracteres dominantes.

Como vimos anteriormente, no início a vida na terra era um só. Não haviam animais, vegetais nem homens. Em certo período, a vida diferenciou-se formando dois grandes Reinos, ou seja, o Reino Animal e o Vegetal e posteriormente o Reino Animal originou o Ramos dos Homens e o Ramos dos Animais.

Os seres que compunham o Reino Animal passaram por um longo período de evolução, adquirindo características através das mutações e dos caracteres dominantes. Portanto, antes de terem surgido, em virtude da divisão do Reino Animal, os homens e os animais constituíam um só tipo de vida. Após, animais herdaram certas características e os homens outras (talvez a Inteligência), que foram aperfeiçoando com o correr dos tempos. Comparando-se o estágio de desenvolvimento de ambos os Ramos, veremos que, comparativamente, talvez os animais dentro de seu habitat estejam mais aperfeiçoados. Prova disso, é que vivendo num mundo altamente heterogêneo, os animais mantem-se em equilíbrio. É certo que entre eles impera a "lei do mais forte", mas esta lei tem um sentido: a sobrevivência e suas consequências

O homem, por sua vez, vive num mundo fisicamente quase homogêneo, mas mentalmente heterogêneo em virtude da incapacidade de distribuir homogeneamente os recursos necessários à vida. Se fizermos uma comparação entre a organização dos homens e a organização dos animais mais adiantados, como os insetos, veremos que

- o homem ainda não se decidiu pelo modo de vida mais adequado e enquanto não encontra uma fórmula satisfatória, tudo faz em prol de poucos que tem muito em detrimento de muitos que pouco tem.

- os animais vivem em sistemas definidos, guerreiam para sobreviver e não para acumular riquezas, matam para alimentar-se. Nos insetos "sociais" (abelhas, vespas, formigas, cupins) há o melhor exemplo de justiça entre indivíduos, todos trabalham nos mais variados setores, todavia todos recebem tratamento semelhante.

Não será o amor a mais bela de todas as qualidades do homem? Entretanto, também os animais o possuem e talvez com maior grau em magnitude e fidelidade do que os homens.

Veremos que muitas das qualidades das quais o homem orgulha-se, são irrisórias quando comparadas com as mesmas qualidades existentes nos animais.

O homem aperfeiçoou-se em muitos sentidos, porém estagnou a até mesmo regrediu em outros. Progrediu em muitos sentidos bons e maus, todavia apesar dos bons serem mais numerosos, perde para os maus em força de expressão, e isto em virtude de uma bondade ser bela e fraca, enquanto que a maldade é desprezível, porém forte.

O homem vive num mundo que poderia ser um paraíso, se ele estivesse espiritualmente preparado para desfrutá-lo. Infelizmente ele possui entre muitos defeitos e ganância, a avareza, o orgulho, a inveja, etc.

O homem provoca guerras por causa de mercados de consumo, mata seus semelhantes por interesse pessoais e por incrível que pareça, muitas vezes mata um inocente com intuito de roubar dinheiro, a fim de que seus filhos não sejam mortos pelo espectro da fome, não morram à míngua por falta de recursos. Contudo, se assim o faz, é porque a sociedade e seus responsáveis não lhe dão a assistência indispensável para tal.

Após estas considerações, o conferencista e a seleta assistência, concluíram que em virtude do imenso poder de destruição que os homens aperfeiçoam alegando defesa, baseados no aforismo "Si vis pacem, para bellum" , é bem provável que desencadeiam uma guerra de tal magnitude, que ao final restarão por entre os escombros, aqueles que hoje são entre os animais os seus maiores inimigos, os insetos.

Porto Alegre, dezembro de 1967.



A crescente necessidade de alimentos, em termos quantitativos e qualitativos, é uma realidade que a humanidade necessita solucionar.

Esta necessidade decorre não só devido à explosão demográfica da população dos países subdesenvolvidos, mas também das maiores exigências em termos de qualidade, quantidade das populações dos países em desenvolvimento, como o Brasil.

As fontes para produção dos alimentos têm por base as culturas e animais de origem terrestre ou a exploração dos animais de origem marinha. A exploração intensiva ou até predatória nos cardumes de baleias, peixes e crustáceos, juntamente com a ação da poluição crescente dos mares (lixo industrial, produtos químicos, petróleo e outros detritos minerais), coloca em dúvida a possibilidade de, em curto prazo, o mar continuar e talvez aumentar a produção de alimentos sem romper o equilíbrio natural existente. Enquanto o homem não souber explorar e conservar as fontes de alimentação marinha, pode-se colocar em dúvida a possibilidade de a médio e longo prazo, o mar se constituir em fonte fundamental para a alimentação humana. Se esta hipótese for verdadeira, o que podemos esperar da terra como fonte de produção de alimentos?

A terra pode continuar alimentando a atual população, bem como o aumento da população prevista, desde que trabalhada adequadamente. Caso a humanidade não souber conduzi-la adequadamente, ela perderá gradativamente seu potencial atual de produção de alimentos. Mas, como isto poderá acontecer, podem alguns perguntar: não tem a humanidade ainda áreas imensas sem explorar? Não temos, no caso do Brasil, as imensas florestas da Amazônia, o Pantanal do Mato Grosso, os cerrados do Brasil Central? Sim, temos, é a resposta.

Ter não é a questão. Saber produzir é mais importante que ter.

Basicamente, na vida nada é absoluto. Tudo é relativo. O homem não é absoluto em relação à natureza, nem tampouco a natureza sobre o homem. Homens e natureza devem estar em equilíbrio e, em termos simplificados, este equilíbrio pode ser denominado como ecologia.

Se o homem quebrar o equilíbrio ecológico da natureza, com o objetivo de aumentar sua produção, sem dúvida, aumentara em curto prazo, durante algumas gerações. Porém, após estas gerações, o que espera o homem? Mares e rios poluídos, florestas e animais eliminados, terras erodidas, fatores que conduzirão a um só caminho: o homem enfraquecido e agonizante, como pessoa e como raça animal.

Porém, dirão alguns: para que serve o conhecimento humano, se poderão ser criados novos tipos de alimentos sintéticos que dispensam os alimentos de origem agrícola e dos mares? A pergunta é válida e o homem tem capacidade para produzi-los e, por certo, os acabará produzindo.

Mas, se os futuristas pouco preocupados com a conservação das atuais riquezas da humanidade assim pensam, cabe também perguntar: será que estas pessoas gostariam de viver neste mundo que estão, muitas vezes conscientemente, preparando para seus tataranetos, bisnetos, e, quem sabe, seus netos? Hoje temos, no caso do nosso Rio Grande do Sul, comida relativamente farta para o homem do campo, do pequeno ao grande agricultor: churrasco de vários tipos de animais, vinhos, cervejas, saladas....

Será que os futuristas, antiecológicos, que hoje certamente desfrutam de todas estas maravilhas da natureza, gostariam de se alimentar com alimentos sintéticos (rigorosamente esterilizados!) ou de água potável originária de rios e barragens poluídas, como já está acontecendo em algumas cidades do Brasil?

Os ecologistas e as pessoas de bom senso duvidam. Todavia, quem discordar deve se manifestar, uma vez que o debate se faz necessário e é saudável.

Tomasini, Roque G. Annes

O INTERIOR, Pág. 4

Mensagem de Natal aos amigos - Ainda há tempo

25/12/1979



Aonde andam os homens de boa vontade? Aqueles que acreditam acima de tudo no próprio homem e não nos valores materiais que o homem criou, a princípio, para seu prazer e que hoje se tornaram objetos de uma busca alucinada.

Porque o homem procura acumular sempre mais e mais bens materiais, além do que lhe é necessário? Será com o objetivo de resguardar o futuro de sua família? Será que o homem quer com esta atitude substituir o papel que, em princípio, caberia à sociedade? Ou será que a sociedade, dita moderna, não tem por objetivo maior proteger o seu componente primário, o homem?

Será que realmente evoluímos em relação às sociedades primitivas, ou será que a evolução ocorreu fundamentalmente em relação ao aspecto material, em detrimento do aspecto espiritual?

Afinal, o que quer o homem na atual corrida desenfreada da sociedade de consumo? Autossatisfação através do consumo irracional, de frustrações pessoais decorrentes da falta de maior objetivo na vida cotidiana? Aproveitar a vida tal como a sociedade de consumo lhe permite, sem pensar nos efeitos das atitudes presentes no futuro da humanidade?

Algo está errado, qualquer análise empírica permite concluir.

Mas quem está errado, quem está errando? O homem ou a sociedade? A sociedade acredita-se, é um produto do homem. E a recíproca será verdadeira? Será o homem um produto da sociedade? Até que ponto o homem das grandes e modernas capitais pode ser considerado "superior" ao homem das cavernas?

Evoluímos sim, mas será que a grande "aldeia global" em que a humanidade moderna transformou este planeta, é uma aldeia feliz?

O mundo está com fome, fome de alimentos, fome de amor ao próximo.

Todos esperamos o melhor para os nossos filhos e, embora inconscientemente, muito pouco fazemos para alcançar este objetivo.

Crescer é preciso, o problema é como.

O progresso tecnológico cresce em ritmo muitíssimo maior que o relacionamento entre os homens. De quem é a culpa? Do materialismo atual dos homens, da sociedade de consumo, da falta de objetivos realmente comunitários? A hora é de pensar. Felizmente ainda há tempo do homem encontrar um caminho melhor.

Natal de 1979



O agricultor gaúcho se encontra endividado. Precisa de no mínimo duas boas safras de soja e se possível, de duas safras razoáveis ou boas de trigo ou cevada a fim de poder diminuir as crescentes preocupações com as dívidas bancárias. Contudo, boas safras e bons preços são fatores difíceis de ocorrer simultaneamente na atual conjuntura da economia nacional e mundial.

É necessário que todas as fontes possíveis de aumentar a renda líquida da propriedade sejam pesquisadas.

Nas principais culturas, soja e trigo, o aumento da renda líquida ainda pode ser obtido, principalmente através do aumento de produtividade. Contudo, outras alternativas de inverno devem ser pesquisadas para melhorar a situação financeira dos agricultores.

DIVERSIFICAÇÃO

Diversificar é preciso. Mas como, pergunta o produtor?

A cevada tem problemas semelhantes aos do trigo. A aveia, o centeio e a linhaça têm mercado reduzido.

A colza, recém inicia sua produção e ainda tem muitos problemas para serem pesquisados.

É uma opção para daqui a dois anos, no mínimo. O tremoço, atualmente utilizado para fins de adubação verde, como foi a soja no passado, poderá, caso a pesquisa e indústria de óleos vegetais unirem as forças, ser opção em 2-3 anos.

Outras opções de inverno, como ervilha, lentilha ou alpiste, carecem de mercado ou de dados de pesquisa.

A BETERRABA AÇUCAREIRA

A crise do petróleo, embora cause imensos problemas, também tem seu lado positivo.

Nos momentos de crise, alternativas que pareciam utópicas, passam a ser frequentemente viáveis.

A cultura da beterraba açucareira no Sul do Brasil é um bom exemplo de utopia que poderá se transformar em realidade.

O eng. agr. Goepfert, em trabalho conduzido "em fundo do quintal", conforme artigo publicado no Correio do Povo Rural de 18-01-1980, manifestou seu otimismo em relação a cultura da beterraba açucareira para fins de álcool.

O Centro Nacional de Pesquisa e Trigo da EMBRAPA e a Faculdade de Agronomia da Universidade de Passo Fundo, preocupados com os problemas da diversificação de culturas de inverno e com o problema energético, realizaram um experimento com 12 variedades de beterraba açucareira, provenientes da Holanda.

Os resultados obtidos foram sumamente interessantes. Talvez favorecidos pelo ano excessivamente chuvoso, as beterrabas plantadas na 1.^a época, 14-7-79 (não foi possível plantar mais cedo) se desenvolveram muito bem. Não houve problemas de insetos, contudo algumas variedades foram atacadas por fungos.

A colheita foi realizada em 6-12-79 perfazendo 143 dias de ciclo, uma vez que após a beterraba deverá ser plantada soja.

Variedade	t/ha
1.Semarave	12,2
2 Buramo	12,2
3.Dumono	18,9
4.Polykuhn	7,8
5.Polyrave	28,3
6.Satorave	13,9
7.H 6656	7,0
8Trirave	5,0
9.Maxakuhn	19,7

10 Monocuta	7,2
11 Monofort	7,0
12. Sucrokuhn	15,0

Embora a produtividade das melhores variedades, ao redor de 28 t/ha, seja inferior as produtividades dos países produtores, ainda assim foi considerada como satisfatória, tendo em vista algumas condições desfavoráveis, em que o experimento foi conduzido.

Durante o mês de setembro do ano passado tive oportunidades de visitar campos experimentais e lavouras de beterraba açucareira no Canadá. O aspecto das beterrabas cultivadas em Passo Fundo, no que se refere a tamanho e sanidade, muito pouco diferenciou das beterrabas canadenses. Em 1980 deverão ser conduzidos experimentos mais detalhados, com sementes da Holanda, Uruguai e Argentina. Provavelmente, também serão plantadas, algumas beterrabas forrageiras, que deverão produzir maior quantidade de álcool por hectare.

QUEM E ONDE SE CULTIVARÁ BETERRABA AÇUCAREIRA?

A beterraba açucareira parece ser mais adequada para as pequenas propriedades, que dispõem de mão de obra ociosa durante o inverno, uma vez que a cultura exige um desbaste das plantas excedentes, operação manual.

As áreas mais baixas, nas quais o trigo não deve ser plantado pelo perigo das geadas e que, via de regra, são mais úmidas, parecem ser as mais indicadas.

Numa fase posterior, a beterraba poderá ser cultivada nas médias e grandes propriedades, com plantio e colheita mecanizada, a exemplo dos grandes países produtores.

MERCADO

O mercado para álcool de beterraba é idêntico ao da gasolina e do óleo diesel. Além da utilização em automóveis, já está se pensando em utilizar o álcool nos tratores agrícolas.

Parece-nos que o ideal seria as cooperativas montarem mini destilarias com cana-de-açúcar ou sorgo-sacarino no verão e beterraba açucareira ou forrageira no inverno.

Desta forma as destilarias ficariam ocupadas maior número de meses durante o ano, diminuindo os custos fixos, o que não acontece com as destilarias que trabalham somente com cana-de-açúcar.

Seria um importante passo no setor das agroindústrias das cooperativas.

O agricultor entregaria a matéria-prima e receberia o combustível para sua pick-up, seu trator, sua automotriz. Cálculos preliminares indicam que o álcool obtido do cultivo de um hectare de beterraba seria suficiente para substituir o óleo diesel utilizado para o cultivo de 48 hectares de soja.

Como a beterraba açucareira é cultivada no inverno, época em que a região Sul tem aproximadamente 2.000.000 de hectares ociosos, a produção de álcool não seria concorrente com a produção de alimentos. O que não ocorre com a cana-de-açúcar.

CONCLUSÃO

- 1.O cultivo de beterraba açucareira se mostrou viável no primeiro ano de experimentação;
- 2.São necessárias pesquisas sobre vários aspectos antes de iniciar o cultivo em escala comercial;
- O aproveitamento industrial deverá ser feito por miniusinas de cooperativas;
- 4.O agricultor poderá entregar a matéria-prima e receber o álcool combustível para a atividade agrícola;
5. Esta atividade deverá representar uma fonte de lucros superior a cultura da soja, atualmente a mais rentável cultura anual na região Sul.

O que cultivar no inverno na região Sul?

20/09/1980



O trigo que foi a principal cultura do Rio Grande do Sul, com o aumento da área plantada com soja, perdeu esta condição.

Passado o período inicial da expansão da soja e com os insucessos das safras 1977/78 e 1978/79, o pequeno e o médio agricultor estão sentindo a necessidade de aumentar a área com culturas de inverno a fim de aumentar a sua renda anual.

Por tradição a primeira cultura a ser lembrada é o trigo, apesar das recentes frustrações de safras.

Contudo, o trigo, assim como a cevada e o centeio, devido a problemas de doenças radiculares, não pode ser cultivado anualmente na mesma área. Pesquisas recentes desenvolvidas no CNPT/EMBRAPA, concluíram que é necessário um período de 2 anos de pousio ou rotação com outras culturas na área que tenha sido cultivada com trigo, cevada ou centeio, antes que seja novamente utilizada para estes cereais.

Se este esquema deve ser seguido, somente plantar estes cereais na mesma área de quatro em quatro anos, surge a pergunta: o que fazer no inverno nos 66% de área restante?

As outras culturas de inverno atualmente comercializadas, como a aveia e o linho, têm pequeno mercado interno e devido a problemas de custo de produção não é possível exportá-las.

A colza, oleaginosa em fase de início de comercialização, deverá expandir a área plantada, que em 1979 foi de aproximadamente 1.000 hectares. Todavia, entre outros problemas, ainda há o grave problema de perdas na colheita, que está sendo um fator limitante para o início do plantio em escala comercial.

A colza, por também não poder ser plantada na mesma área por dois a três anos, não ocupará toda a terra atualmente disponível no inverno, devendo ocupar, em longo prazo, no máximo 1.000.000 de hectares. Embora não existam dados locais conclusivos, é provável que a exemplo de outros países, se não for seguido com esquema de rotação de área, comecem a ocorrer problemas de doenças.

O tremçoço, leguminosa atualmente utilizada na região sul somente para fins de adubação verde, poderá em dois a três anos se constituir em importante fonte de óleo e proteínas. Devido a problemas de fungos no solo, também necessita de um esquema de rotação de área.

Entre as demais culturas de inverno, o alho ocupará pequena área, mesmo que substitua todo o produto importado. O alpiste poderá ser produzido em aproximadamente 60.000 hectares, uma vez que é praticamente todo importado.

A integração lavoura-pecuária, através da reintrodução da pecuária nas atuais áreas de lavoura, apesar de altamente desejável, somente será viável em grande escala, dentro de uns cinco anos aproximadamente, devido a uma série de problemas de infraestrutura (cerca, equipamentos), mão de obra e disponibilidade e matrizes ou novilhos para engorde.

As culturas de inverno na região Sul se destinam fundamentalmente à alimentação humana e animal.

Devido a crescente crise de energia é importante que a região Sul também contribua para a produção de culturas que possam ser destinadas à produção de álcool.

A fim de não prejudicar a produção de alimentos é fundamental que estas culturas possam ocupar as atuais áreas ociosas, uma vez que a fronteira agrícola está praticamente esgotada.

No momento a beterraba açucareira preenche estas condições, por ser cultura de ciclo curto e que poderá ser cultivada como atividade intercalar com a soja ou sorgo sacarino, visando sua transformação em álcool.

Embora ainda não haja dados de pesquisa seguros sobre a beterraba açucareira, experimento preliminar, o primeiro plantado no Brasil, conduzido pelo CNPT/EMBRAPA e Faculdade de Agronomia da Universidade de Passo Fundo, possibilita concluir que há boas perspectivas para o sucesso desta cultura.

Não obstante ter sido plantada fora da época recomendada, as melhores cultivares produziram cerca de 28 toneladas por hectare, cerca da metade da média das melhores produções na Europa.

A beterraba açucareira, assim como algumas variedades forrageiras, é importante em esquemas de rotação de área com trigo.

Caso esta nova cultura for economicamente viável, é necessário que sejam localizadas próximo de unidades de produção de álcool de cana-de-açúcar, mandioca, ou de outras culturas de verão, como o sorgo sacarino. Desta forma, a beterraba açucareira ou forrageira, devido seu período de colheita, ocupará o período ocioso destas usinas, aumentando a sua rentabilidade.

Sem dúvida, não se pode afirmar que, além do trigo, restam poucas atividades a serem desenvolvidas no inverno no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sul do Paraná.

O problema consiste em deixarmos de ser menos exploradores do solo, e em começarmos a praticar uma Agricultura mais evoluída, que além de

visar a produção de alimentos também vise o equilíbrio biológico do solo. Para tanto a rotação de culturas e/ou a reintrodução da pecuária parece ser o caminho mais indicado.



Pão caseiro, doce cheiro que saindo do forno do fogão, a lenha invade pacificamente a casa inteira, despertando avós, pais, e filhos para mais uma refeição com este maravilhoso produto. Saudade do tempo em que assistia minha avó assar o pão no velho forno de tijolos, que trabalhou para três gerações.

Progresso, avanço da civilização, novas tecnologias, trabalho/emprego, ilusões, desemprego, desilusões, nascimento, alegrias, vida e morte. O mundo não para. Ainda não conseguimos ordenar nossos recursos materiais e humanos de forma a diminuir as atuais disparidades sociais, consubstanciadas num dos mais, terríveis, ou talvez o maior, problema da humanidade: a fome.

Que bom seria se nas casas destas regiões, em que a fome hoje é uma constante, o pão do dia a dia não fosse mais problema, contribuindo para eliminar a subnutrição e suas consequências sociais e econômicas. Todavia, no momento, isto é poesia. Fome e poesia, duas palavras antagônicas.

Antes do pão é preciso ter o trigo. Como não o temos em quantidade suficiente e a preço acessível, o pão e outros derivados de trigo ainda são um doce sonho para uma grande parte da humanidade, de modo especial para os brasileiros.

A partir de 1967 o Governo Federal através do CTRIN-BB, estabeleceu o monopólio da compra da produção nacional, com uma política de preço básico para o trigo, em função do peso do hectolitro. Também foi estabelecido o monopólio para a venda do trigo nacional e do importado, sendo que foram atribuídas quotas para os moinhos, em função da capacidade de industrialização. Este sistema de quotas, válido para a época em que foi estabelecido, suscita dúvidas quanto a atual validade. A moagem de trigo não parece ser um mau negócio, pelo contrário. Não se tem notícias de concordatas ou falências de moinhos de trigo, sendo que vários pertencem a sólidos grupos empresariais. Uma das razões para esta situação, aparentemente tranquila, certamente deve ser o fato de ser um dos poucos segmentos industriais com um fornecedor garantido (Governo Federal, através do sistema de quotas por moinho) e com um mercado

cativo representado pelo consumidor abrangido por sua área de ação, num mercado comprador de um produto de primeira necessidade: farinha de trigo.

Com a retirada do subsídio ao consumo de trigo estão aumentando as pressões por parte das cooperativas tritícolas para que estas possam industrializar a sua produção, o que atualmente só é permitido para um volume irrisório da produção. Caso este sistema não seja modificado, é provável que já na safra de 1983/84 o produtor seja obrigado, por lei, caso o trigo tiver sido financiado, a vender o trigo ao Governo Federal, que o venderá ao moinho, que venderá a farinha ao comerciante e, só então, poderá ser adquirido pelo produtor.

Com a retirada do subsídio ao consumo, novamente será economicamente viável ao agricultor produzir trigo com recurso próprio, e levá-lo aos moinhos "coloniais", atualmente com atividades limitadas, pagando uma taxa para moer seu trigo. Esta parece ser a melhor alternativa para que os milhares de pequenos produtores da região Sul do país voltem a plantar pequenas áreas com trigo e, nas áreas não tradicionais de São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, possam surgir pequenos moinhos para moer o trigo dos pequenos produtores.

O Interior 19/03/1984

Agricultor gaúcho: acorda enquanto é tempo

30/09/1984



Povo gaúcho, já passou da hora de acordar. O churrasco já está queimando!

Gigante deitado em berço esplêndido, diz o Hino Nacional. Parece que no caso, o agricultor é o próprio povo gaúcho.

O mundo atual não mais permite que os gigantes permaneçam dormindo, sonhando com glórias do passado. A luta pelo poder, pela hegemonia, pelo crescimento econômico e social é árdua, incessante e é travada com uma incrível velocidade.

O Japão, derrotado pelos Estados Unidos em 1945, soube reconstruir sua estrutura de produção, concorrendo com o gigante americano na indústria eletrônica, metalúrgica e na de automóveis, em preço e em qualidade. Enquanto o gigante americano dormia, outras nações, trabalhando arduamente, souberam utilizar suas forças para crescer.

No Brasil está sucedendo algo semelhante com os gaúchos, até pouco tempo responsáveis por abundantes colheitas, a ponto de o Rio Grande do Sul ter sido denominado de Celeiro do Brasil.

Hoje em 1984, este título já não mais nos pertence. Os paranaenses conquistaram-no e parecem não estar dispostos a perdê-lo.

Após a abertura das áreas de campo à produção de trigo, a soja, aproveitando a infraestrutura existente, ampliou ainda mais as áreas de lavoura no Rio Grande do Sul, que encheu seus celeiros de trigo e de soja. Após este período de vacas gordas, no qual em alguns anos a soja produziu excelentes colheitas, exportadas geralmente a excelentes preços, os agricultores entregaram-se ao doce sono do guerreiro vitorioso. Deve-se acrescentar, que junto com os agricultores, toda uma comunidade, formada por autoridades, políticos, igreja, técnicos, comércio,

indústria, enfim todas as forças do Estado entregaram-se ao sono dos bem sucedidos. Se houve exceções, suas vozes foram fracas.

Mas, há sempre um, mas, a própria soja que mudou acentuadamente as estruturas socioeconômicas da região Norte do Rio Grande do Sul, poderá ser nos próximos anos a causadora de novas mudanças.

Por que a soja, que tanto progresso trouxe para os gaúchos, é numa segunda fase para os paranaenses, deveria ficar restrita a região Sul do Brasil? Todos os agricultores brasileiros gostam de ganhar dinheiro e se a soja lhes proporciona esta oportunidade, por que não a plantar?

Inicialmente foram os próprios gaúchos que emigrando para Santa Catarina e Paraná, souberam cultivá-la nas áreas novas e fortes. Numa segunda fase, gaúchos, catarinenses e paranaenses, levaram a soja para o Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Norte, Goiás, Distrito Federal, Rondônia, Pará, Minas Gerais, Bahia e Maranhão

Está acontecendo na região central e norte do Brasil idêntico processo ao ocorrido na região sul, a soja está conquistando novas fronteiras agrícolas, semeando riquezas, valorizando esquecidas terras de cerrado, sacudindo velhas estruturas sociais e econômicas.

Alguns perguntarão: e nós gaúchos o que temos a ver com isso?

Que progridam e que sejam felizes, dirão outros. E é nesta apatia, nesta sonolência, nesta indiferença, que reside a raiz dos nossos problemas.

Enquanto um outro Brasil está nascendo, na região dos cerrados do centro e norte do país, os gaúchos não estão se dando conta que a agricultura gaúcha está doente. E pior, o doente sabe a origem de sua doença, mas finge estar forte e saudável.

Nossos solos estão morrendo. A erosão está levando nossa terra embora, sujando nossos rios, contribuindo para as enchentes de 1983 e 1984.

Como pode um povo sobreviver, se o seu solo morrer? A queda da produtividade da soja no Rio Grande do Sul é o maior sintoma desta doença.

Estamos parados no tempo. E para piorar ainda mais a situação, estamos sofrendo uma crise de recursos financeiros para o plantio, para a recuperação do solo.

Enquanto isso, nossos irmãos, agricultores da região dos cerrados, estão ampliando rapidamente a produção, com produtividades médias em torno de 2.000 kg/ha. Pobre Rio Grande do Sul: em 1983/84 colheu pouco mais de 1.500 kg/ha. Não poderia ser diferente, nossa baixa produtividade é um retrato da pobreza de nossos solos. Além da nossa baixa produtividade, devemos preocupar-nos com

outro fator estratégico e extremamente importante: nossa posição geográfica em relação a nossos principais importadores de óleo e ou farelo. Basta olhar no mapa para verificar que o custo de transporte marítimo da soja gaúcha é necessariamente maior do que o da soja exportada pela região norte.

Em 1984, foi realizada a primeira exportação de soja produzida na região, sendo 18.000 t em 30 de junho e 22.000 toneladas na segunda quinzena de agosto, pelo terminal graneleiro de Catuaba, no porto de Vitória, Espírito Santo.

É fácil imaginarmos soja sendo exportada pela ferrovia do projeto Carajás, produzida no sul do Maranhão em região já colonizada por gaúchos.

O Sr. Olacir Fernandes, proprietário da Fazenda Itamarati, em Ponta Porã - 55.000 ha - segundo notícias de jornais, comprou uma grande área de terras no Piauí com o objetivo de produzir principalmente soja.

Imaginem uma exportação de 100.000 t de grãos, embarcada em algum porto da região norte ou nordeste, com um custo de 5 dólares a menos que a soja exportada pelo porto de Rio Grande. São US\$ 500.000 dólares a menos no custo dos fretes para o importador. Nestas condições, é obvio, que podendo os importadores passarão a dar preferência a soja produzida no norte do Brasil.

Nesta situação, resta a pergunta: há uma saída para a soja e os agricultores gaúchos. Sim, há. Mas o preço implica que, o gigante gaúcho acorde. Abra os olhos e descubra que o Brasil mudou.

Nossa única saída é aumentando a produtividade, produzindo mais de 2.000 kg/ha. Para tanto, agricultores e governantes têm que lutar ombro a ombro.

Aos agricultores cabe reconhecer os erros do passado e, com a tecnologia gerada pela pesquisa, adotarem novos padrões tecnológicos, que permitam maiores produtividades.

Aos governantes cabe propiciar condições de produção, de forma que os agricultores possam aumentar a produtividade com custos de produção compatíveis com os preços da soja.

O Rio Grande do Sul tem todas as condições para aumentar a produtividade média atual, que é baixa. Há uma boa infraestrutura de estradas, solos, cooperativas, crédito, insumos, máquinas, assistência técnica e pesquisa. Teoricamente não falta nada. Contudo a realidade mostra que está faltando algo.

Às vezes parece que o processo de desenvolvimento agrícola porque passou o Rio Grande do Sul foi tão rápido que o agricultor ainda não absorveu todo o impacto das mudanças socioeconômicas ocorridas. Nem tampouco parece estar se dando conta das mudanças que irão ocorrer. Saímos da pecuária extensiva, para uma agricultura altamente mecanizada. Do arado a tração animal para a

tecnologia dos tratores a óleo diesel. Em menos de 30 anos foi mudado o complexo socioeconômico do meio rural.

Chegou o momento de analisar os ganhos e as perdas que ocorreram ao longo do processo de desenvolvimento agrícola no Rio Grande do Sul em que o trigo e a soja foram e continuarão sendo o rei e a rainha.

O Rio Grande do Sul não mais depende exclusivamente do setor agrícola, porém a agricultura é fundamental e, assim sendo, é essencial que o futuro da soja e do trigo sejam profundamente analisados.

GAZETA RURAL

Trigo dá lucro?

30/10/1984



A agricultura está vivendo uma nova fase. A fase da dura realidade das altas taxas de juro e do alto preço dos insumos.

Pobre agricultor: trabalha, trabalha, leva a fama de que ganha demais, supostamente prejudicando o consumidor, mas quem fica com a maior parte do dinheiro é o sistema financeiro e as empresas produtoras de insumos.

Decididamente passou a época do dinheiro farto e barato. Hoje está escasso e caro. Sobreviver se possível, ter lucro é o objetivo dos agricultores em 1984, e nos próximos anos. O objetivo do lucro é difícil, mas não impossível. Seja nas lavouras de verão ou nas de inverno.

Cada agricultor deve procurar a sua maneira de buscar o lucro, fundamental à sua sobrevivência. Contudo, há regras básicas a serem seguidas, tais como: não obter lucros hoje a custa da redução da capacidade de produção no futuro; não deixar de investir em tecnologia mesmo que esta represente um maior gasto de insumos que as tecnologias normalmente adotadas. No caso do trigo ou da soja estas regras são essenciais.

Por que plantar trigo? Certamente não é somente por patriotismo, como alguns entendidos chegaram a escrever no passado. Há várias razões, como falta de outra cultura de inverno com ampla comercialização, crédito, compra estatal garantida, preço estabelecido antes do plantio, cobertura do solo no inverno protegendo contra a erosão, tradição e gosto pelo cultivo de trigo e, porque não, buscar no trigo uma boa fonte de lucro.

Mas, trigo dá lucro? Para uma boa pergunta, uma boa resposta: sim. Já deu no passado. Boa parte das atuais fortunas agrícolas nasceu com lucros baseados em boas safras de trigo, está dando no presente e dará no futuro.

O trigo, nos últimos anos, tem pago um alto preço em virtude da euforia dos bons preços e de boas produtividades que, em alguns anos, contribuíram para a rápida

expansão da soja nas atuais áreas de campo e de mato. Não se pode afirmar que os agricultores passaram a plantar mal o trigo à medida que aumentaram a área com soja. Contudo, é certo que o trigo foi prejudicado nesta nova fase, de convivência com a soja: foram abandonadas as cultivares tardias de trigo porque não são compatíveis com a época ideal de plantio de soja; o trigo deixou de ser cultivado somente nas melhores terras; a adubação passou a ser deficiente como decorrência de menores doses, e dá contribuição da soja para o esgotamento dos nutrientes fósforo e potássio; o uso mais intensivo de operações de preparo do solo acelerou a erosão.

O preço pago atualmente é a redução de produtividade na própria soja e na ausência de acréscimos na produtividade histórica do trigo no Rio Grande do Sul.

Mas, não culpemos a soja pelos atuais problemas do trigo. Digamos que a sucessão trigo-soja, ainda está em fase de estabilização, onde cada um terá que ceder um pouco para que ambos possam viver em harmonia no futuro.

Ter lucro ou ter prejuízo não depende unicamente do produtor, uma vez que este controla somente o processo de produção, do plantio à colheita. Escapam a seu controle os preços dos insumos das máquinas e implementos agrícolas, as taxas de juros, o valor do VBC, e o preço do produto. Como vemos, são muitos os fatores sobre os quais o agricultor não pode influir diretamente. Assim, caso decidir plantar trigo, o lucro deve ser sua principal motivação. Nenhum técnico deve aconselhar o produtor a plantar trigo se não for para obter lucro. Ninguém gosta de trabalhar para não ter lucro, ou pior, para pedir PROAGRO.

Mas, se trigo dá lucro, qual a forma?

Como qualquer cultura, o trigo necessita de uma boa base, de um bom solo, sem compactação, sem erosão, com boa fertilidade. Não queimar a resteva, praticar a rotação de culturas ou o pousio de inverno e adubar conforme a recomendação são práticas fundamentais. Boa semente plantada na época certa, acompanhada de adubação de nitrogênio em cobertura e certamente teremos uma lavoura com bom potencial de produção. Neste caso, é hora de decidir, aplicar ou não fungicidas?

Aplicar fungicidas tem alguns significados como: aumentar o custo da lavoura em 3 ou 4 sacos de trigo conforme os tratamentos aumentam a produtividade de forma a cobrir os custos e deixar uma boa margem de lucro e proporcionar condições de aumentar a segurança de boa colheita, salvo se ocorrerem condições climáticas extremamente adversas, geadas fora de época, granizo, vendavais.

Resumindo, para ganhar dinheiro em trigo, como em soja, é preciso acreditar na cultura, dando a ela os insumos e os cuidados necessários. Plantar por plantar não interessa ao agricultor, nem ao país.

Há plenas condições técnicas de produção com altas produtividades, seja em bons ou anos ruim. São numerosos os exemplos de agricultores que há muitos anos deixaram de produzir míseros 1.000 kg/ha, e não se contentam em produzir menos de 1.800 a 2.000 kg/ha. Embora ainda sejam poucos, alguns triticultores já ultrapassaram a 3.000 kg/ha.

Segundo o custo de produção da FECOTRIGO, para o trigo a ser vendido em novembro, em lavoura sem fungicida serão necessários 17,9 sacos/ha-1.074 kg/ha, para cobrir o custo total de produção. Se a lavoura for tratada com fungicidas, dependendo do tratamento será necessário produzir de 8,0 a 4,0 sacos adicionais, elevando o custo total da lavoura para 20,9 sacos – 1.264 kg/ha - a 21,9 sacos – 1.314 kg/ha. Como lavouras com bom potencial de produção quando tratadas com fungicidas, produzem de 1.800 a 2.600 kg/ha, ou até mais, se conclui que o lucro propiciado por estas lavouras é de 540 a 1.200 kg/ha, ou seja, de Cr\$ 810.905,00 a CR\$ 690.900,00. Estes valores significam 60,0% ou 112,0% de lucro líquido sobre o custo total de produção em somente 6 meses. A outra parte da formula para que o trigo possa dar lucro é a referente a custos e receitas. A pesquisa interfere na formação dos custos de acordo com as tecnologias recomendadas, porém fogem ao seu controle os custos da lavoura e o preço do produto.

Como vemos, não é só a técnica que faz com que o trigo produza lucro. Também há os componentes custo e preço do produto que são componentes políticos. Dependem da situação econômica do país, do grau de prioridade que o governo federal dar à produção de trigo nacional e da força dos triticultores no encaminhamento de suas reivindicações.

Gazeta Rural
Outubro de 1984

Futuro é do trigo: Qual a perspectiva de lucro no trigo e na soja

10/03/1985



O assunto é polêmico: o trigo como fonte de lucro para a agricultura da região sul do Brasil.

Hoje é possível afirmar com toda a segurança que o trigo voltou a representar uma fonte segura de lucro. Não se trata de sonho. É uma realidade que pode ser provada com números. Números originários não de pequenos canteiros experimentais, mas de centenas de lavouras espalhadas pelo Rio Grande do Sul.

Sem dúvida o trigo passou por um mau período, no qual os altos preços internacionais da soja, juntamente com boas produtividades, fizeram que com os agricultores vivessem um período de extrema alegria. Foi um grande período de festas.

Acontece que a festa acabou e a conta deve ser paga. Resta a pergunta: será que valeu a pena? Para alguns sim, souberam produzir, souberam reaplicar na terra os lucros da soja e hoje são agricultores realizados. Para outros, restou uma terra com problemas de erosão, com baixo potencial de produção, dívidas e a presença de um grande sentimento de insatisfação para consigo e para aqueles que não souberam orientar seu procedimento durante a festa.

Em 4 de julho de 1982, em matéria publicada por Ivaldino Tasca no Suplemento Rural do Correio do Povo, manifestei a seguinte opinião: "agora que o sonho dourado da soja terminou, a agricultura, que não é uma realidade nova, mas que estava esquecida, deverá ser redescoberta. E com isso será possível ter uma visão mais clara em relação à posição trigo como uma lavoura de inverno".

A realidade atual é clara e confirma as opiniões emitidas em 1982: a soja deixou de ser uma cultura de lucro fácil, o que para muitos foi um incentivo à má utilização da terra e da maquinaria agrícola. É possível ganhar muito dinheiro com soja, e os exemplos de bons agricultores são numerosos. Contudo há regras básicas a serem rigorosamente obedecidas: trabalho e técnica, técnica e trabalho.

As baixas produtividades médias da soja no Rio Grande do Sul somente serão combatidas com uma presença cada vez maior dos produtores na sua lavoura,

tendo a seu lado um elemento fundamental: a assistência técnica do engenheiro agrônomo. É este profissional que, numa situação de preços instáveis, e insatisfatórios, poderá fazer com que a lavoura de soja possa sair dos ridículos 1.500 quilos por hectare que, por incrível que pareça é a produtividade média do Rio Grande do Sul, ex-celeiro do Brasil.

Agricultores, líderes rurais, políticos, técnicos, comerciantes: sejamos honestos, a agricultura do Rio Grande do Sul, a permanecer o quadro de baixa qualidade dos últimos anos, a destruição do solo e o crescente endividamento dos produtores, entrou num acelerado período de destruição. Estamos cometendo um suicídio perante os olhos de nossos filhos. A eles a terra pertence e eles não merecem o futuro que lhes estamos construindo. É chegada a hora de mudar.

O Rio Grande do Sul tem tudo para voltar a ser celeiro do Brasil. Temos boas terras, homens trabalhadores, máquinas, estradas, armazéns, tradição agrícola, e importante, boas tecnologias de produção.

É verdade, em muitas oportunidades o clima tem castigado, mas também é verdade que em muitas oportunidades temos sofrido um flagelo talvez, até pior: medidas de políticas agropecuárias contrárias aos mais elementares conceitos de bom senso. Homens errados tomando medidas erradas nos piores momentos possíveis. Pagamos caro os erros técnicos e políticos dos nossos governantes. Não foram poucas as vozes a protestar. O inesquecível "Grito do Campo" ficou na lembrança do nosso agricultor, ensinando-o que a união faz a força.

Mas, se a monocultura da soja deve ser abandonada, o que fazer, quais as perspectivas?

Como já dissemos, o trigo é essencial para o presente e o futuro dos gaúchos, como o foi no passado, abrindo os campos do Planalto Rio Grandense à moderna agricultura.

Posso não ter absoluta certeza, mas posso afirmar com grande segurança que o trigo, com a tecnologia já disponível, e considerando tecnologias ainda em fase de pesquisa, voltará a ser uma fonte de renda melhor e mais segura que a soja. Ao menos para os agricultores com razoável vontade de progredir.

Basta fazer uma análise das produtividades da soja para se constatar que está estagnada.

No período de 1970 /85 a produtividade média da soja foi de 1.584 quilos por hectare, o que é extremamente baixa para uma cultura que não tem problemas de clima tão crítico como o trigo e que tem mais de uma floração.

Com o trigo a situação no período 1970- 84 não foi animadora, com uma produtividade média de 850 quilos por hectare, tendo anos de grandes frustrações.

Por que apostar no trigo como cultura que voltará a ser tão importante como a soja na geração de lucros, podendo inclusive passar a ser mais importante?

Primeiro pela capacidade genética do trigo de primavera, que lhe permite alcançar produtividades próximas a 10.000 quilos por hectare, bastante superiores aos limites da soja.

Segundo, pelas produtividades obtidas na experimentação, sendo que no Centro Nacional de Pesquisa de Trigo e em outras Instituições que trabalham na pesquisa de soja, raras são as produtividades acima de 4.000 quilos por hectare. Por outro lado, produtividades de 4.000 quilos por hectare são comuns em trigo, chegando próximo a 6.000 quilos por hectare em experimentos realizados no CNPTrigo-EMBRAPA.

Creemos que, como resultado das atuais tecnologias e das pesquisas em andamento, nos próximos anos chegará perto dos 7.000 quilos por hectare em áreas experimentais. O próximo passo é tentar, gradativamente, fazer com que os agricultores alcancem níveis de produtividade cada vez mais altos. Sem dúvida é uma longa caminhada.

Diz o provérbio chinês que é necessário dar o primeiro passo para se chegar no fim de uma longa caminhada. Alguns podem não acreditar, mas os primeiros passos já foram dados. E a prova são as produtividades alcançadas em lavouras comerciais. Há vários dados comprobatórios, contudo, vamos centralizar os comentários em lavouras produzidas com assistência técnica da EMATER-RS.

Em 1983, num total de 1.550 lavouras assistidas pela EMATER-RS, com pouca ou intensiva assistência técnica, 86 por cento produziram mais que 1.000 quilos por hectare e 34,91 por cento entre 1.501 e 2.000 quilos. Três lavouras produziram mais de 3.000 quilos por hectare, localizadas nos municípios de Colorado, 3.358 quilos, Getúlio Vargas, 3.352 quilos, e Tuparendi, 3.855 quilos, com um peso hectolitro de 78.

A maioria -28-, dos municípios produziu em média de 1.001 a 1.500 quilos por hectare. Todavia 15-27,7 por cento produziram entre 1.501 a 2.000 quilos por hectare.

Considerando a produtividade máxima obtida em cada município somente oito-14,8 por cento tiveram lavouras com menos de 1.500 quilos predominando as lavouras, -37,00 por cento-de 1.501 a 2.000 quilos por hectare.

Numa rápida análise as produtividades podem não parecer muito expressivas.

Entretanto, considerando que até uns 10 anos atrás estas produtividades próximas a 3.000 quilos por hectare eram consideradas boas quantias obtidas em áreas experimentais, se conclui que houve um razoável progresso neste período. Ou

seja, nas produtividades antes somente obtidas em pesquisas agora já estão sendo conseguidas em lavouras comerciais.

CONCLUSÃO: houve um progresso em nível de pesquisa, o qual foi assimilado por um percentual, ainda pequeno, de agricultores. As pesquisas não param e atualmente já se produz próximo a 6.000 quilos por hectare.

Sem dúvida está nascendo uma nova triticultura fruto do trabalho Integrado da pesquisa, assistência técnica e produtores inovadores.

Mais uma vez afirmamos: a soja foi um importante fator para o desenvolvimento da agricultura gaúcha. Contudo o futuro pertence à triticultura, mais segura e mais lucrativa, que possui um imenso mercado consumidor. Um mercado que buscará consumir acima de seis milhões de toneladas a medida em que a maioria do povo brasileiro aumentar o poder aquisitivo e abandonar nos atuais padrões de vida, baseados na pobreza e no subconsumo.

Trigo: Aspectos sociais e econômicos

16/05/1985



Pão caseiro, doce cheiro que saindo do forno do fogão a lenha invade praticamente a casa inteira, despertando avós, pais e filhos para mais uma refeição com este maravilhoso produto.

Saudade do tempo em que assistia minha avó assar o pão no velho forno de tijolos, que trabalhou para três gerações.

Progresso, avanço da civilização, novas tecnologias, trabalho, emprego, ilusões, desemprego, desilusões, nascimento, alegrias, vida e morte. O mundo não para.

Ainda não conseguimos ordenar nossos recursos materiais e humanos de forma a diminuir as atuais disparidades sociais, consubstanciadas num dos mais terríveis ou talvez o maior, problema da humanidade: a fome.

Que bom seria se nas casas destas regiões, em que a fome hoje é uma constante, o pão do dia a dia não fosse mais problema, contribuindo para eliminar a subnutrição e suas consequências sociais e econômicas. Todavia, no momento, isto é poesia.

Fome e poesia, duas palavras antagônicas. Antes do pão é preciso ter o trigo. Como não o temos em quantidade suficiente e a preço acessível, o pão e outros derivados de trigo ainda são um doce sonho para uma grande parte da humanidade, de modo especial para os brasileiros.

No Brasil, o trigo foi introduzido por Martin Affonso de Souza em 1534. Auguste de Saint-Hilare, em "Viagem ao Rio Grande do Sul", no período 1816-1822, cita a importância do trigo neste Estado.

Na região Sul o Brasil, inicialmente no Rio Grande do Sul e posteriormente no Paraná, o trigo desbravou as terras de campo, anteriormente utilizadas pela pecuária extensiva.

A mecanização do preparo do solo, plantio, tratamentos culturais e colheita de trigo, contribuíram para uma "queima de etapas" no processo de mecanização ocorrido nos países europeus, Estados Unidos e Canadá. Abandonou-se a junta de bois e

adotou-se o trator a gasolina e a diesel. Os modernos arados, grades de disco, polvilhadores, pulverizadores, semeadeiras, foram rapidamente adotados. Abandonaram-se os métodos antigos, baseados na tração animal.

Enfim, chegou o progresso no campo, via moderna mecanização. Mas, sempre há um, mas a que preço? Adotou-se uma tecnologia importada, todavia, sem compreender adequadamente seu impacto no solo, no clima, no homem, na sociedade. Nesta situação, o efeito em curto prazo foi altamente benéfico.

O campo começou a produzir trigo intensamente, o dinheiro circulou mais rapidamente, a terra valorizou, as tradicionais cidades com economia baseada na pecuária extensiva e nos eventuais excedentes de produção da pequena propriedade tiveram suas economias dinamizadas.

Vilarejos foram transformados em cidades, agências bancárias, tratores andando pelas ruas, espalhando um novo componente nas zonas, rurais: a fumaça preta e o cheiro de óleo diesel.

Os agricultores, organizados em cooperativas tritícolas, começaram, com apoio do Banco do Brasil, a construir silos e secadores para as crescentes produções de trigo.

Atualmente o trigo enfrenta problemas, mas, foi este o cereal que deu início ao crescimento do setor agrícola no Rio Grande do Sul e sul do Paraná, abrindo caminho à produção de soja.

Mas, e os efeitos em longo prazo decorrentes da mecanização da lavoura de trigo e, em fase posterior, incrementada pela cultura de soja?

A erosão do solo, a perda do maior patrimônio nacional, é um preço que está sendo pago há vários anos. Tecnicamente sabe-se como controlá-la. O problema consiste em controlar o homem que cultiva o solo, "explorando-o".

Desafio vencido: em campo nativo melhorado, soja e trigo rendem bem

10/09/1985



A humanidade tem evoluído porque tem conseguido vencer o medo de enfrentar o desconhecido.

Em alguns setores tecnológicos o homem conseguiu fantásticos progressos, como nas conquistas da aviação. Em pouco menos de cem anos o homem conseguiu, após o voo de Santos Dumont, caminhar na lua e mandar naves espaciais para além do nosso sistema solar.

E no uso do solo agrícola, será que a humanidade progrediu com a mesma velocidade? Infelizmente não. Em alguns aspectos estamos regredindo em várias regiões do mundo, com no caso da conservação de solos.

Ainda recorro de que, em 1968, ouvia dos professores na faculdade, que o solo deveria ficar bem destorroado, se possível quase pulverizado, com o objetivo de propiciar à planta um bom preparo de solo. Se os agrônomos, naquela época recebiam esta orientação, os agricultores usaram e abusaram do arado e dos diferentes tipos de grades. Resultados: compactação do solo, erosão, perdas de nutrientes.

O plantio convencional, utilizando arado e grade, pelos bons agricultores, que empregam práticas de conservação do solo-terraços, não queima da palha, canais escoadouros gramados... é um sistema aceitável. Outros sistemas de preparo, menos agressivos ao solo, como o cultivo mínimo e o plantio direto, têm contribuído para controlar a erosão e para o aumento da produtividade.

Porém, será que é possível plantar, sem lavrar em área de campo nativo melhorado e colher 6.420 kg/ha por ano, nas safras de soja e de trigo? Sim, pois na propriedade do Sr. Abram Amantino, conduzida por seu filho Med. Vet. João Amantino, esta produção foi alcançada com a orientação dos pesquisadores do CNPT/EMBRAPA. Esta ideia nasceu em agosto de 1984, durante uma reunião do Vet. Amantino com os Eng^{os} Agr^{os}, Luiz Ricardo Pereira, José A. Velloso e Roque

G. A Tomasini. Mais que uma ideia, um desafio de plantar soja numa área de campo bruto melhorado, que nunca foi lavrada ou gradeada. Plantar e verificar o potencial deste sistema nesta situação.

Mas, afinal o que é um campo bruto melhorado? No caso desta propriedade, partiram do campo nativo-grama forquilha e barba de bode, no qual foram gradativamente introduzidas outras espécies-aveia, azevém, trevo branco e trevo vermelho. Hoje, como decorrência da introdução destas espécies, consorciadas com a grama forquilha nativa, os campos sequer lembram as áreas de barba de bode, que desapareceu como consequência do manejo adequado do gado.

A terra, originalmente vermelha, hoje é de cor escura e com alto teor de matéria orgânica, em consequência das altas lotações de bovinos, que chegam a atingir até 150 cabeças/ha/dia, manejadas com cerca elétrica. A alta concentração de matéria orgânica oriunda do esterco e urina dos bovinos, provavelmente, é o fator responsável pela queda do teor de alumínio, o que facilitou a grande incidência de trevo branco e de trevo vermelho a partir de 1981.

Os plantios de soja e trigo realizados em 1985 foram conduzidos em dois poteiros, originalmente construídos como parte de um projeto Voisin de criação de bovinos. Em 1979 foram colocados 3,00 t/ha de calcário na superfície do pasto e em 1984, foi colocada 4,0 t/ha da fração grossa de cama de galinha-resíduo de cama de galinha utilizada como suplemento de alimentação.

Propositalmente foi escolhido um poteiro para o plantio de soja com baixo teor de fósforo-1,5 ppm- e no qual, surpreendentemente havia um baixo teor de alumínio-0,10 me/100g, provavelmente devido ao grande acúmulo de esterco e urina.

Em 20/11 foi aplicado o herbicida -2,0 l/ha de glyphosate e 2,0 l/ha de fluazifope butil- e 10 dias após foi plantada a cultivar BR- 4-18-24 plantas/metro-, com a adubação de 300 kg/ha de 0-28-20-.

No plantio foi empregada máquina desenvolvida pelo CNPT/EMBRAPA, com sistema de facas ainda não produzido comercialmente e outra com sistema de sulcador.

Apesar de a soja ter sido semeada em plena seca, que persistiu por vários dias, houve boa germinação e desenvolvimento inicial.

Não foi necessário aplicar inseticida e ocorreram ataques de rizoctonia em manchas onde havia muito trevo, causando a morte de soja, da fase inicial até a fase adulta.

A produção final, descontada impureza e umidade, foi de 3.320 kg/ha, a qual superou todas as expectativas.

O peso de mil sementes 208 g, bastante superior ao peso normal de 160-170 g, foi uma das razões da elevada produtividade.

Contudo, a razão principal pode ser atribuída ao solo, um solo com muita vida. Vida decorrente da preservação da flora e fauna existente na pastagem anterior, pois como o sistema de plantio direto não expõe estes organismos às intempéries, estes permanecem vivos.

Na área de lavoura da propriedade, a soja produziu 35 sacos/ha, o que apesar de ser uma produção média, é bastante inferior aos 55,3 sacos/ha obtidos na área de campo bruto melhorado.

Devido, aos bons resultados obtidos com a soja, se resolveu plantar trigo, também sem lavrar no potreiro vizinho, também de campo bruto melhorado. Neste, além do trigo também foi plantada cevada.

Após a aplicação do herbicida em 4 de julho-2,0 l/ha de glyphosate e de 2,0 l/ha de Diclofop-metil, foi plantado em 21.06 o trigo da cultivar BR-4, e a cevada da linhagem PFC 78C8, com a adubação de 300 kg/ha 5-20-20-, utilizando plantadeira comercial, adequada para o plantio direto.

Em 14.08 foi aplicado 31,0 kg/ha de nitrogênio-ureia-, no trigo e na cevada. Em 10.09, foi novamente aplicado nitrogênio, 16,0 kg/ha, somente na área de campo bruto como forma de compensar a relação C/N devido à decomposição das espécies mortas pelo herbicida. Na área em que havia soja somente uma aplicação de ureia foi suficiente devido ao nitrogênio residual desta.

Para controlar o azevém que germinou após o plantio do trigo e da cevada, foi novamente aplicado o herbicida Diclofop-metil, na dose de 1,5 l/ha na área de campo bruto melhorado em que antes havia somente pastagem com alto índice de azevém.

Devido ao alto potencial de produção do trigo e, em menor grau da cevada, foram utilizados fungicidas:

Cevada

- 0,5 l/ha de propiconazole-21.08;

Trigo

- 0,3 kg/ha do triadimefom-10.09- devido ao oídio e 0,7 kg/ha de triadimefom mais 0,7 kg/ha de tiabendazole, em doses maiores que as recomendadas devido ao receio de possíveis danos por doença decorrentes do severo acamamento.

A produtividade da cevada foi de 1.870 kg/ha, com a classificação de 75,5 de primeira, 19,5% de segunda e 5% do refugo. A produtividade poderia ter sido maior, caso não tivesse ocorrido 8-10% de espigas com carvão.

O trigo, confirmando as previsões iniciais, produziu 3.100 kg/ha com PH 79,4, o que é uma excelente produtividade, considerando as condições de plantio. Não houve diferença de produtividade entre trigo produzido na área em que havia soja plantada sobre campo bruto melhorado e com o trigo havia somente pastagem em campo bruto melhorado. Talvez a aplicação suplementar de 16,0 kg/ha de N efetuada nesta área tenha compensado o nitrogênio residual na área com resteva de soja.

O desafio de introduzir culturas anuais para a produção de grãos em condições até então pouco estudadas ou não estudadas no Rio Grande do Sul e Brasil foi aceito. Os resultados foram excelentes. Entretanto, fica o alerta de que este trabalho foi realizado em situação bastante peculiar. Os poteiros apresentavam alta concentração de dejetos animais e pastoreio rotativo por vários anos. Outras experiências deverão ser realizadas, noutras situações uma vez que esta nova tecnologia está em fase experimental.

Os excelentes resultados destas experiências do plantio direto em áreas de campo bruto melhorado nos mostraram que a combinação de atividades de bovinocultura e de produção de grãos, podem abrir novos horizontes, para a produção de alimentos, sem causar erosão, em harmonia com a boa mãe terra.

Eng. Agr. Roque G. A. Tomasini-Pesquisador do Centro Nacional de Trigo

GAZETA RURAL

10/1985

Qual o futuro da agricultura?

21/12/1985



Será que descobrir qual o futuro do setor agrícola é algo que interessa somente aos agricultores dedicados à lavoura ou à criação de bovinos, suínos, aves?

Será que o povo das pequenas, das médias e até das grandes cidades não tem nenhum interesse no futuro da agricultura? Será que ainda existem pessoas que pensam que a vida das cidades não depende, e muito, de como está ou de como poderá ser a vida dos produtores agrícolas?

Foi-se a época em que o produtor rural, o homem do campo, praticamente existia com a finalidade de produzir para os interesses dos habitantes das cidades ou para votar nos políticos das cidades. Encerrou-se a fase de o meio rural se restringir a ser um simples fornecedor de comida e mão de obra barata para as massas urbanas, sempre mais ágeis que o homem rural na busca do bem-estar social.

Hoje o agricultor está conscientizado de sua força, de suas necessidades, do peso político de sua voz e do seu voto.

Que os agricultores não se deixem iludir por promessas dos políticos profissionais e mesmo dos que estão estreando na política, incentivados pela abertura política. Que todos estejam conscientes sobre a disputa que existe entre o homem de cidade e o homem do campo, na busca de tentar dar o melhor para sua família.

Se o homem do campo quer defender seus interesses, tem que buscar nas áreas agrícolas os líderes que, falando a mesma língua, sofrendo os mesmos problemas, possam gritar bem alto o que é bom e o que é ruim para os agricultores. Infelizmente ainda há muitos poucos autênticos líderes rurais. O futuro político e econômico da agricultura depende, muito, dos novos líderes que, urgentemente, têm que começar a atuar.

Líderes não se formam na escola, líderes se formam na luta do dia a dia dos sindicatos rurais, das cooperativas, dos movimentos de base, das associações comunitárias.

Mas, e qual o futuro da agricultura? Não sei qual será. Contudo, sei que os próximos anos serão difíceis, devido aos reflexos da atual seca e da falta de capital próprio que tem levado os agricultores a utilizarem empréstimos bancários, a taxas de juros não suportáveis pelo agricultor.

O que posso afirmar com fé, é que na vida nada se ganha de graça. O futuro do homem do campo dependerá não só de sua capacidade de determinação, de produzir, mas fundamentalmente de sua vontade de lutar por seus direitos: o direito de produzir e de vender a preços dignos, direito de educação e de saúde, direito de acesso à terra, direito de poder esperar um futuro melhor para seus filhos.

O INTERIOR, pg. 2

21/12/85

O anarquismo no Estado brasileiro

30/03/1987



Dizem que Deus é brasileiro. Eu acho que a realidade não é bem assim. Concordo que, quando Deus criou o mundo, teve a felicidade de, entre tantas outras maravilhas, criar uma terra que um dia viria a constituir um país chamado Brasil.

Não restam dúvidas que o trabalho inicial do Criador foi excelente, afinal não nos faltam riquezas materiais naturais, pois apesar do que já foi destruído, ainda temos mais recursos naturais a ser explorados.

Entretanto, as vezes chego a desconfiar que o Criador também quis nos penalizar, tendo em vista a anarquia que tem imperado neste país e que teima em não nos abandonar. Desde o momento em que declaramos a nossa independência do império português, pensando que com essa atitude resolveríamos nossos problemas, ainda estamos procurando nos encontrar e estabelecer solidas linhas de procedimento que unam todas as forças produtivas do país. Apesar de toda a estrutura do Governo Federal e dos governos estaduais, se olharmos o país com calma e com espírito crítico, chegaremos a conclusão que ha muitos anos vivemos como um navio meio perdido num grande oceano, procurando um porto seguro para dar tranquilidade a seus passageiros. Chegamos a pensar que não vivemos num estado democrático e sim num estado em que impera, de modo geral, a anarquia. Exemplos: teoricamente somos uma republica federativa, mas, na pratica ha um poder central que manda e desmanda nos estados, tirando-lhes na pratica a autonomia econômica e política, obrigando os governadores a viverem, permanentemente, pedindo esmolas ao governo federal a fim de manter as folhas de pagamento do funcionalismo em dia; é o governo federal quem diz o que deve ser investido ou não em cada estado, manobrando verbas federais que, na pratica, vão influenciar as eleições dos governadores, senadores, deputados estaduais, federais e, por incrível que pareça, até de vereadores. É o governo federal quem diz se o estado do Rio Grande do Sul pode ou não abrir um banco e até o numero de agências que este banco poderá ter!

Outro exemplo de anarquia organizada: a incrível quantidade de órgãos federais, estaduais e municipais que, teoricamente, foram criados para servir a população e

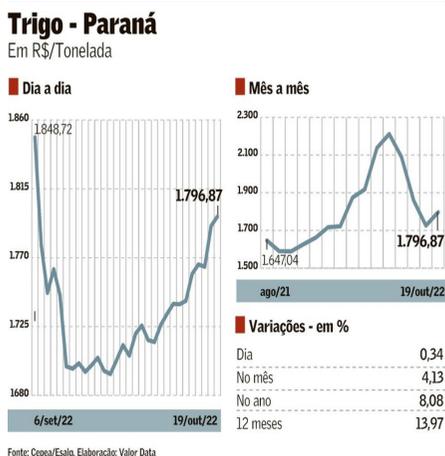
que acabam fazendo quase nada porque a verba mal dá para pagar os funcionários e acaba não sobrando nada para ajudar a população, o que é um absurdo. Conclusão: para que afinal, servem estes órgãos? Só para pagar seus funcionários?

Exemplos não faltam e um, que é gravíssimo, o referente ao sistema econômico nacional: afinal somos um país capitalista em que a livre iniciativa predomina, somos um capitalismo de estado ou somos socialistas disfarçados? A rigor, somos um pouco de tudo na confusão reinante. Na economia nacional, há muito tempo vem procurando achar um caminho que nos permita, finalmente, cumprir o lema: ordem e progresso.

A nível de estado do Rio Grande do Sul a situação é crítica, principalmente em relação a estrutura administrativa, que está muito próxima de uma verdadeira anarquia. Como exemplo pode-se citar os funcionários estaduais, em que nem sequer se sabe quantos funcionários existem, não se sabe ao certo onde estão, e em muitos casos, o que fazem e se ao menos comparecem ao trabalho. Prova desta calamitosa situação é o censo do funcionalismo público estadual que será realizado no próximo mês. Se uma empresa privada não sabe quantos funcionários tem, onde estão, quanto recebem, esta empresa só poderá falir e é assim que se encontram as finanças do Rio Grande do Sul, falidas. Segundo o Secretario do Planejamento Cláudio Acurso, o Quadro Geral dos Funcionários, que como o nome diz deveria abranger a maioria dos funcionários, para espanto dos contribuintes gaúchos, abrange somente 10% dos funcionários. Os 90% restantes estão distribuídos em 28 diferentes quadros de pessoal. Esta situação deve ser semelhante a nível federal, com todas as suas empresas estatais.

Qualquer pessoa que entende um pouco de administração chegara a conclusão que é impossível administrar um quadro de pessoal com tamanha diversificação de interesses funcionais e políticos. Por esta e por outras razões se chega à conclusão que é extremamente difícil governar os estados brasileiros, em que os governadores ao invés de governar passam boa parte do seu mandato na infrutífera tarefa de administrar crises que se renovam periodicamente. Solução: coragem política para mexer nestas estruturas, a nível federal, e estadual e municipal. Não basta só acabar com os marajás, que representam somente uma pequena parte do grande problema moral que ha muitos anos se instalou no Brasil: justiça para os fracos.

O Nacional 30/03/1987



Que Brasil está passando por uma fase o de transição, é algo que ninguém desconhece.

Que o Rio Grande, do Sul além dos problemas a nível nacional, também está passando por problemas internos, decorrentes do período de ajustes de uma nova estrutura de poder partidária, também ninguém desconhece.

Agora, o Rio Grande do Sul não pode parar em virtude das reivindicações de uma parte da sociedade gaúcha, do segmento dos funcionários públicos.

Neste momento todo o Rio Grande do Sul deveria estar lutando para melhorar a situação econômica do estado, através do aumento da produtividade e pela melhor remuneração de outros setores produtivos da sociedade gaúcha, como no caso da produção de trigo.

Enquanto os políticos gaúchos se auto exterminam, acusando o atual governo ou defendendo-o, problemas gravíssimos, que interessam à sobrevivência econômica do estado, deixam de ser discutidos.

Quem, além das entidades de classe dos produtores (FECOTRIGO, FARSUL, FETAG) levantou a voz contra o baixo preço do trigo? Se algum político o fez, isoladamente, sua voz foi fraca e se perdeu em meio ao noticiário geral.

Gritar, e necessariamente, bem alto, todo o Rio Grande do Sul, juntamente com os demais estados produtores de trigo, é fundamental para a triticultura nacional. O preço fixado pelo governo federal (Cz\$ 270,00 sacas a partir de 1º de abril, mesmo com os reajustes esperados através do fator de correção mensal (IPP) é insuficiente, não cobre os custos de produção).

O governo federal deve entender que o agricultor não vive de ilusões. Vivemos num país capitalista onde só se sobrevive se a empresa tiver lucro. E ao preço atual do trigo só sobreviverão os agricultores que desviarem os recursos do Valor Básico de Custeio - VBC ou que produzirem acima de 1.500-1.800 kg/ha. No primeiro caso, o governo perderá duplamente, pela baixa produtividade esperada e pela indenização que pagará através do PROAGRO. No segundo caso, produtores de alta produtividade, estes ainda são poucos, apesar de seu número estar crescendo.

Um estado tecnicamente falido como o Rio Grande do Sul, não se pode dar o luxo de não lutar por melhores preços para o trigo, correndo o risco de sofrer uma redução de, talvez até 500.000 ha, o que significará uma redução aproximada de Cz\$ 612 milhões só de ICM. O impacto negativo na economia gaúcha aumentará, drasticamente, se considerarmos que deixarão de circular Cz\$ 3 bilhões pela não circulação dos valores do crédito de custeio.

O ideal será o governo aumentar, no mínimo 10% do atual preço, o que significará um aumento de Cz\$ 2,08 bilhões nas compras do governo federal, se for plantada a mesma área de 1986 e se a produtividade for de 1.200 kg/ha. Ora, este valor adicional a ser pago pela compra do trigo nacional é irrisório se comparado com o subsídio ao consumo nacional: para 1987, que é de Cz\$ 70 bilhões.

Agora a pergunta: o que é mais lógico, aumentar o preço pago ao produtor nacional ou produzir menos, desestruturando a triticultura nacional e contribuindo para a manutenção do produtor de trigo importado?

Senhores políticos, o triticultor gaúcho exige a união de vossas vozes, independente dos partidos políticos, na defesa da sobrevivência do trigo no Rio Grande do Sul. Temos tecnologia, temos assistência técnica, temos um VBC insignificante, temos um preço que não cobre o custo de produção.

Os produtores e suas entidades de classe, aparentemente, estão lutando sozinhos. Onde está a voz dos políticos? Os produtores gaúchos esperam uma resposta, ainda que tardia.

O Nacional

25/05/1987

A importância das Associações de Bairros

19/07/1987



Terça-feira, dia 9 (realizou-se nas dependências do Circulo Operário mais uma reunião da Comissão Interinstitucional e Municipal de Saúde - CIMS presidida pelo dr. Gilboé Mendes. O objetivo principal foi explanar às Associações de Bairros o que é a CIMS, seus objetivos e o que se espera fazer em matéria da saúde para a comunidade de Passo Fundo.

Após as apresentações dos presentes (membros da CIM- S, das Associações de Bairro e de outras entidades), foi dada a palavra àqueles que quisessem expor os problemas de saúde de suas comunidades. Obviamente, foram colocados assuntos os mais diversos possíveis, quase todos relacionados com a área de saúde.

Como esta foi a primeira reunião da CIMS com um numero elevado de Associações (cerca de 20 participaram), os assuntos foram exploratórios. Foi uma reunião preliminar em que todos puderam ter uma primeira ideia do que e a CIMS, assim como a CIMS pode ter uma primeira ideia dos problemas da sociedade de Passo Fundo expostos pelos dirigentes das Associações de Bairros. A CIMS tem plena consciência da gravidade dos problemas da saúde de Passo Fundo e tem tentado resolvê-los.

Porém, o que se espera com esta participação das Associações de Bairros e, além de conhecer melhor os problemas, permitir um encaminhamento mais democrático, das medidas a serem tomadas na área de saúde em Passo Fundo. Se todos tem oportunidade de participar, de opinar, se espera que as soluções dos problemas sejam mais justas e satisfaçam a um maior numero de pessoas.

Saúde e alimento, duas palavras que se complementam. Sem alimento não ha saúde. Pessoas sem saúde não produzem alimentos. A miséria é companheira da doença.

Vários dirigentes afirmaram o seguinte: na nossa vila o problema é a fome. Triste realidade. Mais do que remédio, muitos precisam, em primeiro lugar de alimento.

Ninguém conhece melhor a realidade de nossas vidas, que os dirigentes das Associações de Bairro. Do trabalho destas pessoas deverão sair as contribuições para que a comunidade passofundense possa tentar resolver os graves problemas de saúde, educação alimentação habitação transporte, lazer, segurança.

O fortalecimento das Associações de Bairros é fundamental para um melhor encaminhamento dos problemas comunitários de Passo Fundo.

- Presidente da Associação dos Profissionais Liberais do Planalto-APLIP e membro da CIMS.

Engº Agrº Roque G. Annes Tomasini

O Nacional-13/06/1987



Todo processo de mudança implica em mexer em coisas que podem afetar os interesses das pessoas.

As mudanças podem ser profundas como uma reforma total de uma casa, na qual são mudados os pisos, o telhado, algumas paredes e os móveis; podem ser superficiais em que só a estrutura da casa continua a mesma e somente os móveis sofrem alguns reparos e são colocados em novos locais.

O Brasil está elaborando uma nova Constituição através das pessoas que receberam do povo, através do voto, o direito de representá-lo e de tentar colocar na nova Constituição os desejos dos diferentes grupos sociais que os elegeram. Até aí tudo normal, uma vez que se entende por democracia uma forma de governo que deve atender a desejos da maioria do povo. A luta que está sendo travada nos gabinetes dos políticos e dos grupos econômicos faz parte do jogo chamado democracia. Contra o poder econômico os menos numerosos, os mais fracos usam a força do voto da maioria assalariada ou sem salário.

Nesta mudança que a Constituinte deverá fazer na vida da nação, através da elaboração de uma nova Constituição, é lógico que muitas estruturas de poder poderão ser modificadas ou até eliminadas. Tudo depende, como já dissemos da profundidade da mudança que será realizada. Depende de quem será mais forte e depende da honestidade de cada deputado e de cada senador. Se cada um votar de acordo com uma consciência limpa, atendendo aos anseios da maioria, olhando os grandes interesses do progresso, de justiça social a paz que queremos para a nação brasileira, certamente teremos um Brasil próspero e unido e menos infeliz nos próximos anos. Se prevalecerem os interesses das minorias, de esquerda ou da direita, que, ao contrário do que dizem o pensam na maioria das vezes, quase só nos seus interesses particulares, certamente, teremos momentos de muita confusão e desilusão nos próximos anos.

O jogo chamado Democracia, em que diferentes grupos estão disputando o poder, está em pleno andamento. Até o momento, apesar das vitórias na Comissão de Sistematização, nenhum grupo pode afirmar que seus interesses já estão assegurados. A decisão final deverá sair do voto de todos os constituintes e até lá tudo não passa de suposição.

Nem tudo o que é bom para uns é bom para outros e desta forma todos os que julgam que seus interesses estão ou poderão ser prejudicados estão lutando, às vezes de maneira desleal (corrompendo ou sendo corrompidos).

A imprensa tem mostrado, frequentemente, notícias que demonstram uma espécie de medo de que a nova constituição possa levar o país a um caos político, a um beco sem saída, em que, a saída seria um golpe militar.

Sou da opinião de que quando as decisões de uma assembleia constituinte são baseadas no bom senso, nas aspirações nacionais de paz, justiça social e desenvolvimento, não há razões para não acreditar que a nova constituição não entre em vigor. Se for boa para os brasileiros, se for boa para a nação brasileira, todas as forças deste país apoiarão.

O momento ainda é delicado, tanto que a simples doença de um homem público chamado Ulysses Guimarães, sem dúvida detentor de enorme responsabilidade pública, causa temores de retrocesso político, provocando correrias de outros políticos em visitas e troca de ideias nos corredores do Instituto do Coração em São Paulo.

O Brasil precisa parar de pensar que a nação pode parar ou mudar os rumos políticos por causa de passageiros momentos de incerteza. Afinal, sobrevivemos ou não ao difícil momento causado pela morte do Presidente Tancredo Neves?

Se quisermos continuar sendo livres e independentes, precisamos enfrentar com naturalidade as reformas que, a exemplo de outros países se fazem necessárias de tempos em tempos. Os homens nascem, crescem e morrem enquanto que a nação brasileira deve aprender a conviver com as transições democráticas.

O Nacional

21/11/1987

Como todos os riograndenses sabem, a saúde do Estado está mal e tende a piorar. Há cura? Se há cura, quais os medicamentos necessários? O melhor remédio é aumentar a produção e via maior arrecadação de impostos, diminuir o déficit. Paralelamente, outros medicamentos se fazem necessários, com a correção da isenção de impostos sobre produtos exportados e uma maior eficiência da fiscalização dos tributos. Todavia, há outra medida, inicialmente dolorosa e até impopular entre os políticos e funcionários públicos estaduais: a reorganização do Estado em relação a seus objetivos na sociedade gaúcha e nacional. Não é mais possível aceitar o Estado como uma instituição ineficiente em seus órgãos de administração direta e indireta. Afinal de contas, quem paga o preço da má situação financeira do Estado, da ineficiência do Estado? São todas aquelas pessoas da população que pagam taxas necessárias à manutenção do tesouro estadual. O problema não é só dos gaúchos, é de todos os estados brasileiros. Ainda carregamos uma herança do tempo em que a iniciativa privada ainda estava nascendo neste país e que, com razão, naquela época, o Estado devia tomar a iniciativa nas áreas de produção.

Atualmente, não é mais possível aceitar a ineficiência da máquina estatal brasileira a nível federal ou estadual. Se for possível reorganizar o quadro de funcionários sem demissões, que se adote esta solução. Se não for possível, que haja uma racionalização, mesmo em que implique em redução de pessoal. De que adianta ao Estado ter um enorme número de funcionários, mal remunerados, e insatisfeitos. É necessário acabar com a imagem da ineficiência que cerca a imagem do funcionário público, como constantemente mostram os programas humorísticos.

A modernização do Estado do Rio Grande do Sul deve, necessariamente, passar por uma reestruturação do funcionalismo público estadual, que deve deixar de ser, um "bico" para uma grande maioria, para ser um trabalho para uma elite, obviamente, bem remunerada.

Se um dia chegaremos a esta situação só o tempo dirá. Mas, espero que para a felicidade dos gaúchos que este dia chegue brevemente.

O Nacional
Passo Fundo
27.07.1987



Estas linhas estão sendo escritas antes da realização da assembleia dos estudantes da UPF que decidirão pelo retorno ou não às atividades escolares. Portanto, muito do que aqui será escrito se baseará em suposições e no bom senso.

Não é nenhuma novidade afirmar que, dentro do atual panorama social-político-econômico brasileiro, todos os segmentos da sociedade brasileira têm alguma contribuição a dar ou algo a ser reivindicado. Esta afirmação é válida para o meio urbano e para o meio rural. Assim, os movimentos no meio universitário, que fazem parte da história da universidade brasileira e, também, da política brasileira, não devem ser encarados como movimentos frutos de emoções momentâneas. “Pelo contrário, os movimentos universitários, nas suas mais diferentes formas devem ser visualizados como parte do processo de amadurecimento da universidade e do próprio jovem”.

A Universidade de Passo Fundo está vivendo, sem dúvida, um grave momento na sua ainda jovem história, agravado pelos problemas econômicos nacionais que afligem a nossa sociedade. Podemos dizer que a angústia de ter que paralisar as aulas ou a angústia de ter que vir a público dizer que o dinheiro disponível é pouco para pagar a Universidade, não é um problema que afeta somente a UPF ou aos alunos.

Afeta a toda uma sociedade que gostaria de estar dedicando suas atenções à vasta gama de problemas que afligem este imenso país problema chamado Brasil.

As angústias dos jovens universitários se confundem com as angústias de uma ainda jovem universidade. É nos momentos de crise que todos nós, adultos que não mais frequentam os bancos escolares ou adultos que ainda estão frequentando os bancos escolares, descobrimos que a distância aparente que

separa estes dois grupos só pode ser superada através de uma atitude adulta chamada diálogo.

Seus jovens podem ser acusados de serem muitas vezes, demasiadamente ousados. Não podemos esquecer que esta é uma salutar característica da juventude. Por outro lado, aqueles que se dizem maduros, muitas vezes, já perderam até a lembrança das suas atitudes do tempo em que era jovem. O ideal é que a audácia dos jovens pudesse trabalhar junto com a maturidade dos mais idosos e todos pudessem trabalhar em paz. Como o ideal nem sempre é possível, há momentos em que assistimos a conflitos de interesses, como o presente impasse que esta vivendo a UPF. Todavia, acreditamos que através do diálogo, como o que ocorreu na semana passada, em que alunos, professores, e a comunidade souberam demonstrar um alto grau de maturidade, poderemos chegar a um reinício das aulas na UPF. A Assembleia na qual os estudantes deverão decidir se aceitam ou não os termos do protocolo de intenções, é um testemunho de que, os fatos quando analisados e conduzidos com maturidade, podem ser resolvidos. Nesta luta não há vencidos nem vencedores.

Eng. Agr. Roque G. Annes Tomasini

Presidente da Associação dos Profissionais Liberais - APLIP

O Nacional -30/06/1987



Você se lembra do tempo em que podia sair caminhando a noite para dar uma volta no centro, caminhar pela praça ou, que coisa boa, ficar sentado em frente de casa conversando com os vizinhos? Você se lembra de quando seus filhos podiam ir e vir sozinhos do colégio? Principalmente a noite? Lembra quando, os automóveis podiam pousar na rua? Quando fumar um simples cigarro já era motivo de preocupação para os pais de jovens de 15 anos?

Pois bem, o tempo passou e infelizmente, a vida mudou, para pior, no que se refere a segurança das pessoas.

Segundo o Ministro da Justiça Paulo Brossard, "se uma pessoa não pode dar uma simples volta caminhando ao redor da quadra, sem medo de ser assaltada, esta pessoa não é livre, não tem liberdade, ela é tão prisioneira, quanto o bandido que está preso numa cela".

Tem razão o Ministro. "Cada vez mais as pessoas se sentem com menos liberdade de sair a noite sem medo de serem assaltadas, seja caminhando na rua", na saída do cinema ou do restaurante, do clube, na sinaleira enquanto aguarda o sinal abrir.

E o que dizer quando o assalto é seguido de danos físicos por espancamento, tiro ou faca? O que dizer quando sua esposa ou namorada é violentada na sua frente por um bando de marginais? O que dizer quando você: descobre que seu filho ou sua filha, criado com amor e sacrifício esta viciado em tóxicos?

A maioria das pessoas, nestas horas de desgraça, após um imenso sentimento de revolta, tem vontade de gritar bem alto unia só palavra: JUSTIÇA. Nestas horas as pessoas descobrem que gostariam de fazer justiça com as próprias mãos, de ser ao mesmo tempo a polícia, o advogado de acusação, o juiz e o carrasco. São sentimentos humanos e que não podem ser recriminados. Todavia, sabemos que se todos agissem assim muitas injustiças poderiam ser cometidas. Para fazer

justiça existem as leis e todo um sistema que visa punir os culpados. Entretanto, atualmente, parece que muita coisa não está funcionando como deveria funcionar. Conhecidos ladrões, continuam soltos, chegando até ao cúmulo de dar entrevistas para jornais; condenados por roubo, assalto e assassinato cumprem prisão e aproveitam as saídas para trabalho externo, que a lei permite, para cometer mais crimes. Não cabe aqui fazer uma lista de tudo o que está errado, pois faltaria espaço.

Até agora só comentamos os casos do ladrão comum, daquele que tem o nome e a foto publicados nos jornais. Porém, o que dizer dos outros tipos de ladrões que também metem a mão no seu bolso e de uma forma indireta roubam o seu salário, o seu direito a ter uma vida digna e um futuro melhor para os seus filhos? Quem são estas pessoas? São o comerciante que rouba na balança, o industrial que fabrica produtos de baixa qualidade e os vende como se fossem de primeira, o funcionário público que gasta mal o dinheiro do povo ou usa o cargo para enriquecer de forma ilícita e muitas outras pessoas conhecidas como "ladrões de colarinho branco".

Toda a sociedade, principalmente a parte mais pobre do povo brasileiro, está cansada de tanta injustiça e, de modo especial, em relação a segurança pessoal e dos bens. O problema é extremamente complexo e vem se agravando há vários anos. Entretanto, uma coisa é certa, algo tem que ser feito, a começar pelo urgente reequipamento da polícia civil, em homens, comunicação, veículos, e adequada remuneração salarial. Problema idêntico existe na Brigada Militar, porém o mais urgente parece ser o da Polícia Civil. Dia 29 de setembro, o Dr. Antônio dos Reis Almeida, Delegado Regional de Polícia de Passo Fundo, em palestra na Associação dos Profissionais Liberais do Planalto- ÁPLIP, com extrema franqueza, com a simplicidade que caracteriza os homens que enobrecem a função pública, colocou as dificuldades que a polícia tem para realizar o seu trabalho. Apesar das dificuldades, mostrou um balanço positivo do seu trabalho, de sua equipe e que o índice de crimes em Passo Fundo baixou.

Passo Fundo cresceu. Deixou de ser uma cidade pequena, em que todos se conheciam, em que o delegado e os policiais conheciam todas as pessoas que não obedeciam às leis. Hoje, além, dos bandidos passofundenses, ainda há os que vêm de fora atraído pelo crescimento da cidade.

Será que algum dia voltaremos a poder caminhar a noite, tranquilos, sem medo, pelas ruas? Talvez. O que não podemos é aceitar que os direitos dos que trabalham não sejam respeitados pelos ladrões, sejam simples ladrões de galinhas ou sejam ladrões de colarinho branco.

Nacional

03.10.87

O problema do lixo

14/10/1987



Parece que, finalmente, o verão chegou. Foram-se os problemas do frio e começam os problemas que, no verão, ficam mais graves, como é o caso do lixo.

Lixo: para que serve o lixo a não ser para ser colocado fora, ou seja, no lixo? Afinal de contas lixo não passa de lixo. Falar sobre lixo quando há centenas de assuntos mais urgentes e importantes para serem comentados, é perder tempo. É o que deve pensar a maioria das pessoas que vivem no meio urbano ou rural.

Realmente, comparando com os problemas que as pessoas tem que enfrentar na luta do dia a dia da sobrevivência, da sua pessoa, da sua família, da sua empresa, da sua comunidade e de muitos outros, o problema lixo, aparentemente, não tem a menor importância. Porém, esta não é a realidade. Lixo é um sério problema urbano e rural.

O esgoto é uma forma de lixo que os moradores das cidades fazem de conta que não é seu problema, que a Companhia Rio-grandense de Saneamento - CORSAN e os prefeitos municipais costumam ignorar e ficam um jogando a culpa no outro; É muito mais fácil e barato entregar água potável à população, do que realizar demoradas e caras obras de canalização e tratamento do esgoto residencial e industrial. Os políticos sabem que canalizar e tratar esgoto é mais trabalhoso e dá menos voto que entregar rede de água. Em Passo Fundo, o rio Passo Fundo que já vinha sendo morto aos poucos como resultado do crescimento desordenado da cidade, recebeu o golpe de misericórdia com o crescente lançamento dos esgotos da cidade em suas águas. Hoje, o rio está morto e não passa de um grande canal de esgoto. Em Brasília, cidade com mais recursos e talvez por ser a capital federal, o esgoto é parcialmente aproveitado para a produção de adubo em pó e o lixo é quase todo industrializado.

O lixo sólido causa mais impacto na população porque é mais visível e não pode a exemplo do esgoto, ser infiltrado no solo do fundo de quintal. A solução varia desde a simples queima no pátio até o recolhimento pelos caminhões da limpeza

urbana, que o levam para grandes depósitos a céu aberto. Nestes locais, o lixo passa a servir como local de criação de moscas e de mau cheiro. O desenvolvimento de uma cidade como Passo Fundo exige, a partir de certo momento, soluções mais técnicas para ao problema do lixo que atualmente, é colocado no chamado aterro sanitário, imenso criatório de moscas, e de mau cheiro, localizado entre a Universidade de Passo Fundo e a EMBRAPA, a margem da BR-285, Chegou a hora de nossa cidade dar início a um projeto de industrialização de lixo sólido e de tratamento do esgoto. É necessário que os vereadores comecem a estudar, de verdade, este assunto que tanto interessa a saúde pública, e que votem as verbas necessárias

Na verdade, a fase mais primária da industrialização do lixo já está sendo feita através do trabalho silencioso dos catadores de lixo. São os catadores de papel, garrafas, plásticos, ferro e outros metais, ossos e restos de comida para a criação de animais. São pessoas que, na falta de outra atividade que lhes permita sobreviver, se submetem a humilhação de juntar os restos dos outros para não morrer de fome.

Talvez porque a falta de emprego esteja mais grave, talvez porque juntar restos de lixo proporcione uma renda maior do que trabalhar para ganhar salário mínimo, a verdade é só uma: é cada vez maior o número de pessoas que andam pelas ruas, de dia ou a noite sozinhas, em grupos ou até famílias inteiras, silenciosamente, juntando tudo o que julgam ter valor. Se Passo Fundo decidir industrializar o seu lixo, certamente estas pessoas não irão desaparecer, mas uma boa parte delas poderá ser empregada na usina de reciclagem e industrialização.

Reciclar lixo, além de ser uma medida de interesse da saúde pública, pode se tornar uma atividade geradora de emprego e de receitas para o município. Até quando Passo Fundo ficará jogando os esgotos no rio Passo Fundo ou criando montanhas de lixo sólido é uma questão que deve ser respondida pela população e atendida pelos vereadores e pelo prefeito.

O Nacional Passo Fundo

14.10.1987



Como todos têm acompanhado, o Brasil está vivendo uma grande festa, a festa da elaboração da Constituinte. Como estamos chegando ao final, esperamos que prevaleça o bom senso e que a tão esperada constituição, elaborada com ampla participação, desde os grupos mais radicais de esquerda e de direita, até a maioria conservadora, não se constitua em mais uma grande frustração nacional. A constituinte deve atender aos legítimos anseios do povo e não aos ilegítimos desejos dos grupos extremistas de esquerda, de centro ou de direita. A nova carta magna nacional não será um instrumento mágico de salvação nacional. A constituição traçará os grandes direitos e as grandes obrigações do estado e da população. Será o grande instrumento que mostrará as bases legais da convivência do povo com o Estado e do povo com o povo.

Dentre as várias sugestões já encaminhadas e que ainda tem chance de ser aprovada, se destaca um referente ao uso de verbas públicas para a educação. Se esta for aprovada, somente as escolas públicas de 1º, 2º e 3º graus, ou seja, desde a 1º série até a universidade, poderão receber verbas do governo federal.

As escolas particulares, mesmo que não tenham por força estatutária, finalidade lucrativa, não poderão receber, para qualquer finalidade, nenhuma ajuda do governo federal. Isto é um dos maiores absurdos que se pretende cometer contra a já fraca estrutura da educação no Brasil.

Se o ensino estatal nas universidades federais ou nas demais instituições educacionais sob-responsabilidade direta do Estado (federal, estadual ou municipal) estivesse funcionando, ao menos razoavelmente, ainda assim seria extremamente perigoso deixar somente sob a responsabilidade do Estado, na prática, a educação no Brasil.

É claro que as escolas particulares, com fins lucrativos, não devem receber verbas públicas.

Por outro lado, constata-se que todos os estados brasileiros estão na prática, falidos; que os municípios, na maioria, vivem pedindo recursos ao governo federal e estadual; que as universidades federais estão a beira de um colapso, mais parecendo fábricas de diplomas, praticamente sem recursos para fazer pesquisas. Assim, não se pode entender o porquê está querendo destruir parte do ensino privado, de modo especial o universitário.

Todos sabem que as universidades federais, que são gratuitas, metade ou mais dos alunos são filhos de pais ricos ou da média e da alta classe média. Se estas pessoas possuem renda para pagar uma universidade particular (com ou sem fins lucrativos) porque estão estudando numa universidade federal, gratuita e que deveria atender, preferencialmente, filhos de famílias de baixa renda? A má seleção começa no sistema de seleção, no vestibular, que possibilita aos alunos que tem renda suficiente cursar os denominados cursinhos pré-vestibulares.

De modo geral, as universidades particulares sem fins lucrativos como a de Passo Fundo, Ijuí e Caxias do Sul serão, no mínimo, muito prejudicadas. No caso específico da Universidade de Passo Fundo, não poderia ter recebido o auxílio emergencial de 12 milhões de cruzados que recebeu este ano, a exemplo de outras universidades, e, neste caso, estaria vivendo uma crise talvez insuperável.

Atualmente os alunos ainda conseguem pagar as mensalidades nas universidades particulares porque os professores são muito mal remunerados. Os professores das universidades federais ganham mais do que o dobro que os das universidades particulares. No momento em que houver uma justiça salarial, considerando que o custo do professor é o mais importante na estrutura de custos de uma universidade, somente os alunos mais ricos poderão estudar. Para que isto não aconteça é necessário que o poder público auxilie as universidades particulares sem fins lucrativos.

Até parece que estão tentando criar no Brasil dois tipos de classes: a do cidadão de primeira classe, rico e que pode mandar seus filhos para as escolas particulares ou federais localizadas nas capitais dos estados e a do cidadão de segunda classe, pobre ou da média classe média que não tem recurso para pagar uma universidade particular localizada na capital ou no interior e que também não pode sustentar um filho estudando em cursos pré-vestibulares que possibilitam entrar numa federal. Conclusão: querer retirar das escolas particulares, sem fins lucrativos, qualquer auxílio do governo federal, é o pior retrocesso que poderá ocorrer no Brasil no setor da educação, do progresso e da democracia.

Atos desastrosos como este mais parecem atos de uma ditadura de Estado do que uma contribuição à democracia. As vezes chego a desconfiar que existam ditadores em potencial disfarçados sob o manto protetor da constituinte.

O Nacional 23/10/1987

Justiça: você está satisfeito?

24/10/1987



Fazer justiça, incontestavelmente, não é fácil. A humanidade, ao longo dos milhares de anos, desde que o homem começou a agir como um ser inteligente, tem utilizado as mais diferentes formas de justiça, como forma de castigar as pessoas que, segundo as regras da época, violaram as leis em vigor. O exemplo mais conhecido é o da crucificação de CRISTO, que foi justificado por suas ideias.

A análise dos fatos históricos nos prova que ao longo do desenvolvimento, da humanidade muita injustiça foi feita em nome da justiça. Com o passar dos anos, mudaram os costumes, mudou o homem, mudaram as formas de fazer justiça. Com isto não se quer dizer que fazer justiça ficou mais fácil. Pelo contrário. Por uma série de razões, parece que está cada vez mais difícil fazer justiça. As pessoas, principalmente as pessoas que vivem na pobreza, olham para a justiça com descrença, com o medo, de quem sabe que os interesses dos fracos, apesar de justos, nem sempre são respeitados.

As injustiças sempre existiram e, tão cedo, não deixarão de existir. Alguns povos, felizmente, já atingiram um grau de maturidade bem mais adiantado e a sua justiça é mais eficiente, mais justa que a dos países subdesenvolvidos como o Brasil. Vamos citar o exemplo de jogadores de um time de futebol brasileiro que foram envolvidos em estupro de uma menor no quarto de hotel, na Suíça. Todos recordam a prisão dos jogadores e o processo em que foram enquadrados. O que para um juiz suíço não passou de um ato normal de cumprimento das leis suíças, na procura de uma solução que fizesse justiça para o caso, no Brasil, país subdesenvolvido, foi tratado com sensacionalismo e só faltou dizer que os jogadores eram uns injustificados; quase uns heróis nacionais. Em vez de vergonha pelo vexame de ter colocado o nome do Brasil nas páginas policiais dos jornais suíços e europeus, não foram poucos os que foram recebê-los no aeroporto de Porto Alegre quase na qualidade de heróis.

Exemplos em nível de Brasil, de injustiças em todas as áreas, existem aos milhares. O caso dos vereadores de Canoas-RS- que, usando dinheiro do povo, na qualidade de representantes do povo, distribuía entre si, cestas de natal, o que, no mínimo, é imoral. Alegando que estas estavam em falta, em vez de distribuir o dinheiro para instituições de caridade ou devolver aos cofres do município, resolveram ficar para si, resolveram colocá-lo no próprio bolso. Condenados por esta vergonha, apesar de terem devolvido o dinheiro, por decisão da justiça, acham que foram vítimas de uma injustiça e, muito provavelmente, por serem réus primários, não cumprirão pena na cadeia municipal.

Há alguns anos o governo federal fechou uma financeira de São Paulo, por estar insolvente (quebrada). No momento da intervenção o responsável pela financeira não tinha condições de cobrir o rombo decorrente da sua má administração. Passados alguns anos, a situação inverteu. Hoje, o bandido virou mocinho. De devedor passou a credor do governo federal. Como? Simples: o ativo da financeira, o valor dos bens, teve uma valorização de acordo com os preços de mercado, enquanto que a dívida com o governo federal ficou praticamente congelada. É típico caso em que o ladrão vira vítima, em virtude de uma legislação inadequada. Resultado: todos os brasileiros deverão ajudar a pagar a dívida do governo para com a sua empresa. Enquanto crianças morrem de fome, este empresário deve estar dando risada e aguardando que cada brasileiro contribua para manter sua boa vida em Paris ou Nova York. Você sabe onde ficou a justiça neste caso? Este é o denominado crime do "colarinho branco", bastante comum no Brasil.

Por mais que eu queira acreditar na figura da justiça, como instituição imparcial, na prática, sei que os fatos são diferentes e que um advogado, um bom conhecedor do seu ofício, pode mudar os rumos de um processo.

Alguma coisa tem que ser mudada na justiça brasileira. Se esta nova constituição vai modificar para melhor, eu não sei. Mas se espera que no futuro as pessoas passem a acreditar que fazer justiça não é algo tão difícil e complicado como é atualmente. Caso contrário, as pessoas passarão a acreditar que justiça era a praticada por Borges de Medeiros que dizia: "para os amigos tudo, para os inimigos os rigores da lei".

O Nacional- Passo Fundo-24.10.87



Quando há alguns anos o General Charles de Gaulle, Presidente da República da França, afirmou que o Brasil não era um país sério, muitos acharam que a afirmação era maldosa, era uma mentira com o objetivo de nos prejudicar. Passados os anos, muita coisa mudou no país: estamos tentando achar o caminho da democracia, estamos tentando achar o caminho do progresso, estamos tentando achar o caminho da justiça social, enfim, estamos tentando fazer várias coisas. Com estas medidas esperamos que, um dia, possamos dizer para nossos filhos que lhes estamos lhes entregando um país no qual eles terão prazer em viver.

Ao longo da história do Brasil muita coisa tem acontecido e, sem dúvida, temos evoluído, em alguns sentidos, mais que outros países. Mas, convenhamos, ainda temos muito que organizar neste país. Realmente, somos um país de contrastes, em que o maior deles é as grandes fortunas convivendo ao lado das grandes misérias como se isto fosse a coisa mais natural do mundo. Definitivamente, nesta terra não se sabe pensar em pequenas dimensões, queremos que tudo seja grande, a maior do mundo. Não sei quem enfiou estas ideias de grandeza, de megalomania, nas cabeças dos dirigentes políticos, que tanto nos tem prejudicado. (Por exemplo: o programa nuclear (um monte de sucatas e uma usina que não funciona); a ferrovia do aço (bilhões de dólares em pontes, túneis, equipamentos), sem nenhuma serventia); a rodovia transamazônica (boa parte está abandonada e a floresta já recuperou a estrada); os incentivos fiscais na Amazônia para criação de gado (sumiram no meio da mata); a ferrovia norte-sul que ainda não foi iniciada (segundo os entendidos a ferrovia vai do nada a lugar nenhum).

Sem dúvida, muita coisa tem dado certo no Brasil, como a Petrobrás e a indústria do aço, nascidas ainda no tempo da ditadura de Getúlio Vargas. A ação do estado cresceu muito na economia brasileira, desde então. Crescemos a ponto de ser denominados a 8ª economia mundial.

Tudo na vida de uma pessoa, na vida de um país tem um preço, nada acontece ao acaso ou sem custo, seja econômico, político ou social.

Parece que no Brasil nos acostumamos com a ideia de que este é um país maravilhoso e abençoado por Deus. Não importa se nossas ações começam bem ou mal no fim tudo há de dar certo. Se não der certo, a gente dá um jeitinho. Não importa se este jeitinho, na maioria das vezes, signifique enganar o próximo ou ao governo. O importante é que sempre se dá um jeitinho.

Graças a esta ideia do jeitinho, criou-se entre os dirigentes deste país e entre o povo, a ideia de que o certo pode ser transformado em errado e o errado pode ser transformado em certo. Pensando deste jeito estamos conseguindo transformar o Brasil no país da corrupção, das trapalhadas, das irresponsabilidades e até das palhaçadas. Vamos pensar honestamente: a culpa não é só da Velha ou Nova República, que hoje estão tão misturadas que não se sabe, com poucas exceções, quem era da Velha e quem é da Nova. A culpa pertence aos políticos velha geração que trataram este país como coronéis proprietários de uma grande fazenda e os novos que, por inexperiência, ignorância ou má fé, ainda não acertaram o caminho que o povo deseja: o caminho da paz social e do progresso econômico com justiça na distribuição da renda.

O Brasil cresceu, somos a oitava economia mundial, somos um país gigante, somos um país ainda imaturo.

Há aproximadamente 60 dias, orgulhosamente, o Brasil anunciou ao mundo que, graças a um programa secreto de pesquisas na energia nuclear, tínhamos dominado o ciclo nuclear, podendo se quiséssemos produzir, em poucos anos, bombas atômicas (contra quem?). Aconteceu a desgraça do Césio-137 em Goiânia. Resultado: mostramos ao mundo que não sabemos, ao menos, cuidar equipamentos radioativos e estamos completamente despreparados, técnica e emocionalmente, para conviver com os perigos da energia nuclear. Mostramos este despreparo até na hora de enterrar os corpos das infelizes vítimas. O enterro que deveria ter sido algo discreto e cheio de tristeza, mais parecia um circo. Para começo do espetáculo a comitiva errou o aeroporto em que estava o avião que levaria os corpos a Goiânia, a e a seguir, o despreparo emocional da população vizinha ao cemitério, que chegou ao cúmulo de apedrejar o carro com os corpos, obrigando o motorista a abandonar o veículo. E os culpados? O que lhes acontecerá? Que fale a justiça. Na Rússia, os culpados pelo acidente de Chernobil já foram julgados e considerados culpados. No Brasil, considerando isto, considerando aquilo, acho que não vai acontecer nada aos responsáveis pela guarda da cápsula com Césio-137. Considerando que estamos no Brasil, acho que o único culpado vai ser o miserável do ladrão, que teve a infelicidade de roubar de um galpão um equipamento radioativo que deveria estar trancado a sete chaves. Afinal, se o infeliz do ladrão vai morrer pelo efeito da radiação, por que não o

culpar? Se o único culpado for o ladrão da cápsula, passarei a acreditar que o presidente De Gaulle ainda continua tendo razão, que o Brasil ainda não aprendeu a ser um país sério.

O Nacional
Passo Fundo
30.10.1987



Há muitos anos que os brasileiros ouvem dizer que o Brasil é um país agrícola e que a atividade agrícola é fundamental para o progresso de nação.

Sem dúvida, até o início da II Guerra Mundial o Brasil tinha na agricultura a base da economia. Após 1950, com a implantação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, a economia brasileira começou a sofrer transformações, dando início a um processo denominado de "substituição de importações". Com este procedimento o Brasil começou a estimular a produção nacional de todo o produto importado que pudesse ser fabricado no país, parcialmente ou totalmente nacionalizado. Com a ampliação da indústria automobilística o setor industrial e de serviços passou a assumir um papel mais importante na economia. Com os anos as exportações passaram a depender mais de produtos sem ligações com o setor agrícola, ou seja, a agricultura perdeu força. Em princípio, esta nova situação não deve ser vista como algo ruim, pois faz parte do amadurecimento da economia, que se fosse muito dependente do setor agrícola, seria muito sujeita a pressões políticas e econômicas de países desenvolvidos, da América do Norte, Europa e Ásia.

No passado a renda da agricultura sustentou o progresso do país, transferindo a renda do campo para a cidade e sustentando a maior parte das exportações. Hoje temos uma economia altamente diversificada, com um forte setor industrial. Enfim, o Brasil cresceu e existe uma nova realidade nas relações da área rural com a área urbana.

Numa situação de crescimento econômico, de dinheiro farto e barato, tanto o campo como a cidade vivem em paz, sem preocupações. Entretanto, em situação de aperto econômico, o governo federal tende a economizar no setor da economia que considera politicamente mais fraco.

Quando os governos são fechados, não dizem nada ao povo, porque nestes tipos de governo, nas ditaduras, segundo os ditadores, o povo não tem nada a ver com

o governo, nenhuma satisfação é dada à sociedade sobre como o dinheiro do governo é gasto.

O Brasil está fazendo uma tentativa de mudar, de tentar construir uma nova sociedade. Como estamos constatando, está difícil o acerto entre os políticos que estão elaborando a nova constituição. Afinal de contas, os políticos, ao menos teoricamente, representam forças sociais e econômicas, umas ditas progressistas e outras ditas conservadoras. Como ninguém quer ceder para ninguém, no momento, a situação está muito confusa. Espero que, ao final deste jogo chamado democracia, para o bem do povo, saiam ganhando os princípios que trazem a justiça e o progresso para o Brasil.

Mas, enquanto os políticos discutem a nova constituição brasileira, o país não pode parar, e tampouco deve ficar quieto quando o governo federal toma medidas erradas.

Os governos temem muito mais uma greve de motoristas de ônibus em Brasília, que tem repercussão nacional, por estar no coração da Nação, do que movimentos de reivindicação de agricultores espalhados no interior de um município ou de um estado. Agricultor não pode ficar acampado na beira da estrada ou em praça pública. Afinal, quem vai cuidar da lavoura e dos animais?

No caso da lavoura de trigo, que é plantada por milhares de agricultores, em alguns estados já está colhida e em outros, como no Rio Grande do Sul, recém começa a ser colhida. O ano foi bom, a safra promete ser boa, mas o preço está ruim. O que fazer? Protestar, como desde junho vem fazendo a FECOTRIGO. O que os homens do campo não podem aceitar é trabalhar meio ano para, ao final da safra, concluir que não tiveram lucro. Concluir que, se o dinheiro investido na lavoura tivesse sido colocado numa caderneta de poupança, teria dado um lucro maior, sem fazer nenhuma força.

O agricultor quer trabalhar, quer produzir, mas quer lucro como qualquer dono de indústria, de loja ou de um bar na cidade.

Neste momento, em que o preço pago pelo saco de trigo é de Cz\$ 541,40 os agricultores estão solicitando Cz\$ 633,46, ou seja, 18% a mais. O governo federal, depois de muita pressão concorda em aumentar para Cz\$ 586,00 (9%). Diz o governo que está sem dinheiro, o que não deixa de ser verdade. O problema é o seguinte: para onde vai o dinheiro que o governo arrecada da sociedade brasileira e onde está sendo gasto.

A Petrobrás está tendo um prejuízo mensal de 2,3 bilhões de cruzados com o álcool combustível. Ora, como o governo federal é o acionista principal da empresa, podemos dizer que toda a população, que ande a pé, de ônibus ou de carro, está ajudando a pagar este prejuízo. Os usineiros, produtores do álcool

vendido à PETROBRÁS, certamente não estão tendo prejuízo. Por quê? Simples, são poucos, muito bem organizados e tem muita força política.

Os produtores de trigo não estão pedindo nenhum favor, estão pedindo o que é justo: o direito de trabalhar sem prejuízo. Se o governo atendesse a solicitação dos tricultores, o valor adicional que teria que ser pago, pela compra da safra de 5.200.000 t de trigo seria de 7.9 bilhões, ou seja, o valor equivalente a 3 meses do prejuízo que a PETROBRÁS tem com a venda de álcool para automóveis. Neste caso, fica a pergunta: o que é mais importante, gastar o dinheiro do governo, do povo, com subsídio ao álcool ou gastar na compra da produção de trigo? E, ainda resta a outra pergunta: onde fica a prioridade agrícola?

Nacional

Passo Fundo

09.11.87



Sobre este tema já foram e ainda serão, por muito tempo, escritos artigos a favor ou contra este processo. O debate livre, aparentemente, pode não levar a nada, uma vez que não será um comentarista, isoladamente, que irá decidir os destinos da Reforma Agrária. Para a grande maioria dos brasileiros reforma agrária consiste em dar um pedaço de terra para as pessoas que a estão reivindicando, principalmente para as que estão acampadas em beiras de estrada, para as pessoas que são conhecidas como "sem terra" ou para as pessoas desalojadas pela construção de barragens.

Sabemos que reforma agrária é algo muito mais amplo e muito mais complicado. Mas, não será por causa de sua complexidade que o assunto não deva ser examinado, cuidadosamente, em todos os seus variados aspectos. Em princípio, podemos afirmar que a luta pela terra faz parte da própria luta do homem em sua contínua busca de um melhor padrão de vida.

Que o problema existe, não há quem possa negar. Que mais cedo ou mais tarde terá que ser resolvido é opinião da maioria dos brasileiros. No momento a questão consiste em como resolvê-lo? E, é nesse ponto que as opiniões divergem drasticamente. Os proprietários de áreas desapropriáveis gostariam que o assunto fosse resolvido encaminhando os sem terra para as áreas ainda não colonizadas, de terras públicas no Brasil Central ou na região norte. Os sem terra e os movimentos que os apoiam acham que os assentamentos devem ser feitos nas regiões que não estão cumprindo, como deveriam a sua função social de produzir alimentos utilizando os conhecimentos tecnológicos disponíveis.

É preciso ficar bem claro que o problema da posse da terra não será resolvido com a entrega de lotes para os atuais "sem terra". O problema é muito mais complexo e mais amplo nos jornais e nas televisões é, somente, a parte mais saliente do problema. Para compreender esta afirmação é preciso buscar a origem da maioria dos "sem terra": ex-pequenos produtores e ex-empregados rurais. Não cabe, neste momento, questionar as razões pelas quais abandonaram o meio rural.

O que precisa ficar bem claro para a nação brasileira é que existem milhares de filhos e filhas de pequenos agricultores que, mais cedo ou mais tarde, terão que sair da terra de seus pais em busca de um lugar para trabalhar. Como o nosso ensino rural é péssimo, inadequado à realidade do meio rural, é natural que a grande maioria destes jovens seguirá a tradição de seus pais, prosseguindo na atividade rural. Que chances terão estes jovens na competição no mercado de trabalho urbano, se a sua mão de obra não tem qualificação? Sejam honestos, serão futuros homens marginalizados, de orgulho quebrado e, com razão, revoltados. Esta é uma situação que não se pode admitir.

Reforma agrária é muito mais que a simples distribuição de terra. É uma série de medidas que visam dar condições para aqueles agricultores que hoje lutam para continuar produzindo, para que seus filhos possam ter uma vida digna como futuros produtores rurais ou como habitantes da zona urbana, além de, obviamente, distribuir terra aos atuais "sem terra".

O problema é complexo. Não adianta querer dizer que o problema é dos políticos. O problema é de todos nós, brasileiros, que vivemos neste imenso país, imenso em seu tamanho e imenso em seus problemas.



Falar em crise e em falta de dinheiro está se tornando tão comum, na imprensa, nas rodas de amigos e em casa, que as pessoas estão começando a se tornar insensíveis a esta dura realidade, a falta de recursos. As pessoas começam a pensar que se a situação esta ruim, nada vai mudar e que não adianta lutar. Este é um péssimo posicionamento, não é construtivo e não deve ser estimulado. A acomodação nunca levou ao progresso. O avanço da sociedade sempre ocorreu com luta, as vezes demorada, com muita fé na busca naquilo que as pessoas julgam ser justo para suas aspirações.

Num momento em que o Brasil passa por momentos de grandes incertezas, em que os grandes problemas nacionais estão sendo discutidos, é natural que surjam crises em alguns setores. Crises de liderança, crises por falta de dinheiro.

Na vida de uma nação as crises fazem parte da vida, da dinâmica da vida social, política e econômica do país. Algumas crises são passageiras e sequer o público tem conhecimento, mas que afetam, com o tempo, profundamente, a vida da população. Neste caso, ao que tudo indica, se enquadra a crise que está ocorrendo na extensão rural, e, em específico, na EMATER do Rio Grande do Sul.

Esta instituição privada que têm nas verbas do governo federal e estadual as principais fontes de receita, aproximadamente 90%, e o restante de renda própria e das prefeituras que tem escritório municipal da EMATER, esta passando por séria crise financeira. Crise na extensão rural, na assistência técnica ao produtor, é um tipo de crise que não pode ser aceita pela sociedade, seja pelos moradores na cidade que precisam de um interior que produza, e que ganhe dinheiro, seja do homem do campo que precisa de orientação técnica para produzir bens e ter lucro.

Nos momentos em que os insumos estão caríssimos e em que os preços dos produtos estão baixos, é através da assistência técnica que leva a tecnologia ao produtor, que este poderá sobreviver, vencer a crise.

Ora, se a assistência técnica oficial em crise por dificuldades financeiras e se o agricultor não pode pagar a assistência técnica particular, se conclui que a

produção irá mal, que o produtor trabalhará muito para ganhar muito pouco, que as cidades ficarão mais pobres, enfim, o país sairá perdendo.

A crise da EMATER, a falta de verbas para a instituição, faz com que seus técnicos estejam ganhando baixos salários, o que desestimula, uma vez que o supermercado e o restante do comércio e o valor do aluguel, desconhecem o congelamento. Conclusão: todos perdem, desde o agricultor até o comércio.

A situação chegou a um ponto crítico que levou os empregados da EMATER, dia, 13 de novembro, a paralisarem suas atividades por um dia, ao mesmo tempo em que, em Santa Maria fizeram uma reunião para avaliar a situação.

O atual nível salarial é extremamente baixo, abaixo do que vigora no mercado de trabalho, a ponto de ser inferior ao salário dos professores da Universidade de Passo Fundo, no caso de técnicos de nível superior.

Como a imprensa tem noticiado, apesar dos problemas financeiros da UPF, a reitoria está em negociações com os professores a fim de evitar uma greve.

No caso da EMATER, os funcionários em primeiro lugar querem que lhes seja pago o que já foi conquistado, para, numa segunda fase, discutir um aumento salarial. Nada mais justo num regime democrático.

Sabemos que o governo federal, e o governo estadual estão com problemas. Por outro lado, também, sabemos que os agricultores tem todo o direito de receber assistência técnica, com a qualidade e a dedicação que caracteriza o trabalho dos funcionários da EMATER/RS.

No governo estadual a imprensa tem noticiado, continuamente, a presença de marajás, que nada fazem, e de funcionários fantasmas, de funcionários com 3,4 ou até mais empregos no estado. Não vamos sequer falar dos funcionários que comparecem ao serviço e que, na ausência do que fazer, ficam batendo papo, nada produzindo para a sociedade.

Para finalizar, fica a pergunta: porque negar, ou por que retardar o pagamento de um justo salário aos que realmente, trabalham, com a dedicação que tem marcado a Emater/RS.

O Nacional

14/11/1987



Você sabe o que significa a palavra impunidade? Mesmo que as pessoas não saibam definir exatamente o significado desta palavra, certamente todas tem ideia do que possa significar. As definições podem variar bastante, porém num ponto todos tem a mesma opinião: ninguém gosta de ver culpados fugindo do castigo merecido, fugindo da justiça, os crimes ficando sem a punição merecida. Quanto mais atrasado, quanto mais pobre, quanto mais fracas forem as instituições políticas de um país, maior será o número de crimes que ficarão sem punição. Por que? Porque a população esta acostumada a conviver com a ideia de que a impunidade é algo normal, de que as coisas são assim mesmo, não adianta lutar ou para que se incomodar se não tenho nada a ver diretamente com o assunto. Nada mais errado. Direta ou indiretamente todo o crime que fica impune afeta os direitos da sociedade, das pessoas que lutam, honestamente, para sobreviver. Na medida em que nos acostumamos em ver a lei sendo desrespeitada, seja por um ladrão de galinhas ou por um ladrão de alto nível, na antiga arte de enganar o próximo, passamos a aceitar o roubo como algo normal.

O povo brasileiro já cansou de ouvir falar em roubo, principalmente dos ladrões que não sujam as mãos carregando facas, paus ou revolveres. O crime com violência é o que mais choca a população, justamente por ser violento. Como toda ação criminosa esta é uma ação que preocupa, mas que em grande parte é fruto da pobreza em que vive grande parte da população, além das pessoas que não conseguem se ajustar na sociedade.

O que preocupa a nação é a impunidade que parecem ter as pessoas que, sem violência física, dão os grandes golpes na sofrida população, como desvios de dinheiro, suborno por comissão nas compras, recebimento de favores indevidos (belos presentes, viagens, férias totalmente pagas, depósitos em contas no exterior, bons empregos após a aposentadoria,). Enfim, enquanto a maioria trabalha duro para ganhar honestamente a vida, alguns gosam a vida a custa dos que trabalham, certos de que, mesmo que seus crimes venham a ser descobertos,

apesar da confusão inicial, no fim tudo dará certo e poderão continuar vivendo como se nada tivesse acontecido. Em linguagem clara, eles sabem que, se tiverem, bons advogados, é muito provável que sejam absolvidos.

Está na hora da imprensa, das associações de consumidores, dos clubes de serviço e demais tipos de associações, começarem a cobrar da justiça, das autoridades que dizem representar o povo, o que tem acontecido com as pessoas que tem sido denunciadas por crimes. Afinal, se as pessoas que tem maior responsabilidade social perante a nação se cala, se omitem, não será o povo que é pobre e desinformado que irá cobrar das autoridades notícias sobre os ladrões de alto nível chamados de ladrões de colarinho.

Ainda continua válido o velho ditado: quem cala consente, seja rico ou seja pobre.

Vamos citar alguns exemplos da Velha e da Nova República: o que aconteceu com o escândalo da CAPEMI: já foram punidos os responsáveis pela quebra do Banco Sul Brasileiro? ; as acusações contra o ex-ministro da justiça Abi Ackel eram ou não verdadeiras? Os responsáveis pela tentativa de construção da Ferrovia do Aço, dinheiro posto fora, foram responsabilizados?

A técnica dos culpados é simples: retardar ao máximo na justiça, quando chegam a ser chamados, o fim de que o tempo se encarregue de fazer com que a população esqueça o seu roubo.

Sinceramente, não sei o que é pior: ver caminhando na rua o ladrão comum que já foi preso inúmeras vezes por crimes comuns {assalto, roubo de carro,...) ou ver na televisão as pessoas que são envolvidas em grandes escândalos na área do governo ou da iniciativa privada e que depois do escândalo inicial, continuam vivendo a sua boa vida sem que a população saiba, afinal, se são pessoas inocentes que foram envolvidas nos roubos ou se são mesmo ladrões.

Ambos são ladrões, roubaram, porém um é impune porque acha que vai poder continuar enganando a policia e o outro se julga impune porque acha que sua posição não permite ser preso. Qual a sua opinião?

O Nacional
Passo Fundo



Eficiência, palavra pequena e de amplo significado. Para muitos eficiência é algo ligado à exploração capitalista do trabalhador. É o capital querendo cada vez mais proveito da mão de obra assalariada. Para outros é o uso adequado das habilidades individuais no trabalho, em troca de uma justa remuneração.

Se no passado eficiente era uma palavra própria do sistema capitalista, atualmente, mesmo nos sistemas socialistas, esta palavra está ficando cada vez mais presente nos discursos dos líderes russos e chineses. Porquê? Está mudando a filosofia socialista? Não creio. O que deve estar acontecendo é a simples constatação de que mesmo as economias socialistas, a exemplo das capitalistas, necessitam usar os recursos escassos da economia da melhor forma a fim de atender as crescentes aspirações de melhor nível de vida de sua população. Conseqüentemente, as pessoas estão sendo estimuladas a trabalharem com maior eficiência e, principalmente, as empresas estatais estão sendo obrigadas a produzir eficientemente.

Cada vez mais, tanto o mundo capitalista como o mundo socialista, concluem que diante da dura realidade da escassez de recursos materiais e da crescente reivindicação da população por melhores níveis de vida, nas áreas de saúde, educação, transportes, alimentação, vestuário, bens de uso doméstico e lazer, somente resta a saída de usar cada vez mais eficientemente os escassos recursos disponíveis.

Normalmente, na área socialista os órgãos centrais de planejamento são encarregados de tomar todas as providências necessárias para que a população e o país possam progredir. Nos países capitalistas, em que a interferência do estado é mínima, fica a cargo da livre iniciativa a responsabilidade de atender aos desejos da população que busca no livre comércio a satisfação de seus desejos de consumo de bens ou de serviços.

No Brasil, que, teoricamente, é um país capitalista, a situação é complexa. Na verdade, temos aspectos de puro capitalismo com ampla liberdade à iniciativa privada; temos aspectos de capitalismo de estado em que as empresas estatais competem com as da livre iniciativa e temos ações do estado que são típicas de países socialistas. Enfim, temos um pouco de tudo e, como não poderia deixar de ser, o resultado é uma grande confusão na economia. A confusão é tanta que parece que todos mandam e, ao mesmo tempo, todos são mandados. Resultado: gasta-se muito mais que o necessário para obter o mesmo ou até um resultado menor.

Tradução: como país, ainda somos ineficientes. Sem dúvida, em alguns setores estamos muito adiantados, como no caso da indústria dos armamentos ou da tecnologia própria para fabricar bombas atômicas. Entretanto, ainda não temos um sistema social eficiente que evite as crianças morrerem de fome ou nos mostramos incapazes de, rapidamente, enfrentar um acidente nuclear como o ocorrido em Goiânia.

A nível de governo, a confusão aumenta enormemente. Segundo reportagem do jornal Gazeta Mercantil (16/11/87), são 513 as entidades governamentais que compõem a administração Indireta. Em 1946 tínhamos dez ministérios e hoje temos 28, em parte devido as necessidades do crescimento do país e, talvez, principalmente, devido a ação dos burocratas que adoram criar novas, repartições. Resultado hoje, temos 22.000 escritórios federais espalhados pelo país sob diversas siglas. A confusão é tanta que, somente para interferir e formular a política nacional de abastecimento e de preços existem nada menos que 48 órgãos ministeriais. É fácil imaginar a confusão que gera uma ordem presidencial neste setor quando existem 48 órgãos, eficientes e ineficientes, para cumprir as determinações. Resultado: burocracia, gasto desnecessário do dinheiro público, descrédito do governo, ou seja, alta ineficiência.

Segundo o censo do funcionalismo federal, concluído há 5 semanas, existem 1,5 milhão de funcionários. Ficam as perguntas: será possível administrar, com eficiência, toda esta mão de obra? Será que todas são realmente indispensáveis? Será que todas as atividades exercidas pelo serviço público, federal ou estadual, devem ser por ele exercidas ou podem ser ao menos algumas, transferidas à iniciativa privada? Será que não chegou a hora do repensar o que o estado deve ou não devo fazer?

O Nacional Passo Fundo



Que a vida está difícil é algo que nem se discute. Que estamos vivendo numa época de incerteza sobre o futuro político e econômico do país, sobre nossa família, nosso emprego, também não se pode negar. Enfim, não só os gaúchos, mas todos os brasileiros estão vivendo uma época de incertezas. Alguns dirão que a culpa é do governo, outros dirão que é coisa das multinacionais e do capitalismo sem pátria e opressor. Outros dirão que os culpados são os que querem introduzir o socialismo no país e que estão querendo desestruturar nossa economia. Enfim, cada um tem uma opinião que deve ser respeitada.

Mas, será que esta grande confusão que estamos vivendo tem explicações tão simples? Será que as causas não são muito mais complexas? Acho que sim. Afinal de contas o ser humano não é uma simples máquina que pode sofrer regulagens para trabalhar com maior ou menor velocidade de trabalho. Ainda bem que o ser humano é algo muito complexo e muito sensível.

Podemos com tranquilidade, afirmar que a origem dos nossos problemas está na incapacidade dos governantes em atender, em compreender as mudanças que a sociedade, o povo deseja.

O homem, de maneira geral, vive em função de si mesmo, da sua família, do seu emprego, do grupo social em que vive, da sua religião, do seu Deus. Os políticos e os governos dos municípios, do estado ou do país, embora influenciem a sua vida, não ocupam o mesmo nível de destaque.

Sem dúvida, a humanidade tem conseguido evoluir em todos os sentidos, embora ainda não tenha conseguido eliminar a miséria, a fome, as grandes desigualdades sociais.

Nesta época de Natal e de Ano Novo em que todos deveriam viver momentos felizes, constatamos que a nossa sociedade ainda tem muito a realizar. É a economia que não funciona, são os políticos que não se entendem, na constituinte

que praticamente parou, o patrão que não quer dar aumento, o preço do feijão que subiu, a gasolina que aumentou e muitos outros problemas.

Vamos entrar em 1988, teve mais problemas que em 1987, que foi um ano também cheio de problemas e assim mesmo conseguimos sobreviver. Ninguém deve ser conformista e simplesmente aceitar as coisas como sendo algo que não pode ser mudado. O importante é não perder a fé no amanhã, é preciso lutar para que o amanhã sempre seja melhor do que o dia de ontem. É assim que a humanidade tem progredido: lutando sempre. A luta é permanente, o que muda são os métodos.

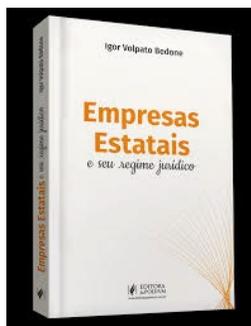
Cada vez mais todos tem mais obrigação de participar das grandes mudanças que a humanidade está sofrendo.

O Brasil já viveu épocas de piores crises que a atual. Temos conseguido crescer porque nós acreditamos neste país. Somos um povo que tem uma imensa capacidade de trabalho. No momento estão nos faltando líderes, ao passo que estão sobrando aproveitadores da miséria e da ignorância.

O Nacional
Passo Fundo
Dezembro de 1987

Empresas estatais: serão todas necessárias?

17/12/1987



O mundo em que estamos vivendo em 1987, apesar de não ter mudado muito em relação aos últimos 40 anos, ainda assim mostra sinais de importantes mudanças. Ainda não conseguimos eliminar a fome, a miséria, a ignorância, os grandes desajustes sociais entre os homens e entre as nações.

Se por um lado o homem tem apresentado mudanças importantes em seu comportamento, na sua maneira de viver, por outro lado a figura do Estado, seja capitalista, ou seja, socialista, também tem apresentado algumas mudanças. Como cada sistema de governo tem suas vantagens, a humanidade espera que no futuro os dirigentes políticos saibam aproveitar o que tem de melhor no socialismo e no capitalismo e criar um novo sistema político que elimine mais rapidamente os problemas da humanidade e que elimine, para sempre, a expectativa de guerras convencionais ou nucleares.

Mas, enquanto não chegamos ao Estado ideal, precisamos conviver e discutir os inúmeros problemas que hoje nos atormentam. Um deles é a ação do Estado na economia brasileira. Não se quer, de forma alguma, dizer que o governo deve ficar alheio a economia e que esta deve ficar só sob-responsabilidade da livre iniciativa, como no passado apregoava Adam Smith. A questão se concentra na seguinte pergunta: até que ponto o Estado deve interferir na economia e em que setores?

No Brasil a ação do Estado começou, na prática, com a criação da usina siderúrgica de Volta Redonda, ainda durante a Segunda Guerra Mundial, que foi a base de todo o enorme complexo siderúrgico nacional. A luta pelo petróleo nacional, que culminou com a criação da PETROBRÁS, é um belo exemplo da união das forças populares com a ação política do Estado.

Poucos, muito poucos, foram os jovens que ficaram alheios à luta política que antecedeu a criação das primeiras empresas estatais nacionais. Como ficar alheio aos movimentos que ocorriam nas ruas, na imprensa, no local de trabalho? Era a nação brasileira gritando, bem alto, que a dominação estrangeira deveria acabar.

Mas acabar aonde? Acabar nas comunicações (telegramas, telefone), na energia (eletricidade, petróleo) e em toda uma série de atividades essenciais.

Também não se quer dizer que no Brasil devam existir somente empresas nacionais, estatais ou privadas. No complexo mundo em que vivemos, em que nenhum país pode se isolar dos demais, isto não é possível.

O problema consiste em saber dosar, tanto a ação do capital estrangeiro, como a ação do capital nacional, seja estatal, ou seja, privado.

O gigantismo do governo federal pode ser avaliado pelo número, inadmissível, de órgãos que podem ordenar despesas, que podem gastar o dinheiro público, que são 2.586. É fácil deduzir que é praticamente impossível ao Tribunal de Contas da União - TCU fiscalizar se todo o dinheiro público está sendo bem utilizado. O próprio TCU considera este imenso complexo estatal "quase inadmissível".

É tão difícil controlar as empresas estatais que há alguns anos foi criada a Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais - SEST. O volume de recursos com que estas empresas lidam é enorme, sendo equivalente a U\$ 119,4 bilhões de dólares (superior a dívida externa brasileira) ou equivalente a 44% do Produto Interno Bruto PIB.

O problema, além do controle destas empresas, consiste em saber se todas são realmente necessárias, se todas devem ser controladas pelo Estado. Como sabemos que o Estado é uma entidade política, é fácil deduzir que, apesar da boa organização que estas empresas devem ter, a ação do Estado, devido a interesses políticos pode vir a prejudicá-las. E quem acaba pagando o prejuízo? Obviamente é o governo, ou seja, nós o povo que acabamos tendo que pagar mais impostos.

A nação brasileira espera que, após a constituinte encerrar os trabalhos da nova constituição, os políticos comecem a olhar para a eficiência da máquina governamental, a fim de que a sofrida população não venha a ter que continuar pagando cada vez mais impostos para cobrir a ineficiência dos nossos governantes em administrar o Brasil.

O Nacional -Passo Fundo

17/12/1987

O Brasil em 1988: Politicagem ou trabalho?

10/01/1988



Nenhum país, em qualquer lugar do mundo, seja capitalista, ou seja, comunista, pode crescer, pode aumentar o nível de vida da população se não houver um mínimo de organização interna. Organização em leis que atendam as necessidades da sociedade e que sejam obedecidas, organização do sistema educacional de acordo com as aspirações da população, organização dos sistemas de saúde e de previdência social, organização da força de trabalho e dos demais sistemas produtivos e, também, um mínimo de organização das forças políticas. O Brasil, pelas suas riquezas naturais, sua dimensão, pela força de vontade do seu povo, poderia ser um paraíso. Contudo, o que estamos vendo há muitos anos? Continuamos um gigante adormecido, que faz de conta que não vê o quase total desrespeito as leis. Normalmente só valem para os que têm pouco dinheiro; um sistema educacional falido e inadequado às necessidades de um país que se diz a 8ª economia mundial; um sistema de saúde precário e uma previdência que não ampara adequadamente os aposentados e massacra os mais idosos; uma força de trabalho que é simplesmente jogada no mercado de trabalho sem a oportunidade de melhorar a qualificação profissional; e um país em que os partidos políticos ainda não passam de, em sua maioria, de grupamentos de pessoas que buscam defender, acima dos reais interesses do povo e da nação, os seus interesses particulares.

Os políticos brasileiros estão devendo explicações a população, sejam vereadores, deputados ou senadores.

O Brasil não pode continuar parado, enquanto a classe política adia cada vez mais a definição da nova constituição. Enquanto grupos de esquerda, centro e de direita, tentam impor seus pontos de vista políticos, além de tentar conservar seus interesses econômicos e políticos, o país vive uma crise gravíssima. Crise da falta de ter em quem acreditar, crise da desilusão. Temos excesso de falta de vergonha e temos

falta de políticos realmente interessados em ajudar a melhorar o nível de vida no país.

Como é fácil gastar o dinheiro público: vereadores que vão ao Norte do país com despesas pagas (em alguns casos até para as esposas) Com a desculpa de assistir congresso; prefeitos que vão a Europa a pretexto de assistir congressos "frios", conforme foi amplamente denunciado na imprensa; contratação de funcionários muito acima das necessidades a nível de deputados e de senadores, sem falar nos "famosos trezinhos da alegria"; distribuição de verbas pessoais, ou seja do povo que as pagou através de impostos, como se fosse favor dar ao povo o que dele foi retirado.

Em 1988, o Brasil precisa aprender que sem produzir, sem trabalho, não adianta querer ficar só fazendo política. Política quando feita em benefício do povo é algo bom e desejável. Mas, o que assistimos em 1987? Um ano de politicagem que em muito prejudicou o país. O Brasil parou, os empregos sumiram, a especulação voltou e, junto com ela, aumentou a miséria.

Não será com discursos demagógicos, greves de cunho político, promessas sem sentido, que voltaremos a restabelecer a confiança do povo neste país e na classe política. É preciso que, com a máxima, urgência, sejam definidos os destinos políticos da nação, a fim de que todos possam voltar e trabalhar com segurança. Seja do vendedor de pipocas que viu o povo sumir da praça, seja o dono da pequena serralheria, seja o comerciante, ou seja, o grande industrial. Ninguém gosta de trabalhar no escuro, na incerteza. Infelizmente, 1988 será um ano político. Tomara que os responsáveis pela vida política da nação também se lembrem que, além da política, uma nação precisa ter condições de trabalho para que, as enormes injustiças que já existem, não aumentem ainda mais.

O Nacional
Passo Fundo
10.01.88

Motins em presídios: Informação ou sensacionalismo?

11/01/1988



Vendo os noticiários na televisão ou lendo os jornais, constatamos que algo de errado deve estar ocorrendo em relação ao destaque das notícias. Seria de se esperar que ao encerrar o ano de 1987, que foi um ano cheio de apreensões, incertezas, problemas de toda a ordem, a imprensa procurasse trazer boas notícias para colaborar com o espírito de Natal e de Ano Novo. Depois de colher tanta tristeza chegou a hora de semear um pouco de esperança.

Mas, o que vimos ao findar o ano de 1987? Tristemente, constatamos nos jornais das capitais e nas televisões cenas de violência, assaltos, assassinatos, raptos, motins em presídios.

A verdade não deve ser escondida, a informação não deve e não pode ser ocultada do público. Todavia, há várias formas de informar à sociedade o que está ocorrendo, sejam boas notícias ou sejam ruins, É uma questão de sensibilidade, de respeito ao público.

Vamos tomar, por exemplo, os recentes motins em presídios. Todos sabem que as condições humanas nos presídios são ruins, que os prédios estão superlotados e que há casos de injustiças. Também é compreensível que os presidiários tentem fugir, pois a liberdade é um dos mais sagrados direitos. Porém, não podemos esquecer que presídio não é colônia de férias. Também não devemos esquecer que se alguém foi preso deve ter sido em razão que algum crime contra a sociedade e que a justiça exerceu seu poder de retirar do meio da sociedade as pessoas que não souberam conservar sua liberdade.

Mas o que tem acontecido no noticiário da televisão e dos jornais das capitais? Em minha opinião, muito mais do que informar ao público, parece que está havendo uma exploração sensacionalista da miséria humana que é a vida dentro de um presídio. É lógico, que as condições de vida dos presidiários devem ser melhoradas, a fim de que a cadeia deixe de ser um depósito de pessoas e, ao menos para os que ainda podem ser recuperados, sejam dadas condições de,

enquanto pagam por seus crimes, possam ser preparados para serem reintegrados à sociedade.

O que não pode continuar acontecendo é o destaque que esta sendo dado aos motins nos presídios. Até parece que não há nada acontecendo no país, uma vez que as manchetes dos jornais, principalmente de Porto Alegre, são dedicadas, com o maior sensacionalismo, a um tipo de notícia que deveria ficar restrito somente as páginas policiais. A televisão chegou ao absurdo de interromper por várias vezes, a programação normal na noite de sábado para mostrar cenas e comentários aos expectadores. Quem diz que a cansada população brasileira gosta de ser, permanentemente, abastecida com cenas de violência? Já não chega a violência que o povo é obrigado a assistir ao vivo, nas ruas? Como já afirmei nada deve ser ocultado ao povo. A chave do sucesso da informação é a maneira de abordar o assunto, a exemplo das reportagens de Fátima Trombini e Zulmara Colussi, em O NACIONAL, mostrando a miséria nas vilas de Passo Fundo. Foi um exemplar trabalho jornalístico, que lhes valeu um merecido prêmio. Para informar não é preciso agredir.

O Nacional-Passo Fundo

11/01/1988



Tem sido tradição ouvir a seguinte expressão das pessoas quando questionadas sobre assuntos políticos: não tenho opinião, pois isto é assunto de político e, portanto, não me diz respeito. Será que este posicionamento é correto? Talvez sim, talvez não. Afinal de contas nem todos gostam de discutir assuntos políticos. Mas, quando os políticos discutem aspectos fundamentais para a vida do país, é de se esperar que, as pessoas ao menos acompanhem a evolução das discussões sobre os assuntos que irão influenciar a vida econômica e social de cada cidadão.

Outro aspecto que chama a atenção é a absoluta falta de acompanhamento do trabalho do político que foi eleito com o voto dado conscientemente ou porque lhe disseram que a pessoa iria trabalhar, que tinha boas propostas para melhorar a vida dos brasileiros. O que se constata é um completo desligamento entre o político eleito e o eleitor. Os políticos, em sua maioria, vão cuidar de seus interesses a nível federal, estadual ou municipal, já pensando na sua reeleição, se possível para cargos mais importantes. Por outro lado, após colocar seu voto na urna, o cidadão vira as costas e diz: cumpri meu dever cívico. Grande mentira, grande ilusão. O ato de votar é talvez, o menor e mais simples ato de participação cívica. O ato que exige um mínimo de acompanhamento da vida política dos candidatos eleitos, este sim, representa o cumprimento de um verdadeiro dever, cívico, uma vez que exige um mínimo acompanhamento do que o político eleito com o seu voto está realizando ou deixou de realizar.

Participar da vida política da nação, participando somente no dia da votação, é um sério ato de OMISSÃO POLÍTICA. Como criticar os políticos se os eleitores não os fiscalizam? A maioria dirá: não tenho tempo para isso. A resposta é, aparentemente correta. Todavia, se explica, não justifica a omissão.

O ideal seria que os políticos eleitos realmente trabalhassem da forma como prometem nos discursos feitos nos palanques das praças públicas, como escrevem nos panfletos e "santinhos" com a sua fotografia, e falam no rádio e na televisão. Infelizmente, sabemos que a realidade é bem diferente. Muito do que foi escrito e falado não passou de pura demagogia de época de eleição. E por que

isso? Entre outras razões, é porque prometer o impossível já faz parte dos hábitos da política brasileira; porque o povo ainda não aprendeu a votar em pessoas que realmente querem ser eleitas para trabalhar para seu município, seu estado e seu país. Não é demais dizer que muitos querem ser eleitos para fazer do cargo político uma plataforma, um apoio às suas ambições econômicas, sejam pessoais ou dos grupos econômicos que os apoiam.

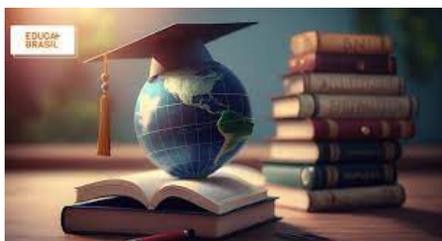
Ora, se os políticos recebem um salário para trabalhar em nome do povo, em nome dos eleitores, o mínimo que se pode exigir é que trabalhem bem, que justifiquem o seu salário; porque afinal eles são empregados do povo. Qual é o patrão, o empregador que após assinar a carteira de um empregado, durante 4, 5 ou mais anos, vira as costas e não toma sequer conhecimento do que o seu empregado está fazendo? É, claro que esta empresa não existe, já faliu ou então está em concordata. Não se quer dizer com estas colocações que, ao menos uma parte razoável dos políticos sejam incapazes de exercer com eficiência o mandato para o qual foram eleitos. Mas, como já diz o velho ditado: "é o olho do dono que engorda o boi". Todo gaúcho sabe a importância deste ditado. O eleitor brasileiro precisa aprender a acompanhar a vida política, o trabalho dos homens que elegeu ou dos que pensam em ser eleitos.

Não adianta reclamar, pura e simplesmente, dos políticos, desde os vereadores até os senadores, senão acompanhamos seus acertos e seus erros.

O Brasil está vivendo momentos de intensa vida política. Estamos na véspera de uma nova constituição,

Brevemente deveremos ter eleições e fica a pergunta: estará você preparado para votar naqueles políticos que realmente trabalharam para o país? Será que você, com a sua omissão, não é o grande culpado, pois já diz outro velho ditado: "quem cala consente".

O Nacional
Passo Fundo
05.03.88



Discutir assuntos relacionados a educação deveria ser uma atividade permanente entre as atividades daquelas pessoas que tem condições intelectuais para contribuir para a melhoria da vida da nação.

Educação não é um assunto que deva ficar restrito somente aos professores e aos tecnocratas ou aos políticos. Educação é algo muito mais abrangente, pertence ao povo. É obvio que o processo de discussão deve ser conduzido pelas pessoas que trabalham diariamente com o tema educação. Todavia, jamais estas pessoas podem ignorar as opiniões dos demais segmentos da sociedade.

Na América Latina, os sistemas educacionais da Argentina, Chile e Uruguai, certamente devem ter sido fundamentais para que estes países tenham alcançado, no passado, os progressos econômicos e sociais que os projetaram perante as demais nações latino-americanas. No Brasil, o sistema educacional do Rio Grande do Sul, sempre foi considerado como de alto nível. As características sociais da população gaúcha, aliadas a uma boa base educacional, sem dúvida, são as principais componentes para a formação da geração de políticos que tem atuado no político nacional.

O ensino público no Rio Grande do Sul há vários anos está perdendo a força e o dinamismo que o caracterizava no passado. As causas são várias e são complexas. Não existe um grande culpado que possa ser crucificado perante a opinião pública para justificar a crítica situação atual do ensino público gaúcho.

Um exame de consciência de cada um de nós levará a uma resposta comum: todos somos culpados, alguns mais do que os outros. A falta de liberdade para discutir os caminhos políticos da nação, como o caminho da educação, não permitiu que nos tempos da Velha República as pessoas pudessem manifestar suas opiniões. Opiniões sobre o tipo de ensino, sobre as condições materiais das escolas, sobre o número e a qualificação dos professores e sobre a remuneração salarial do professor.

Não tenho certeza, mas creio que foi a partir do governo Amaral de Souza que as finanças públicas do Rio Grande do Sul atingiram um ponto crítico: a arrecadação

ficou muito próxima ou até inferior aos gastos com a folha de pagamento do funcionalismo. Perante uma situação de desequilíbrio, o que deveria ter sido feito? No mínimo os gastos governamentais deveriam ter sido congelados ou até diminuídos, ao mesmo tempo em que deveriam ter sido tomadas medidas para aumentar a receita do governo, através de novos investimentos na economia. Mas será que foi isto que aconteceu? Não, a folha de pagamentos continuou crescendo o número de funcionários e a economia gaúcha praticamente parou. Resultado: como a iniciativa privada não foi capaz de absorver a mão de obra que ano a ano entrava no mercado de trabalho, o governo abriu as portas para abrigar estas pessoas, que somente buscaram o sagrado direito de trabalhar. No caso da educação, este processo hoje está na manchete dos jornais, em que os professores estaduais e o governo do estado estão discutindo a implantação do Quadro de Pessoal por Escola-QPE. Não quero entrar em detalhes da situação atual, mas posso afirmar que mais cedo ou mais tarde, algo semelhante teria que acontecer.

Como já disse, não existe um único culpado, Entretanto uma afirmação pode ser feita com toda a tranquilidade: a irresponsabilidade dos políticos que forçaram o emprego de milhares de professores em troca de favores políticos, em vez de lutar pela abertura de concursos públicos, é uma das causas da atual situação do ensino público gaúcho. Espero que, para o bem da população gaúcha, nos próximos anos o ensino público gaúcho possa voltar a ter igual ou até maior qualidade que o ensino privado. Também espero que o concurso público volte a ser a única porta de entrada para a carreira de funcionário público, o que é a única maneira para que os incapazes e os oportunistas não possam roubar o lugar dos realmente capazes de compor o quadro de funcionários públicos. Como consequência natural da volta de um bom sistema de educação pública no Rio Grande do Sul, tenho a certeza de que os gaúchos voltarão, por força do sistema educacional e da sua economia, a ter um melhor padrão de vida, assim como terão, novamente, forças para voltar a defender seus interesses na dura disputa com os demais estados.

O Nacional Passo Fundo

21.03.88



Estamos vivendo a época dos supermercados, nos quais tudo é rápido, acessível aos olhos e às mãos e, quase sempre, mais barato que nos pequenos armazéns.

Na vida moderna, em que, aos poucos, a humanidade está ficando escrava do relógio, em que o tempo está ficando cada vez mais escasso, as pessoas procuram "ganhar" tempo. Em vez de comprar várias mercadorias em vários lugares, os consumidores optam por comprá-las em supermercados ou nos "shopping centers". Em grandes cidades, como São Paulo, a tendência é concentrar o máximo de tipos de mercadorias nos "shoppings", que são verdadeiras minicidades dedicadas ao lazer e ao consumo.

Mas, e nas cidades de médio porte, como Passo Fundo, como andam as relações produtor-comerciante-consumidor? Digamos que estamos num estágio inicial, com fortes sinais de concentração de áreas de vendas de produtos e serviços.

No setor de gêneros alimentícios a cidade está bem, com várias redes de supermercado servindo, inclusive, a compradores de outros municípios.

Em relação a produtos típicos de pequenas propriedades, como verduras em geral, frutas, tubérculos e raízes, apesar da cidade estar bem abastecida, achamos que está faltando uma maior presença da tradicional figura das feiras-livres, tão eficientes e numerosas no passado.

Na cidade de Pelotas, as feiras-livres ainda mantêm a tradição de serem realizadas em vários locais da cidade, com grande número de compradores em virtude da boa qualidade e quantidade dos produtos de origem vegetal e animal. Aparentemente, são os próprios agricultores que vendem seus produtos, tais como doces caseiros, verduras, frutas, tubérculos, raízes, ervas de chás, flores, e até produtos de origem animal (carne, linguiça, morcilha...). O grande número de compradores é o melhor testemunho do apoio da população a este antigo sistema

de comércio. Não sei quem é o responsável pela organização da feira: podem ser os próprios feirantes, a EMATER, a Secretária da Agricultura do Município de Pelotas ou um acordo entre as partes.

Na realidade, em alguns tipos de produtos, principalmente os perecíveis, os compradores gostam de escolhê-los, apalpando-os, manuseando-os e, finalmente, decidindo se convém ou não os comprar. Este método de compra é tão forte nos hábitos de consumidor, que os supermercados de Passo Fundo e de diversas cidades, adotaram o sistema de deixar para o consumidor a escolha da quantidade e da qualidade nas secções de frutas, verduras e outros produtos de alimentação.

Passo Fundo, bem que poderia voltar a incentivar as feiras-livres, ambulantes, incentivando-as, num sistema de rodízio, a servir a maioria dos bairros. Este é um dos bons sistemas para aproximar o produtor do consumidor, na expectativa de, eliminando intermediários, o produtor aumentar a sua margem de lucro e, se possível, diminuir o custo ao consumidor.

Segundo sei, aproximar o produtor e o consumidor é um dos objetivos dos sindicatos rurais, das secretarias de Agricultura Estadual e Municipal e da EMATER. Fica a pergunta: será que o sistema de feiras-livres em Passo Fundo não pode ser expandido de forma e atender vários bairros? Com a palavra os órgãos públicos e de produtores com interesse no assunto, que é tão importante para os produtores, consumidores e para a cidade de Passo Fundo.

O Nacional Passo Fundo

30.03.88



Venceu o presidencialismo. E mais, venceu com 5 anos. E agora? Será que o Brasil estará a salvo de todos os problemas que hoje perturbam a vida e tiram o sono de milhões de brasileiros? Não, certamente não. Como sabemos, os nossos problemas são muito mais complexos e difíceis de serem solucionados.

Afinal de contas, o que vem a ser um presidente? O que representa ser governado por um presidente?

Porque será que as pessoas se preocupam tanto em saber quem vai ser o presidente? Ora, se sabemos que um homem, por mais esforçado que seja, não passa de um homem com as limitações que atinge a cada um de nós, com o tempo disponível, a resistência física, capacidade de julgamento limitada. Não é lógico que se espere que um presidente, que é um homem igual a cada brasileiro, possa trabalhar como se fosse um super homem. Como este super homem, que também poderia ser chamado de super pai do Brasil, não existe, nasce a necessidade de cada brasileiro assumir, junto com o seu presidente, uma parcela da responsabilidade de ajudar a governar este país. País que pertence a todos nós e não somente ao presidente.

Mas como posso ajudar a governar este país, se tenho que trabalhar o dia inteiro? Esta pergunta, feita pela maioria dos brasileiros tem uma resposta simples. Como? Através dos deputados federais e dos senadores que são os representantes do povo junto ao governo federal. Mas, ha uma condição muito importante para que este esquema de participação realmente funcione. É preciso que o deputado ou o senador no qual você votou, esteja realmente interessado em fiscalizar os atos do presidente e de seus ministros. É preciso que estes homens de sua confiança levem à câmara federal e ao senado, constantemente, as preocupações da população e as sugestões para melhorar a eficiência do governo federal.

Infelizmente, sabemos que boa parte destes homens que foram eleitos para representar o povo junto ao governo federal, foram eleitos sem que o eleitor realmente soubesse em quem votou. A eleição de muitos foi conquistada na base de rios de dinheiro em propaganda, preocupada em mostrar a cara sorridente do

candidato, em troca de camisetas, churrascos e, muita promessa de emprego na prefeitura, no governo estadual ou no federal. Porém, o mais importante foi esquecido pela grande maioria. Poucos, muito poucos, foram os atuais políticos eleitos que discutiram, abertamente, suas ideias. Ora, se uma pessoa vota em outra sem conhecer as ideias dessa pessoa que será sua representante, na verdade ela assinou uma procuração em branco. Se ninguém tem coragem para assinar uma procuração em branco e dar para um desconhecido que passa sorridente na rua, fica a pergunta: porque dá-la a pessoas que irão ajudar a governar o país e, por consequência, a nossa vida?

Um dos grandes defeitos do presidencialismo em vigor no Brasil e do sistema que foi aprovado na Constituinte, que na prática será o mesmo, é a representatividade e o modo de trabalho dos deputados e senadores. Um número muito grande destes que dizem ser representantes do povo, quase não comparecem no seu local de trabalho, na câmara ou no senado. Na elaboração da nova constituição tem sido comum observar o plenário quase vazio.

O regime presidencialista não é ruim. Pode ser até excelente. Só uma condição: que o presidente tenha os seus atos fiscalizados por deputados e senadores que tenham sido eleitos por sua capacidade de trabalho, por suas ideias e não pela sua capacidade de corromper o eleitor comprando votos. Assim, cercado de homens dispostos a trabalhar pelo Brasil, o presidente não poderá corromper e também não será corrompido. E, este é o Brasil que precisamos.

Passo Fundo

07.04.88

Não se mexe no time que está ganhando!

12/04/1988



Diz o ditado popular: não se mexe em time que está ganhando. Não interessa se o time é de futebol ou se representa um grupamento de pessoas que trabalham na área de produção ou na de prestação de serviços, como na área bancária.

Há vários meses, periodicamente, tem surgido notícias sobre a extinção das Caixas Econômicas Estaduais dos Estados de São Paulo, Goiás, Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Em teoria as Caixas seriam unidas aos respectivos bancos estaduais, sem nenhum prejuízo para os clientes e para os funcionários. Não sei se as Caixas dos outros Estados são competentes. A população gaúcha sabe que competência é algo que não falta aos funcionários da Caixa Econômica Estadual e aos demais bancários gaúchos.

O grande número de clientes da Caixa Econômica Estadual é a maior e a melhor prova de que os serviços oferecidos pela Caixa satisfazem os anseios da população gaúcha. Afinal de contas, ninguém é obrigado a ser cliente de um banco. Ora, se as agências bancárias da Caixa estão sempre repletas de clientes é porque estas pessoas estão satisfeitas. E, aí vem a pergunta: se os clientes estão satisfeitos, porque o Banco Central teima em divulgar notícias que pretende mexer na Caixa? Será que a modesta Caixa Econômica Estadual incomoda aos gigantes da área bancária como o Bradesco, Itaú, Real, Nacional, Bamerindus, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal?

Se a política do governo federal é, novamente, começar uma política de fusão dos bancos (o ex-ministro Delfim Netto já passou este filme há alguns anos), porque não estudar, por exemplo as seguintes possibilidades: Bradesco mais Itaú; B. Brasil e Meridional, BNCC e CEF. É óbvio que estes tipos de fusões não dão certo. De que adiantaria para um público um poderosíssimo grupo privado e outro grupo oficial? Se somos, ao menos em tese, um país, democrata em que predomina a iniciativa privada, porque concentrar Instituições bancárias? Só porque, talvez, este seja um dos compromissos do Banco Central com os grandes bancos estrangeiros? Serão as Caixas Econômicas tão importantes na denominada

Reforma Bancária? A quem interessa esta reforma? Aos gaúchos, certamente, não.

Pelo que sei a existência de um banco se deve, fundamentalmente, a confiança que os clientes nele depositam. E, confiança é o que não falta na nossa Caixa Econômica Estadual.

Ora, se o problema não é de confiança dos clientes, se não é técnico, então o problema só pode ser político.

O Rio Grande do Sul, ao longo de sua história, tem se caracterizado por um firme posicionamento político nacional. Não é típico dos gaúchos, simplesmente, baixar a cabeça e concordar com as ordens ditadas pelos burocratas do governo federal. Também não concordamos com as diretrizes políticas traçadas nos confortáveis gabinetes dos políticos, dos burocratas e daqueles que, apesar de se dizerem democratas, no fundo, tem imensas saudades do tempo da ditadura. Temos um passado, temos uma história cheia de lutas políticas e geográficas. O Rio Grande do Sul merece um mínimo de respeito.

Não podemos continuar sendo tratados pelo governo federal como se, devido a postura política independente, estivéssemos sentados numa espécie de banco dos réus. Creio que, a implicância do governo federal com a Caixa Econômica Estadual, fundamentalmente, é devida ao posicionamento político do Estado do Rio Grande do Sul. Não é nosso hábito andar de cabeça baixa perante os poderosos. Se não foi no passado, não é hoje e, em nome de nossa dignidade, não o será no futuro.

Dizem que este país é uma República Federativa. Na prática não somos. O excesso de poderes nas mãos do governo faz com que os governadores, se não quiserem ficar sem as verbas federais, tenham que sempre andar bem comportados em relação aos poderosos que se escondem em Brasília. É proibido criticar. Como criticamos, somos o Estado esquecido, que figura entre os que menos têm recebido verbas do governo federal. Sequer tivemos a honra de recebermos uma visita do Presidente da República Federativa do Brasil.

Finalmente, um pedido aos burocratas do Banco Central: por favor, nos respeitem e deixem a nossa Caixa Econômica Estadual trabalhar em paz.

O Nacional-12/04/1988



Viajar. Palavra interessante, que nos leva a pensar em conhecer novos ambientes, pessoas diferentes, enfim, viajar significa, na maioria dos casos, romper com o cotidiano, dar asas à imaginação, libertar o espírito desbravador. Afinal de contas, para que servem as estradas, além de servir para o transporte de cargas? A estrada, juntamente com o automóvel e o ônibus, não deveria deixar de ser um instrumento de lazer, teoricamente deveria ser tão segura, ou até mais, que o confuso trânsito de nossas cidades.

Se esta foi a realidade do passado, no presente a realidade nos mostra que ocorreram mudanças radicais, para pior.

Está se tornando um sério ato de risco de vida. Basta acompanhar os noticiários para vermos a quantidade incrível, e que cada vez mais cresce, de acidentes de todo tipo. Nada escapa: caminhão, ônibus, automóvel, moto.

Algo muito grave está acontecendo. Todos os dias a imprensa mostra cenas de destruição e, nós, expectadores e prováveis vítimas futuras, nada fazemos. Ou melhor, fazemos de conta que não temos nada a ver com esta situação. Isto é problema de quem viaja. Grande engano. Mesmo que o acidente não ocorra conosco ou com algum membro de nossa família, de uma forma indireta todos estamos envolvidos pelos acidentes que tem ocorrido nas estradas. Afinal de contas, quem acaba pagando o preço que significa a perda de vidas, dos ferimentos, de invalidez de pessoas, da destruição dos veículos? O grande preço é pago pela sociedade, que perde a participação das pessoas, que, a muito custo, foram criadas e educadas pela sociedade. Morrer de velhice é algo natural. Morrer de acidente em estradas é algo que a sociedade não pode aceitar.

O Brasil está ganhando mais uma medalha. A medalha do campeão de acidentes em estradas. Mas, por que tanto acidente? Quais as causas? Porque alguém não toma alguma providência?

Já houve época em que viajar de avião significava, sem razão, correr sério perigo. Hoje, milhões de pessoas usam o avião, e, apesar dos acidentes, é o meio mais seguro de transporte. Porquê? Simples, muito simples. No transporte aéreo as regras de segurança são rigidamente obedecidas. Este é o segredo: obedecer às regras de segurança.

E nas estradas, será que a segurança é obedecida? Não, é claro que não. Se o leitor não acredita, basta dar uma pequena saída e ficará convencido que na estrada está em vigor a lei da selva: salve-se quem puder e que sobreviva o mais forte e o mais esperto. Ninguém respeita ninguém. Automóveis de pessoas que não têm prática de dirigir em estrada, caminhões que abusam de seu tamanho, ônibus de linha regular ou de excursão e até motos.

As mínimas regras de segurança estão sendo desrespeitadas: limite de velocidade em 80 km/hora ninguém respeita e só não se é ultrapassado por caminhão numa subida muito forte: Caminhão em descida: saia da frente salve-se, porque ele vem a mais de 100 km/h. Mesmo à noite, quando menos se espera, um "pequeno" caminhão, destes com mais de 40 toneladas, invade sua faixa e, sem ligar a mínima para você, vem "voando" na sua direção, e se você não quiser morrer, saia para o acostamento. Se depois destas experiências você conseguiu chegar em casa, ainda não esqueceu os sustos e as cenas dos desastres que viu ao longo da estrada, agradeça a Deus e pergunte: será que conseguirei sobreviver na próxima viagem?

O Nacional
Passo Fundo
23.04.88



Quando o ex-presidente da França, Charles De Gaulle, disse que o Brasil não era um país sério, os brasileiros, consideraram que o país tinha sido gravemente ofendido. Terminou a Velha República, nasceu a Nova República e parece que certas atitudes do governo federal não mudaram. Parece que em muitas instituições públicas é extremamente difícil terminar com o hábito de punir o honesto e premiar o incompetente e desonesto. Acho que ainda não aprendemos a ser sérios.

Decreto assinado pelo presidente Sarney no dia 21 de abril, permite que os devedores do Ministério da Previdência tenham suas dívidas anistiadas, ou seja, perdoadas, a fim de que os devedores possam colocar suas contas em dia.

O governo tem diversas alternativas: a primeira delas é a anistia, que é obtida pagando-se à vista todo o débito anterior a 1987. Assim, ele se beneficia com a total isenção de juros e multas, o que, acredita o IAPAS, reduz em até 50% o valor a ser pago. Pode, também, parcelar a dívida em seis meses, e ainda só pagará metade das multas e juros. A segunda alternativa é parcelar o débito duplo dos meses devidos. Por exemplo, pagar em 24 parcelas a dívida correspondente a 6 meses. Nesta alternativa, o devedor paga integralmente as multas e os juros, e as parcelas são reajustadas pela OTN. O número máximo de parcelas permitido é de 60, mas este cálculo não vale para as dívidas do FGTS.

Em caso de comprovada dificuldade financeira, o presidente do IAPAS poderá escalonar o valor das parcelas, desde que a última prestação não seja maior que 50% da dívida. O contribuinte pode ainda anistiar a metade de sua dívida e parcelar a outra metade. Essas medidas são válidas para as pessoas físicas e jurídicas.

Como se pode deduzir do texto, quem sonega o recolhimento (valor que a empresa deveria ter recolhido mais o valor que foi deduzido do salário dos empregados), e aplicou estes recursos (open, over, night, dólar, ações, poupança...) ganhou muito dinheiro. Ora, este dinheiro foi ganho à custa dos cofres de IAPAS, que luta com sérias dificuldades de caixa. Então, como admitir

que os desonestos ganhem dinheiro às custas dos que realmente pagam em dia suas obrigações para com os cofres públicos? Será que os honestos não se sentem injustiçados, justamente por terem cumprido a lei? Casos semelhantes ao do IAPAS existem em profusão na administração federal, estadual e municipal. Outro detalhe interessante é o fato destes perdões ocorrerem há longo tempo, independente das siglas partidárias dominantes na Velha República (ARENA e PDS) ou na Nova República (PFL/PMDB). Mudam as siglas partidárias, mas permanecem os interesses de grupos econômicos que pensam, em primeiro lugar nos seus interesses. São os legítimos representantes da filosofia de socializar os prejuízos e privatizar os lucros. O INCRA, periodicamente, anistia impostos atrasados, que, normalmente, beneficiam os grandes latifúndios. O Instituto Brasileiro do Café - IBC - tem feito desastrosos negócios para a Nação, mas excelentes para pequenos grupos. O Instituto do Açúcar e do Alcool, segundo a imprensa, também tem seus protegidos. A lista de irregularidades é enorme, basta ler os jornais. Atualmente é moda atacar o governo federal. Entretanto, seria excelente que houvessem dezenas ou centenas de CPIs da Corrupção, a nível municipal, estadual e federal. Aos culpados, além de pagar sua dívida com a sociedade, a lei deveria permitir que, além de devolução do dinheiro roubado, seus nomes fossem conhecidos. Afinal, não é esse o tratamento a um batedor de carteiras? Logo, por que um tratamento diferenciado, se ambos cometeram o mesmo crime, o de roubar?

O Nacional
Passo Fundo
03.05.88



Justiça, quem não gosta de ouvir esta palavra? Todos nós temos uma noção do que é justo, do que é ser correto. Não importa se a pessoa é rica ou pobre. Não importa a condição social ou a condição econômica e, até mesmo entre as pessoas condenadas pela justiça, vigora um código de justiça, adequado às condições em que vivem os presos. Enfim, em princípio ninguém gosta de ver semelhante, seja homem, mulher, criança, adulto ou velho, pagar por atos que não cometeu.

Com relação a palavra subsídio, muita injustiça tem sido praticada como consequência do mau uso da política de subsídio. Muito se fala em subsídio, mas o que significa a palavra subsídio? Numa linguagem simples, significa tirar de alguém e dar para outro mais necessitado, em nome do bem comum, em nome do progresso comum e da justiça social. Em relação ao Estado, o subsídio existe quando o governo tira recursos do orçamento, do tesouro nacional, e os transfere para grupos de pessoas que estão em situação econômica muito ruim, a fim de que estas possam diminuir seus problemas econômicos. Entretanto, o subsídio também pode ser dado a atividades econômicas fundamentais para a nação.

O programa do leite é um exemplo de subsídio. Neste caso, o governo federal tira recursos do orçamento e paga o leite que é distribuído nas vilas às pessoas que não tem recursos para comprá-lo. Assim, o ticket que um morador de vila recebe através da sua associação não significa nenhum favor do prefeito, do vereador, do deputado ou do senador. O ticket significa que esta pessoa está recebendo do governo federal um subsídio para a sua alimentação. Ou seja, está recebendo uma colaboração de toda a nação, através do governo federal e, portanto, não deve favor político a ninguém. Outro exemplo de subsídio que poderá surgir é o referente ao pão, como forma de compensar, somente para as pessoas de baixa renda, a retirada do subsídio, indiscriminado, ao consumo de trigo. Da forma como era feito, este subsídio que foi retirado era dado a todos, ricos ou pobres, e para todas as finalidades, desde ao simples pão de uso popular até o pão e massas servidos em restaurantes mais luxuosos. Neste caso o subsídio era injusto.

É muito difícil manter uma política de subsídio por muito tempo, sem que aos poucos não se instalem situações que distorçam os objetivos iniciais e passem a configurar gritantes situações de injustiça. Este é o caso da atual política de combustíveis, em que o álcool está sendo subsidiado. É bom lembrar que, num passado não muito distante, a gasolina era subsidiada. O que aquela situação significava? Significava que, quem andava a pé ou de ônibus, ajudava a pagar o subsídio à gasolina, permitindo que os mais ricos pudessem andar de automóvel pagando um preço baixo pela gasolina. Significa que muitos, os mais pobres, ajudavam poucos, os mais ricos, a andar de automóvel. Esta era uma situação de gritante injustiça. Outra semelhante a essa, é a relação existente entre o preço da gasolina e o do álcool. Ora, quem usa carro a gasolina, que não tem subsídio, são as pessoas mais pobres, proprietárias dos carros mais velhos e que dão maior manutenção. Por outro lado, o álcool é que é subsidiado, é utilizado pelas pessoas mais ricas, que usam carros mais novos que dão menor manutenção. Eis outro caso em que o subsídio está levando a mais uma situação de injustiça.

Exemplos de injustiça não faltam neste Brasil que ainda não desvendou todos os segredos da máquina administrativa e econômica que comanda este país, muitas vezes da forma mais oculta possível. Ainda estamos longe de atingir uma forma de democracia em que as injustiças sejam eliminadas. Não existe a sociedade perfeita. No momento, o que se deseja é somente um pouco mais de justiça.

O Nacional Passo Fundo

04.05.88



Se alguém for pesquisar os jornais, 2, 5, 10, 20, 30 anos atrás, encontrará a palavra crise em quase todos os exemplares. Pode-se afirmar que o Brasil, desde que se declarou um país independente, tem vivido uma sucessão interminável de diferentes tipos de crises. Crises políticas, crises econômicas, crises sociais.

Como somos um país ainda em formação nas áreas da política, da economia, ainda ouviremos falar em crises de todos os tipos durante muito tempo. Na área da economia, ora somos adeptos de Adam Smith (liberação total das forças econômicas), ora somos adeptos de Keynes (intervenção momentânea do estado na economia em áreas específicas), ora somos adeptos de Marx (o estado como controlador absoluto da economia) e ora tentamos seguir um pouco de cada teoria econômica: Resultado: uma imensa confusão na economia, em que os espertos e os especuladores acabam ganhando muitos à custa da população e do próprio governo que deveria servir à maioria, servir ao povo.

A crise que estamos atravessando é mais uma das crises que o Brasil ainda deverá vencer. Não sei se a atual é a mais grave, porém é extremamente grave. Suas origens são várias: dívida externa criada em grande parte pelo ex-ministro Delfim Netto; dívida interna e inflação, velhas figuras de Tesouro Nacional, incentivadas desde a época da construção de Brasília, disfarçadas durante a Velha República e, finalmente, como consequência de demagogias do passado e do presente, atingindo níveis insuportáveis. No momento, talvez, o fator mais grave da presente crise, seja a falta de confiança da população no governo federal e nos políticos. O governo federal há vários anos vem gastando onde não deve gastar e além disso tem gasto dinheiro que não tem, gerando cada vez mais um aumento da dívida interna e inflação. Os políticos não têm sabido preservar o nome da classe política, essencial para o bom funcionamento das instituições políticas. Resultado: é opinião geral, em todas as classes sociais, de que nessa eleição para prefeito e vereadores, há um forte desejo de renovação, na qual os nomes das pessoas serão tão ou mais importantes que o nome dos partidos. A crescente

utilização do povo, fruto do gradual amadurecimento político brasileiro, favorecido pela abertura política que, a partir da Nova República, tem garantido a livre manifestação de todas as correntes de pensamento, será decisiva na escolha dos eleitos em 15 de novembro.

O Brasil de 1988 está pagando o preço da falta de renovação de classe política durante o período da revolução de 1964. Os homens que ainda hoje continuam a mandar no País são os mesmos que já mandavam a 30, 20, 15 anos atrás. Não se permitiu que a juventude pudesse, por vários anos, participar da vida política do País, matando no berço o idealismo político de milhões de jovens. Por esta e por outras razões, o Brasil ainda viverá uma sucessão de crises por muitos anos.

Quando este país tiver instituições políticas sólidas, fruto de uma maior e mais consciente participação partidária terá governos com credibilidade do povo e, portanto, estáveis. Então, e só então, o Brasil poderá estar livre da sucessão de crises em que a maioria da população assistiu ao nascer e, talvez, continue a assistir até morrer.

Passo Fundo

23.05.88

A sobrevivência do pequeno empresário



Enganam-se aqueles que pensam que a base do capitalismo reside nas grandes empresas. Partindo da ideia básica do capitalismo, partindo da constatação de que o LUCRO é a alma do capitalismo, é o combustível que movimenta a máquina das empresas não há porque não supor que uma pequena empresa seja tão capitalista como uma grande empresa. Ambas buscam um objetivo comum que lhes permite a sobrevivência: o LUCRO. É muito provável que o pequeno empresário seja muito mais conservador e muito mais fiel aos princípios capitalistas do que o grande empresário. Este, devido a sua escala de produção, tem reservas suficientes para suportar períodos de anos ruins, com receitas menores do que os custos. O pequeno empresário, justamente por ser pequeno, normalmente trabalha sem reservas e qualquer queda no seu faturamento pode prejudicar o seu lucro e, devido a falta de reservas, pode falir.

Ser pequeno empresário não é problema em economia estável, na qual as ações podem ser planejadas e o custo financeiro da empresa é pequeno. O mesmo já não sucede numa economia com altas taxas inflacionárias e na qual não se sabe quais serão os rumos da economia no mês seguinte. Nesta situação, o pequeno empresário, seja um produtor rural, seja um pequeno comerciante ou seja um pequeno industrial, todos são iguais: todos necessitam do lucro para sobreviver como unidades produtivas. Lucro não é uma palavra proibida, pois mesmo nas economias socialistas, a fim de permitir uma melhora na eficiência nos sistemas de produção, está havendo um processo de abertura para a criação de pequenas empresas familiares e que tenham lucro em suas atividades.

No Brasil, a pequena empresa sempre foi vista como algo sem importância. Desde a época de Getúlio Vargas, sempre foi dada maior importância aos grandes projetos e as grandes empresas. O pequeno, por ser pequeno, sempre foi esquecido.

O atual impasse em que se encontram os pequenos empresários não deixa de ser uma consequência de toda uma política de proteção ao grande e de esmolas aos

pequenos. O pequeno produtor sempre foi chamado de "colono" como forma de caracterizar o menosprezo das lideranças das cidades em relação ao homem simples do campo e sem organização política. O pequeno industrial e o pequeno comerciante sempre lutaram contra todas as forças do capitalismo. Alguns cresceram e hoje, pela sua eficiência como empresários, estão no comando de grandes organizações.

Considerando a grande importância das pequenas empresas como ocupadoras de mão de obra e como participantes no consumo de matérias primas ou de bens acabados, conclui-se que, numa economia equilibrada, estas são fundamentais para o equilíbrio socioeconômico do país.

A atual situação de inadimplência em que os pequenos agricultores, industriais e comerciantes, se encontram tem na alta taxa de juros um ponto comum. Todavia, cada setor deve ser analisado separadamente e cada caso deve merecer uma análise criteriosa. Os constituintes querem, pura e simplesmente, anistiar todas as dívidas das microempresas e dos pequenos agricultores que fizeram empréstimos durante o Plano Cruzado. A iniciativa é justa. A generalização é perigosa e pode levar a injustiças. A sociedade, que é quem vai pagar a conta do perdão, deve perdoar quem realmente merece ser perdoado, como os que apesar de terem sido eficientes como empresários, foram derrotados pelas exorbitantes taxas de juros causadas por problemas internos do País, dos quais não foram os causadores.

O Nacional Passo Fundo

09.06.88

A luta do pequeno produtor rural

26/06/1988



Os moradores das grandes cidades do Rio Grande do Sul e até mesmo das pequenas cidades, tem assistido manifestações de protesto de toda ordem. São estudantes que protestam contra a alta das mensalidades, trabalhadores que reivindicam melhores salários, grupos ecológicos, grandes agricultores ligados a UDR e a presença dos pequenos produtores lutando nas ruas das cidades para que possam continuar sobrevivendo na área rural.

Protestar em público, tradicionalmente, sempre foi um ato político utilizado, exclusivamente, pelos habitantes das cidades. O homem do campo, grande, médio e pequeno proprietário, devido ao isolamento, a distância que separa cada produtor, sempre procurou, sozinho, revolver seus problemas. Com o tempo, os grandes produtores se organizaram politicamente em torno de associações fortes e defenderam seus interesses em relação a posse da terra, crédito, preços, impostos...

Os pequenos produtores devidos, não só ao isolamento, mas também ao menor nível cultural e político, assim como a quase ausência de tempo disponível, sempre foram ignorados pelo governo federal; estadual e municipal. A falta de organização política dos pequenos produtores sempre foi o maior empecilho para que suas palavras de protesto pudessem ser ouvidas pelos governantes e pelos habitantes das cidades.

O pequeno produtor rural, que hoje luta para poder continuar sobrevivendo, não está pedindo nenhum favor. Ele somente quer ser tratado com os mesmos princípios de justiça com que são tratados os grandes grupos econômicos quando estão em dificuldades, quer receber a mesma atenção que os governos dão as diferentes classes de trabalhadores que vivem nas cidades.

A pequena propriedade agrícola segue os mesmos princípios econômicos que são seguidos por uma multinacional como a Ford, por um grande banco (Bradesco, Itaú, Banco do Brasil), por uma fábrica de adubo ou por uma fábrica de tratores. Nenhuma destas instituições trabalha por mero amor a pátria ou amor ao próximo.

Como vivemos num regime capitalista, todas as empresas só sobrevivem se tiverem lucro em suas atividades. Mesmo nos regimes socialistas, os dirigentes estão descobrindo que, no mínimo, as unidades de produção têm que ser eficientes e, em alguns países, a palavra lucro está sendo ressuscitada.

No Rio Grande do Sul a FETAG está, cada vez mais, liderando o movimento político de pequenos produtores na busca de uma sobrevivência digna. Os agricultores tem deixado suas casas e têm marchado rumo às cidades, com suas máquinas, com suas faixas de protesto, com seus rostos preocupados. De que adianta ter lutado uma vida inteira, homens, mulheres e crianças, levantando antes do nascer do sol e deitando tarde da noite, se devido a situações não criadas pelos produtores, o seu patrimônio correr risco de ser entregue aos bancos? Se por um lado o agricultor não deve receber de graça crédito para plantar, por outro lado os seus produtos devem receber um preço que lhes permita pagar o custo de produção e lhes deixe um lucro. O homem do campo deve ter, no mínimo, os mesmos direitos que o homem da cidade.

A luta do pequeno produtor rural deve ser uma luta de todos os cidadãos e as cidadãs que acreditam que o Brasil não é propriedade de meia dúzia de pessoas ou de empresas. A união dos pequenos produtores é a grande arma para que as forças econômicas e políticas que dominam as cidades, não passem a dominar a vida rural. O progresso do homem do campo está ligado a uma permanente luta na defesa dos seus interesses.

O Nacional-26/05/1988



Dia 25 de julho foi comemorado, sem muita festa, o DIA DO COLONO. Nas cidades, o povo praticamente não tomou conhecimento da data. No campo os agricultores não tiveram muitos motivos para comemorar o dia do colono. É pena, mas parece que uma data festiva, que já foi motivo de festa e de orgulho de uma classe trabalhadora, está caindo no esquecimento. Não porque as pessoas não gostem de festejar, mas porque a situação econômica dos pequenos produtores há vários anos está cada vez pior. O árduo trabalho dos agricultores, pequenos proprietários, que devido as suas origens migratórias foram chamados de "colonos", não é reconhecido pelos habitantes das cidades. Na luta do dia a dia, na não menos dura luta para a sobrevivência, está fazendo com que o homem da cidade esqueça, cada vez mais, suas origens agrícolas e se esqueça das pessoas que continuam trabalhando de sol a sol para fornecer alimentos ao crescente número de habitantes das cidades. Os pequenos produtores, especialmente os chamados habitantes da colônia, quase sempre foram esquecidos ou receberam muito pouca atenção das autoridades que moram na cidade. Para as cidades tudo, para o campo o que sobrar da cidade, parece que tem sido o lema dos administradores. Basta ver as condições de vida que os habitantes das vilas têm a sua disposição: melhor atendimento de saúde, educação, eletricidade, telefone público ou comunitário, transporte, centros de recreação... Mesmo nas vilas pobres há a possibilidade de via telefone público ou pelo rádio, chamar uma ambulância ou, como é bastante comum, ser atendido pela Brigada Militar. E no campo? Se o vizinho tiver um carro e se a estrada permitir tráfego em dia de chuva, a situação está salva. Caso contrário, é rezar e esperar que o doente agunte um pouco mais. A educação no meio rural é ruim e inadequada à realidade e as necessidades das crianças que permanecerão no campo ou que um dia virão para as cidades.

Os preços dos produtos da colônia, como o dos suínos, têm sido abaixo do custo de produção. A soja tem sido uma loteria, que tem dado bom prêmio, em alguns

anos, para os poucos que tiveram a sorte de vender em boa hora. Muitos estão endividados, alguns quebrados, apesar de cada vez trabalharem mais. Os esforços da assistência técnica das cooperativas e da EMATER têm conseguido amenizar um pouco os problemas econômicos, sendo que há grupos de agricultores que, graças a boa orientação técnica, tem conseguido bons lucros. Mas, a maioria dos pequenos produtores está vendo os anos passarem e não avistam uma melhora de vida compatível com o esforço do dia a dia, nem para si e nem para os seus filhos. Decididamente, não há muitas razões para comemorar o "dia do colono". Mas não podemos perder as esperanças. Os pequenos produtores têm que continuar lutando por melhores condições humanas. Não podemos deixar as pequenas propriedades entregues às grandes forças do capitalismo selvagem. Ser pequeno não é problema: o problema é não ser compreendido pela sociedade que vive nas cidades e que pensa só no seu conforto.

Existe uma saída? Existe e depende de medidas, políticas e técnicas: taxas de juros adequadas à rentabilidade das pequenas propriedades e uma intensificação da assistência técnica que permitirá aumentar a produtividade e reduzir os custos de produção.

O Nacional Passo Fundo

30.06.88



Quem está insatisfeito com os atuais preços da soja? Será que o preço da soja está realmente muito bom ou será que é apenas uma ilusão causada pela inflação? Será que podemos projetar nosso futuro como produtores tendo por base estas cotações?

O atual clima de euforia com a alta do preço da soja está servindo para amenizar um pouco os problemas decorrentes da seca que castigou a produção de milho e de soja no Rio Grande do Sul. Todavia, os agricultores, o comércio, a indústria e as autoridades e os políticos não se devem deixar enganar pela atual situação de aparente calma que reina entre os produtores de soja. Não fosse a seca que está prejudicando as áreas de produção nos Estados Unidos, a soja brasileira estaria com baixos preços. Neste caso, não só os pequenos produtores estariam a reclamar anistia para suas dívidas junto aos bancos. Os médios e os grandes produtores também estariam, mais uma vez, protestando contra a falência da agricultura.

Não devemos nos enganar, a agricultura do Rio Grande do Sul, como um todo, está as vésperas de uma pré-falência. Nossa produtividade de soja é a mais baixa do Brasil e a de milho está muito abaixo do que é possível produzir. De um modo geral, a cada safra os agricultores ficam mais descapitalizados: máquinas cada vez mais velhas e terras cada vez mais gastas pelo uso inadequado. Capital de giro próprio é um privilégio de muito poucos, ao contrário da maioria que depende do crédito bancário.

O Rio Grande do Sul tem tudo para ser transformado no melhor estado produtor de grãos e de carnes. Entretanto, as esperanças de um futuro melhor passam por uma transformação do relacionamento do homem com a terra. Os agricultores gaúchos precisam parar de a cada safra matar um pouco mais a terra, na busca da produção que lhes permita sobreviver. A realidade que está aí nos mostra que a medida que o homem está matando a terra, o homem está morrendo junto e a

maior prova desta situação é a miséria que começa a tomar conta dos pequenos e médios produtores de grãos.

Só há uma saída: mudar o relacionamento do homem com a terra, tratando-a como um ser vivo e delicado. Só assim conseguiremos obter as altas produtividades que são essenciais para a sobrevivência do agricultor e para o consumidor das cidades.

A propriedade agrícola deve funcionar com os mesmos princípios de eficiência de uma empresa industrial ou comercial. Se um empresário não é eficiente, ele normalmente cede seu lugar para outro. No caso da agricultura, as regras mudam um pouco, pois os agricultores lutam contra a instabilidade do clima e são vítimas fáceis das manobras dos fornecedores de insumos e dos compradores. Mas, mesmo assim, todo agricultor deve ser eficiente no gerenciamento do seu negócio agrícola e as atuais, baixas produtividades precisam ser elevadas. Cabe ao governo propiciar as condições para que as novas tecnologias possam ser levadas a todos os proprietários rurais, a fim de que a produtividade possa ser aumentada. Também cabe ao governo um permanente esforço de pesquisa agrícola na geração de novas tecnologias que possibilitem o fornecimento de alimentos à população de acordo com o nível de renda das populações das áreas urbanas. De nada adiantará ao povo a produção abundante de alimentos se estes não puderem ser comprados com os salários, pois caso contrário seremos um grande país produtor de alimentos para exportação e, ao mesmo tempo, um país em que a fome impera por falta de dinheiro para comprar alimentos.

No caso da soja, que é semelhante aos demais produtos agrícolas, o produtor está insatisfeito porque nos últimos anos o preço tem sido baixo e além disso sua situação se agrava devido à baixa produtividade. A população, que ganha pouco, se queixa que não compra mais alimentos porque não tem dinheiro. Esta situação faz com que a soja seja encaminhada, em grande parte à exportação, na busca de melhores preços. O perigo da atual alta de preços da soja no mercado internacional reside no espírito imediatista de muitos agricultores, que se esquecem de que esta é uma situação anormal e que riqueza e progresso não devem ser baseados só em fatores externos ao trabalho na propriedade, como no caso da seca que está prejudicando produtores americanos. Os que tiveram a sorte de ganhar dinheiro com esta inesperada alta da soja, não devem esquecer que esta capitalização deve ser aproveitada para recuperar o capital de giro, fugindo dos bancos, e para investir na recuperação da fertilidade do solo. Nos próximos anos somente as propriedades bem estruturadas poderão continuar tendo lucros reais. As demais, as que pretendem continuar tirando da terra mais do que ela pode dar, só resta um futuro, o futuro dos desiludidos.

A soja foi, está sendo e poderá continuar a ser uma cultura magnífica para o Rio Grande do Sul. Todavia, não nos enganemos com passageiras altas de preços que, normalmente, sempre beneficiam mais os intermediários e não os produtores.

O Nacional-14/07/1988

O empobrecimento da agricultura

04/08/1988



Os habitantes das cidades que acompanham o noticiário sobre o comportamento da produção agrícola no Brasil, no mínimo, devem andar desconfiados de que alguma coisa não está correta. Enquanto o governo federal anuncia o crescimento das safras agrícolas, prevendo mais uma super safra para 1988/89, estimada em 75 milhões de toneladas, por outro lado as entidades dos agricultores não se cansam de dizer que os negócios vão mal. Afinal em quem acreditar? No governo federal, ou nos agricultores? Com quem está a verdade? O consumidor só tem uma certeza: está cada vez mais difícil comprar os alimentos? Culpa de quem? Do alto preço dos produtos agrícolas, os baixos salários ou de ambos? Será que a culpa é só do governo federal que não é capaz de controlar os preços dos insumos agrícolas e dos demais produtos necessários à produção? Será que a culpa é dos agricultores que não sabem produzir? É evidente que não se pode por a culpa só num ou só noutro. A situação exige uma análise mais profunda, uma vez que nem sempre as soluções para resolver o problema dos baixos salários e para resolver os problemas da baixa remuneração do homem do campo, podem ser as mesmas. Nas cidades deve-se buscar o aumento do número de empregos e melhores salários. No campo deve-se buscar diminuir os custos de produção e aumentar a produtividade. Somente assim o homem da cidade poderá consumir os alimentos nas quantidades necessárias, saindo do atual estágio em que a maioria passa fome, e paralelamente, o homem do campo terá a tranquilidade de saber que a sua produção será consumida a preços justos. Da harmonia econômica e social entre o campo e a cidade, só há uma consequência: o progresso com desenvolvimento para todas as classes. Não existe uma sociedade urbana rica vivendo ao lado de uma sociedade rural pobre. Ou todos crescem juntos ou todos empobrecem juntos.

No Brasil, se tem observado um crescente empobrecimento da população das cidades e das áreas rurais. Se todos estamos ficando mais pobres, como explicar as crescentes safras agrícolas? Com relação ao mercado uma explicação pode ser

o aumento das exportações de produtos agrícolas, mesmo que a custa do sacrifício do consumo interno.

Mas de onde os agricultores estão tirando as energias e os recursos necessários à produção se os insumos estão cada vez mais caros e se o preço dos produtos não é satisfatório? As respostas são simples e tristes: descapitalização, endividamento, falta de alternativas. Muitos agricultores já chegaram a uma situação crítica: estão apostando que, mesmo perdendo hoje, poderão recuperar as perdas amanhã. Nas grandes cidades, existe a triste figura daqueles que vendem o sangue hoje para poder comprar a comida do amanhã. Há vários anos que o setor agrícola vem recebendo falsas soluções, desde o tempo da chamada velha república.

A falta de uma política agrícola, desde o tempo em que o primeiro arado rasgou as terras deste país, é a causa principal da atual situação de empobrecimento da agricultura. Vamos buscar a solução: pesquisa, assistência técnica, agricultores, políticos e governantes. O que não se pode permitir é o contínuo processo de perda do poder econômico dos agricultores.

O Nacional
Passo Fundo
04.08.88



Por muitos anos a participação política foi vista como uma atividade pouco nobre. Era muito mais interessante, em termos econômicos e sociais, ser um profissional de nível superior, como um agrônomo, médico, advogado, do que ser um comerciante, do que investir tempo no estudo de teorias políticas contemporâneas ou na história da evolução política das sociedades. Afinal de contas, tem sido tradição no Brasil, a adoção de medidas imediatistas baseadas em interesses de grupos de pessoas, em vez de medidas de longo prazo visando o bem comum da sociedade. Não há como negar, nos últimos 30 anos a classe política deixou muito a desejar em relação a qualidade de seus componentes e, principalmente, em relação ao produto do trabalho político de seus componentes. Durante o período inicial e nos anos seguintes a revolução de 1964, muitas pessoas tiveram tolhidos, seus desejos de participar da vida política nacional, limitando-se ao papel de meros expectadores. Não cabe, neste momento, julgar as ações dos políticos que apoiaram ou que se opuseram aos governos no período revolucionário. Esta apreciação cabe aos historiadores. O que se quer salientar são os talentos políticos que o Brasil deixou de receber e que hoje, de forma quase unânime, a sociedade brasileira lastima a sua ausência. No atual momento de transição democrática, em que o país vive uma crítica falta de líderes políticos, os jovens de ontem, que seriam os políticos maduros de hoje, fazem muita falta ao país.

Em Passo Fundo, as eleições municipais de 1988, para o bem do município, se nota um grande numero de candidatos que estão pela primeira vez colocando seus nomes para a escolha livre e soberana dos eleitores. Pessoas que até ontem não pensavam era participar como candidatos numa campanha política, deixaram o conforto de suas casas e estão se dedicando a dura luta de conquistar os eleitores. O eleitor, por sua vez, apesar da desconfiança com os políticos, está vendo com bons olhos esta injeção de sangue novo na política de Passo Fundo. As possibilidades de uma ampla renovação da Câmara de Vereadores de Passo Fundo têm despertado os eleitores, tirando-os de um estado de indiferença e

colocando-os perante as perspectivas do nascimento de uma nova geração de políticos em Passo Fundo.

As eleições são a vida de uma democracia e os novos políticos, que com certeza serão eleitos nas eleições de 1988, saberão com as energias próprias de um sangue novo, imprimir mais vida e mais energia na política da nossa cidade.

O Nacional Passo Fundo

20.08.88



Ainda estamos no mês de julho e já se nota na população o início de discussões sobre as próximas eleições municipais. Discute-se nomes para prefeito, velhas campanhas são lembradas, os prováveis candidatos a vereadores começam a ter suas vidas examinadas em detalhes. Alguns, por outro lado, não querem nem ouvir falar em política, enquanto que outros já começam a ensaiar apostas sobre os futuros ganhadores e o número provável de votos. A campanha política ainda não começou, mas já se nota algo diferente no ar. Já se respira um clima de eleições, já se começa a respirar o doce aroma que caracteriza os locais em que o clima de democracia predomina. Podemos brigar, entre nós sobre qual o melhor partido ou sobre quem são os melhores candidatos, mas jamais teremos que assumir a postura submissa e de desilusão que caracteriza os países onde os ditadores não permitem as eleições livres e soberanas.

O Rio Grande do Sul está começando a sair de um inverno rigoroso e nos aproximamos de uma primavera. As eleições são como uma primavera: sempre nos dá a sensação de que com a chegada da nova estação a vida se renovará. E, todos sabem, as eleições são a alma de uma democracia. Mesmo que o candidato de nossa preferência não seja vitorioso, fica a sensação de ter participado, de uma disputa e de ter dado uma contribuição para manter a tradição de luta dos gaúchos nas lutas políticas.

Vou repetir: as eleições são como a primavera, é um tempo de renovação, de esperanças, de trabalho e que, como as flores do campo, tem que ser caracterizada pela humildade, simplicidade e, ao mesmo tempo, exalar o perfume que cativa os que acreditam que ainda há homens sinceros.

Homens que não buscam o poder dos cargos de prefeito e de vereadores, não buscam salários e favores pessoais e negociatas, mas sim buscam a justiça social e o progresso para todos os habitantes do município.

Democracia significa a oportunidade de todos participarem do processo de decisões na vida do município. Em Passo Fundo, como não poderia deixar de ser, se nota o surgimento de novas lideranças em todas as áreas, não só em termos de

quantidade, mas principalmente em termos de qualidade de candidatos a vereador. Isto é muito bom para o município, pois significa que muito sangue novo será injetado na Câmara de Vereadores de Passo Fundo. Alguns já apostam que 50% ou até mais dos atuais Vereadores não serão reeleitos. Esta renovação não significa derrota, mas sim a vitória da democracia, na qual todos têm a oportunidade de participar, de colocar suas energias à disposição dos seus eleitores e, principalmente, do município. Toda a disputa é saudável, ainda mais quando é em benefício da coletividade.

Vamos respirar, o ar da primavera que está chegando, vamos respirar o ar da democracia, vamos começar a viver o clima das eleições municipais de 1988.

O Nacional-26/06/1988

A valorização da mulher do campo

05/09/1988



É difícil acreditar que ainda hoje, em pleno ano de 1988, a sociedade ainda resista em reconhecer o valoroso trabalho da mulher do campo e, conseqüentemente, reconhecer os direitos que lhe tem sido negado. A mulher que trabalha na cidade há muito tempo já tem direito a um tratamento adequado às suas funções de trabalhadora. Porque então a mulher que vive no meio rural, que também é mãe e trabalhadora como a mulher que vive na cidade, deve ter um tratamento diferenciado. Diferenciado para pior, apesar das condições de trabalho serem muito mais rigorosas. Afinal, levantar antes de o sol nascer, acender o fogo, ajudar o marido a soltar as galinhas, tratar os porcos, tirar leite, fazer o café e cuidar das crianças, arrumar rapidamente a casa, ir para a lavoura, voltar e preparar o almoço, terminar de fazer mais uma forma de queijo, lavar a louça, descansar para um merecido chimarrão, voltar para a lavoura ou cuidar da casa e das roupas, lavar roupa no tanque, tirar leite no fim da tarde e preparar a janta, lavar a louça, fechar as galinhas, passar a ferro mais algumas roupas, mais algumas cuias de um merecido mate e, finalmente, poder se lembrar que além de trabalho, também a mulher do campo gosta do carinho e do amor de seu marido, que igualmente teve um dia de muito trabalho. Este é um pequeno resumo das atividades de uma mulher que vive no meio rural, de modo especial nas pequenas propriedades e que, como podemos constatar, é muito diferente da ideia que os livros e a televisão mostram, em que tudo parece ser simples e bonito, esquecendo-se de mostrar o lado duro e real da vida, do nascer ao pôr do sol.

A mulher do campo nunca se negou a trabalhar ombro a ombro com seu esposo e com seus filhos e filhas. O trabalho bem feito e bem remunerado é dignificante para as pessoas. O que as mulheres do campo se recusam a aceitar é a discriminação que sofrem em seus direitos. Porque a mulher do campo somente pode se aposentar com 70 anos de idade e assim mesmo ganhando somente 50% do salário mínimo, enquanto a mulher da cidade pode se aposentar aos 60 anos de idade e recebendo um salário maior. Afinal de contas, apesar de não contribuir diretamente para a previdência social-INAMPS, a mulher do campo trabalha enormemente para o progresso do país e, nada mais justo do que receber do país

uma retribuição pelo seu trabalho. A situação já foi pior, mas ainda há muito a conquistar.

O Nacional Passo Fundo

05.09.88

As comemorações da data da independência

08/09/1988



Independência ou morte. Há 166 anos D. Pedro I proclamou a independência do Brasil. Há 166 anos que o Brasil está buscando encontrar a tão almejada independência. Conquistamos a independência política em relação ao império português, mas, aos poucos, fomos perdendo parte da nossa liberdade para os grandes banqueiros internacionais. A princípio para os ingleses e hoje para os banqueiros europeus, norte-americanos, canadenses e japoneses. Somos donos do nosso território, mas somos donos parciais da nossa vontade política. No mundo moderno, em que permanecem as fronteiras geográficas, desapareceram as fronteiras econômicas, tanto no mundo capitalista como até no antes fechado mundo socialista. Tradução: num mundo em que o desenvolvimento passa necessariamente pelo domínio da tecnologia, os países com pouco capital estão, de certa forma, subordinados aos países que possuem capital e, conseqüentemente, tecnologia. Se o Brasil quiser nos próximos anos comemorar uma verdadeira independência, o país deverá investir recursos muito maiores do que os que estão sendo atualmente investidos, em educação e desenvolvimento tecnológico. Esta não é uma tarefa fácil e tampouco uma tarefa para somente um governo. É tarefa para vários períodos de governo, seja municipal, estadual ou federal. Para tanto é necessário, urgentemente, traçar um plano de educação regional e nacional, que contemple as necessidades estratégicas de desenvolvimento, socioeconômico e político do Brasil. Temos que parar de nos enganar, fazendo de conta que o país vai bem. Há muitos anos que o Brasil perdeu grande parte de sua vontade de progredir. Quando um país perde a vontade de progredir, automaticamente, também perde parte da sua independência política, que está relacionada com a independência econômica. O Brasil está passando por uma fase de transição democrática, enfrentando algumas sérias tempestades. Creio, firmemente, que após este período virá a tão esperada primavera democrática e com ela o progresso e a sagrada liberdade política nacional, que nos permitirá comemorar, com mais entusiasmo a data da nossa independência.

1989: Ilusão ou desilusão?



Manda a tradição que as pessoas, ao findar o ano, desejem um feliz e próspero ano novo para seus amigos. Em 1989, os brasileiros estão precisando recuperar, ao menos um pouco, as perdas ocorridas em 1988: salário, padrão de vida, esperanças, credibilidade da justiça e perdas na credibilidade dos políticos.

Sejamos honestos: 1989 é um ano de eleição presidencial, portanto um ano de muita promessa, de muita venda de ilusão, de muita indefinição no setor produtivo e no setor político, enfim, um ano muito pouco produtivo. Não serão as promessas de um Brizola, de um Lula ou de outros salvadores da pátria que farão com que este país, que está doente, de uma hora para outra, realize o milagre de melhorar a situação econômica e colocar os ladrões na cadeia. Não devemos nos esquecer de que, neste país chamado Brasil, com raríssimas exceções, cadeia foi feita só para quem não pode pagar um bom advogado. Pobre é ladrão, rico é cleptomaniaco por opção, um falso doente mental que adora conta bancária na Suíça, Bahamas e outros lugares onde os ladrões de todo o mundo costumam guardar, legalmente, o dinheiro roubado do povo.

Posso ser ingênuo, mas penso que, até que me provem o contrário, a classe política, justamente por ser a classe que representa (será que representa?) os interesses do povo, é a classe que deveria ser o exemplo de honestidade para os brasileiros. Sei que, tendo em vista o que está ocorrendo, estou sonhando. Como posso aceitar que em alguns municípios, onde grande parte das crianças morre de fome e a maioria que sobrevive são débeis mentais ou analfabetos, o prefeito possa ganhar (quer dizer roubar) 3,4 ou até 5 milhões de cruzados por mês? Vereadores que votam em seus próprios salários para 2,0 milhões de cruzados ou mais (em janeiro), para fazer pouco mais do que nada, enquanto a população paga impostos cada vez maiores? Porque nós, brasileiros comuns, temos que trabalhar 30 ou 35 anos para aposentar, enquanto em várias prefeituras, os prefeitos e vereadores têm planos de aposentadoria após terem trabalhado (?) somente 4 anos?

A imprensa tem noticiado que, em todo o Brasil, há um festival de aumentos de salários da classe política, prefeitos, vereadores, deputados, senadores. O que pensa o povo de toda esta festa com o dinheiro público? Eu não sei a resposta de todos, mas acho que a maioria, mais uma vez pensa que serviu para papel de palhaço.

Em 1988, o povo, cansado dos velhos políticos, não os reelegeu. Os reeleitos e os novos políticos não devem se esquecer que, em 1992, teremos novas eleições e que, finalmente, o povo está deixando de ter memória curta.

Não existe democracia sem uma classe política que seja respeitada pela população. Tristemente, a cada vez que a imprensa noticia o festival que os maus políticos estão fazendo com o dinheiro público, eu me pergunto: será que estes maus representantes, que com certeza enganaram seus eleitores, querem a democracia como forma de governo ou a querem somente para poderem ter um emprego altamente remunerado?

O Nacional Passo Fundo

06.01.89



Segundo o dicionário Aurélio, algumas palavras tem um significado que deve ser analisado, tais como:

Federação - união política entre estados ou províncias que gozam de relativa autonomia e que se associam sob um governo central;

República - organização política de um estado com vista a servir a coisa pública, ao interesse comum.

O Rio Grande do Sul, a julgar pela maneira como o presidente Sarney tem tratado o estado, não parece fazer parte da República Federativa do Brasil. Se não me falha a memória, desde que assumiu o governo, o Sr. Sarney nunca visitou o nosso estado. O presidente não achou tempo sequer para uma rápida parada em Porto Alegre por ocasião de suas viagens à Argentina. Assim começa a parecer até natural o tratamento que o governo federal tem dado aos gaúchos. Do jeito que temos sido tratados não parece que fazemos parte de uma federação, pois temos sido tratados quase como inimigos do Brasil, enquanto que o Nordeste, os políticos nordestinos, parecem ser os únicos a fazer parte do governo central. Ora, isto não deixa de ser verdade, uma vez que nunca como durante o governo Sarney os políticos nordestinos foram presenteados com enormes quantias de dinheiro público a fundo perdido. A imprensa tem denunciado casos de corrupção e de péssimo uso do dinheiro público, quase que diariamente, nos estados nordestinos. Nós, gaúchos, somente queremos que os recursos do governo federal sejam distribuídos por toda a república federativa do Brasil. Não podemos continuar a pagar impostos que, ao invés de servir, a coisa pública e ao bem comum, acabam servindo aos poucos privilegiados que hoje se dizem amigos do Sr. Sarney, mas que virarão as costas logo que seu mandato termine. O Rio Grande do Sul quer apenas ser tratado com justiça e com a dignidade que nossa honra conquistou ao longo de nossas lutas políticas. Não queremos esmolas, queremos, no mínimo o respeito que merecemos como um dos principais estados desta duvidosa República Federativa do Brasil.

Como rio-grandenses, cidadãos tão brasileiros quanto os irmãos do nordeste, não podemos aceitar que o governo federal através da figura do presidente e de seus representantes no Ministério da Fazenda e no Banco Central, continuem a massacrar economicamente nosso estado. Não podemos continuar aceitando o fato de nosso governador não conseguir marcar uma audiência com o Presidente. O Governador Pedro Simon tem lutado politicamente, como nenhum outro governador teve coragem de lutar, contra os interesses políticos e econômicos que querem massacrar o Rio Grande do Sul. O episódio de fechamento do BRDE é apenas o começo de uma operação desmonte da economia gaúcha, com sérias consequências, para nosso futuro econômico. O que mais se estranha é a ausência de vozes que ajudem a defender a ação política do Governador Simon, que por sinal não é responsável pela atual situação do BRDE. Hoje a burocracia federal humilha nosso governador. Amanhã, caso o Rio Grande do Sul não reagir, serão nossos filhos que estarão vivendo num estado pobre e de filhos ignorantes, que algum dia lerão nos livros de história que os gaúchos perderam sua independência porque preferiram o falso conforto dos omissos e dos covardes.

O Nacional-09/03/1989

Adeus a um homem honesto e idealista: Dílson Funaro

20/04/1989



Poucos, muito poucos foram os homens que assumiram altos cargos no governo federal sem que tivessem sido acusados de corrupção, roubo, favorecimento a parentes ou algo semelhante.

Funaro, apesar de saber que estava lutando contra a morte devido ao câncer, teve forças suficientes para tentar combater as forças de esquerda e de direita que, cada qual a seu modo, tentam impor a sua forma de ditadura. Combater através do exemplo de como um homem público deve conduzir os interesses do país: com fé, idealismo e honestidade.

A declaração de moratória da dívida externa, que hoje é a bandeira dos candidatos à presidência da República, foi adotada por Funaro. A moratória fracassou não por culpa do ministro da Fazenda. Fracassou porque os políticos e os empresários não tiveram a capacidade de acreditar que tal medida política, de imensa grandeza, só alcançará sucesso se houver união nacional.

O Plano Cruzado, hoje lembrado somente pelo seu fracasso, poderia ter dado certo, não fosse a ação de fatores políticos. Não foi Funaro que fracassou. Fracassou uma classe política que tentou sem base técnica econômica, prolongar medidas rígidas numa economia altamente instável. Fica a pergunta: o que teria acontecido se tivesse ocorrido um descongelamento gradual dos preços? Talvez o PMDB não tivesse tido a maciça votação, deixando de eleger muitos dos seus candidatos. Talvez tivesse obtido uma vitória semelhante, mesmo e com uma inflação pequena. Talvez o PT não tivesse recebido os votos de protesto contra a inflação e o governo Sarney. Ainda é muito cedo para fazer julgamentos definitivos.

Democracia é uma palavra muito utilizada em discursos. Difícil é praticá-la. Não basta uma constituição cheia de boas intenções e políticos que se dizem democratas. O povo, a imensa maioria dos homens e mulheres deste país jamais

poderá entender o que é um regime democrático enquanto não puderem usufruir as vantagens de um sistema democrático capitalista, feito para todos, e não para poucos. Funaro, talvez poucos saibam, propiciou um breve momento de democracia para milhões de brasileiros. Com o aumento real dos salários, os trabalhadores tiveram acesso aos bens de consumo, principalmente aos alimentos. Ainda não apagaram as imagens de pessoas simples, de baixo salário, disputando mercadorias nos supermercados, principalmente carne, com consumidores da classe média e alta. Foi um breve momento, quase como um sonho. Mas, naquele momento aquele consumidor de baixa renda, o pobre, teve a oportunidade de exercer um direito de uma autêntica democracia: igualdade de condição econômica na aquisição de alimentos, infelizmente, pouco durou, devido a fatores alheios às diretrizes econômicas de Funaro e sua equipe de economistas.

Morreu Funaro, o ex-ministro da Fazenda hoje lembrado como o responsável pelo Plano Cruzado.

Ficou o exemplo de um homem que, mesmo lutando contra o câncer que acabou matando-o, soube mostrar que um homem público pode fracassar em seus objetivos técnicos por motivos políticos que fogem ao seu controle, mas mantém seu caráter.

O Nacional-Passo Fundo-20/04/1989

ANALFABETISMO NO BRASIL



Não é de hoje que se sabe que o índice de analfabetismo no Brasil ainda é grande, tendo milhões de analfabetos acima dos 15 anos de idade.

O atraso de um país está diretamente relacionado ao índice de analfabetismo. Muitos brasileiros podem ficar espantados se souberem que 19% da população brasileira de dez anos ou mais são analfabetos (aproximadamente 20 milhões de pessoas) segundo dados do IBGE.

Porque o Nordeste do Brasil é pobre? Simples, porque 11 milhões de analfabetos vivem no Nordeste. Não é por causa das secas e das terras mais fracas que as do Sul. Fertilidade do solo e falta de água são fatores que a tecnologia pode resolver. Mas, há uma condição: são necessárias pessoas com capacidade, com conhecimentos técnicos para utilizar a tecnologia. E, certamente, não serão pessoas analfabetas e mal nutridas que utilizarão a tecnologia já existente para tirar o Nordeste da atual situação de miséria.

Ao contrário do que muitos apregoam, não é necessária uma revolução armada para corrigir as injustiças sociais no Brasil, sejam elas no nordeste ou mesmo no sul do país.

A erradicação do analfabetismo, seguida de uma boa educação formal, no meio rural e urbano, são instrumentos suficientes para iniciar um lento, eficiente e pacífico processo de transformação da sociedade. Manter a ignorância da população é o instrumento mais eficiente para que os poderosos possam se manter no poder. O que esperar de um estado como o Piauí onde 47,7% da população é analfabeta? Do Maranhão do presidente Sarney e de Alagoas do presidente Collor de Melo, onde 44,5% dos habitantes com mais de 10 anos são analfabetos? Nada, em termos práticos nada. Estas pessoas não são culpadas, antes de tudo são vítimas de um processo político que tem interesse em manter a miséria.

Até quando a sociedade continuará a ler nos jornais que continuam a existir dois países dentro do mesmo país: o Brasil dos analfabetos que se contentam com os restos que o outro Brasil lhes oferece? O outro Brasil pertencente à área privada

ou ao governo federal que acha que NCz\$ 1.000,00 ou NCz\$ 2.000,00 é pouco e que busca na greve os seus direitos.

Cresceu o Brasil, mas os contrastes também cresceram. Valeu a pena? Valeu para quem?

O Nacional-26/04/1989

Por que exportamos miséria?

25/05/1989



Falar em situação difícil neste país é algo normal, não chama a atenção de ninguém. Há greves em todos os cantos da nação e a insatisfação é geral. Algumas greves, de modo particular, se destacam devido à cobertura da imprensa, como a dos metalúrgicos, que ameaçam desligar os altos fornos causando prejuízos imediatos de mais de 100 milhões de dólares ou da greve do Branco do Brasil que paralisou parte importante da máquina bancária federal. Toda a greve que causa um prejuízo imediato é alvo dos noticiários e das atenções do governo. Cidade sem transporte, sem energia, sem água, comunicação: o caos. Imaginem uma greve de funerárias durante 15 dias. No mínimo seria matéria para noticiário em nível mundial.

Na complexa estrutura de um país, há setores que, apesar da importância, a imensa maioria da população desconhece, simplesmente, porque não está em contato direto com estes setores. O trabalho científico desenvolvido nos centros de pesquisa da área pública ou privada é um trabalho silencioso, longe dos olhos e ouvidos do público. Neste tipo de instituição, o impacto de uma greve perante o público é, praticamente, nulo, uma vez que a paralisação por 30 dias nada significa, de imediato, para a população. O povo não sabe que a greve de hoje poderá causar sérios prejuízos para o seu bem-estar nos próximos 2, 5, 10 ou mais anos. Nossa população que vive, hoje, momentos de insegurança, em sua maioria, não está preocupada com resultados de pesquisa para os próximos anos. Seu problema é sobreviver hoje. Assim sendo, fazer greve em instituições de pesquisa como a EMBRAPA, não parece ser a melhor forma para protestar contra os baixos salários. A greve serviria mais como um protesto de efeitos internos do que como uma ampla manifestação para, via pressão conquistar o apoio da população. Pela primeira vez na sua história, nos dias 14 e 15 de março de 1989, a EMBRAPA parou. Seus 8.915 funcionários, conscientemente, protestaram contra os baixos salários.

Instituições de pesquisa como a Embrapa não têm o poder de paralisar o porto de Santos, mas deve ser lembrado que os navios foram carregados porque a

pesquisa gerou a tecnologia que possibilitou a produção da soja, do trigo, do algodão, do milho, do suíno, do bovino...

Quando os bancos estatais e/ou privados entram em greve, a vida econômica é afetada e o dinheiro para de ser contado nos caixas. O atual desestímulo aos funcionários da EMBRAPA significará, amanhã, a redução da força da agricultura nacional e menos dinheiro nos caixas dos bancos. Nossa função é criar condições para que a agricultura nacional possa ter tecnologias que permitam produzir com lucro.

Cada um deve lutar pelo que acredita ser seus direitos. Não discutimos se o salário de um caixa do Banco do Brasil é bom ou ruim. Todavia, entendemos que este salário não pode ser superior, como atualmente é ao de um pesquisador com curso de mestrado ou de doutorado. A sociedade brasileira não pode aceitar o fato de que para ganhar aumentos é necessário fazer greves em setores essenciais à economia, como o dos bancos, eletricidade, refinarias...

Os pesquisadores e funcionários de apoio da EMBRAPA não querem fazer parte de nenhum grupo privilegiado na estrutura do serviço público. Querem, apenas, que seu trabalho seja valorizado de acordo com o que produzem. O salto de 50 para 70 milhões de toneladas de grãos é devido, em grande parte, aos esforços da pesquisa da EMBRAPA.

A luta para a sobrevivência, com dignidade, da EMBRAPA, não pertence só aos seus funcionários e aos agricultores. Pertence ao povo brasileiro que, no futuro, dependerá cada vez mais do trabalho de uma pesquisa bem estruturada e motivada para produzir o alimento para seu povo. De que adiantará dizer que a Amazônia é nossa, que o petróleo é nosso, se o povo estiver sendo alimentado com trigo, leite em pó, carne bovina, feijão, arroz, suínos, importados dos mais diferentes locais do mundo?

Enganam-se os que pensam que o Brasil é autossuficiente em alimentos.

O Brasil é um país com fome: quem duvidar que procure recordar a falta de alimentos que ocorreu durante o Plano Cruzado. Naquela oportunidade, o povo, apesar do pequeno aumento real dos salários, por um curto período, demonstrou que o Brasil, na verdade, não é um exportador de miséria. Cabe à pesquisa gerar a tecnologia para o aumento da produção e possibilitar condições de alimentar nosso povo e exportar os excedentes reais. Sabemos nossas responsabilidades. Somente pedimos que nos sejam dadas condições de salário e de trabalho.

Eng. Agr. Roque G. Annes Tomasini - Pesquisador do CNPT/EMBRAPA

O INTERIOR- Ano XV - Nº 748 - 25 a 31 de maio de 1989



Realmente, está difícil encontrar pessoas otimistas no Brasil de 1989, ao contrário de alguns anos atrás quando se pensava que tudo ia bem e não adiantava ficar perdendo tempo com preocupações sobre o futuro. Afinal de contas, havia até o ditado de que Deus era brasileiro. Excesso de confiança ou puro comodismo?

Os tempos mudaram e hoje o país parece estar a caminho de um crescente pessimismo como decorrência da nossa situação política. Alguns chegam a comparar o Brasil de amanhã com a Argentina de hoje, um país falido em termos econômicos e sociais. Evidentemente, esta comparação não pode ser aceita, uma vez que há diferenças fundamentais entre a situação global da Argentina e a do Brasil.

Há muitos anos que a Argentina parou de crescer. A economia está parada, a indústria está ultrapassada e sucateada, a agricultura ainda subsiste a custa da exploração do solo fértil (praticamente não usam adubos). A dívida externa Argentina é, proporcionalmente, muito maior que a brasileira e, além disso, grande parte foi destinada a compra de armamentos para a Guerra das Malvinas, ou seja, os governos militares argentinos gastaram mal o dinheiro público.

No Brasil, apesar da dívida externa e da dívida interna, há uma grande vantagem em relação aos argentinos: como grande parte do dinheiro público foi gasto em investimentos, o país tem um potencial de produção muito maior que o da Argentina. Nossa indústria é muito mais moderna, nossa agricultura usa mais tecnologia e tem imensas áreas a conquistar, e, apesar dos atuais problemas políticos e econômicos, temos um grande trunfo: ainda não perdemos a fé no futuro.

A onda de pessimismo que percorre o país é boa no sentido de que nos ajuda a despertar, enquanto é tempo, para o perigo de caminharmos para uma situação parecida com a da Argentina. Agora, querer dizer que, fatalmente, cairemos na anarquia argentina é má fé ou falta de conhecimento sobre a economia brasileira. Má fé de quem procura votos a custa da desgraça alheia. Desconhecimento por querer comparar a capacidade de produção nacional na indústria e na agricultura

com a dos argentinos. Querer jogar no time de quanto pior melhor para alcançar o poder político, é um atestado de burrice própria dos aprendizes de ditadores de esquerda ou de direita.

Vamos afastar esta ideia de que o Brasil está a caminho de uma situação semelhante a Argentina. E no exercício da democracia, através do voto para presidente que passa o caminho para o retorno do crescimento econômico brasileiro. Trabalho, justiça social e um governo com credibilidade. Está é a receita que precisamos.

Pres. Da Associação dos Profissionais Liberais do Planalto - APLIP

O Nacional 02/06/1989

Vamos modificar a arborização em Passo Fundo?

08/08/1989



Quais as funções de uma árvore? Para alguns deve servir para fazer sombra, para outros enfeitar o ambiente. As inúmeras as funções de uma árvore; sombra, estética ambiental, abrigo para pássaros, fonte alimentos para seres humanos ou animais, fornecimento de oxigênio, madeira, para construção para combustível.

O papel da árvore numa cidade é muito mais amplo que para somente ter sombra. No verão passado, os administradores da prefeitura municipal de Passo Fundo e dos demais municípios plantavam árvores com o objetivo de enfeitar as ruas e as praças, e, também fazer sombra. Na época estavam certos e para tanto uma das espécies escolhidas foi a árvore que não é nativa da nossa região, conhecida por LIGUSTRUM, que tem a característica de manter as folhas durante o ano todo.

Se no verão todos buscam uma agradável sombra, no inverno todos buscam o calor dos raios do sol para se aquecer. No Passo Fundo de 1989, a maioria das pessoas mora em apartamentos em que, no Inverno, o sol sequer tem chance de entrar nas pequenas peças. É por esta razão que, principalmente aos domingos, a cidade fica cheia de pessoas que saem caminhar na busca de um pouco de sol.

Os canteiros centrais da Avenida Brasil, uma maravilha que os antigos administradores deixaram, com muita sabedoria, para as gerações futuras, tem o grave problema de ter muita sombra no inverno, com decorrência de terem um excessivo número de árvores tipo Ligustrum. Em minha opinião, deveria ser realizado um estudo prevendo a gradativa substituição de parte destas árvores por outras que percam suas folhas no Inverno e, assim, as pessoas possam desfrutar do sol. Deve ser dada preferência a árvores nativas da região e que produzam frutos que possam ser consumidos por pássaros e, porque não, pelas pessoas.

Nossa cidade não tem uma característica marcante nas suas ruas e nas suas praças. Provavelmente devido as origens europeias de parte de nossos administradores, nossas praças e ruas são repletas de espécies importadas, como álamos, plátanos, ciprestes, eucaliptos, pinus, cinamomos, Ligustrum,

Onde estão as espécies nativas como canela, angico, louro, pinheiro, pitangas, guabiroba, araçá, uvaia, erva-mate, guabijú...

Não seria maravilhoso se pudéssemos deixar para as gerações futuras uma Avenida Brasil repleta de árvores nativas?

Não seria bonito ver as pessoas e os pássaros aproveitando as frutas da época? Devemos perder o medo de que as pessoas poderão estragar, quebrar as árvores que produzem frutos comestíveis. Não se constrói para o futuro se temos medo de que o projeto não vá dar certo.

Vamos modificar a arborização de Passo Fundo plantando em nossas ruas e em nossas praças árvores nativas da região, que possam mostrar para os visitantes, para nossos habitantes e, principalmente, para as gerações futuras a riqueza original de nossos matos que foram destruídos.

Vamos começar hoje, em 1989, a preparar a comemoração dos 150 anos de Passo Fundo. Hoje, dia 07/08/89, comemoramos 132 anos. Em 2007, quando comemorarmos 150 anos, as árvores, plantadas, agora, já terão 18 anos e, então, teremos uma autêntica cidade gaúcha com árvores nativas.

O Nacional Passo Fundo

08.08.1989

Encontro de biotecnologia e produção agropecuária

23/10/1989



Não existe nenhum regime político, seja no regime capitalista, ou seja, regime socialista, que tenha estabilidade política interna sem que também tenha sua população convenientemente alimentada. Se for um país pobre ou em vias de desenvolvimento e depender do fornecimento de alimento de outros países, não poderá dizer que tem uma real independência política externa. No mundo moderno as formas de inação são mais sutis do que a simples e agressiva dominação militar. Hoje os povos são dominados pelos detentores das modernas tecnologias nas áreas da agricultura, indústria e comércio. O poder das armas foi substituído pelo poder do conhecimento tecnológico.

Na área da agricultura está correndo uma revolução silenciosa. A revolução dos novos conhecimentos na biologia aplicada à produção de grãos, animais e de florestas. No Brasil, apesar das imensas áreas disponíveis para a produção agrícola, não será através dos métodos tradicionais de produção que o país conseguirá aumentar grandemente a sua produção de alimentos, com redução dos custos unitários de produção. Pode-se afirmar que a democratização do alimento no Brasil, isto é, a oportunidade de todos terem acesso a preço acessível, necessariamente, deverá passar pelo avanço nas pesquisas na área de biotecnologia na agropecuária. Não é demais afirmar que quanto mais pobre é o país, portanto com recursos mais escassos, tanto mais importantes são os efeitos das modernas tecnologias poupadoras de insumos. Com o objetivo de informar à iniciativa privada, órgãos públicos e instituições de ensino e pesquisa quanto aos benefícios da biotecnologia que a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Passo Fundo e o Centro Nacional de Pesquisa de Trigo-CNPT da EMBRAPA promoveram no período de 16 a 18 de outubro, um ENCONTRO DE BIOTECNOLOGIA E PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA. Os 210 participantes tiveram oportunidade de ouvir palestras sobre as áreas de florestas ornamentais, fermentações, frutíferas e oleaginosas, forrageiras, vacinas e produção animal. Também foram ministrados minicursos sobre técnicas citológicas na biotecnologia, DNA recombinante e biotecnologia moderna, cultura de embriões e cultura de meristemas.

Como participante do curso parabeno a Associação dos Agrônomos e a EMBRAPA pela magnífica iniciativa que, creio, deve ter despertado o interesse dos presentes para futuros trabalhos em biotecnologia.

Passo Fundo tem as condições mínimas para iniciar um programa de pesquisa em biotecnologia na agricultura, liderando estas pesquisas na região norte do estado. Os trabalhos já em andamento no CNPT/EMBRAPA e UPF são o atestado de que há capacidade intelectual para trabalhos na área. O que se faz necessário é uma determinação política da região em dinamizar os trabalhos nesta área. Se a comunidade passo-fundense e da região entender que a UPF deve investir recursos próprios ou através de convênios, na área da biotecnologia agropecuária resta à UPF, na qualidade de universidade dita comunitária, atender aos anseios da comunidade.

Passo Fundo

23.10.89



Em países ricos, de alta renda per capita, a necessidade de alimentos está satisfeita e cresce de acordo com a população. Em países pobres ou em vias de desenvolvimento, a fome e a subnutrição são uma constante e há uma enorme necessidade de todos os tipos de alimentos. É necessário não só aumentar a quantidade, mas também a qualidade.

No passado o Rio Grande do Sul foi o celeiro do Brasil, posição que perdeu para o Paraná. Apesar da concorrência dos outros estados, os gaúchos ainda tem uma importante posição na produção para o mercado interno e nas exportações brasileiras.

O Brasil conseguiu superar a produção de 50 milhões de toneladas de grãos e, atualmente, produzimos 70 milhões de toneladas. Todavia, sabe-se que até o ano 2000 serão necessárias, no mínimo 100 milhões de toneladas para poder manter o atual volume de exportações e para melhorar a alimentação do povo brasileiro. Caso quiséssemos atingir volumes de consumo per capita semelhante aos países desenvolvidos, esta quantidade ainda seria insuficiente.

Agricultura não se improvisa, uma vez que é um negócio que, a semelhança de uma indústria, necessita de planejamento a longo prazo.

Em curto prazo, é muito provável que o próximo presidente vá se deparar com uma situação de escassez de alimentos, como consequência de um esperado (e muito prometido) aumento da renda. A atual incerteza de produção e a demanda de alimentos contida por baixa renda são os fatores que serão responsáveis pela alta de preços dos alimentos, caso for cumprida a promessa eleitoral de aumentar rapidamente os salários. Desta forma, seja o próximo presidente um representante da direita ou da esquerda, a curto prazo é provável que o Brasil tenha que importar alimentos, a semelhança do ocorrido durante o Plano Cruzado, para satisfazer o aumento da procura e assim, tentar estabilizar os preços. Para 1990 em diante, só há uma saída: incentivar os produtores com uma palavra, que, mesmo os países socialistas descobriram que é fundamental para motivar os agricultores a

produzirem maiores quantidades com maior eficiência o lucro: eficiente. Em longo prazo, junto com os métodos tradicionais de pesquisa, a biotecnologia será o caminho a ser percorrido pelo Brasil se quisermos fugir da fome. Como exemplo destas tecnologias cita-se a redução ou até a eliminação da adubação nitrogenada na cana-de-açúcar (talvez ajude a salvar o PROALCOOL), no trigo, feijão; a redução de doses de fósforo nas culturas através de plantas mais eficientes no uso deste insumo; a resistência de insetos à pragas; o controle de doenças por inimigos, plantas com maior resistência ao alumínio, novas cultivares derivadas da engenharia genética. Como resultado de todo este novo mundo de conhecimentos científicos, os agricultores poderão obter maiores produtividades com menores custos de produção, Como consequência, os consumidores terão alimentos a menores cust

A democracia no Brasil necessariamente deverá ser acompanhada por crescimento na produção agrícola, uma vez que não se conhece uma democracia plena convivendo com um povo com fome. Os pesquisadores, agrícolas sabem o que deve ser feito. Resta aos políticos tomarem as decisões em apoio à biotecnologia.

Passo Fundo O Nacional

09.11.89

A queda da bastilha

16/11/1989



Por muitos anos os brasileiros tiveram a cidade do Rio de Janeiro como a capital política, até que o presidente Juscelino inaugurou Brasília. Logo após a tragédia da morte do Sr. Janio Quadros (na época um salvador da pátria), o país perdeu o direito de escolher seu dirigente máximo, o Presidente da República.

Brasília, de 1964 em diante, se tornou uma espécie de Bastilha Brasileira, bem diferente da francesa. Na Bastilha Brasileira todos a queriam encarar uma vez que isto significava ficar perto do poder e das riquezas. A primeira tentativa da queda de Brasília ocorreu quando o presidente Tancredo Neves foi escolhido para iniciar de fato, o processo de democratização. Quis o destino (?) que o país seguisse um caminho diferente. Brasília continuou sendo área reservada para grupos chegados

ao presidente Sarney. Muitos componentes destes grupos hoje fogem das muralhas da nossa Bastilha e tentam se jogar nos braços do povo, gritando em altas vozes as injustiças que lá são praticadas. Querem, agora, vender a imagem de que foram escravos, quando na verdade foram aproveitadores de uma situação que lhes era confortável.

Infelizmente para o povo e para o País muitos destes políticos aventureiros ainda encontram terreno para implantar sua semente de falsidão, de covardia política. Graças a eles, os bons políticos, das chamadas esquerda e direita, não tem a credibilidade que deveriam ter. Como consequência; desta situação, os partidos políticos, são um reflexo da falta de filosofia consolidada.

Podemos dizer que com as, eleições de 1989, o Brasil está concluindo sua fase de transição política. Todavia, pode-se afirmar que recém estamos começando a fase de construção de reais partidos políticos, que reflitam filosofias de pensamento político e não ideias isoladas de grupos de pessoas. A grande quantidade de candidatos a presidente da República é um reflexo desta situação. Hoje sobram candidatos a líderes que amanhã podem trocar de partido conforme suas conveniências pessoais. Enfim, ainda demorará o dia em que os partidos não mais serão conhecidos por ser de esquerda ou de direita, o que reflete um primarismo político. Só então poderemos deixar de assistir o espetáculo de 1989, em que apesar de pertencerem a distintos partidos políticos os candidatos cantaram a mesma música, como se fossem um coral.

Devemos aceitar o fato de que é difícil voltar à plenitude de um regime democrático.

Eleitor brasileiro: há 29 anos você ficou olhando para a nossa Bastilha, para Brasília. Dia 15, você deixou de ser um expectador mudo e com seu voto deu início a tomada de Brasília, uma luta em que a maior e única arma é o seu voto e a sua consciência. Dia 15 você foi rei, foi poderoso, cortejado, respeitado.

O grande problema consiste em escolher, bem no segundo turno afim de que você, povo brasileiro, possa dar início a um processo de real democratização do nosso Brasil. Viva o Brasil e salve a queda de Brasília.

Presidente da APLIP

O Nacional-Passo Fundo-16/11/1989



Segundo um empresário paulista, se determinado candidato ganhar a eleição, 800.000 empresários sairão do país. Grande besteira. Primeiro porque o mundo lá fora, para sobreviver, exige competência e sonegar imposto significa severas punições. Logo, não há razões para empresários eficientes e honestos trocarem de país. Segundo, como vivemos numa democracia, o país dificilmente aceitará a ditadura política e econômica de um partido único. Isto seria trocar uma ditadura de direita por uma de esquerda. Não passaria de um ato de burrice, ainda mais que, se as esquerdas não mudarem sua filosofia, ainda devem ser contra qualquer forma de ditadura. Enfim, chegou a hora, de sentar na mesa discutir e abandonar os extremismos ideológicos, de esquerda ou de direita.

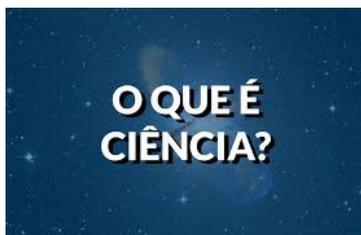
Se por um lado os empresários da indústria podem desligar suas máquinas, para investir na ampliação da produção ou até podem transferir indústrias para o exterior, por outro lado, na agricultura, a situação é diferente. A grande maioria dos produtores agrícolas vive exclusivamente da terra e como não podem transferi-la para o exterior, nem tampouco é lógico fugirem do país (seriam milhões) o negócio é continuar produzindo. Os produtores rurais precisam saber, e rápido, quais são as regras de jogo que deverão seguir. Agricultura é algo muito mais sério e complicado do que pensam os burocratas de Brasília ou os ativistas, teóricos, de esquerda ou de direita. A agricultura está cheia de opiniões, de poetas do asfalto, de pessoas que ficam filosofando em gabinetes com ar condicionado ou comitês de partido. Portanto, o que a agricultura espera dos presidenciáveis é menos conversa teórica e mais ação prática. A indecisão política do governo Sarney já está tendo reflexo na redução da área plantada e na queda da produtividade, em 1989. Para 1990, os agricultores precisam saber agora, ainda antes da eleição, quais serão as regras do jogo que vigorarão para a, safra de 1990.

Nenhum dos presidenciáveis conseguirá revogar uma teoria utilizada em economia, denominada elasticidade renda da demanda, segundo a qual maior renda significa que parte será gasta, em aumento do consumo. Ora, sabemos que a grande maioria da população brasileira não compra a quantidade de alimentos que gostaria de comprar. Também ouvimos que todos os candidatos a presidente

prometeram aumentar a renda dos assalariados. Logo, é de se esperar que, cumprida a promessa eleitoral, as pessoas queiram, com seu maior salário real, adquirir mais comida. Também sabemos que, graças a outra lei econômica, a lei da oferta e da demanda, que se a produção continuar a mesma e houver mais gente, querendo comprar os mesmos produtos, os preços aumentarão. Não adianta congelar, o ágio mata qualquer tabela. Qual a solução? Simples, aumentar a produção, reduzir preços dos insumos, aumentar a produtividade. Ou seja, mais comida menos custo para o consumidor, no mínimo, com um lucro razoável para o produtor. Para que esta situação ocorra, o produtor precisa fazer planejamento e para tanto é preciso que os dois candidatos a presidente parem de esconder o jogo. Enganar o produtor rural hoje significa que amanhã o consumidor das cidades pagará um maior preço pelos produtos agrícolas, devido a escassez. E não é demais lembrar que, povo de barriga vazia sempre é contra o governo.

O Nacional Passo Fundo

28.11.89



Há cerca de 90 anos o homem recém iniciava a ciência aeronáutica. Em 1989, o homem já foi à lua e o céu está repleto de satélites.

Há pouco mais de 400 anos a fome matou milhões de pessoas na Europa, devido a doença na batata, o que fez com que milhões de pessoas emigrassem para a América do Norte e lá construíssem um país que é o principal produtor de alimentos no mundo. Hoje, na Europa, sobra comida.

Embora, ainda hoje, a doença seja uma constante nas camadas mais pobres da população, inegavelmente, o ser humano desfruta de melhor saúde pública e foram controladas as doenças que matavam milhões de pessoas nas denominadas "pestes" da Idade Média.

O progresso que a humanidade está construindo está baseado numa palavra: CIÊNCIA. Foi através da ciência que o homem construiu as tecnologias que hoje, assim como amanhã, possibilitarão um crescente estado de bem estar, no qual os trabalhos pesados, as doenças, serão eliminadas ou mais controladas.

O conhecimento científico, aliado a inesgotável capacidade de imaginação, de criação da raça humana, fará com que o futuro seja melhor para as próximas gerações.

Vivemos num mundo em que a população não para de crescer e, ao mesmo tempo, busca melhorias em seu padrão de vida. Vivemos num mundo em que o presente rapidamente se torna passado. Em que a novidade tecnológica de hoje, logo irá para o museu.

Não é por acaso que países como os Estados Unidos e o Japão são líderes mundiais em tecnologia. A força de suas universidades, verdadeiros centros de saber e de geração de ciência e tecnologia, é a chave de seu progresso científico. A união das empresas com as universidades em objetivos comuns tem causado o progresso de regiões da área de influência destas universidades.

No Brasil, de 1990, as verbas para ciência e tecnologia foram cortadas drasticamente. O Brasil corre o risco de passar a ser um exportador de talentos, já

que praticamente todos os sete mil pesquisadores que se encontram no exterior estão recebendo ofertas para ficarem lá, sendo provável, que aceitem. Afinal para que voltar? Para receber baixos salários e ficar em local de trabalho sem condições de aplicar o conhecimento adquirido?

Universidade forte se faz com professores bem pagos e que, além do ensino, tenham condições para realizar pesquisas em ciência e tecnologia. Universidade que não gera conhecimento científico não é universidade. É aglomerado de escolas de nível superior. A Universidade de Passo Fundo precisa, urgentemente, aumentar as poucas pesquisas que desenvolve. Pesquisa significa recursos humanos e laboratórios. Enfim, dinheiro.

Com o objetivo de propiciar à Universidade de Passo Fundo e a região por ela abrangida, a Associação dos Profissionais Liberais do Planalto-APLIP encaminhou sugestão para a lei orgânica do município. Deverão ser repassados a UPF 1,0% (um) do orçamento municipal de Passo Fundo, sendo que metade destes recursos deverão ser aplicados, exclusivamente, em pesquisa, em ciência e tecnologia. Assim, pretende-se criar uma fonte fixa de receita que permita dar continuidade aos projetos que uma comissão, constituída por representantes da UPF e da comunidade passofundense, julgar de interesse da região.

Se a cidade de Passo Fundo quiser continuar tendo uma universidade líder na região, a comunidade necessita aplicar nesta universidade.

Passo Fundo possui uma das maiores unidades de pesquisa do Rio Grande do Sul, o Centro Nacional de Pesquisa de Trigo-CNPT da EMBRAPA. Seu corpo técnico possui uma elevada qualificação profissional e científica e, espera-se que a atual integração aumento no futuro. O futuro de Passo Fundo não será construído nos gabinetes de Brasília ou de Porto Alegre. O futuro será, como foi no passado, construído pela vontade dos passofundenses. Vamos investir na UPF, vamos criar ou ampliar os centros de pesquisa já existentes, vamos criar ciência e tecnologia. Vamos construir nosso futuro.

Eng. Agr. Roque G. Annes Tomasini

Pres. APLIP



Há uma enorme diferença entre as promessas das campanhas eleitorais e a dura realidade do governo que o novo presidente terá que assumir. Nem Lula e nem Collor farão milagres. O novo presidente não poderá ao mesmo tempo combater a inflação, baixando-a rapidamente, e aumentar o salário mínimo a nível que os trabalhadores de baixa renda merecem. Será necessário mais de um ano de reajustes na economia, para que, se medidas tiverem sucesso, a população possa começar a sentir que o crescimento econômico, está entrando nas suas casas, na forma de melhor nível de vida. A rigor para consertar este país, não será num mandato de 5 anos que se conseguirá tudo o que se deseja e se poderá cumprir tudo o que foi prometido nos palanques e discursos.

O Brasil tem uma imensa dívida social para com seus filhos. Somos país dos contrastes, em que o pior de todos é a miséria da maioria e a concentração de renda na mão de poucos. A base da estabilidade social, do progresso homogêneo, reside numa distribuição de renda justa. Não devemos ser ingênuos e pensar que, da noite para o dia, todas as injustiças serão corrigidas. O que esperar do novo presidente na área econômica? Em primeiro lugar se espera que crie um clima de confiança que permita, a empregadores e empregados, oportunidade para que o País possa continuar produzindo. Querer que as empresas passem a pagar, aumentos substanciais de salários, sem que haja um aumento da produção e da produtividade pode ser muito bonito no discurso, mas irreal. Em segundo lugar, se espera que a inflação seja controlada, pois sem controle morrerá a empresa e o trabalhador ficará sem emprego. Mesmo nos países socialistas já está comprovado que o Estado não pode fazer tudo ao mesmo tempo, e muito menos com eficiência. Portanto, deve ser estimulada toda a iniciativa privada que gere emprego. Não se pode pensar que a capacidade gerencial do Estado é maior que o somatório da capacidade gerencial de milhares de pequenos e médios empresários que arriscam seu capital.

Se o Brasil quiser crescer há dois caminhos fundamentais: buscar mais dinheiro no exterior ou estimular a poupança interna. Se o governo criar um clima de confiança

e conseguir controlar a inflação a poupança Interna, desde a do pequeno poupador até o do grande será fundamental. Não há dúvida de que o país tornara a investir, a criar novos empregos, a gerar mais renda.

Quando o eleitor estiver votando domingo, deve estar consciente que não estará elegendo um santo milagreiro: o eleito será um homem que, com sua equipe, deverá tomar medidas duras, porém necessárias. Nenhum país saiu de uma crise econômica, social e moral semelhante a que o Brasil está vivendo sem muita luta, sem sacrifício. Não será o país do carnaval e do futebol que fugirá a regra.

O Nacional
Passo Fundo



UNIVERSIDADE: o que significa esta palavra? Segundo o dicionário Aurélio, significa "instituição de ensino superior que compreende um conjunto de faculdades ou escolas para a especialização profissional e científica, e tem por função precípua garantir a conservação e o progresso nos diversos ramos do conhecimento, pelo ensino e pela pesquisa". Outra definição, do dicionário Webster's, cita que é "instituição de aprendizagem de alto nível que possui infraestrutura para lecionar e pesquisar e está autorizada para conceder graus acadêmicos". As duas definições concordam que, além de ser um centro de saber, a Universidade deve ter a pesquisa como atividade tão importante quanto a de lecionar. O verdadeiro professor, desde que tenha condições, se sente muito mais realizado quando, além de transmitir o conhecimento adquirido nos livros, também pode ensinar outros conhecimentos derivados de suas experiências, de sua vivência, de suas pesquisas. Criar conhecimento é fundamental, para a instituição universitária. Sem exagero, pode-se afirmar que a pesquisa representa a vida de uma universidade. Quanto maior o dinamismo das atividades de pesquisa, maior será a vitalidade das diferentes instituições que compõem uma verdadeira universidade.

A Universidade de Passo Fundo é uma instituição jovem e pode-se dizer que, a semelhança de uma pessoa, teve uma bela infância, foi bem cuidada, mas que agora está precisando de muita atenção. Está entrando na fase de adolescência. A UPF cresceu bastante e rapidamente. Está chegando a hora de pensar, com maior profundidade, quais os caminhos a seguir na busca de um futuro não só seguro, mas, sobretudo brilhante, para a instituição, seus professores, seus funcionários e seus alunos.

No mundo atual não se pode mais aceitar que uma região tenha vocações pré-determinadas. Acredito que o futuro é feito com base na determinação, com base na força da vontade dos indivíduos e das instituições. No mundo do século XX caíram por terra os tabus que impediam o progresso. O que vale é a educação e o conhecimento tecnológico.

A universidade deve seguir o caminho de se tornar um verdadeiro laboratório dos problemas regionais, sejam eles de área da educação, economia, medicina, agronomia, engenharia mecânica. Todavia, há algumas linhas da ciência que, já em 1990, tem plenas condições de serem atacadas, como a biotecnologia e a informática. São áreas para as quais não há falta de recursos para pesquisa e que são fundamentais para a modernização dos setores agrícola, industrial e de serviços.

A implantação de um polo de tecnologia na UPF, ligado a área de produção de alimentos, onde também serão desenvolvidas com maior intensidade, as pesquisas com plasticultura é mais uma prova da liderança da UPF na região e que será oficialmente implantado pelo governador Pedro Simon dia 22 de dezembro. Pesquisa significa programação em longo prazo e, para tanto, são necessários recursos de forma contínua e, fundamental, é necessário que sejam contratadas pessoas para, em tempo integral, dedicar seu tempo ao ensino e à pesquisa. Por entender que o fluxo de recursos deve ser contínuo, a Associação dos Profissionais Liberais-APLIP, sugeriu que na Lei Orgânica do município de Passo Fundo, 1% da receita líquida seja destinada a UPF e metade destes recursos seja destinado, exclusivamente, a atividade de pesquisa em ciência e tecnologia.

O futuro da UPF está diretamente ligado a implantação, de forma definitiva, de um sólido projeto de pesquisa, que atenda aos interesses científicos da Universidade e aos interesses econômicos da região. Até 1989, segundo a definição de "Universidade", a UPF, a exemplo da maioria das universidades brasileiras, alcançou somente a primeira parte, a que diz respeito ao ensino. Muito foi feito e muito ainda há por fazer. O caminho do saber segue uma estrada sem fim, uma vez que o ser humano sempre estará buscando conhecer o desconhecido. A Universidade de Passo Fundo que queremos para o futuro é aquela em que, ao lado de um ensino altamente qualificado, deverá, necessariamente, ter uma pesquisa forte, que será a base para manter o ensino qualificado.

Passo Fundo O Nacional
Edição Especial Natal/89



O medo do desconhecido é natural nas pessoas ao enfrentarem novas situações. A agricultura gaúcha está olhando assustada para a fronteira da Argentina, esperando que, em 1995, quando caírem as últimas barreiras alfandegárias, os produtos agrícolas gaúchos sejam substituídos pelos argentinos. Onde colocar nosso trigo, cevada, aveia, leite e derivados, milho, soja, vinho, maçã...? Até que ponto nossos temores têm razão de ser? Até que ponto a concorrência dos produtos argentinos será maléfica aos produtores gaúchos? Não será esta a oportunidade para forçar o Rio Grande do Sul a dar um "salto qualitativo" na sua agricultura, sob pena de, caso continuar com as atuais baixas produtividades não poder competir com os produtos importados do Mercosul ou de perder competitividade na exportação?

É óbvio que a agricultura gaúcha não sairá sozinha da atual crise. Serão necessários programas de trabalho conjuntos entre os governos federal e estadual. Áreas críticas como a recuperação dos solos deverão merecer a atenção inclusive das prefeituras. Todos os setores dependentes, direta ou indiretamente, da renda do setor agrícola deverão unir-se para, mediante um plano global, fazer um pacto de sobrevivência. Ou todos prosperam juntos ou todos sofrerão juntos. Não há meio termo. O problema deixa de ser unicamente dos agricultores para ser um problema da sociedade gaúcha.

Com relação ao trigo, a situação tem sido apresentada como crítica, embora, talvez por falta de maior divulgação, outros produtos possam estar em idêntica ou até pior situação.

Os moinhos que, principalmente na região Sul, pareciam não ter razões para se preocupar com o trigo argentino, pois poderiam importá-lo, talvez mais barato e, assim poder continuar produzindo farinha, também deverão estar preocupados. A Federação Argentina da Indústria Moageira está protestando nos jornais de

Buenos Aires contra as restrições brasileiras à exportação de farinha de trigo argentina. Não querem esperar até 1995. É bom lembrar que, daqui a três anos e meio, se os argentinos quiserem, poderão produzir pão em Buenos Aires, colocá-los num caminhão com climatização e entregá-lo, ainda quente, nas padarias e supermercados de Porto Alegre. Portanto, o problema da produção de trigo no Rio Grande do Sul não é só dos agricultores. Há notícias de que os moageiros argentinos gostariam de exportar até 1 milhão de toneladas de farinha de trigo.

A atual situação de tecnologia da produção de trigo no Rio Grande do Sul e nos demais estados produtores permite aos produtores alcançar produtividades de mais de 5.000 kg/ha, em anos de condição normal de clima, conforme ocorrido em lavouras no município de Passo Fundo. Produtividade de 2,5 a 3,0 t/ha são perfeitamente alcançáveis pelos tricultores que adotarem as recomendações da pesquisa. Produtividades de 1,0 t/ha ficaram nos livros de história.

Os recursos investidos pela sociedade na pesquisa de trigo, através do Centro Nacional de Pesquisa de Trigo da Embrapa e de outras instituições oficiais e privadas, cumpriram sua função técnica, permitindo alcançar produtividades semelhantes às dos grandes países exportadores de trigo. A assistência técnica está apta a repassar as modernas tecnologias que permitem competir com o trigo argentino ou de outros países exportadores, desde que não seja subsidiado. O produtor quer produzir, quer gerar lucro como toda empresa de país capitalista. Todavia, reorganizar sua empresa, de modo a torna-la competitiva, necessita além de capital de giro para o negócio agrícola, na hora certa, da adoção de uma nova postura. A moderna agricultura, competitiva num mundo que está fechando mercados, não é para todos, uma vez que é inconcebível que todos sejam igualmente competentes. A agricultura deve ser vista como uma empresa, independente do seu tamanho. Não há lugar para amadores ou agricultores que, não querendo adotar as tecnologias de ponta, teimem em continuar produzindo com baixas produtividades. Afinal, quem paga a conta da ineficiência de qualquer tipo de empresa é o consumidor final. A abertura para o Mercosul não deve ser vista como um programa para levar à falência os agricultores gaúchos. Deve ser vista como uma oportunidade para os agricultores buscarem junto aos governos federal e estadual os recursos que lhes permitam recuperar a capacidade de produção dos solos do Estado. Afinal, devemos acreditar que não é do interesse do governo brasileiro enriquecer os agricultores argentinos e falir os brasileiros. Não há por que ter medo do trigo argentino. Devemos ter medo é da nossa falta de agressividade em busca dos nossos direitos de produzir para mostrar que somos competitivos. Temos tecnologia, temos toda a infraestrutura, o agricultor quer ganhar dinheiro. Então, porque ter medo?

Tomasini, Roque G. Annes

27/12/91



Por mais que queiramos, no futuro não haverá lugar para todos os atuais agricultores. As cidades permanecerão crescendo e os campos continuarão a se esvaziar. Salvo radicais transformações no atual modelo de desenvolvimento da sociedade, essa seguirá os passos das economias já desenvolvidas. Ficarão no passado, nos álbuns de velhas fotografias, nos livros de história, as cenas da vida rural cheia de pessoas e das oligarquias agrícolas que comandaram a política no Brasil. Vai-se a era do empirismo e do romantismo, e chega a época da eficiência agrônômica e econômica.

Certamente ainda persistirão no Brasil, por algum tempo, bolsões que teimam em resistir à nova era ou que não têm condições de sozinhos, encontrar o caminho da nova agricultura. Não se pode dizer que a atividade ficou, de repente, ineficiente. O que mudou foi a maneira como os moradores do meio urbano passaram a enxergar os que vivem na zona rural e o que fazem.

A grande maioria da população não tem a mínima noção da complexidade dos processos de produção, industrialização ou distribuição. O que interessa é que os alimentos estejam amplamente disponíveis nas gôndolas dos supermercados com boa qualidade e, importante, a baixo custo. Situação que somente tende a crescer no futuro. O certo é que o consumidor dita as regras do mercado.

Foi-se o tempo da agricultura feita "a olho". Chegou a agricultura dos profissionais. Quem sobreviverá? Poucos. O tamanho da propriedade não será o fator determinante. O importante será o "tamanho" da tecnologia utilizada no processo de produção. E, nessa história, qual o papel do governo? Esse tem o dever de fornecer as bases técnicas e políticas para os produtores que conseguirem sobreviver na agricultura. Sempre com conhecimento tecnológico, assistência técnica, infraestrutura e escoamento da produção, e mecanismos de proteção contra a concorrência dos produtos importados e subsidiados na origem.

Cabe à população urbana, concentradora das riquezas econômicas e do poder do voto, entender que a sociedade rural dificilmente sobreviverá com suas próprias forças. Os sobreviventes deverão ser agricultores profissionais altamente capacitados. Aos demais, restará o caminho, forçado, da migração para as cidades ou fazer parte de um novo segmento social - o dos moradores rurais, não ligados ao setor de produção.

Zero Hora

30/10/92

É hora de conhecer melhor o trigo argentino

31/10/1992



Historicamente os brasileiros e, de modo especial, os gaúchos têm visto a Argentina como um país com a bela e elegante capital Buenos Aires Povo educado, um bom sistema educacional, terra de boas comidas e de bons vinhos. Poucos tiveram a curiosidade de conhecer as férteis terras do "pampa úmido", onde é produzida a maioria do trigo, da soja e do milho.

No início de dezembro de 1991, juntamente com o Dr. Valter Stulp (Iepe/UFRGS), com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul, fizemos uma viagem que nos permitiu verificar a realidade do trigo argentino: suas técnicas de produção, seus custos e suas potencialidades. Foi fundamental a colaboração dos pesquisadores do Instituto Nacional de Tecnologia Agrícola - Inta, das estações experimentais de Marcos Juarez Córdoba, Pergamino e Balcarce (Buenos Aires).

Falar sobre trigo na Argentina e desconhecer a importância da soja, é impossível. Em 1909 já eram semeados 5.837.000 hectares de trigo com uma produtividade de 666 kg/ha, o que permitiu uma exportação de 2,514 milhões de toneladas. Em 1957 eram semeados somente 1.047 ha com soja e 6,311 milhões de hectares com trigo, com uma produtividade de 1.322 kg/ha. Na safra de 1989/90 foram semeados 5,1 milhões de hectares com soja e 5,65 milhões com trigo (1.900 kg/ha). Comparando o período 1980/84 com 1985/89, constatou-se que a área com trigo diminuiu em 1,475 milhão de hectares (-22,3%), enquanto que a área com soja aumentou 1,727 milhão de hectares (+68,9%).

Neste período também ocorreu uma redução de 19% (689.000 ha) na área com milho. À semelhança do que ocorreu no Rio Grande do Sul, o crescimento da área com soja está ocorrendo à custa da redução da área com trigo, milho e, provavelmente, da pecuária argentina, com incorporação de áreas marginais, menos férteis.

A fertilidade natural dos solos do pampa úmido é o principal fator responsável pelos baixos custos de produção, além de uma maior diversificação nas culturas de verão (soja, milho, girassol) e na rotação de área com a pecuária de corte. O

custo de produção é extremamente baixo, ficando em torno de US\$ 60,00 a US\$ 70,00 por tonelada, uma vez que a adubação de base praticamente não é utilizada, poucos usam nitrogênio em cobertura e somente o herbicida é obrigatório.

Este trigo é colocado no porto, conforme a cotação do mercado internacional. No caso de custar US\$ 115,00 FOB, chegará ao Brasil em torno de US\$ 200,00 por tonelada posta no moinho. Este preço equivale a, aproximadamente, US\$ 140,00 por tonelada, que poderiam ser pagos ao nosso produtor no Rio Grande do Sul. Para poder competir com o trigo argentino há somente uma saída: melhorar nossos solos, aumentando a produtividade.

O trigo será, novamente, um pioneiro, desta vez no sentido de que para sobreviver, sem subsídios, os agricultores terão que se tornarem, cada vez mais, empresários rurais, autênticos profissionais da área agrícola. Aos retardatários restará o caminho das cidades, tendo que vender ou arrendar a terra para os mais eficientes.

O Rio Grande do Sul é o estado que mais sofrerá com o trigo argentino, seja pela entrada de produto para moer, pela provável entrada da farinha e pela própria perda de mercado nos outros estados pelo trigo gaúcho.

Considerando a produção histórica de trigo argentino, a necessidade de manter os mercados importadores (China, Iran, Peru, Rússia) e a maior rentabilidade da soja, será difícil a Argentina exportar mais que 3 milhões de toneladas de trigo para o Brasil. Até 1995 estão autorizados, via Mercosul, a exportar 2 milhões de toneladas de trigo em grão, podendo, mediante acordo, ocorrer a exportação adicional de farinha.

Para evitar o pior, resta o caminho da união de forças: pesquisa, produtores e moageiros, unidos na busca de maior eficiência para o setor tritícola, como única forma de sobreviver e de prosperar.

31/01/1992



PARTE I

Ainda há muito a fazer, mas muito já foi feito no sentido de dotar o Brasil com mais condições técnicas para a autossuficiência na produção de alimentos.

A rigor, pode-se dizer que não existe independência política de um povo, se este depender de alimentos de outros países para a sua sobrevivência. Há exceções, como o Japão, o qual com o seu poderio econômico consegue fugir a regra. Todavia, mesmo gigantes nucleares como a ex-União Soviética, caso não cuidarem da saúde de sua agricultura, não terão um futuro promissor. A história está nos mostrando que de nada adiante ter o poder de destruir o mundo, se a população está nas ruas buscando comida. Os silos vazios acabam de destruir o sistema político que vigorou por quase 80 anos. Como resultado político, foi-se o sistema social; a fome da população será combatida com os alimentos produzidos pelos países capitalistas, principalmente pelos Estados Unidos. Moral da história: fome não se combate com discursos, fome se combate com decisões políticas, com trabalho, com produção, com renda dos consumidores compatível com o preço dos produtos essenciais.

No Brasil estamos assistindo a uma discussão sobre a melhor forma de governo: presidencialismo, parlamentarismo ou monarquia. Na Europa temos países parlamentares com os silos repletos de comida, assim como os Estados Unidos, país presidencialista, chega a pagar para seus agricultores reduzirem a área de plantio, com o objetivo de reduzir a grande quantidade de grãos armazenados. Mais uma vez, qual a moral da história? Não é o regime político, mas sim, as decisões políticas que enchem os silos e matam a fome das populações.

Temos um país que é quase um continente: temos (ou tínhamos) quase todos os recursos naturais necessários para ser um país tão poderoso como os Estados Unidos ou como a ex-União Soviética. Todavia, ainda não conseguimos produzir todo o alimento de que necessitamos. Por quê? Se temos uma ampla diversidade de climas e de solos, no geral não nos falta água para o cultivo ou para as

hidroelétricas, se temos tecnologia gerada pela pesquisa nacional ou adaptada de outros países, porque existe fome no Brasil? Porque cerca de 50 milhões de pessoas não consomem o mínimo necessário para suas necessidades físicas. As imensas e intermináveis filas para consulta no INSS e os hospitais repletos de doentes são o melhor reflexo do baixo consumo de alimentos no país. A saúde de um povo começa pela boa alimentação. Se o valor que o governo federal gasta em hospitais e em consultas médicas fosse dado, de graça, em alimentos para estas pessoas, tenho certeza de que as filas sumiriam e boa parte dos hospitais ficaria vazia. Até parece que a indústria do caos é algo premeditado. Ou, pior ainda, não temos os alimentos que a população brasileira necessita.

Sob o ponto de vista geopolítico, cada país gostaria de produzir todo o alimento necessário. Esta tese tinha sua razão de ser quando os meios de transporte eram caros e ineficientes e, além disso, havia grandes rivalidades políticas entre os países. Numa economia moderna, em que os países tendem a se agrupar em grandes blocos, em que as guerras tendem a ficar restritas a casos específicos, não há porque produzir, a qualquer custo, todos os alimentos necessários ao país. Tudo vai depender das estratégias do desenvolvimento político de cada país, de forma isolada, ou como componente de grandes blocos econômicos. No caso do Brasil, a julgar pelos fatos ocorridos na agricultura nos últimos anos, parece que política do "salve-se quem puder" é a que tem imperado.

PARTE II

No passado, no qual as liberdades políticas internas eram mínimas, os agricultores tiveram a seu dispor uma política altamente paternalista por parte do governo federal: abundância de crédito agrícola com taxas de juro altamente subsidiadas, compra estatal da produção via AGF, valores simbólicos do ITR e uma quase isenção do imposto de renda. A grande maioria não soube capitalizar e os lucros da agricultura foram para as cidades. O campo continuou pobre. Atualmente, com um regime de plena liberdade política, o setor agrícola está sendo penalizado, ou por não ter sabido se organizar para defender seus direitos ou por ser considerado um setor secundário para o desenvolvimento nacional.

O ano de 1991 ficará na história como o ano da miséria na agricultura. Caímos de 70 milhões de toneladas de grãos, para pouco mais de 50 milhões, quando deveríamos estar produzindo 100 milhões. A seca não pode ser a única culpada de tanta incompetência. Há alguns anos os políticos ainda poderiam botar a culpa nos "imperialistas americanos" ou nos "comunistas". Hoje não dá mais. A culpa é nossa mesmo.

Do Chuí até o Oiapoque, de modo geral, podemos produzir os alimentos básicos (trigo, milho, soja, feijão, arroz, carnes, leite,). As tecnologias geradas pela EMBRAPA e por outras organizações oficiais e privadas permitem a produção

econômica da maioria dos alimentos que necessitamos. Podemos afirmar que os recursos investidos pela sociedade na EMBRAPA voltaram multiplicados na forma de novas e modernas tecnologias. Todavia, a tecnologia é somente um dos componentes no complexo sistema de produção de um país. É necessário um agricultor com experiência para adotar as tecnologias, um bom sistema de extensão rural, crédito, eficientes sistemas de armazenagem, transporte e de exportação. Além disso, deve ser considerado o papel que os estrategistas econômicos, aqueles técnicos e políticos que vivem em Brasília, reservam para o setor agrícola. Qual a importância que dão à agricultura, em seus planos macroeconômicos, para desenvolvimento nacional? Ao que parece, nos últimos anos, a agricultura não foi considerada importante para o desenvolvimento nacional, parece que foi desprezada como força de combate a inflação e de desenvolvimento. Os fatos mostram que o crédito agrícola, na prática, desapareceu em quantidade e na possibilidade de pagar as altas taxas de juro.

O trigo é um dos produtos que mais sentiu as indefinições do setor agrícola e das mudanças. Na safra de 1991 o dinheiro foi escasso e caro, além do fato do Governo Federal, depois de 20 anos de compra estatal, liberar totalmente a comercialização. Consequência: redução da área de plantio. Como agravante, ocorreram importações acima do necessário, como forma do governo federal e dos moinhos se precaverem contra uma eventual falta de trigo no país. O desestímulo à produção de alimentos no país, de forma particular com o trigo, talvez tenha sido premeditado. Talvez o objetivo tenha sido o de evitar emissões de dinheiro para financiar a agricultura e, assim diminuir a massa de dinheiro circulante no país, diminuindo a pressão da demanda. Talvez tenha sido uma forma de, importando alimentos de outros países, obter empréstimos externos. Talvez ambas as hipóteses. Talvez nenhuma delas. Talvez tenha sido fruto de nossa própria incompetência política de conduzir a política econômica nacional. Talvez as três hipóteses. O fato é que o reflexo da falta de alimentos no país é um dos responsáveis pela alta da inflação ao final de 1991. A grande quantia de dinheiro injetada na economia agrícola via crédito de custeio para as lavouras de verão de 1991/1992 não é sem razão. A razão é clara: o Governo Federal reconhece o alto preço que pagou, em 1991, desestimulando a agricultura.

Como dissemos inicialmente, a agricultura nacional tem condições técnicas de crescer, somente dependendo de decisões políticas. Esta constatação cresce em importância quando consideramos a proximidade do MERCOSUL, a partir de 1995.

Pesquisador do CNPT-EMBRAPA

Prof. Fac. Agronomia UPF



O município de Passo Fundo pode se transformar no maior polo de ciência e tecnologia na área de produção agrícola da região Sul do país. Além da vocação natural decorrente de recursos naturais, a cidade exhibe uma boa quantidade e qualidade de cérebros ligados às instituições locais. Cérebro, capital e decisão política são os ingredientes básicos para assumir liderança na sociedade.

Passo Fundo passou por várias fases: pecuária extensiva, indústria madeireira, triticultura, implantação de indústrias de máquinas agrícolas, sojicultura, implantação da Universidade de Passo Fundo e do Centro Nacional de Pesquisas de Trigo da Embrapa. O crescimento do setor de serviço é a última etapa.

A área abrangida pelos conhecimentos gerados no CNPT-Embrapa (trigo, cevada, triticales, centeio, soja, plantio direto, etc.) e na Faculdade de Agronomia da Universidade de Passo Fundo (aveia e os programas em implantação no Polo Tecnológico, como a de plasticultura, batata-semente, piscicultura e fazenda alternativa) vão além das fronteiras do Estado.

Em Londrina, em Porto Alegre, Pelotas, Santa Maria e Cruz Alta é inegável que existe quantidade e qualidade em pesquisadores na agricultura. Mas Passo Fundo está no centro de uma área de produção de grãos e hoje começa a implantar plasticultura e fruticultura. Santa Catarina, apesar de bons centros, não tem situação semelhante. No Paraná, somente Londrina, pela presença do IAPAR, do Centro Nacional de Pesquisa de Soja da Embrapa e da Universidade, apresenta estrutura comparável a de Passo Fundo.

Por tudo isto, a zona de agricultura de Passo Fundo é a que mais justifica a destinação de recursos públicos e privados para a implantação de um polo nacional de ciência e tecnologia agrícola da região sul. São 29 pesquisadores com doutorado e 72 com mestrado, além de um grande número de profissionais com curso do mesmo nível em serviço na atividade privada.

Falta uma decisão política estadual e federal. O governador Alceu Collares deve ter ficado impressionado com as "cidades dedicadas à ciência" durante a sua viagem ao Japão. Ele poderá compreender a magnitude deste empreendimento para a economia regional e nacional.

Zero Hora, pg. 3 Porto Alegre - 19/02/1993

A adoção do real e as semelhanças com o ocorrido na Letônia

05/05/1994



"Uma moeda nova tem de merecer amor e confiança. Esse amor e essa confiança difíceis de conquistar e muito fáceis de destruir, requerem que o Banco Central disponha de pleno controle quanto as decisões monetárias, a fim de angariar a credibilidade e confiança para o sistema monetário". Assim começa o artigo de Einars Repse, Presidente do Banco da Letônia, publicado por Finanças e Desenvolvimento (publicação trimestral do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, dezembro de 1993).

O autor cita um "breve guia para a adoção de uma nova moeda":

- Liberalizar os mercados (de divisas e outros);
- Criar um banco central independente;
- Adotar moeda própria;
- Ajustar o mercado financeiro aos princípios de mercado;
- Adotar taxas cambiais flutuantes;
- Seguir políticas monetárias rígidas ou extremamente rígidas;
- Estar preparado para ser culpado de tudo.

A nova moeda letã (poderia ser a UFIR), o lats, passou a ter vida paralela a antiga moeda, o rublo russo (poderia ser o cruzeiro real).

O autor continua a descrição da transição para a nova moeda: "A verdadeira estabilização só foi possível quando se romperam nossos vínculos com a moeda russa". "Decidimos começar a utilizar o lats em março de 1993, permitindo a coexistência da nova moeda e do rublo letão (poderia ser o cruzeiro real). "A partir de 28 de junho de 1993, todos os contratos e preços foram redenominados em lati (poderia ser o REAL), e foi proibido fixar preços em moeda estrangeira".

"Desde a adoção da nova moeda, nossos maiores êxitos foram um significativo declínio da taxa inflacionária e estabilização do mercado cambial. A inflação caiu,

em média, de cerca de 20% em julho de 1992 para cerca de 0,5% ao mês no período abril-setembro de 1993".

Este artigo, que foi resumido, tem muita semelhança com o processo de adoção do REAL no Brasil. O objetivo é mostrar que, apesar das grandes diferenças socioeconômicas entre o Brasil e a Lituânia, as teorias econômicas indicaram caminhos semelhantes para problemas semelhantes. De sua leitura, fica a pergunta: se a Letônia, país que estava totalmente dependente da moeda e, em grande parte da economia russa, conseguiu diminuir drasticamente a sua inflação, porque o Brasil, que parece estar seguindo um plano semelhante e, além disso, possui imensas vantagens comparativas, não pode dominar a inflação?

Qual a importância da pesquisa?

19/06/1994



O ser humano tem, na terra, na água e no ar, tudo o que precisa para viver. Da terra tira os alimentos, a madeira e os minerais, a água lhe mata a sede e é fundamental para os processos industriais, sem o ar não haveria a vida dos homens, dos vegetais e dos animais. No princípio, como o homem recebeu os materiais básicos para comer, vestir e morar, não havia problemas para a humanidade e todos podiam viver felizes. É desta forma que as histórias são contadas nos livros infantis. Mas, na realidade, a vida é muito diferente. Como se diz popularmente: nada cai do céu.

Todo o progresso que o ser humano conquistou não foi por acaso, nada caiu do céu. Tudo aconteceu porque este, ao contrário dos animais, tem o poder de organizar seu pensamento e suas ideias na busca do crescimento individual e coletivo. Esta capacidade, de organização de ideias, na busca de novas informações, é simbolizada através de uma palavra: pesquisa.

Através da pesquisa é que as ideias são criadas, analisadas e aprovadas ou não para a criação de mais um conhecimento teórico, ou como parte de um conhecimento prático, como por exemplo, para a criação de uma nova semente, mais produtiva.

Na agricultura, a medida que a população foi aumentando, o ser humano concluiu que não poderia mais continuar vivendo somente do que a natureza lhe ofertava na forma de frutos, folhas, raízes, etc. Com o início das pequenas plantações, o homem descobriu que era preciso combater o mato, que, as vezes, não chovia o suficiente, que apareciam insetos e doenças que prejudicavam a plantação, e que estes problemas não fossem resolvidos, a população não teria o que comer. O medo da fome, talvez, tenha sido um dos principais motivos que fez com que os agricultores do passado comessem a pesquisar como solucionar os problemas. Atualmente, os problemas de alimentação mundial são tão complexos que os agricultores não podem, sozinhos, resolvê-los: não tem o tempo, os recursos e os conhecimentos para dar as soluções.

A pesquisa agrícola, organizada em instituições científicas, é o caminho que a sociedade utiliza para poder continuar fornecendo, aos agricultores, novas tecnologias na área de conservação do solo, fertilidade, sementes, controle de insetos, pragas e doenças, maquinaria agrícola, técnicas de armazenagem.

Se hoje o Brasil produz 70.000.000 de toneladas de grãos, é porque os agricultores tiveram, a sua disposição, além do solo e da água que a natureza lhes dá, uma série de tecnologias que foram sendo criadas ao longo dos anos. Assim como não se começa uma casa pelo telhado, não se faz pesquisa agrícola por decreto. O conhecimento científico precisa ter bons alicerces como uma boa casa.

Nos últimos anos, a pesquisa e, particularmente, a pesquisa agrícola tem visto, ano após ano, os recursos serem reduzidos, tanto ao nível de Governo Federal (EMBRAPA) como ao nível de Governos Estaduais. A boa safra, de 1994, é baseada nos conhecimentos que foram gerados nos anos anteriores. Foi a semente plantada no passado que germinou, cresceu e deu bons frutos.

E o futuro? Como ficará o futuro, se hoje estamos produzindo menos conhecimentos científicos que o necessário. Diz o ditado: quem não planta não colhe.

Como dar à população mais e melhores alimentos, além de mais baratos, se estamos gerando menos conhecimentos do que é necessário?

A EMBRAPA e o Centro Nacional de Pesquisa de Trigo - CNPT - já provaram à sociedade brasileira que os recursos investidos em pesquisa agrícola foram bem aplicados. Os funcionários da Embrapa lutam por uma causa com a população brasileira: o direito de ter produtos fartos e de baixo custo para alimentação e para os processos industriais. Todavia, para tanto, é necessário que o Governo Federal volte a investir em pesquisa agrícola e forneça os recursos necessários.

Nosso futuro depende de nosso trabalho atual. Se hoje não plantamos a semente, como comer o fruto amanhã?

O Nacional

19.06.94

A agricultura e a pesquisa

12/07/1994



Os agricultores brasileiros estão mostrando que, apesar da conjuntura desfavorável que tem ocorrido nos últimos anos, encontram mecanismos para sobreviver e até crescer. O setor, aparentemente o mais frágil da economia, passa por um período de profundas transformações. Na luta pela sobrevivência de sua empresa agrícola, os agricultores têm adotado novas tecnologias de produção. Mas também há outro fator que impulsiona a produção de alimentos e de matérias-primas: a pesquisa desenvolvida nos órgãos governamentais e privada.

Pesquisa envolvendo índices de produtividade e de preço médio, de 1982 a 1990, aponta que os preços reais praticamente não aumentaram. A partir de 1990 caíram acentuadamente. Mas, desde 1982, a tendência da produtividade é de aumento contínuo.

É difícil, numa primeira análise, explicar que a agricultura tenha sobrevivido, considerando aspectos como os vários anos de crise na economia, o fim dos financiamentos fáceis e a drástica redução de recursos para a agricultura e a alta taxa de juro. Como explicar que, diante de tantas adversidades, a produção agrícola esteja se mantendo no patamar de 70 milhões de toneladas? Entretanto uma explicação mais ampla passa pela rápida adaptação do agribusiness aos tempos de crise e, fundamentalmente, pela incorporação de novas tecnologias que permitem aumentos de produtividade. A Embrapa tem proporcionado inestimáveis contribuições à agricultura.

Em 1994, quando a Embrapa comemora 21 anos, seus funcionários se sentem recompensados por ver que o resultado de seu trabalho contribuiu para o crescimento da agricultura e uma melhor alimentação do povo. Também esperam que a crescente demanda de novos conhecimentos seja acompanhada pela retomada nos investimentos em pesquisa, essenciais para uma agricultura moderna e competitiva.

Tomasini, Roque G. Annes

Pequeno produtor: Morrer ou crescer?

05/05/1995



"Pequeno em área, mas grande" nas tecnologias usadas, significa menos miséria no campo"

Não se pode permitir que, por falta de ação política do Estado, ocorra a morte prematura de milhares de pequenas propriedades quando existem tecnologias que podem salvá-las. A grande empresa, via de regra, não quebra. Renegocia dívidas. O pequeno produtor não pode correr riscos, uma vez que tem muito a perder. Por esta razão, o governo (municipal, estadual e/ou federal) tem obrigação de, sem paternalismos, correr os riscos e executar as ações políticas necessárias à sobrevivência e ao progresso da pequena propriedade.

Ser pequeno não significa ser ineficiente. As ineficiências técnicas do pequeno proprietário decorrem de sua gradativa descapitalização e da sua não atualização em relação às novas tecnologias. Tamanho de propriedade pode dar status social, mas não garante rentabilidade. O que deve mudar na agricultura gaúcha é o "tamanho" das tecnologias de produção. Pequeno em área, mas "grande" nas tecnologias utilizadas, significa menos miséria no campo.

O pequeno, normalmente por produzir com tecnologia superada, dificilmente vai ter um preço que compense o seu desgaste físico e a perda da capacidade de produção da terra. Por isso quer preços maiores para seu produto. O problema é que a maioria dos consumidores da sua produção é tão pobre quanto eles. Assim sendo, resta a saída de aumentar os salários ou de diminuir o custo de produção dos produtos agrícolas. O aumento puro e simples dos preços destes produtos acabaria favorecendo os médios e grandes produtores. Manter, com dignidade e progresso, os que ainda mantêm a sua pequena propriedade é um desafio muito maior e mais complexo do que um processo de desapropriação. Apesar do tempo perdido, ainda é tempo de retomar o progresso econômico e buscar o caminho de uma vida digna para aqueles que não têm culpa de serem pequenos produtores, mas que apresentam uma grande vontade de progredir. Caso contrário,

continuarão, contra a sua vontade e a sua dignidade, caminhando para debaixo de uma lona preta à beira de uma estrada.

Zero Hora - Porto Alegre

Por questões sociais e econômicas o milho deve ser nosso cereal rei

06/07/1995



É bom sonhar. Difícil é enfrentar a realidade. Principalmente quando esta não é agradável.

Problemas só existem, de fato, para aqueles que se dispõem a enfrentá-los.

Para aqueles que os ignoram, estes não existem. Logo, é melhor e mais confortável, continuar sonhando.

Nos últimos anos os governantes deste País têm preferido sonhar a enfrentar a realidade de alguns problemas, entre os quais o do milho.

Sem dúvida, o milho é importante no Brasil. Resta a pergunta:

Será que o Brasil tem dado a devida importância ao milho?

Parece que não. Parece que ainda continuamos um gigante deitado em berço esplendido. Um gigante sonhando. Sonhos de país rico, o sonho da fuga da realidade. O sonho dos inconsequentes, das saudades do já quase esquecido "milagre brasileiro".

Basta de fugir dos problemas. A Nova República precisa enfrentá-los ou será por eles envolvida, perdendo esta esplendida oportunidade de renovação, da esperança de que o Presidente Tancredo Neves nos legou. É preciso renovar, repensar a agricultura brasileira.

É preciso dizer que o milho deve voltar à ocupar a condição de cereal rei, voltar a ser a cultura mais importante deste País.

Isto não significa uma guerra com o trigo ou com a soja, com as quais irá disputar área nas atuais regiões tritícolas. Pelo contrário, o aumento da produção significará desde que o governo e a sociedade brasileira propiciem as condições necessárias, um importante fator para melhorar a estabilidade da agricultura e das condições de alimentação das populações rurais e urbanas.

A análise das estatísticas do período 1970/84 mostra que no Rio Grande do Sul foi, a partir de 1973, que a soja passou a ter maior área cultivada que o trigo. Ao longo deste período, apesar de toda a moderna tecnologia disponível, a produtividade gaúcha de milho, em média evoluiu de 1.350 kg/ha para 1.700 kg/ha, convenhamos foi uma ridícula evolução, ainda mais em se tratando de uma cultura que pode em condições normais, produzir 5.000 kg/ha ou até ultrapassar 10.000 kg/ha. Apesar da produtividade da soja também ser baixa, ao redor de 1.500 kg/ha se pode concluir que não está tão mal -. Os Estados Unidos, no período 1981/83, na média de 26.756.000 ha, tiveram uma produtividade de 1.975 kg/ha, somente 15,6% superior a brasileira-1.708 kg/ha, no mesmo período. No milho, numa área de 26.880.000 ha, a produtividade foi de 6.541 kg/ha; 26,90 % a mais que a média nacional de 1.771 kg/ha em 8.279.000 ha.

Enquanto nos Estados Unidos são produzidos 4,0 t de milho para cada 1,0 t de soja, no Brasil é produzido somente 1,4 t de milho por tonelada de soja. A análise destes números nos leva a algumas perguntas:

- Por que num país rico a produção de milho é mais importante que a de soja?
- Por que no Brasil, onde grande parte da população sofre dificuldades nutricionais e/ou até não tem o que comer, o milho tem sido considerado, na realidade, como cultura secundária em relação à soja?
- Será que o milho, no Brasil, pode ser considerado menos importante que a soja para a alimentação humana?

Mais uma vez deve ser ressaltado: o problema não consiste em querer diminuir a importância da soja no Brasil. Obviamente algumas correções deverão ser realizadas na política da soja. Todavia, o mais importante é aumentar a produtividade do milho, preferivelmente nos minifúndios, devido às suas consequências socioeconômico imediatas.

O que fazer com esta produção de milho adicional? Exportar para pagar nossa dívida externa? Até pode ser uma solução, mas somente após atender as necessidades internas. Basta de exportar nossa miséria. Antes de exportar alimentos para poder remeter dólares para os nossos credores, por sinal bem nutridos, vamos cuidar de matar a fome de nossos irmãos.

Pão para quem tem fome. Pão misto de trigo e milho.

Hoje não há problema tecnológico para a utilização de farinha de milho na panificação. A tecnologia da Farinha de Milho Integral Desengordurada-FMID, em mistura de até 20% com farinha de milho já foi testada em escala comercial. Inclusive em solenidade oficial no Palácio da Alvorada para aproximadamente 500 convidados quando foram distribuídos pães de 50 g, tipo francês. Também pode ser utilizada para massas e biscoitos.

Supondo que seja adicionada uma percentagem de 20% na farinha do trigo decorrente de moagem de 6.000.000 t de trigo, ou seja, 4.500.000 t, considerando 75% de taxa de extração, poderíamos utilizar 900.000 t de farinha de milho-FMID. Dessa forma, o Brasil poderia deixar de importar 1.200.000.000 CIF. Como vemos, o milho pode ser importante fator de economia de divisas, caso o governo federal optar por um programa nacional de mistura de farinha de trigo e milho.

Não faltarão os defensores do pão de trigo com farinha "pura" de trigo. É um direito que lhes assiste. Contudo devem pagar o custo real, sem nenhum subsídio, deste pão.

O preço é um excelente corretivo de hábitos. Com o tempo, os paladares exigentes cederão diante do maior custo do pão de farinha pura de trigo, em relação ao pão misto com milho.

Mas qual o real significado do milho para o agricultor, para o pequeno produtor? O que poderá significar uma efetiva política de apoio ao milho?

É bom lembrar que, quando a soja ainda era planta desconhecida; o milho era a grande cultura nas então denominadas "colônias". Ter milho significa sobreviver. Sobreviver pelo consumo da farinha ou transformando o grão em porco-carne, salame, copa, morcela, figalete, banha, tripa, torresmo, toucinho, gordura para sabão, em aves-carne, ovos penas, para travesseiros, na alimentação de vaca-carne, leite, queijo.

Em 25-07-1952, foi realizada em Ijuí a exposição e festa do milho. Podemos observar a incrível quantidade de espigas de milho expostas. Hoje, 35 anos após seria exatamente difícil encontrar o mesmo número de expositores, e, com relação a diversidade do material genético, somente resta lamentar o seu desaparecimento em função dos milhos híbridos.

Foi com base no milho que as regiões de "colônias" sobreviveram e prosperaram. Não queremos voltar integralmente ao passado. Mas, será que não está na hora, de repensar o papel do milho na pequena propriedade? Será que, em curto prazo, o milho não pode ser uma importante saída para possibilitar uma sobrevivência digna do minifundiário?

Restam algumas indagações sobre o momento atual e o futuro do milho:

- Será que o mesmo apoio que o governo federal está dando à soja, seria dado em uma crise semelhante com o milho.

- Será que as cooperativas, sindicatos, indústrias, comércio, igreja, enfim, as instituições ligadas ao setor agrícola, apoiaram o milho como estão apoiando hoje a soja?

- o que será mais fácil: combater o rato e o caruncho, antigos inimigos nacionais do milho com medicina caseira disponível ou combater os interesses das

multinacionais instaladas no Brasil e que manejam os preços da soja na Bolsa de Chicago?

Fonte: FAO

Roque Annes Tomasini Eng. Agr. M. Sc. Economia Rural

GAZETA RURAL

06/1985



Quase 500 anos após o descobrimento do Brasil ainda estamos procurando saídas para nossos problemas agrícolas, que crescem ano após ano. Até parece que há uma bomba relógio programada para implodir este País. E, ao menos historicamente, os peritos indicados para desarmar esta bomba, socioeconômica da explosão, as vezes desastradamente, tornam mais complicado o problema agrícola.

Os brasileiros têm dito que seu País é maravilhoso. Lindo. Até o Hino Nacional faz belas referências ao "gigante pela própria natureza, deitado eternamente em berço esplêndido".

O gigante brasileiro não tem sabido conviver com a natureza que Deus criou e que Pedro Álvares Cabral entregou à corte portuguesa.

As matas praticamente desapareceram na região Centro-Sul, as águas poluídas aumentaram e os solos estão sendo destruídos pela erosão. Tudo em nome do progresso. Que progresso é esse? Qual a finalidade de toda esta destruição?

Por favor, que ninguém diga que esta geração está trabalhando desta forma, em nome de seus filhos. Destruir a natureza, solo, água, ar, matas, animais, é obra de insensatez. Nossos filhos nada fizeram para merecer um mundo que irão receber.

Mas quais os caminhos que os brasileiros têm percorrido ao longo do processo de desenvolvimento?

Tudo começou quando este País-continente foi anexado a Portugal, na época um dos símbolos da cultura e riqueza material do mundo. Nascia, então, o Brasil. Colônia.

Ser Brasil Colônia em 1500 não era nada anormal. Afinal, algum dia alguém chegaria às praias deste País.

Anormal é continuar em 1985 a ser Brasil Colônia apesar de já termos declarado a independência política há mais de 100 anos.

Brasil Colônia que tendo dispensado os fiscais da corte portuguesa hoje recebe com pompas, honras e "mordomias" técnicos fiscais do colonialismo monetário mundial leia-se FMI. Isto é normal.

Brasil Colônia que, ainda não descobriu seu potencial de gerar, por sua própria conta, soluções próprias. Ainda não desligamos o cordão umbilical dos velhos países europeus e, como um adolescente nos deixamos fascinar pelas brilhantes luzes da civilização norte-americana. Isto é anormal.

Por favor, acendam as luzes deste ainda Brasil Colônia.

Já passamos o ciclo do Pau-Brasil, dos engenhos de cana-de-açúcar? Será? Da borracha, do cacau, do ouro. Agora descobrimos que, o curto ciclo da soja terminou. Resultado, mais uma vez, a agricultura brasileira principalmente na região Centro-Sul, está com enormes problemas, aparentemente sem solução em curto prazo.

Por que será que o Brasil agrícola sempre procura saídas para crescer produzindo produtos de exportação? Para estes, o melhor solo, a melhor tecnologia de produção, os melhores agricultores, os melhores silos, boas instalações portuárias, excelentes linhas de crédito. Tudo do bom e do melhor. Assim foi e ainda é, para cacau, café, açúcar, e, atualmente para a soja.

É obvio que buscar no exterior capital para o desenvolvimento do País, através da exportação de produtos agrícolas, é um caminho a ser percorrido.

O que não se pode compreender, e aceitar, é que, em nome da busca de divisas no mercado externo, sejam descuidados a produção de outros alimentos básicos para o povo brasileiro.

Neste caso, mais uma vez, vamos encontrar o Brasil Colônia mandando seu suor, seu sangue e seu solo para os modernos colonizadores do século vinte, enquanto a fome e a subnutrição aumentam neste País que tem tudo para ser um paraíso. Mas não é.

Atualmente os agricultores brasileiros vivem a crise da soja. Sem dúvida muito grave. Porém, é bom lembrar, que é mais uma das crises decorrentes de causas naturais, seca, excesso de chuva e/ou de mercado, preço internacional baixo, alto custo de produção. Se a soja trouxe progresso para muitos, transformando rapidamente amplas regiões, por outro lado está trazendo desalento e perdas de capital para aqueles que não souberam evoluir.

Já em 1982 foram detectados sinais do fim do ciclo da soja. No extinto jornal Correio do Povo, em junho, fiz referência a este ciclo, alertando que o caminho da sobrevivência teria que passar pelo aumento da produtividade e, se possível com redução dos custos de produção. Tudo correu ao contrário; altos custos financeiros, 51% do custo total para a safra 1985/86 e produtividade estagnada,

com tendência de queda. Resultado: crise. Resta a pergunta: há uma saída? Qual?

Ficou claro ao longo dos dois dias no I Ciclo de Debates sobre a Situação e Perspectivas da Soja-CISOJA, realizado nos dias 30 e 31 de julho deste ano no auditório da FECOTRIGO, que o mercado mundial da soja não tem nos próximos dois anos, perspectivas de melhora. Depois de 1988 só Deus sabe.

Até lá sobreviverão os agricultores que puderam aumentar economicamente sua produtividade. Aos demais resta o caminho da descapitalização e, até da falência. Todavia, será que não é possível o agricultor ganhar dinheiro produzindo para o mercado interno? Muitas culturas, como milho, arroz, mandioca e feijão dependem de soluções políticas para que possam garantir segurança de maior produção e comercialização. Algumas medidas já estão sendo tomadas pela Nova República no apoio à produção.

Resta aguardar os problemas da comercialização.

Mas, qual é o único país do mundo que dispõe de um mercado interno, para um aumento de 4.000.000 t de um produto, com compra garantida pelo governo federal, com preço fixado em dólar antes do período de plantio, com preço compensador e acima da cotação do mercado externo, sem grandes problemas de armazenamento e com tecnologia de produção definida?

Este país chama-se Brasil e o produto é o trigo.

Será que, nos próximos anos os agricultores não deveriam aproveitar esta situação de mercado, que somente é encontrada no Brasil, e aumentar a área com trigo?

É bom lembrar que na região Sul, o trigo foi a cultura que além de abrir as áreas de pecuária à agricultura, também abriu as portas da riqueza aos agricultores.

Por que não voltar a ganhar dinheiro, e muito, com trigo? Temos mercado, preço e tecnologia.

Aqueles que optarem em voltar ou aumentar a área com trigo, não esqueçam cevada.

O que não se deve fazer é pensar em plantar trigo e colher PROAGRO. Isto é uma atitude inaceitável. O PROAGRO só nos casos de surpresas incontroláveis de São Pedro.

Vamos repensar a pobre agricultura deste País rico. Repensar o que fazer no inverno e o que fazer no verão. Que cada qual escolha seu caminho, exigindo as soluções políticas do governo e as técnicas da pesquisa e/ou de assistência técnica.

GAZETA RURAL PASSO FUNDO-09/1985

As tendências da agricultura no mundo

16/09/1996



O mundo mudou. Em termos políticos e econômicos. O mundo socialista liderado pela ex-URSS foi repartido em países que ainda estão procurando o caminho da sobrevivência. O mundo capitalista está em crise, à procura de um novo caminho que permita enfrentar o desafio do desemprego.

A agricultura, que vinha passando por uma fase de superprodução, atualmente está com baixos estoques mundiais de trigo, soja e milho.

Com o surgimento da Organização Mundial do Comércio (OMC), começam a ser estabelecidas novas regras de relacionamento entre países produtores e exportadores. Políticas de subsídios à agricultura deverão ser retiradas como parte do Acordo e, também serão permitidas exportações, legais, com elevados subsídios, até as próximas negociações.

No passado, o grande desafio para a produção de alimentos estava basicamente relacionado com o crescimento da população mundial. Hoje, o mundo continua com fome e ainda tem que enfrentar a necessidade de produzir mais para enfrentar as importações da China, que está aumentando o poder de compra em vários pontos do país.

Mas, afinal, o que tem a ver o grande produtor de soja de Santo Ângelo ou o pequeno produtor de suínos que vive na linha 17 de Vila Maria, com toda a mudança que o mundo está passando? Aparentemente, nada. Na prática tem muito a ver. Numa economia cada vez mais globalizada, todos, cada vez mais, dependerão, cada vez mais, de fatos que estão ocorrendo fora dos limites da porteira de suas propriedades.

Na agricultura, para sobreviver e progredir, não basta ser um bom conhecedor da técnica de produzir. É necessário que o produtor ou seus representantes, tenha conhecimento das tendências da agricultura no mundo e assim possam planejar melhor a sua empresa agrícola. É respondendo às perguntas clássicas de o que, como, quanto e para quem produzir, que os profissionais da agricultura minimizarão os riscos econômicos da produção. O agricultor tradicional morrerá aos poucos e os consumidores sequer sentirão sua falta. Isto vale para o grande e

para o miniprodutor. O mercado quer preço e qualidade. Não lhe interessa quem produziu. Portanto, ao invés de lamentar os problemas atuais, é necessário informar-se sobre o que poderá acontecer no futuro. A recompensa: a sobrevivência.

Boletim Rural - Emater - N° 9

16/09/96



Quem assistiu à reportagem de televisão sobre a Guerra no Golfo deve ter ficado impressionado com o tamanho dos porta-aviões. Representam o poder de uma nação, via o poder das armas e da própria imponência do conjunto de aço e de tecnologia.

Quanto custa a manutenção anual dessa máquina de destruição, com 5 mil tripulantes? Cerca de US\$ 1 milhão por dia ou US\$ 365 milhões ao ano, em situação sem guerra.

Mas, afinal, o que o custo de manutenção de um porta-aviões tem a ver com a agricultura? Aparentemente, nada. Mostra que, para proteger seus interesses políticos e econômicos, uma nação necessita investir para protegê-los. Para conquistar o poderio militar, os Estados Unidos primeiro tiveram que conquistar o poder agrícola.

Por trás do poder agrícola está o poder do conhecimento científico, gerado pela pesquisa. Não sei qual o orçamento do governo americano e das outras instituições que trabalham na pesquisa agrícola. Certamente deve ser de vários bilhões de dólares.

O Brasil deve contar (investir) em 1996 menos que o gasto num porta-aviões, na Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura, que tem 9,8 mil funcionários.

Não questiono se o valor é alto ou baixo para o Brasil. O importante é que, se quisermos, poderemos ser uma potência agrícola semelhante aos Estados Unidos. Para chegar lá, certamente, teremos que investir ainda mais na geração de tecnologias agrícolas, via pesquisa oficial e privada.

No momento, somos uma nação em processo de desenvolvimento, que deve estar investindo em pesquisa agrícola, menos do que os gastos americanos para manter dois porta-aviões.

Se o Brasil quiser passar para o clube das nações que comandam o mundo, terá que aprender a usar a arma mais poderosa com que conta no momento: a arma

agrícola. E é bom não esquecer, produzir alimentos sem destruir o meio ambiente, procurando adequar-se às normas de ISO 14.000, a nova arma dos compradores para derrubar preços e para os competidores tirarem nossos mercados.

Zero Hora - Campo e Lavoura

04/10/96



Por centenas de anos, a humanidade preocupou-se somente com o crescimento econômico e o poderio militar, indispensável à sobrevivência de sistemas políticos na época. O conceito de desenvolvimento, em que o crescimento deve ser para todos e não para poucos, foi a nova bandeira nas lutas políticas deste século. A esses dois objetivos, a humanidade inclui a definição de sustentabilidade ambiental, tão ou mais importante que os demais, dependendo do horizonte de tempo analisado. Dentro de um cenário de crescimento populacional, é de se esperar que a demanda por alimentos cresça cada vez mais, forçando a conservação do meio ambiente, a menos que as atuais técnicas de produção mudem radicalmente. E como está a agricultura gaúcha diante da crescente consciência ambiental?

Está aproveitando as oportunidades do mercado interno e, principalmente, externo? Em comparação com a estrutura do Brasil e até mesmo da América Latina, o estado tem uma das melhores infraestruturas de produção vegetal e animal. Na produção e industrialização de aves e suínos apresenta tecnologias de primeiro mundo e presença mundial. Na produção de maçãs e de vinhos, conquista importantes mercados. Afinal, quais as vantagens comparativas que a agricultura gaúcha tem em relação aos agropecuaristas americanos e europeus? Para um grupo de produtos, o preço é igual ou menor e a qualidade competitiva.

Em uma sociedade em que a tendência é valorizar os aspectos ambientais de produção, era que, por motivos comerciais e políticos, o enquadramento nas normas de ISO 14000 será uma exigência normal. Os órgãos políticos gaúchos não estão aproveitando as vantagens comparativas que temos em algumas atividades.

A pecuária de corte é um bom exemplo de produção ajustada à preservação ambiental. A soja é produzida, na maior parte, sob a técnica conservacionista do plantio direto. O mel é coletado em base a florestas e campos naturais. Na criação de peixes de água doce, apesar da fase inicial em que se encontra, há um imenso

potencial para montar uma linha de produção semelhante a das aves, com o mesmo homem e nos mesmos locais. Falta à agricultura gaúcha uma campanha de marketing mundial, inclusive vendendo pacotes turísticos nas zonas de produção. O setor industrial já deu sua arrancada rumo ao Rio Grande do próximo século.

A agricultura precisa voltar a acreditar nela. É preciso aproveitar a oportunidade de produzir protegendo o meio ambiente. Esse será nosso selo verde para o futuro. Que já chegou.

Zero Hora

09/01/98



Cada vez mais o termo "ambiente" tem sido utilizado pelas pessoas. Residentes no meio urbano e no rural. Outras palavras também passaram a integrar o vocabulário de crianças e de adultos, algumas já antigas, como "ecologia e outras mais recentes, como "autossustentável e sustentabilidade Coisa da moda"? Alguma jogada de marketing? Reconhecimento da importância da preservação do meio ambiente para o presente e para o futuro da humanidade? Não há uma razão única desta abertura da sociedade para com o ambiente que cerca a casa em que moramos, que cerca a cidade em que trabalhamos, que cerca o planeta Terra em que vivemos. O que existe é uma série de razões que agem de forma isolada ou concomitante. Há o ecologista que é movido pelo puro desejo de preservar o que a natureza criou ao longo de milhões de anos, assim como há, no outro extremo, os segmentos ligados à geração de renda via exploração comercial dos recursos naturais.

O normal dos diversos segmentos humanos, é que cada um se preocupe mais com os problemas que mais lhe afeta ou que está mais próximo. Nas cidades o que mais causa impacto ambiental é a qualidade de ar, as enchentes, a falta de água e de esgotos. Estes e outros fatores compõem o denominado "estresse ambiental das grandes cidades".

E na área rural, o que significa o termo "ambiente para as comunidades que nele vivem"? O termo ainda é pouco utilizado no dia a dia dos produtores rurais. Não obstante, a ideia de que é preciso preservar a terra, o seu capital produtivo, já esta sedimentada na maioria dos agricultores gaúchos. Prova disso é o enorme crescimento das áreas cultivadas sob o sistema de plantio direto da planta, que em alguns municípios chega a 90% da área com lavouras.

Sem dúvida, as mensagens ecológicas oriundas do meio urbano causaram algum impacto no meio rural. Todavia, o que realmente fez com que os produtores passassem a utilizar novas tecnologias preservadoras do meio ambiente foi o impacto econômico do crédito agrícola, farto e barato. Também incentivou os agricultores a buscarem novas formas de economizar no uso de defensivos, de

corretivos e de fertilizantes, começando pela redução da erosão. Surgiram os projetos de microbacias hidrográficas, nas quais a agricultura passou a ser realizada em função da topografia e não em função das cercas nas divisas das propriedades. Abandonou-se a agricultura altamente individualista e deu-se no início a uma visão coletiva do uso da terra, buscando um aumento da renda sem prejudicar o meio ambiente.

Considerando a lei da oferta e da procura, sob o ponto de vista do consumidor, o que lhe interessa é que um produto agrícola tenha qualidade e preço de acordo com a sua renda. Não importa se foi produzido com ou sem agressão ao meio ambiente. Por outro lado, o produtor não tem a mínima condição de querer impor um maior preço ao consumidor devido a perda da capacidade produtiva do solo de sua propriedade. Se o custo de produção do produto está aumentando é porque o meio ambiente foi prejudicado pelos diversos fatores que encarecem seu custo. Numa economia globalizada, isto pouco ou nada interessa ao consumidor. Embora o termo globalização normalmente seja utilizado para produtos importados pelo Brasil, para os agricultores gaúchos pode significar a importação de outros estados da federação, como ocorre com o milho.

Embora toda a sociedade pague a conta da destruição dos recursos naturais, os primeiros a sofrer uma queda na sua renda e na sua qualidade de vida, são os moradores do meio rural. A seguir, inevitavelmente, a conta desta destruição passa a ser paga pela sociedade urbana, que passa a conviver com águas poluídas pela erosão do solo, pelo maior preço dos alimentos em produtos que não possam ser importados, pela maior contaminação dos alimentos por agrotóxicos. Outro importante fator é o crescimento da pobreza na periferia das cidades, fruto da imigração de pequenos agricultores que tiveram que abandonar suas terras pela baixa produtividade e também dos agricultores que são despedidos pelas médias e até grandes propriedades que perdem capacidade de gerar renda. Enfim, ninguém pode dizer que o problema da preservação do meio ambiente não lhe atinge. Atinge a todos, indistintamente, como no caso da qualidade da água que abastece as cidades, do ar que todos respiram e do efeito da redução da camada de ozônio.

Cada vez mais a sociedade está firmando a ideia de que a economia deve ter liberdade para que os agentes econômicos a façam crescer. Entretanto, abandonou-se a ideia de que ser dono de uma terra dava a seu proprietário direitos totais de posse e de uso. A nova consciência social e do Estado, limita o seu poder de uso irrestrito deste recurso natural e até lhe questiona a posse, como ocorre nos casos de desapropriação para reforma agrária. Por enquanto, desapropriação por ser improdutiva. Mas, porque não, pela não preservação dos recursos naturais, o que acaba prejudicando toda a sociedade?

Se o agricultor, por si só, não está conseguindo produzir segundo parâmetros mínimos de preservação do meio ambiente, cabe ao Estado elaborar programas que o auxiliem nesta tarefa, uma vez que não se pode admitir que os agricultores queiram produzir destruindo seu patrimônio, sua terra. Para os que, por teimosia ou por incapacidade gerencial, não quiserem adotar tecnologias, preservadoras dos recursos naturais, resta o caminho de abandonar suas raízes e migrar para as cidades. No Rio Grande do Sul terminou a fase da agricultura predatória dos recursos naturais. Estamos entrando na fase da agricultura dos profissionais, da agricultura autossustentável, da agricultura ambiental, na qual o agricultor sabe que tão importante quanto o produzir hoje, é saber produzir para preservar seu amanhã. Infelizmente muitos já descobriram que seu amanhã não existe mais. Como agricultores já estão mortos. Passaram à condição de moradores de áreas rurais, praticamente nada contribuindo para o processo produtivo. Quem é o culpado? O governo, a globalização, o clima, o próprio agricultor? Não existe uma só resposta. Cada caso deve ser analisado separadamente. O que existe em comum, é que mudou o relacionamento homem-meio ambiente. Seja para o pequeno ou para o grande proprietário.

Gazeta Mercantil Porto Alegre

14/01/98

Lixo: quem paga o custo ambiental?



Tanto na cidade como na área rural, as pessoas buscam maneiras de facilitar seu trabalho. De preferência tudo é feito na maneira mais fácil, mais rápida e, se possível, mais barata. A humanidade está usufruindo das "modernas" tecnologias nas áreas de alimentação, saúde, transportes. Mas, a que custo? O primeiro é o da embalagem que, após ter cumprido sua missão de conservar e/ou apresentar o produto, é jogada fora. O segundo é o custo ambiental de algo que perdeu seu valor de consumo e que passa a receber a denominação de lixo. Lavar fraldas: coisa da vovó. Mas o que fazer com as milhões de fraldas descartáveis utilizadas a cada semana, feitas com material de difícil decomposição? Com os milhões de pneus anualmente jogados nos rios e banhados? E as embalagens de plástico, as embalagens PET? As sacolinhas do mercado? As pilhas alcalinas e as baterias de telefones celulares, carregadas de perigosos metais pesados. A lista é infinita. Duvida? Visite o lixão de sua cidade e comprove. Mas o que fazer? Parar de consumir? Voltar ao tempo do leite em tarro e do telefone a manivela? Claro que não. A humanidade vai continuar crescendo e gerando mais lixo per capita. Todos os políticos prometem melhorar a renda do povo. A medida em que as pessoas aumentam a sua renda, aumenta a geração de lixo. Por exemplo, no Rio de Janeiro, enquanto as quantidades de lixo recolhidas no município antes do Plano Real alcançavam 3,47 mil toneladas diárias, após sua implantação este volume pulou para 4,38 mil. Situação semelhante ocorreu em São Paulo.

Em curto prazo, a coleta seletiva e a construção de aterros sanitários construídos segundo normas ambientais são soluções relativamente fáceis para "se livrar do lixo". Em longo prazo, as campanhas educativas e novas tecnologias de embalagens e de reciclagem podem contribuir para, pelo menos, não aumentar ainda mais o problema. Mas, quem paga a conta da limpeza? Vamos aumentar a taxa de coleta de o lixo domiciliar, hospitalar, industrial? Mais lixo, mais imposto ao consumidor. Solução fácil e injusta. Politicamente inexecutável. Qual o prefeito que tem coragem para aumentar 3,5 ou dez vezes o valor desta taxa?

E porque só o consumidor final deve arcar com esta conta? Como fica o gerador primário do lixo, o setor industrial. Só para exemplificar, será que é somente o

consumidor o responsável pelo entupimento de bueiros por embalagens PET, plásticos e isopor? Pela contaminação das águas da superfície e do subsolo por toneladas de embalagens de agrotóxicos jogadas fora? O problema é complexo. A sociedade não quer crucificar culpados. A sociedade quer consumir e viver num meio ambiente sadio. Difícil? Sim. Mas não impossível. O pior é continuar acreditando que quando o lixo "some" dentro do caminhão do lixo, quando o caminhão do tele entulho leva embora" os restos da obra, que o problema foi resolvido, foi "embora". Ele pode estar voltando nas patas das moscas, ratos e baratas que foram visitar o seu lixo lá no "lixão", vira o peixe pescado em água poluída pelo chorume do lixão localizado na beira do rio ou até pela água do seu poço artesiano. Também pode voltar via uma folha de alface irrigada com água do córrego contaminado. Companhias também têm que ser responsáveis, de alguma forma, pelo destino final dos seus produtos. A conta ambiental deve ser dividida entre o produtor e o consumidor dos bens e serviços. Não há justificativa social e política para que um setor produza e tenha lucros, enquanto o outro, consumidor, tenha que pagar para livrar-se do resíduo não consumível, além de sofrer os danos ambientais. A responsabilidade socioambiental de uma empresa continua a existir mesmo após seu produto ser consumido. Já é comum na compra de empresas, que o "passivo ambiental" seja um componente na análise da viabilidade de compra, desta. A sociedade precisa ir para a discussão de como repartir a conta ambiental.

Gazeta Mercantil

18/03/98



As transformações econômicas, políticas e sociais que estão acontecendo em todo o mundo fazem parte de uma nova ordem social. Com o desaparecimento da URSS do cenário político mundial, cessaram as razões para a chamada Guerra Fria e o perigo de uma guerra nuclear. O mundo parece estar salvo. Salvo da destruição atômica, mas longe da sonhada estabilidade social e política. Mais longe ainda das desigualdades entre as sociedades ricas e as pobres.

A formação de gigantescos blocos econômicos como o Mercado Comum Europeu, os Tigres Asiáticos e o liderado pelos Estados Unidos, se constituem numa tremenda ameaça à economia dos países pobres e suas aspirações para conquistar uma real independência política.

No Brasil, cujas exportações dependem em 33% dos produtos agrícolas "in natura" ou industrializados, a situação é preocupante. Após o fracasso das reuniões do Gatt realizadas em Montevideu, com o objetivo de retirar o subsídio à produção de produtos agrícolas nos países ricos, a posição a ser adotada é de extrema cautela com o futuro.

Isto porque, a história tem mostrado, na briga entre os grandes, que o lado mais fraco é o que acaba sofrendo. Enquanto o Mercado Comum Europeu e os Estados Unidos continuarem subsidiando fortemente suas economias agrícolas, a agricultura brasileira continuará com seus preços de exportação achatados pelos subsídios externos ou poderá perder mercados duramente conquistados no exterior ou terá que brigar para manter o mercado interno. Neste caso se enquadra o trigo, que os americanos continuam a nos oferecer com um preço altamente subsidiado, em torno de 30,00 dólares a tonelada.

Mas, como poderá o agricultor brasileiro se desvencilhar da concorrência do produto estrangeiro? Se os grandes produtores podem, pelo tamanho de sua exploração agrícola, ter margem de manobra, o mesmo não acontece com o médio e, principalmente, com os pequenos agricultores. A ordem é diminuir os riscos o máximo possível. Ora, sabemos que os médios e, muito menos, os pequenos

produtores tem limitações para administrar suas propriedades. Não é fácil ter que produzir, comercializar e ainda achar tempo para tentar acompanhar tudo o que acontece na economia agrícola.

O que resta então aos médios e pequenos produtores, uma vez que necessitam continuar produzindo? Diminuir os riscos e aumentar a produtividade.

A ordem é diversificar, tentar produzir o máximo possível de produtos que lhes permite os seus fatores de produção: terra, capital e mão de obra.

Se a terra é escassa, não adianta produzir culturas de baixo valor por unidade, como a soja e o trigo, e tê-las como únicas fontes de renda na propriedade. Se quiser cultivá-las que o faça com alta produtividade para aproveitar a terra escassa e a mão de obra familiar. Então, fica a pergunta: quais as atividades que ocupam intensivamente a mão de obra familiar, que ocupam o mínimo de área possível e que dão um alto retorno econômico? Suinocultura, avicultura, apicultura, leite, horticultura, piscicultura, sericicultura, fruticultura, floricultura?

Não há uma receita para todos. Cada um terá que ver as facilidades de produção existentes em sua propriedade, seu gosto por alguma atividade, a assistência técnica disponível, o mercado para o produto escolhido, os custos e os retornos. Enfim, há a certeza de que ficar dependendo somente da soja e do trigo significa que o agricultor quebrará que é necessário diversificar as atividades para diminuir os riscos de produção, de preço, de queda da procura. Isto não significa a volta ao passado. A moderna economia não volta ao passado. Não há nenhuma razão lógica para tanto. Pode-se voltar ao passado no sentido de voltar a ter uma agricultura diversificada, mas com a condição de ser baseada na tecnologia a fim de aumentar a produtividade e diminuir os custos da produção. Com a diversificação será possível melhorar o fluxo de caixa, de forma a poder ter entradas mensais de renda.

A antiga união que existia entre os agricultores e que quase desapareceu com o dinheiro farto e barato que existia até alguns anos, hoje, graças a crise, está voltando através de formas associativas de produção, como os condomínios rurais, das microbacias. Neste caso, a crise será benéfica, pois resultará em maior união dos produtores em torno de objetivos comuns, sejam econômicos, sejam comunitários.

A crise é mundial e só sobreviverão, os que tiverem a coragem de mudar, olhando a agricultura com profissionalismo. Para ser um bom profissional da agricultura não precisa ser um grande proprietário de terras. Em primeiro lugar é preciso ter coragem de abandonar a ideia de que o agricultor é dependente do paternalismo dos governos. Em segundo lugar é necessário descobrir que o mundo está mudando e que a sociedade exige alimentos baratos, de boa qualidade e de preço de acordo com a renda das populações da cidade. O Nacional 21.10.98



A agropecuária do sul do Brasil, como a do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de parte do Paraná tem passado, ao longo de sua história, por vários ciclos, como do charque, da madeira, do trigo e da soja. Atualmente está passando pelo ciclo da diversificação e da integração com a agroindústria.

Na área da produção pode-se afirmar que esta, no que se refere a tecnologias disponíveis, não enfrenta maiores problemas. Tanto no setor animal como no vegetal os produtores tem a sua disposição tecnologias competitivas, se comparadas àquelas de países desenvolvidos. Numa economia globalizada, as tecnologias de produção agrícola, até o momento, também estão razoavelmente globalizadas sem grandes custos adicionais. No futuro, pode ocorrer disponibilidade com acréscimo de custos, devido a questão de patentes na área de biotecnologia.

Na área tecnológica o grande desafio é continuar gerando tecnologias próprias ou ter acesso às tecnologias de ponta, principalmente na área da biotecnologia, para que a região possa, no mínimo, manter a atual condição de competitividade na área de produção.

A comercialização da produção continuará, na área das "commodities" muito dependentes da exportação (soja) ou de importação (trigo, cevada) e a de ser dependente dos preços formados nos grandes mercados mundiais. Nos demais produtos, com comercialização predominantemente interna a tendência é de que estes passem, cada vez mais, a fazer parte de grandes cadeias da agroindústria de empresas privadas ou de cooperativas, com preços relacionados basicamente à oferta e à demanda interna. Obviamente, continuarão a existir nichos de mercado em que pequenos grupos de produtores poderão influir mais fortemente na formação de preço de seus produtos.

Numa economia em que, cada vez mais, o produtor tende a perder o contato direto com os consumidores finais, os agricultores que quiserem permanecer na atividade agrícola terão que, constantemente e cada vez mais, conviver com uma série de desafios, climáticos, técnicos, econômicos e sociais, independente de serem considerados pequenos, médios ou grandes produtores.

O grande desafio da agricultura no sul do Brasil, assim como de outras regiões do país, é a sobrevivência de pequenas propriedades como unidades produtivas e como centro de sobrevivência, com dignidade, da família. O excedente da mão de obra rural gerado por falta de terra nas suas propriedades para atividades nas lavouras tradicionais de soja e de milho, pela ausência de atividades que necessitem de trabalho intensivo, aumentará os problemas do meio urbano, que já luta para empregar os seus próprios desempregados.

Além dos problemas técnicos e econômicos, o abandono do campo também tem sido causado, principalmente entre a juventude, pela falta de garantias à produção diante de adversidades climáticas, pela atração da vida nas cidades e pela possibilidade de maiores ganhos, mais rapidamente e com menor esforço, com o trabalho assalariado na vida urbana.

Não se pode imaginar uma agricultura forte e paralelamente ter uma multidão de pequenos e médios agricultores sendo expulsos de suas terras pela sua falta de adaptação aos novos sistemas produtivos e/ou de comercialização ou ainda pela falta de mercado para sua produção. Sabemos que a agricultura brasileira, principalmente nas antigas zonas de colonização, deverá passar por profundas transformações, tendo em vista os novos processos tecnológicos de produção, as exigências do mercado em relação a custo e qualidade e a concorrência com outras regiões de produção situadas no Brasil ou no exterior. Esta não é uma luta em que a sociedade urbana deve ficar alheia. Num país em que as cidades lutam para manter taxas mínimas de crescimento econômico, desequilíbrios no meio rural afetam o cidadão urbano. Cabe ao governo, federal, estadual ou municipal, proteger a sociedade rural, elo mais fraco na cadeia do poder político e econômico. A sociedade, de modo geral, não tem feito pressão para proteger os pequenos agricultores, enquadrados na denominada "agricultura familiar". É bom lembrar que é muito mais indicado manter um agricultor trabalhando e vivendo com dignidade, na sua propriedade, junto a sua comunidade e as suas raízes culturais, do que destinar verbas ao seu reassentamento ou à criação de emprego no meio urbano.

O Nacional 23.07.99



A grande maioria das médias propriedades do Sul do Brasil tem na soja a sua principal fonte de renda. A pergunta é: uma propriedade que cultiva 100 ha de soja e também utiliza esta área para atividades de inverno, tem condições de sobreviver? Aparentemente sim, uma vez que mesmo que a atividade de inverno não lhe dê nenhum lucro, estima-se que a soja, com uma produtividade de 2.400 kg/ha e ao preço de R\$ 13,50/saca, propicie um lucro líquido de aproximadamente R\$14.000,00. Mas será que a renda mensal de R\$1.666,00 é suficiente para as necessidades deste produtor e de sua família? Não. Basta que um filho busque a educação em nível superior numa universidade privada ou até mesmo pública, para que a renda seja insuficiente. O mesmo acontece se o agricultor quiser adotar novas tecnologias que exijam investimentos em máquinas e/ construções. A capacidade de pagamento será incompatível com a prestação relativa ao financiamento de um trator ou de uma semeadora. Então, o que há de errado? Se estas hipóteses forem verdadeiras, o que deve mudar? Será que a reforma agrária, que tem distribuído lotes com 25 ha, trará sucesso se estes agricultores buscarem suas atividades na produção de soja? Tudo indica que não.

Mesmo as propriedades de até 100 ha terão de mudar sua matriz de produção, abandonando a soja como monocultura e adotando outras atividades de maior valor agregado, além de ter de incluir atividades lucrativas no período do inverno. Não aceitar estas hipóteses é condenar os agricultores e suas famílias à estagnação social e econômica. E pior, continuar acreditando que não é necessário reestruturar o uso da terra nas pequenas e médias propriedades.

A grande propriedade não sobreviverá se não for administrada como uma empresa. Além da necessidade de produzir com lucro, há a necessidade de cumprir sua função social de geradora de produção agrícola e do uso eficaz dos recursos terra e água. A posse de grandes áreas de terra está condicionada ao menos nas regiões de maior pressão fundiária, ao uso dentro de padrões mínimos de produtividade, sob pena de serem consideradas improdutivas. Passam a pagar um elevado Imposto Territorial Rural (ITR) e a ser passíveis de desapropriação. Mesmo os grandes proprietários rurais, apesar de terem a posse de grandes áreas

aptas a produzir, estão descobrindo que a atividade de produção não pode continuar sendo feita com tecnologias e com visão empresarial ultrapassada. A produção, cada vez mais, passará a ser feita pelos "profissionais da agricultura". Proprietários que, além de dominarem os segredos da produção "dentro da porteira", devem tentar aumentar seus ganhos através de processos de comercialização que diminuam os custos e aumentem as receitas nas ações de gerenciamento "fora da porteira".

No contexto atual, é considerável o número de grandes propriedades agrícolas que estão com sérios problemas financeiros devido aos altos juros agrícolas que vigoraram até o início do Plano Real. No futuro, caso a economia continue estável, com baixas taxas de inflação, mesmo nas propriedades que hoje não tem dívidas, estas correm o risco de tornarem-se inviáveis, devido ao seu custo unitário de produção ficar acima ou muito próximo dos preços praticados no mercado. Não poderão utilizar os mecanismos da inflação para repassar custos e ineficiências de produção.

CULTIVAR, 09/1999



A agricultura gaúcha tem escrito páginas e mais páginas ao longo de sua história. Temos passado por vários ciclos, como os da pecuária extensiva, da extração da madeira nativa, do trigo, da soja. Passaram-se os anos e ocorreram grandes transformações na agropecuária gaúcha. As estruturas de produção envelheceram, mudaram os sistemas de produção, milhares de famílias saíram do estado, mudaram os desafios dos produtores do Rio Grande do Sul. O setor agrícola não poderia permanecer isolado das transformações internas do Brasil e do mundo, no que se refere a padrões de consumo, novas tecnologias e competitividade dos setores produtivos. Assim como a região Sul do estado perdeu muito da sua dinamicidade econômica com o fim da era das charqueadas a região Norte também perdeu com o fim da compra estatal do trigo.

Será que algum dia voltaremos a plantar 1.800.000 hectares, como em 1972? Certamente não. Por várias razões. Uma delas é que o eixo de produção de grãos em grandes áreas já saiu do Rio Grande do Sul. Foi para a região dos Cerrados e por lá ficará por muitos anos. Quem tiver dúvida procure conversar com os gaúchos que lá estão e que de lá não pretendem voltar ao seu estado natal, por mais que o amem. Procurem conhecer a região e estudar as suas vantagens comparativas de clima, topografia e proximidade dos grandes mercados internos e as atuais e futuras vantagens em relação ao mercado exportador.

E daí, quer dizer que os gaúchos estão mortos, perdidos entre o brilhante futuro da região dos Cerrados como produtora de grãos e a região do Pampa Úmido Argentino? Claro que não. Estamos e precisamos continuar a buscar, um novo modelo de desenvolvimento agrícola.

Em relação a grãos, como o trigo, pode-se afirmar que o Estado deve encontrar um novo ponto de nivelamento desta cultura em relação a realidade de hoje e ao futuro. Que tipo de trigo queremos, ou melhor, que tipo de trigo o mercado quer que os gaúchos produzam e quem serão os clientes do futuro? Qual o tamanho deste mercado? Que sistemas de produção devem ser introduzidos para que, economicamente, ao menos uma parcela dos antigos triticultores possa permanecer produzindo e ganhando dinheiro com esta atividade?

A história é dinâmica. O passado não volta. Mas ensina. Ensina que o que importa não é o que se produz. O que importa é que as famílias possam continuar sobrevivendo na sua atividade de produzir alimentos. Mudam as respostas sobre o que, como, para quem e quanto produzir. Importante é o produtor saber interpretar as perguntas e buscar as novas respostas.

Certamente a cultura de trigo ainda será uma resposta que muitos encontrarão na busca de alternativas econômicas para seu negócio agrícola.

Qual a dimensão deste novo mercado? Em nível de estado, de Brasil e porque não, no futuro, ao nível de nichos de mercado externo?

Basicamente o mercado está dividido em trigos para panificação, para massas e para bolachas. O produtor gaúcho tem condições de abastecer todo o mercado do seu estado com trigos que atendam a estas especificações. Esta demanda exigiria uma área de aproximadamente 350.000 ha, considerando uma produtividade de 2,0 t/ha. Outros 150.000 ha podem ser cultivados para exportação ao mercado nacional de trigo soft. Acima deste total de 500.000 ha, as exportações somente se tornam viáveis para trigos para panificação com qualidade semelhante aos importados da Argentina e com preços de fretes mais baixos que os atuais.

O mercado de trigo no Brasil é grande demais para continuar sendo atendido basicamente por importações. Das 9 milhões de toneladas que estamos consumindo, cerca de 75% são importadas, a um custo aproximado de US\$830.000.000,00, basicamente da Argentina. Este consumo aumentará substancialmente, não só pelo crescimento vegetativo da população, mas pela incorporação de cerca de 30.000.000 de pessoas que vivem abaixo da denominada linha de pobreza. Para estes há uma relação direta entre aumento de renda e aumento de consumo de trigo.

Com relação a importação de trigo da Argentina, continuaremos a ser um importante importador devido às relações de trocas decorrentes da integração das economias, em que o trigo foi eleito como moeda de troca. Para o futuro fica a certeza de que a agricultura argentina já está no seu limite de expansão de área e não tem muito espaço para crescer em produtividade, ao menos com os atuais baixos custos. Portanto, se no presente o trigo argentino domina o abastecimento aos moinhos brasileiros, no futuro esta situação deverá mudar.

Atualmente temos uma das maiores reservas de áreas ainda disponíveis para agricultura a nível mundial e, por outro lado somos o segundo importador mundial. Certamente algo está muito errado. Certamente também não se pode atribuir a culpa desta situação a um só setor, seja a pesquisa, aos agricultores ou ao governo federal. Todo tem sua parcela de culpa nesta situação. A solução não virá somente via saídas ao nível de produtor. O futuro do trigo, as saídas para esta cultura são semelhantes a outras que deverão ser encontradas para a agricultura da região Sul. É bom lembrar que o Rio Grande do sul tem a mais baixa

produtividade com soja no Brasil e as nossas produtividades com milho são vergonhosas, considerando a qualidade das sementes utilizadas.

Não há futuro para os produtores gaúchos de grãos, caso não ocorra uma grande mudança nos sistemas de produção vigentes. Nossos principais concorrentes deixarão de serem os "Hermanos" argentinos para serem os irmãos brasileiros que produzirão na região dos Cerrados. Mesmo o arroz que hoje é dominado pelos gaúchos poderá ter no cerrado sérios concorrentes.

O futuro não reserva lugares para todos na área de grãos. Tampouco para todos os que ainda estão na terra, em pequenas propriedades. Para estes a saída será a integração com grandes empresas na área de produção animal (aves, suínos, leite) ou vegetal (olerícolas, fruticultura, fumo), sejam companhias privadas ou cooperativas. Fora deste esquema, o mercado é mais restrito, mas reserva inúmeras alternativas para exploração de nichos de mercado, como na agricultura orgânica.

O trigo continuará a ser importante para o Rio Grande do Sul. Para aqueles que se atualizarem tecnologicamente e, dentro de uma política de estabilidade econômica e com uma distribuição mais justa de impostos, que ainda oneram o setor primário, será um bom negócio agrícola. Seja para alimentação humana ou produzida especificamente para ração animal.

O passado não volta. O presente não está sendo bom. O futuro deverá ser bom e dependerá da interação das forças produtivas do setor agrícola, com a dos demais setores da economia, dentro de uma visão de que não pode haver um crescimento setorial isolado. Ou todos crescem juntos ou os desequilíbrios setoriais atingirão a todos.

Poço artesiano



Abrir poço nem sempre é solução para a seca.

Durante o final do ano passado e até o momento uma das notícias que mais tem sido comentada pela imprensa é a da falta de água nas áreas agrícolas e até nas cidades. O fantasma da seca volta a atacar o Sul do Brasil e especialmente o Rio Grande do Sul. Desta vez ninguém pode dizer que foi pego desprevenido. As previsões apontavam claramente a insuficiência de precipitações em períodos críticos para as lavouras de verão, como a soja, o milho, o arroz e para as pastagens. A ciência e os técnicos da área colocaram à sociedade um quadro de carência de água, muito antes do início da seca. O que fizeram os governos para antecipar-se ao problema?

Por muitos anos o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná têm criticado a indústria da seca no Nordeste, com suas frentes de trabalho, frotas de caminhões pipa, faraônicos projetos de irrigação e incontáveis perfurações de poços artesanais.

Mas e nós, os gaúchos e os irmãos catarinenses e paranaenses que dizemos conhecer profundamente a agricultura, o que temos feito?

A seca não é desconhecida para nós. Todo o ano há pequenas perdas por secas e, em alguns anos, temos sofrido seriíssimas perdas na produção de grãos, na produção de carne bovina e de leite e até temos assistido a cenas de caminhões pipa abastecendo cidades, assim como muitas cidades tem enfrentado longos períodos de racionamento de água.

Qual tem sido a reação dos governos estaduais e dos prefeitos diante deste quadro de carência de água em determinados períodos do ano? Em meio a seca ou até depois dela, a "grande" solução tem sido abrir poços artesanais. A população vê as máquinas trabalhando, tira-se fotos do poço jorrando água, distribui-se notícias para a imprensa sobre as ações emergenciais e o problema fica "resolvido" até a estação das chuvas e o próximo verão.

Abrir poço artesiano não é solução para combate à seca. É ação própria de sociedades que improvisam soluções caras, não só pelo custo imediato, mas porque são provisórias. O sul do Brasil não é o sertão nordestino. Então, por que buscar água no subsolo em vez de aproveitar a água da chuva, que não custa nada e que não sabemos ou que não nos importamos em conserva-la na superfície do solo? Por que deixá-la correr totalmente para os rios e após para o mar? Por que, além de perde-la, polui-la? Não é mais barato um grande programa de açudes, de tecnologias de conservação do solo e da água nas lavouras, que poços artesanais? Além do mais, poço artesiano também seca, além de poder ser contaminado devido a resíduos biológicos ou químicos, como excesso de nitrogênio. Solução cara e passageira. As companhias estaduais de abastecimento de água, como a CORSAN no Rio Grande do Sul, têm dados sobre poços que secaram em suas áreas de captação. Nos países industrializados europeus já há vastas áreas de águas subterrâneas contaminadas por agentes químicos ou por dejetos animais, como de suínos e de gado bovino.

A mesma sociedade que comenta o crescente desmatamento nos seus estados, não tem consciência ou não quer agir no sentido de implantar sérios programas de reflorestamento. Nos governos devem haver vários. Só no papel. As ONGS têm concentrado sua ação em outras áreas que chamam mais a atenção do público e praticamente esqueceram ações que visem a forçar o poder público e a sociedade para reflorestar as áreas agrícolas.

Alguém conhece um meio mais barato de armazenar água que o complexo solo-planta de uma floresta? Assim como a criança é gerada na barriga da mãe, a natureza usa o complexo florestal para "gerar" água. Matem a mãe, a floresta, e desaparecerá a maioria da vida nesta casa chamada planeta Terra.

A sociedade tem sido informada que a irrigação é a grande solução para a agricultura. Como se todos tivessem um rio farto em água todo o ano ou se bastasse abrir um poço artesiano e conectá-lo com um equipamento de irrigação. A minoria até pode ter uma destas soluções. Basta ter dinheiro para o projeto. E a maioria, constituída de pequenos agricultores? Sem dinheiro, sem rio por perto, sem açudes, e que, além disso, planta em áreas com grande declividade, de difícil irrigação.

Antes de um grande programa de poços artesanais para abastecimento das cidades ou para irrigação, precisamos nos preocupar com a preservação da pouca água disponível no verão e planejar o armazenamento da água das chuvas de inverno e de verão. Programas sérios de reflorestamento como da Cooperativa Tritícola de Erechim-COTREL, no Rio Grande do Sul, com 1.000.000 de mudas por ano distribuídas entre seus associados, são exemplos de força da ação comunitária, independente dos governos, que busca relações permanentes. A formação de bosques nas pequenas propriedades, em seu conjunto provocará a

elevação dos lençóis freáticos, que por sua vez permitirão o aumento de volume de água nos córregos.

Consequência: água para projetos de irrigação. O lucro indireto será a disponibilidade de madeira reflorestada, o que dispensará o corte das matas nativas, além da volta de espécies animais neste novo habitat.

Outro fator que deve ser considerado é a liberdade do uso da água. A água não é um bem de acesso irrestrito. Não se pode simplesmente colocar uma bomba de irrigação na beira do rio ou em um poço artesiano e tirar o quanto se quer. É um bem de uso coletivo, que depende de organismos ambientais nos estados.

O uso da água no Brasil deverá ser regulado pela lei que cria a Agência Nacional de Águas (lei 1.617/99) e no estado do Rio Grande do Sul seu uso está regulamentado pela lei 10.350 de 31 de dezembro de 1994, denominada "Lei das Águas". Esta lei prevê a instalação de 25 Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas, que nas suas áreas de ação terão a responsabilidade de dizer como a sociedade, de cada bacia, quer utilizar este bem escasso. Será a comunidade de cada Bacia, sob supervisão do governo estadual, que definirá como a água será utilizada e se serão ou não cobradas tarifas. Tarifas que poderão ser decrescentes a medida que o insumo água for sendo aproveitado da melhor forma possível.

Obviamente não se pode simplesmente proibir a abertura de novos poços artesianos. Por outro lado, não se pode continuar, todos os anos, a assistir os mesmos problemas de escassez de água, que se agravam a cada ano, como se vivêssemos num destes países africanos com clima de deserto e sociedades ainda na fase de tribos. Afinal, nos orgulhamos de ser gaúchos, catarinenses, paranaenses. De nossas culturas e de nossa tecnologia agrícola.

Em vez de continuarmos a nos lamentar, deveríamos iniciar um movimento coletivo de preservação de água. Poderíamos começar "proibindo" a água de poços artesianos nas cidades e nas áreas rurais e preservando melhor esta imensa riqueza que não estamos valorizando: a água da chuva, que corre livre na superfície do solo. Deixemos a água armazenada no subsolo para nossos descendentes. Se já criamos a consciência que a terra deve ser preservada para as futuras gerações, porque não começamos a agir da mesma forma com a água do subsolo?

Folha do Meio Ambiente

Brasília/DF

Abril-2000



A estrutura de produção agrícola do Rio Grande do Sul já mudou e vai mudar ainda mais. Passamos da fase de predomínio da produção de grãos para exportação à fase de transformação de grãos em produtos de maior valor agregado. As indústrias de alimentos procuram comprar produtos a custos cada vez menores, como forma de sobreviver no mercado interno e de competir no disputado mercado externo. O milho é o cereal de maior impacto social no Estado, pela participação na produção de aves e suínos.

Enquanto o setor empresarial introduziu tecnologias de ponta nas propriedades rurais, nas plantas industriais e para exportação, os agricultores, de modo geral, ainda são extremamente dependentes das chuvas para a produção de milho. Resultado: são sucessivas quebras de safra e insuficiente produção interna.

Há um grande descompasso tecnológico entre o segmento de produção e o de industrialização. Ou todos os segmentos trabalham de forma sincronizada ou a cadeia produtiva perde eficiência. Ou se produz o milho que falta ou o segmento prejudicado, a indústria, se muda para onde possa ser mais produtivo. O clima no Rio Grande do Sul, normalmente, não tem sido favorável à produção de milho. Ou contornamos essa situação ou os novos investimentos no parque industrial de aves e suínos irão para outros Estados. Ou, ainda, atravessarão a fronteira com a Argentina, que tem milho em abundância e a baixo custo.

Com o Mercado Comum do Sul (Mercosul), as zonas predominantes de produção serão as que tiverem maiores vantagens comparativas, tais como menor custo de produção e estrutura de exportação. A estiagem deste ano é mais um desafio para a pesquisa gerar tecnologias poupadoras de água e de irrigação para a produção de grãos. Também é um desafio que a Secretaria da Agricultura do Estado, mais uma vez, terá que enfrentar. Caso contrário, não está longe o dia em que os gaúchos passarão a comer frango e suínos com carimbo de produto argentino.

Se para um grande proprietário rural as perdas decorrentes da falta de chuva podem abalar seriamente sua estrutura financeira, para os pequenos produtores significa um desastre total. Mais uma vez, a natureza está lembrando aos

governantes e produtores rurais: precisamos de um amplo programa de recuperação do meio ambiente, reflorestamento, recuperação dos riachos e armazenamento de água subterrânea e superficial. Tarefa que não é só do governo, mas de todos nós que dependemos da água para viver.

Planta com gene resistente à seca: A abundância faz da água um produto sem preço



O petróleo mercadoria em processo de esgotamento reflete as leis do mercado. Maior procura maior preço. Daí, o óbvio, a indústria que dele depende, procura fabricar produtos mais eficientes para que seus consumidores continuem adquirindo seus produtos. E a água, um produto também em fase de esgotamento? Parece que ainda não reflete as leis de mercado. Os recursos hídricos têm sido tratados pelos consumidores do setor industrial e domiciliar, como se fossem inesgotáveis. A abundância faz da água, ainda, um produto sem preço.

Há alguns meses publiquei na Folha do Meio Ambiente um artigo denominado "Consumo de água: a indústria automobilística é mais eficiente do que a pesquisa agrícola". O artigo abordava o alto consumo de água que, de modo geral, as plantas necessitam para a produção dos produtos na forma de grãos e pastagens. Analisava a forma como o setor agrícola, como um todo, tem sido pouco eficiente para enfrentar o problema da falta de água para fins de produção agrícola. E comentava, ainda, as conquistas do setor automobilístico na busca de melhores relações combustível/km rodado.

O petróleo, mercadoria em processo de esgotamento, reflete as leis do mercado, maior procura maior preço. Logo, a indústria que dele depende, procura fabricar produtos mais eficientes para que seus consumidores continuem adquirindo seus produtos.

A água, produto também em fase de esgotamento, tem sido tratada pelos consumidores do setor industrial e domiciliar, como se fosse inesgotável e, portanto, um produto sem preço. Seu baixo custo é uma das razões que levam a um enorme desperdício e a uma falta de conscientização sobre a real situação atual e as perspectivas para os próximos anos. Paralelamente a este desperdício pelos que têm acesso a água, segundo o Banco Mundial, entre 5 e 6 milhões de

peças morrem todos os anos nos países em desenvolvimento por causa de doenças transportadas pela água e da poluição do ar. Os custos econômicos da deterioração ambiental são calculados entre 4 e 8 por cento do PIB por ano, em muitos países em desenvolvimento.

Estudo publicado pela Revista Science, em 15/junho, comenta que foi identificado gene que pode tornar as plantações resistentes à seca via o controle da retenção de água nas plantas. O estudo foi conduzido por pesquisadores da Universidade da Carolina do Norte e da Universidade de Penn State (EUA). Para David Oliver, presidente do Departamento de Botânica da Universidade de Iowa, "novas cultivares com esse gene podem se tornar realidade no período de 5 a 10 anos".

Durante os testes, os cientistas da Universidade da Carolina do Norte realizaram a modificação em uma planta comum e notaram que, assim que o gene foi retirado de ação, a planta murcho. Eles passaram, então, a suspeitar que o gene possuísse em seu código uma importante molécula denominada "proteína G", responsável pelo controle do desenvolvimento da planta.

Jin-Gui Chen, um dos pesquisadores envolvidos no projeto, afirmou que "a partir do resultado do teste, concluímos que este gene também controla a retenção de água pelas plantas."

Não sei se esta descoberta foi uma destas pesquisas que buscam algo e acabam descobrindo outro não programado. Creio que não. Acho que era este mesmo o objetivo.

O que se pode deduzir desta descoberta? Simples. Num mundo em que cada vez mais as tecnologias estão protegidas por patentes a nível mundial, as Universidades de Penn State e da Carolina do Norte ou quem estiver financiando esta pesquisa, ficará detentora de um imenso poder. Poder não só que lhes possibilitará ganhar dinheiro via o sistema de patentes, mas também poderá servir como instrumento de política comercial a nível internacional.

Embora tenha levado toda a história da raça humana até 1830 para a população mundial chegar a um bilhão de habitantes, levou apenas 100 anos para acrescentar um segundo bilhão (1930), 30 anos para o terceiro bilhão (1960), 16 anos para o quarto bilhão (1976), e 11 anos para o quinto bilhão (1987). Espera-se que a população do mundo chegue a 8,5 bilhões até o ano 2030 (Worldwatch Institute / UMA-Universidade Livre da Mata Atlântica).

Se possuir água para fins agrícolas já dá poder a um país, o que acontecerá se este mesmo país adicionar a esta situação o poder de controlar melhor o uso deste fator restritivo à produção, através de tecnologias que interfiram na fisiologia das plantas? A resposta é óbvia: esse país ficará mais poderoso.

Num mundo em que as reservas hídricas estão cada vez mais escassas e em que a população continua a crescer rapidamente, dominar a água, via posse territorial

das fontes de superfície ou subterrânea será, cada vez mais, uma importante fonte de poder político e econômico. Se a posse estiver aliada ao domínio das tecnologias de produção agrícolas, mais poder terá esta comunidade, região ou país.

Se possuir água para fins agrícolas já dá poder a um país, o que acontecerá se este mesmo país adicionar a esta situação o poder de controlar melhor o uso deste fator restritivo à produção, denominado água, através de tecnologias que interfiram na fisiologia das plantas, na intimidade de suas células? Mais uma vez a resposta é óbvia: fica mais poderoso política e economicamente.

Continua a política de dominação tecnológica: foi assim em relação as máquinas agrícolas, fertilizantes e outros insumos. Hoje o caminho da dominação tecnológica passa pelo domínio da manipulação da célula, tendo como via o mecanismo da transgenia. É bom lembrar que é na agricultura que é utilizada 70% da água doce deste planeta denominado Terra. Qualquer percentual de economia que esta nova descoberta possa possibilitar sobre um montante tão elevado, é algo que não pode ser desprezado pela humanidade.

Esta notícia aumentou minha convicção sobre o artigo anteriormente escrito. Diz o ditado que "onde há fumaça há fogo". Pode-se dizer que "onde há tecnologias de domínio da água há poder". Na terra dos automóveis, um forte símbolo da prosperidade americana, seus cientistas estão descobrindo "máquinas" mais eficientes em relação ao combustível água.

Estão abrindo os caminhos para a continuidade do seu poderio mundial, não pelas armas, mais pelo domínio das tecnologias de produção de alimentos.

Seca na Região Sul: é possível conviver?

01/01/2002



Nesta casa chamada planeta Terra, o Brasil tem 11,6 % da água doce da superfície. A nível de país, imediatamente nos lembramos das imensas reservas de água na bacia Amazônica, que concentra 70% desta água. Voar em algumas áreas da Amazônia dá a impressão de estar sobre um imenso e inesgotável "mar de água doce". Todavia, 93% da população brasileira vive fora desta região e para seu uso tem disponível somente os 30% restantes de água da superfície. A realidade é tão contrastante em nível de país, que ao lado desta imensidão de água temos um Nordeste com imensos problemas decorrentes da falta de água na superfície.

Falar em seca na Região Sul, especificamente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, pode parecer um exagero, considerando o total das precipitações, que oscilam entre 1.300 a 2.000 milímetros por ano. Diante destes dados fica a pergunta: seca na Região Sul? Mito ou realidade? Realidade, se considerarmos as contínuas perdas na agricultura. Mito, se analisarmos como aproveitamos, ou deixamos de aproveitar, esta grande quantidade de água que nos chega, de graça, pelas chuvas. É possível conviver?

Durante o final do ano passado, uma das notícias que mais foi comentada pela imprensa foi a da falta de água nas áreas agrícolas e até nas cidades. O fantasma da seca voltou a atacar o Sul do Brasil. Será a seca uma novidade? Será um fruto do desmatamento, da diminuição da camada de ozônio, da poluição atmosférica? De La Nina? Certamente um conjunto de fatores tem influenciado estas faltas de chuvas. Dizer que as secas dos últimos anos são uma novidade, obviamente é um exagero. Um conjunto de fatores ambientais tem contribuído para seu agravamento, assim como o maior acesso aos meios de comunicação tem colocado dentro de nossa casa, nas cidades e no campo, cenas que não eram disponíveis há alguns anos. Milhões de casas assistem na televisão, muitas vezes ao vivo, dramas de pessoas e até de nações, morrendo de fome e de sede,

realidade que está muito distante da nossa torneira da pia da cozinha. Triste realidade para uns, mais uma notícia para outros.

Outro fator importantíssimo para agravar o efeito das secas ao nível de proprietário rural no Sul do Brasil, é a diferença do impacto econômico nas propriedades de hoje, na maioria descapitalizada, endividada e com sérios problemas de fluxo de caixa e as do passado, em que o crédito agrícola subsidiado e melhores preços agrícolas possibilitavam amenizar, em termos contábeis, as perdas decorrentes da seca.

Sob o ponto de vista da contabilidade ambiental ocorreu uma grande descapitalização dos recursos naturais. Foi-se a fertilidade natural do solo e as florestas foram sacrificadas para aumentar a fronteira agrícola. Como consequência os efeitos da seca não podem mais ser repassados ao estoque de recursos naturais, que foram saqueados e não foram repostos; o governo não tem condições de manter os generosos créditos agrícolas do passado e, finalmente, a sociedade não tem poder aquisitivo para aceitar grandes altas de preços agrícolas numa economia que já está se acostumando, e gostando, da estabilidade de preços, de baixa taxa de inflação.

A humanidade tem-se comportado como um herdeiro que tendo recebido de graça um estoque de recursos põe-se a gastá-los sem ter preocupação de investir para aumentar seu capital. Supõe que a herança é inesgotável. Mas o que é uma geração diante da eternidade? Está certa, a comparação é exagerada. Mas que direito temos de, em poucos anos, destruir o que a natureza levou milhares de anos para construir? Que direito temos de não permitir às futuras gerações a possibilidade de desfrutarem de um meio ambiente saudável? Até que ponto a valoração econômica dos recursos naturais deve ser mais importante que a valoração ambiental, a serviço do ser humano e não do capital? Será que já não chegamos ou até ultrapassamos este ponto limite? Sociedades com bom nível de consciência de política ambiental, tem consciência da atual crise de água potável e devem começar a dizer um basta.

O direito de usar água

Ainda não é um fato, mas já é um assunto que começa a ser discutido e, em alguns locais, já está perto de ser implantado. O direito de usar água. A liberdade do uso da água.

A água não é um bem, um recurso natural, de acesso irrestrito. Não se pode simplesmente colocar uma bomba de irrigação na beira do rio ou em um poço artesiano e tirar o quanto se quer. É um bem de uso coletivo, que deve depender de organismos ambientais, públicos e privados sem fins lucrativos, nos estados. Tanto das águas da superfície como nas do subsolo.

O uso da água no Brasil deverá ser regulado pela lei que cria a Agência Nacional de Águas (lei 1.617/99) e no estado do Rio Grande do Sul seu uso está regulamentado pela lei 10.350 de 31 de dezembro de 1994, denominada "Lei da Águas". Esta lei prevê a instalação de 25 Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas-CGBH (constituídos por 40% de usuários da água, 40% da sociedade em geral e 20% de órgãos governamentais), que nas suas áreas de ação terão a responsabilidade de dizer como a sociedade, de cada bacia, quer utilizar este bem escasso. Será a comunidade de cada bacia, sob supervisão técnica do governo estadual, que definirá como a água será utilizada e se serão ou não cobradas tarifas. Tarifas que poderão ser decrescentes a medida que o insumo água for sendo aproveitado da melhor forma possível. Em vez de somente um órgão central da máquina do Estado, localizado na capital, teremos 25 CGBH lutando pela água nas suas regiões de abrangência. Talvez até brigando com CGBH vizinhos que não estejam com uma adequada política de uso da água e que possam estar prejudicando a sua comunidade. Certamente tendo que traçar políticas conjuntas com seus vizinhos.

As perdas atuais devido a seca são mostradas ao público na forma de imagens de lavouras ressequidas, pastagens secas, açudes com o fundo seco a mostra e frias estatísticas de perdas agrícolas. Muitas cidades têm enfrentado longos períodos de racionamento de água e até temos assistido a cenas de caminhões pipa abastecendo cidades. São imagens que chocam, momentaneamente. No dia seguinte, já não fazem mais parte das preocupações da população fora da área de seca. A maioria da população urbana, embora podendo ter alguma consciência ambiental, se preocupa em sobreviver economicamente.

As perdas futuras para as comunidades devido a secas na sua região, dar-se-ão pela queda da qualidade de vida devido a escassez de água e pela fuga de investimentos na área agrícola, industrial e comercial. As civilizações cresceram perto dos rios e do mar. Empreendimentos econômicos, historicamente, têm sido realizados perto de fontes de água. Água para a empresa, água para a comunidade em que está inserida. Não há nenhum sinal de que este procedimento histórico mudará no futuro. Pelo contrário, será mais forte. Para atrair investimentos, as comunidades não ofertarão terrenos grátis e isenção de impostos. Ofertarão água. As placas dirão: temos água de boa qualidade para seus funcionários e seu empreendimento. Água da superfície e de baixo custo. Ilhas econômicas surgirão em função de locais com adequada disponibilidade de água potável e industrial. Já se conhecem casos de municípios que deixaram de receber empreendimentos econômicos por problemas de insuficiência, qualidade e/ou custo de água.

Outro fator importante será a capacidade das comunidades reciclarem a água dos esgotos para atividades que possam utilizar a água reciclada, como para irrigação de lavouras ou uso industrial. As empresas de maior porte terão o máximo

interesse econômico em criar circuitos fechados de uso de água, reutilizando-a o maior número possível de vezes e como algumas já o fazem, captando até a água do telhado de suas instalações industriais. É o lado econômico de redução de custos aliado a consciência ambiental.

Como não somos um país rico, em que a sociedade urbana pode subsidiar largamente a sociedade rural, a exemplo dos Estados Unidos e da Comunidade Europeia, nos resta o caminho de usar o recurso natural terra com o máximo de tecnologia, economicamente e dentro de padrões de sustentabilidade ambiental. Neste contexto, a irrigação assume papel fundamental. De que vale um bom solo, sementes de alto padrão tecnológico, uma consciência técnica e ambiental do que deve ser feito, se nos momentos críticos faltar água para o desenvolvimento da planta ou para os animais? Perde-se a corrida contra o clima. O mesmo sucede numa corrida de automóvel, que tem um excelente piloto, num carro com a melhor tecnologia, e no meio da corrida falta combustível.

Quem perde mais?

Embora o problema da falta de água atinja a todos os agricultores, indistintamente, o grande produtor é menos atingido no sentido de que tem a possibilidade de vender uma parte de sua propriedade ou tem outras garantias para renegociar a dívida devido a perda de produção. O pequeno produtor não pode correr riscos, uma vez que tem muito pouco, ou nada, para perder. Por esta razão os governos (municipal, estadual e/ou federal) tem obrigação de, sem paternalismos, correr os riscos e executar as ações políticas necessárias à sobrevivência e ao progresso da pequena propriedade. Ser pequeno não significa ser ineficiente. As ineficiências técnicas do pequeno proprietário decorrem de sua gradativa descapitalização e da sua não atualização em relação às novas tecnologias de produção e de comercialização. É muito difícil imaginar uma pequena propriedade que, no futuro, não tenha ao menos parte de sua renda originária de atividades agrícolas protegidas por sistemas de irrigação. Somente assim o produtor pode ter uma previsão de fluxo de caixa, essencial para o planejamento de seus investimentos como empresa agrícola.

O pequeno, normalmente, por produzir com tecnologia superada, dificilmente vai ter um preço que compense seu desgaste físico e a perda da capacidade de produção da terra. Por isso quer preços maiores para seu produto. O problema é que a maioria dos consumidores da sua produção é tão pobre quanto eles. Assim sendo, resta a saída de aumentar os salários no meio urbano e/ou de diminuir o custo de produção dos produtos agrícolas. O aumento puro e simples dos preços destes produtos acabaria favorecendo mais os médios e os grandes produtores.

Tamanho de propriedade pode dar status social, mas não garante rentabilidade. O que deve mudar na agricultura é o "tamanho" das tecnologias de produção. Pequeno em área, mas "grande" nas tecnologias utilizadas, significa menos

miséria no campo. Esta é a grande missão social da irrigação: maximizar o trabalho do pequeno produtor.

O pequeno produtor não pode ficar vinculado ao modelo de agricultura vigente, nem às tecnologias e mercados a ela peculiares, uma vez que estes são direcionados para médias e grandes propriedades que trabalham com grandes culturas, normalmente em monocultivo. Os pequenos não podem sobreviver no meio dos grandes. Eles têm que encontrar nichos econômicos, sob pena de terem que abandonar a terra ou não poder deixar o legado, na forma da terra e/ou de sua cultura, para seus descendentes. Qual o custo de oportunidade da sociedade no ato de deixar morrer ou de não utilizar a cultura do campo, adaptada às condições locais, que levou séculos para ser construída? Eles têm uma riqueza de soluções eficientes e baratas. E a sociedade ao invés de valorizar isso e acima disso desenvolver tecnologias locais e adaptadas à realidade de cada situação, tem levado à estes pequenos agricultores tecnologias desenvolvidas fora de sua realidade. Tecnologias que, além de envolverem altos custos e alta dependência externa da propriedade, vulnerabilizando a sua economia interna, normalmente são desenvolvidas fora do país. São coisas às vezes muito mais simples do que imaginamos, mas que exigem uma mudança de postura ao se pensar em soluções para viabilizar a vida das famílias nas pequenas propriedades. Isto vale para tudo, inclusive o uso da água.

A implementação da irrigação.

Como implementar a irrigação? Como conviver com as pequenas e com as grandes secas? Não há uma receita única. Cada propriedade tem suas características de solo e topografia, de atividades que demandam diferentes exigências de água, de diferentes disponibilidades de água na superfície, na forma de rios e açudes. O que não se pode aceitar é que a "grande" solução seja abrir poços artesianos.

Abrir poço artesiano não é solução para combate à seca. É ação própria de sociedades que improvisam soluções caras, não só pelo custo imediato, mas porque são provisórias. O sul do Brasil não é o sertão nordestino. Então, porque buscar água no subsolo em vez de aproveitar a água da chuva, que não custa nada e que não sabemos ou que não nos importamos em conserva-la na superfície do solo? Porque deixá-la correr totalmente para os rios e após para o mar? Porque, além de perdê-la, poluí-la? Não é mais barato um grande programa de açudes, de tecnologias de conservação do solo e da água nas lavouras, que poços artesianos? Além do mais, poço artesiano também seca, além de poder ser contaminado devido a resíduos biológicos ou químicos, como excesso de nitrogênio. Solução cara e passageira.

Nos países industrializados europeus já há vastas áreas de águas subterrâneas contaminadas por agentes químicos ou por dejetos animais, como de suínos e de

gado bovino. Em áreas do sul do Brasil a contaminação vias dejetos de suínos já é uma realidade, tanto que já se constitui numa prioridade de pesquisa para a EMBRAPA.

A mesma sociedade que comenta o crescente desmatamento nos seus estados, não tem consciência ou não quer agir no sentido de implantar sérios programas de reflorestamento. Nos governos deve haver vários. Só no papel. As Organizações Não Governamentais-ONGS têm concentrado sua ação em outras áreas que chamam mais a atenção do público e praticamente esqueceram ações que visem a forçar o poder público e a sociedade para reflorestar as áreas agrícolas. Alguém conhece um meio mais barato de armazenar água que o complexo solo-planta de uma floresta? Assim como a criança é gerada na barriga da mãe, a natureza usa o complexo florestal para "gerar" água. Matem a mãe, a floresta, e desaparecerá a maioria da vida nesta casa chamada planeta Terra.

A sociedade tem sido informada que a irrigação é a grande solução para a agricultura. Como se todos tivessem um rio farto em água todo o ano ou se bastasse abrir um poço artesiano e conectá-lo com um equipamento de irrigação. A minoria até pode ter uma destas soluções. Basta ter dinheiro para o projeto. E a maioria, constituída de pequenos agricultores? Sem dinheiro, sem rio por perto, sem açudes, e que, além disso, planta em áreas com grande declividade, de difícil irrigação.

Antes de um grande programa de poços artesianos para abastecimento das cidades ou para irrigação, precisamos nos preocupar com a preservação da pouca água disponível no verão e planejar o armazenamento da água das chuvas de inverno e de verão. Programas sérios de reflorestamento como da Cooperativa Tritícola de Erechim- COTREL, no Rio Grande do Sul, com 1.000.000 de mudas por ano distribuídas entre seus associados, é exemplo da força da ação comunitária, independente dos governos, que busca soluções permanentes. A formação de bosques nas pequenas propriedades, em seu conjunto provocará a elevação dos lençóis freáticos, que por sua vez permitirão o aumento de volume de água nos córregos. Consequência: água para projetos de irrigação, geração de produtos para a agroindústria da cooperativa, agregação de valor ao produto primário, maior renda para o produtor. O lucro indireto será a disponibilidade de madeira reflorestada, o que dispensará o corte das matas nativas, além da volta de espécies animais neste novo habitat.

Conclusões

Obviamente não se pode simplesmente proibir a abertura de novos poços artesianos. Por outro lado, não se pode continuar, todos os anos, a assistir os mesmos problemas de escassez de água, que se agravam a cada ano, como se vivêssemos num destes países africanos com clima de deserto e sociedades ainda

na fase de tribos. Afinal, nos orgulhamos de sermos gaúchos, catarinenses, paranaenses. De nossas culturas e de nossa tecnologia agrícola.

Em vez de continuarmos a nos lamentar, deveríamos iniciar um movimento coletivo de preservação de água. Poderíamos começar "proibindo" a água de poços artesianos nas cidades e nas áreas rurais e preservando melhor esta imensa riqueza que não estamos valorizando: a água da chuva, que corre livre na superfície do solo. Deixemos a água armazenada no subsolo para nossos descendentes. Se já criamos a consciência que a terra deve ser preservada para as futuras gerações, porque não começamos a agir da mesma forma com a água do subsolo?

Se a nível de agricultor e de governo há muito que fazer, por outro lado também há muita falta de conhecimento sobre diferentes tecnologias de irrigação para diferentes tipos e condições de agricultura. Há uma urgente necessidade de investir recursos em pesquisa nesta área, que integre as necessidades atuais e futuras dos segmentos de pesquisa e produção. Não basta dar água às atuais culturas de verão, como feijão, soja e milho. É todo um complexo solo-planta-homem que precisa ser reestudado. As ações devem começar pelo levantamento de demandas dos agricultores, estoque de tecnologias disponíveis e criação de programas de pesquisa que atendam as aspirações dos produtores neste novo patamar tecnológico.

As secas periódicas não desaparecerão. Teremos que conviver com elas, com novas tecnologias. Não podemos continuar praticando um extrativismo ambiental. Esta forma de vida denominada ser humano não pode, impunemente, continuar a mexer e a destruir milhares de outras formas de vida que moram na mesma casa Terra. Muito queremos da terra agrícola. Poucos procuraram entendê-la melhor, como um ser vivo que reage as ações predatórias do homem.

A região Sul vai continuar a conviver com secas, de longa duração, amplas ou localizadas. Pequenas ou com grandes efeitos. Enfim, não podemos mudar o clima. O que devemos é mudar nossa maneira de enfrentar problemas que são esperados e com danos já conhecidos. Afinal, se o ser humano está preocupado em encontrar água na Lua ou em Marte, como algo que permita a continuidade da raça humana neste sistema solar, porque apressar nossa crise no Planeta Terra, no sul deste país chamado Brasil. Ou será que vamos comemorar os 500 anos com água importada para distribuir entre os convidados?

M.Sc. Economia Rural, pesquisador na área de economia ambiental, Embrapa Trigo, prof. Fac. Agronomia da U. Passo Fundo-RS



Historicamente a evolução da posse da terra foi vista como a possibilidade de retirar alimentos produzidos pela natureza, fibras, madeiras, pedras. A simples posse de uma superfície de terra dava ao proprietário o poder de atuar no mundo econômico e social. Assim tem sido e continuará a ser, ao lado de alguns novos indicadores socioeconômicos, como o componente econômico que implica na geração de riquezas compatíveis com o capital imobilizado e o retorno social deste fator de produção.

A pressão dos consumidores por alimentos tem sido crescente, o que poderia ter causado uma ascensão dos preços dos produtos agrícolas. Até o momento tem sucedido o contrário. O aumento da população mundial tem sido acompanhado por crescentes produções de alimentos, com quedas nos preços dos alimentos. Até o momento a situação parece estabilizada. Até o momento. Logo chegará a um ponto de desequilíbrio, em que as fronteiras agrícolas chegarão ao seu limite, a escassez de água para irrigação aumentará e nem mesmo os resultados de novas tecnologias agrícolas (sem mexer nos códigos genéticos) poderão manter esta falsa situação de equilíbrio. Situação que só é mantida porque parte importante da humanidade não tem renda para acessar o mercado de alimentos. Se houver um crescimento mundial da economia, com melhor distribuição de renda, as barreiras do subconsumo serão rompidas e será inevitável uma alta dos preços dos alimentos, principalmente da denominadas "commodities. O cenário é pessimista. Estará a humanidade marchando para um aumento geral de preços dos produtos agrícolas?

Os países subdesenvolvidos tem protestado contra os subsídios dos países ricos à produção de alimentos e há um consenso de que estes devem ser retirados, estabelecendo uma produção de alimentos com custos e preços reais nos mercados mundiais.

Bom para o Brasil, a Argentina e outros países produtores de alimentos. E para o mundo?

Realidade econômica de custos de produção em um mundo com sub-renda significa aumentar a fome no mundo. A solução político-econômica gira ao redor

da realidade econômica de custos de produção acompanhada por aumento da renda dos mais pobres. Equação de complexa implantação.

Uma das saídas é os governos implantarem programas sociais de distribuição de alimentos aos necessitados. Seria a política de tirar dos que ganham mais para dar aos que ganham menos. Solução emergencial e passageira que não atende políticas de crescimento social e econômico de longo prazo.

Todavia, ao menos em alguns lugares do mundo há uma terceira via para aumentar a renda de parcela dos produtores rurais e/ou gerar recursos para os governos.

É a energia eólica, limpa, ecológica. Ao contrário das barragens, que apesar de também gerarem uma energia limpa, tem a grave característica de desabrigarem pequenos agricultores e destruírem ecossistemas de enormes áreas.

Lester Brown em seu artigo "A eco-economia oferece alternativa ao petróleo do Oriente Médio", publicado no site www.wwiuna.org.br, analisa esta nova economia que esta surgindo.

Com relação a geração de eletricidade, afirma que: "A reestruturação está ganhando ímpeto. Por exemplo, de 1995 a 2000, a geração mundial de eletricidade eólica quase quadruplicou, uma taxa de crescimento só vista na indústria da informática. A Dinamarca obtém 15 por cento de sua eletricidade do vento. No Estado de Schleswig-Holstein, no norte da Alemanha, esta proporção é de 19 por cento e em Navarra, na Espanha, 22 por cento.

"A energia eólica tem um potencial gigantesco," declara Brown. "De acordo com um inventário de recursos eólicos do Departamento de Energia dos Estados Unidos, três dos estados mais ricos em termos de vento - Dakota do Norte, Kansas e Texas - possuem potencial eólico suficiente para atender à demanda nacional de eletricidade. A China poderá duplicar sua geração elétrica atual apenas com o vento. O potencial offshore da Europa é suficiente para satisfazer às necessidades continentais."

Avanços no desenho de turbinas eólicas reduziram os custos da eletricidade, de 38 centavos de dólar por quilowatt/hora no início dos anos 80, para menos de 4 centavos nos principais sítios eólicos em 2001. Há perspectiva de maiores reduções. Como consequência da queda nos custos, fazendas eólicas surgiram recentemente em Minnesota, Iowa, Kansas, Texas, Colorado, Wyoming, Oregon, Washington e Pensilvânia.

Um quarto de acre de terra arrendado a uma concessionária local para a implantação de uma turbina eólica de desenho avançado, poderá facilmente render ao agricultor e pecuarista US\$ 2.000 em royalties, por ano, e ao mesmo tempo fornecer à comunidade US\$ 100.000 de eletricidade. "O dinheiro gasto na

eletricidade eólica tende a permanecer na comunidade, proporcionando renda, emprego e receita fiscal”.

No Brasil a opção por geração de energia a partir da água represada por barragens tem sido uma solução barata e confortável. Mas, em termos de futuro esta é uma fonte questionável, e, obviamente finita. Até quando a sociedade continuará concordando em destruir o meio ambiente e em desalojar comunidades de agricultores, pequenos e fracos em sua organização social? Se não houvesse outra fonte alternativa de energia a solução poderia ser, como ainda será nos próximos anos, a construção de barragens.

Se o Brasil criou tecnologia para buscar petróleo a mais de 1.000 metros de lâmina de água em mares revoltos, com plataformas de mais de 500 milhões de dólares (que infelizmente podem afundar), não é razoável supor que também podemos gerar tecnologia para produzir energia eólica? Com desafios tecnológicos e ecológicos de produção imensamente inferiores aos da produção de petróleo em alto mar.

No passado a sociedade brasileira teve a coragem de criar a Petrobrás. Sucesso. Cumpriu sua função econômica e social diante dos desafios e soluções tecnológicas da época. Terá a sociedade deste novo século, munida de maiores recursos econômicos e tecnológicos, a coragem de criar a Ventobrás? Não precisa ser empresa estatal. O importante é criar a cultura social e econômica de que vento é um bem livre na natureza e que pode ser transformado em produto econômico. Assim como o governo leiloa concessões de exploração de áreas para exploração de petróleo, construção de barragens hidroelétricas, também pode leiloar concessões de área de exploração de energia eólica.

O mundo é movido a energia, não importa a fonte geradora. É um modelo de geração de energia que está nascendo. A energia eólica poderá ser a nova fonte de geração de renda no meio rural que compensará a queda de rentabilidade de muitas propriedades rurais. Poderá ser a fonte de riqueza em estados sem água e de solos pobres.

Num futuro que não está longe, se quisermos, poderemos ver ao lado da produção de alimentos a produção de energia renovável.

O Brasil, aplicando cerca de 550 milhões de dólares anualmente, gera grande parte da sua pesquisa agrícola através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA. O produto deste e de outros investimentos em ciência e tecnologia é o domínio da tecnologia de produção de alimentos, para o consumo interno e a geração de divisas na exportação de produtos. A EMBRAPA nasceu de uma visão política de longo prazo e o retorno econômico dos recursos nela investidos já retornaram amplamente à sociedade.

No Brasil as coisas dão certo, apesar de existir uma cultura interna de que somos um país cheio de problemas. E somos, como em todo o mundo. Problemas sempre existirão, mudam de forma. Se não acreditamos em nós mesmos como país, acreditem, os que estão do outro lado da fronteira, principalmente nos países ricos, acreditam em nós. Podem não dizer, mas que acreditam, acreditam.

No mercado mundial de energia, o vento, a energia eólica "made in Brasil", está sendo olhada pelos grandes investidores mundiais. Vamos deixar os outros decidirem por nós, ou vamos nos antecipar (já atrasados), não só discutindo, mas implantando ações concretas na pesquisa de todo o complexo que envolve a implantação das "fazendas de energia eólica"?

Eu planto sementes e vendo alimentos.

Eu colho vento e vendo energia.



Estão roubando a minha água. Cada vez mais a sociedade está reagindo ao velho conceito de que os chamados recursos naturais (terra, ar, água) podem ser usufruídos livremente por um indivíduo ou por uma empresa. A sociedade já decidiu: são recursos coletivos, pertencem à humanidade. O processo de globalização da economia esta diretamente relacionada com o uso dos recursos naturais. Na medida em que os processos de produção utilizam de forma direta ou indireta estes recursos, o esgotamento ou a perda da qualidade destes, afeta diretamente a economia. O fantástico crescimento dos meios de comunicação, principalmente com o acesso às imagens coloridas da televisão, trouxe para todas as casas cenas desconhecidas das cidades e da zona rural. Para a grande maioria não é seu problema os resíduos da sua casa, como o lixo, do esgoto ou dos resíduos de agroquímicos. Também parecia não ser problema a poluição de uma indústria localizada do outro lado da cidade. Tampouco as condições de vida, abaixo do desejado, das famílias pobres que vivem nas periferias da sua cidade. Muito menos de milhares de pessoas que morrem de fome na África. Porque se importar com a derrubada de árvores na Amazônia se moro no sul do Brasil? Não dá mais para fechar os olhos, os ouvidos e o nariz. Todo o dia, a toda a hora, há alguma imagem de alguma parte do mundo entrando em nossa casa e ajudando a criar uma consciência de que algo está errado. Ninguém mais quer ver o rio, o mar entupido de garrafas PET, o ar poluído por chaminés com grossas fumaças e casas sendo carregadas por barrancos que desabam em época de intensas chuvas. Estamos alerta para o que os nossos olhos estão enxergando e para o que nossos narizes estão sentindo. E o que não se vê e nem se sente? Resíduos de produtos químicos na água e nos alimentos, ar contaminado por gases tóxicos. É tão grande a preocupação da humanidade com a água que os cientistas a estão procurando em crateras na Lua e em Marte. Porque ir tão longe se a temos em abundância aqui mesmo no planeta Terra? Na superfície e no subsolo. Água do subsolo. Fácil acesso. Basta chamar uma empresa, fazer um poço artesiano e

resolver o problema. Mas, quem dá autorização para extrair água do subsolo, líquido que está depositado há centenas ou milhares de anos. Será que a legislação existente está de acordo com as atuais e as futuras exigências das comunidades? Ao que parece ha uma legislação ultrapassada. Necessita passar por um amplo processo público de discussão. Água é o principio da vida. Somos feitos de 70% de água. Logo, se alguém está utilizando mal um recurso que é 70% da minha vida, sem a minha permissão ou da sociedade em que vivemos este alguém está; roubando a minha água, a minha vida. E a de meus descendentes.

É preciso urgentemente disciplinar o acesso à água do subsolo, não só devido ao esgotamento destas reservas estratégicas como também pela contaminação destes reservatórios. Não tem sentido extrair água do subsolo para lavar carro, calçada ou até mesmo para dar descarga em vaso sanitário. Se já é difícil controlar a perfuração de poços artesianos em reservatórios nas comunidades em que vivemos, imagine-se a imensa dificuldade que será controlar a extração do Aquífero Guarani, que envolve o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Além dos interesses econômicos locais, entram em jogo os aspectos de soberania nacional. Diante de todo este quadro de uso descontrolado da água do subsolo, quando vejo uma perfuratriz trabalhando perto da minha casa, não posso ir brigar com o operador. Por outro lado, não posso deixar de gritar: ESTÃO ROUBANDO A MINHA ÁGUA, A VIDA DE MEUS DESCENDENTES. Espera-se que as macropolíticas nacionais de uso da água da superfície e do subsolo, juntamente com os Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas que estão sendo institutos nos estados, possam organizar o uso da água de acordo com os interesses nacionais e as aspirações e responsabilidades das comunidades de cada Bacia.

A injusta medição de água em condomínios

22/02/2002



Uma foto vale por mil palavras.

Lembro-me de uma foto em uma revista mostrando uma imagem de uma cozinha coletiva em uma cidade da Ásia. No pequeno apartamento moravam quatro famílias, e, na ausência de um banheiro era utilizado um "pinico" coletivo. Este, pela manhã, era levado para uma fossa pública na rua. O argumento para não modernizar as instalações sanitárias era de que o bairro era muito populoso e o processo de demolição e construção/reconstrução de novas residências seria muito complicado. A situação atual não era agradável, mas era suportável. A foto mostrava algo que não era comentado na reportagem: uma pia coletiva na cozinha e, detalhe importante, quatro torneiras. Uma para cada família. Por que torneiras separadas, se o "pinico ou urinol" era coletivo? Uma das prováveis razões (não haviam comentários no texto da matéria), deveria ser o alto custo da água. Não poderia ser utilizada e controlada coletivamente, como era o caso de uma lâmpada no teto da peça. Mais uma vez funcionou a velha lei econômica: se o bem é escasso e imprescindível, é caro.

O que se pode aproveitar desta reportagem para a nossa vida cotidiana?

Que aquelas pessoas, apesar dos problemas sanitários, já estavam exercitando um direito em que nós, que residimos em condomínios com instalações modernas, estamos atrasados: o direito de pagar somente pelo que consumimos. Ninguém admite pagar a conta da energia elétrica consumida nas habitações, num condomínio de apartamentos, de forma coletiva. No caso do consumo comum este é somado e dividido pela área de cada habitação, como se faz com a energia gasta nos corredores, demais áreas comuns e elevadores. Se o vizinho tem chuveiros de alto consumo, micro-ondas, aquecedores potentes, que pague. Gasta mais, paga mais. Porque pagar pelo que não se consome?

E com a água? Por que alguns têm que pagar pelo que não consomem? Se o vizinho tem mais pessoas no apartamento, máquina de lavar roupa, de lavar louça, toma longos banhos cantando no chuveiro, porque esta água tem que ser repartida

coletivamente? Porque a viúva que mora sozinha e consome um mínimo de água, tem que ser economicamente solidária com a família esbanjadora? O critério de dividir o consumo total de água do edifício pela metragem do imóvel é altamente injusto. Quem sabe esta situação não pode valer uma boa discussão judicial... Está na hora dos incorporadores imobiliários lançarem prédios equipados com hidrômetros para cada habitação.

Mesmo para edifícios considerados de luxo, nenhum construtor fará a sugestão aos condôminos de ter um único medidor de energia e ratear a conta por habitação. Não venderia nenhum apartamento.

Por que os construtores instalam rede central de gás, mas com medidores independentes? Por que só se aceita pagar pelo que se consome. Por que com a água a medição tem que ser coletiva?

Por que as pessoas devem pagar a água nos moldes atuais, de acordo com a metragem da habitação e não pelo consumo medido por hidrômetros individuais?

Não se afirmar a toda hora que a água está escasseando cada vez mais? Que as próximas guerras serão devido a disputas por água.

Vamos exigir que seja feita a justiça social e que as leis econômicas sejam obedecidas. Quem quiser consumir bastante água e, naturalmente, produzir bastante esgoto doméstico, que pague, de acordo com tabelas de custos crescentes.

Vai aumentar o custo da construção do imóvel? Certamente, mas não será relevante em relação ao custo total; cada um pagará pelo seu consumo.

Está na hora da sociedade exigir dos incorporadores imobiliários, das empresas distribuidoras de água (públicas e privadas), dos legisladores, das prefeituras, a implantação de um sistema de medição individual de água em construções de uso coletivo, como em prédios habitacionais ou de salas comerciais.

Folha do Meio Ambiente - Ano 12 - Edição 123 - Brasília/DF, janeiro/fevereiro de 2002

Um medidor de água para cada apartamento

23/09/2003



Projeto de Lei na Câmara Federal obriga instalação de medidor nos prédios tanto em novos como nos apartamentos já habitados

O deputado Sebastião Madeira (PSDB-MA) apresentou projeto tornando obrigatória a instalação de um hidrômetro (medidor de consumo de água) em cada apartamento, e não apenas um só para todas as unidades habitacionais de um mesmo edifício. Segundo a proposição, os prédios de apartamentos em construção devem prever o medidor individual no respectivo projeto, enquanto os já habitados terão um prazo de cinco anos para se ajustar à nova exigência que, conforme seu autor tem o propósito de evitar o desperdício de água. O projeto, em seu art. 4º, diz que as empresas de saneamento básico e abastecimento de água deverão orientar os proprietários e os moradores dos apartamentos na instalação do equipamento.

Segundo Sebastião Madeira, nas habitações coletivas cada apartamento paga sua conta de luz e telefone, mas a despesa com água é rateada entre todos os moradores. "Uma pessoa que mora sozinha em um apartamento e passa a maior parte do tempo viajando ou trabalhando fora de casa é obrigada a pagar através da taxa de condomínio - o mesmo valor que uma outra pessoa que mora ao lado com mais cinco pessoas, nunca viaja e, além disso, deixa a torneira aberta o dia todo ou não se preocupa com vazamentos", afirma o parlamentar justificando seu projeto.

Ele diz que, "além de ser injusto, financeiramente, para os moradores, há uma consequência muito mais grave: essa situação não inibe e até mesmo estimula o desperdício de água." Ele explica que "os próprios empregados dos condomínios não têm qualquer estímulo para economizar água, pois o consumo relativo à limpeza de áreas comuns, lavagem de carros e outras atividades é pago na conta

geral de água do prédio." Em geral, os zeladores acabam lavando carros para terceiros com água do condomínio.

"Uma pessoa que mora sozinha e passa maior parte do tempo fora de casa é obrigada a pagar - através da taxa de condomínio - o mesmo valor que uma outra pessoa que mora no apartamento ao lado com mais cinco pessoas, nunca viaja e, além disso, deixa a torneira aberta o dia todo ou não se preocupa com vazamentos".

DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA (PSDB-MA)

Isso significa que o morador de um apartamento que não tem carro paga a água consumida por outro morador que têm dois carros, o que é extremamente injusto.

Exemplo do Recife

Conforme o deputado Sebastião Madeira, a instalação de medidores de consumo de água em cada apartamento de uma habitação coletiva já é adotada com pleno êxito na Europa, especialmente na Itália e na Alemanha.

No Brasil - afirma o parlamentar merece destaque a implantação de medição individual em Pernambuco, especialmente na capital, Recife. Lá foi desenvolvido um modelo, respeitando as características locais que recebeu completa adesão da população.

Nos edifícios com hidrômetros individuais o consumo foi reduzido em até 25%, conforme demonstraram estudos realizados por pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco (www.ufpe.br).

Madeira afirmou que o êxito da experiência realizada em Recife demonstrou o acerto da iniciativa. Mesmo porque a adaptação para a implantação da medição individualizada de água é relativamente fácil e de baixo custo. Atualmente, apartamentos com medição individualizada são encontrados praticamente em todos os bairros do Recife. A empresa de águas, Compesa, recebe cerca de 300 solicitações diárias para a instalação de hidrômetros em apartamentos.

Menor faturamento

"Por incrível que pareça - explica um técnico da Agência Nacional de Águas - quem não tem muito interesse em colocar hidrômetros em cada apartamento são as próprias empresas de abastecimento de água, pois com a economia e a queda do desperdício cairá também o consumo e, conseqüentemente, o faturamento final das empresas concessionárias de abastecimento".

Já o ex-Secretário de Recursos Hídricos do MMA, professor Raymundo Garrido, é categórico: "De fato, é incrível que a companhias de abastecimento possam pensar assim. Não se pode esperar uma postura tão contraditória ao senso de

civismo, ainda mais em se tratando de entidades públicas, que é o caso da grande maioria das empresas de saneamento".

E conclui Raymundo Garrido: "Quem raciocina desta forma, por certo não compreende nem a importância da redução do consumo e em o valor de acabar com o desperdício. Ao propiciar novos estoques de água, enseja a busca de novos consumidores. A verdade é que o mercado consumidor de água - como o de energia - quando há criatividade, não encontra fronteiras".

Folha do Meio Ambiente



Pão caseiro, doce cheiro que saindo do forno do fogão a lenha invade praticamente a casa inteira, despertando avós, pais e filhos para mais uma refeição com este maravilhoso produto.

Saudade do tempo em que assistia minha avó assar o pão no velho forno de tijolos, que trabalhou para três gerações.

Progresso, avanço da civilização, novas tecnologias, trabalho, emprego, ilusões, desemprego, desilusões, nascimento, alegrias, vida e morte. O mundo não para.

Ainda não conseguimos ordenar nossos recursos materiais e humanos de forma a diminuir as atuais disparidades sociais, consubstanciadas num dos mais terríveis ou talvez o maior, problema da humanidade: a fome.

Que bom seria se nas casas destas regiões, em que a fome hoje é uma constante, o pão do dia a dia não fosse mais problema, contribuindo para eliminar a subnutrição e suas consequências sociais e econômicas. Todavia, no momento, isto é poesia.

Fome e poesia, duas palavras antagônicas. Antes do pão é preciso ter o trigo. Como não o temos em quantidade suficiente e a preço acessível, o pão e outros derivados de trigo ainda são um doce sonho para uma grande parte da humanidade, de modo especial para os brasileiros.

No Brasil, o trigo foi introduzido por Martin Affonso de Souza em 1534. Auguste de Saint-Hilare, em "Viagem ao Rio Grande do Sul", no período 1816-1822, cita a importância do trigo neste Estado.

Na região Sul o Brasil, inicialmente no Rio Grande do Sul e posteriormente no Paraná, o trigo desbravou as terras de campo, anteriormente utilizadas pela pecuária extensiva.

A mecanização do preparo do solo, plantio, tratamentos culturais e colheita de trigo, contribuíram para uma "queima de etapas" no processo de mecanização ocorrido

nos países europeus, Estados Unidos e Canadá. Abandonou-se a junta de bois e adotou-se o trator a gasolina e a diesel. Os modernos arados, grades de disco, polvilhadores, pulverizadores, semeadeiras, foram rapidamente adotados. Abandonaram-se os métodos antigos, baseados na tração animal.

Enfim, chegou o progresso no campo, via moderna mecanização. Mas, sempre há um, mas: até que preço? Adotou-se uma tecnologia importada, todavia, sem compreender adequadamente seu impacto no solo, no clima, no homem, na sociedade. Nesta situação, o efeito em curto prazo foi altamente benéfico.

O campo começou a produzir trigo intensamente, o dinheiro circulou mais rapidamente, a terra valorizou, as tradicionais cidades com economia baseada na pecuária extensiva e nos eventuais excedentes de produção da pequena propriedade tiveram suas economias dinamizadas.

Vilarejos foram transformados em cidades, agências bancárias, tratores andando pelas ruas, espalhando um novo componente nas zonas rurais: a fumaça preta e o cheiro de óleo diesel.

Os agricultores, organizados em cooperativas tritícolas, começaram, com apoio do Banco do Brasil, a construir silos e secadores para as crescentes produções de trigo.

Atualmente o trigo enfrenta problemas, mas, foi este o cereal que deu início ao crescimento do setor agrícola no Rio Grande do Sul e sul do Paraná, abrindo caminho à produção de soja.

Mas, e os efeitos a longo prazo decorrentes da mecanização da lavoura de trigo e, em fase posterior, incrementada pela cultura de soja?

A erosão do solo, a perda do maior patrimônio nacional, é um preço que está sendo pago há vários anos. Tecnicamente sabe-se como controlá-la. O problema consiste em controlar o homem que cultiva o solo, "explorando-o". Hoje, como decorrência das campanhas de conscientização do uso de solo, da alta valorização do preço da terra, há fortes sintomas de que o homem está tomando consciência.

Gazeta Rural Maio de 1985



Morar em condomínio não é fácil. Além das desavenças que ficam (ou deveriam ficar) restritas atrás da porta do apartamento, como as eminentemente caseiras (brigas entre marido e mulher, filhos adolescentes, cachorro do vizinho e até com o vizinho cachorro), há vários aspectos que perturbam a vida dos moradores.

Há alguns aspectos que, no passado, não eram considerados e que, no atual momento econômico e ambiental, estão despertando reações nos moradores de edifícios, principalmente os com elevado número de andares.

Em 01/2002, escrevi para a Folha do Meio Ambiente um artigo questionando a cobrança de água. Naquele artigo, a pergunta básica era: porque a conta de água do prédio tem que ser dividida entre os moradores, tendo por base o número de apartamentos ou a área de cada apartamento e não o consumo individual? Porque a viúva, que mora sozinha, tem que pagar o consumo de água de uma família com seis pessoas no apartamento vizinho? Da cobertura com piscina? Ora, se a conta do telefone, da TV a cabo, da energia elétrica, do gás, é individual, porque a água tem que ser dividida igualmente entre todos os moradores?

Há dois aspectos a serem considerados: o econômico e o ambiental. No econômico não é justo que se pague pelo que não se consome. No ambiental, a injustiça no setor econômico, prejudica a questão ambiental. Isto porque, os moradores que não são penalizados economicamente pelo mau uso da água em prédios sem hidrômetros por economia (apartamentos ou salas comerciais) e da energia elétrica na área em comum (elevadores, corredores,), tendem a desfrutar ao máximo o benefício da água e da energia elétrica do condomínio. Consequência: briga do síndico com moradores nas reuniões de condomínio.

Ora, desnecessário falar sobre a importância da água na vida da humanidade e da sua crescente escassez. Mas, e a energia elétrica?

Não tem problema, dirão alguns apressados. Basta fazer uma represa e gerar energia. Que bom para o povo da cidade, que péssimo para os que têm suas

terras alagadas, normalmente pequenos e indefesos agricultores. Que péssimo para os animais que perdem as suas "casas", seu habitat, que morrem afogados ou são recolhidos para algum zoológico. Pior ainda para as árvores, os arbustos, os líquens, e todo o restante da vida vegetal, que morre pela inundação ou é vítima da moto serra.

A represa hidroelétrica, além dos danos ambientais, também implica em perdas culturais das populações que são removidas.

A imensa maioria dos consumidores das áreas urbanas e das áreas rurais, não tem conhecimento destes prejuízos ambientais. E, se têm não lhes interessa. Interessa é energia elétrica abundante e barata.

Seria quase dispensável falar sobre os danos ambientais da energia elétrica gerada nas usinas com carvão, petróleo ou gás natural. Basta dizer que são poluidoras e que utilizam fontes naturais não renováveis.

Tudo bem, mas afinal o que tudo isto tem a ver com o consumo de energia elétrica em áreas de condomínio, como os edifícios?

Tudo.

O mesmo princípio, do "relógio" da energia elétrica, de gás, dos medidores de água individuais que começam a ser instalados nos novos prédios, tem que ser ampliado para energia elétrica nas áreas em comum. Embora não ainda não seja usual, já há casos de distribuição desta conta tendo por base a área construída de cada apartamento.

Todavia, há novos aspectos a serem considerados: a localização de cada apartamento ou casa no condomínio.

Pergunta: porque eu, que moro no primeiro piso, de um prédio de 10, 15, 22 andares, vivo sozinho num apartamento de dois quartos, num local de fundos, pouco valorizado (por não ter uma vista da região e por sofrer com o barulho da rua e má exposição solar), tenho que pagar, desproporcionalmente, a conta do elevador de quem mora na cobertura do 22º andar, altamente valorizada, por ser uma cobertura e ter uma bela vista, sem o barulho da rua e com maior segurança? Porque tenho que dividir igualmente a conta do elevador, que serve o meu primeiro piso, com os apartamentos localizados acima do meu, principalmente os mais altos como da cobertura e das cinco pessoas que moram nela?

Há outros aspectos a serem considerados: quando a sociedade começa a questionar a quantidade de energia elétrica que é gasta em lâmpadas ineficientes, motores ultrapassados, equipamentos ligados em "stand by": porque não discutir a energia desperdiçada ou paga indevidamente nas áreas comuns? Afinal, energia gasta sem sentido, significa maiores investimentos em novas geradoras de energia, de linhas de transmissão, maiores agressões ao meio ambiente, ...

Alguns dirão: quanta mesquinaria. Os prejudicados dirão: porque eu, o menos afortunado economicamente, tenho que pagar o conforto dos que tem mais renda?

Resposta com os moradores de condomínios habitacionais, dos síndicos, dos advogados, dos PROCONS.

E você? Vai ficar quieto?

E os nossos legisladores, não querem aproveitar a oportunidade para elaborar um projeto de lei?



O que é vida? O que é terceira idade? O que é velhice? O que é juventude?

A resposta correta a estas perguntas é irrelevante, se é que existem respostas corretas. Cada um dará sua resposta segundo seus conhecimentos acumulados durante sua vida ou simplesmente segundo aquilo que acha que mais lhe convém.

Na vida o importante não é saber as respostas. Nenhuma mente humana ou o melhor dos computadores saberá todas as respostas às perguntas que tem sido formulada ao longo da evolução do ser humano. Muito menos as que ainda serão feitas nas próximas décadas, quando o mundo do lado de dentro da nossa casa for sendo cada vez mais invadido pelo mundo do lado de fora. Lado de fora que não significa somente uma expansão geográfica dos conhecimentos além do nosso sistema solar. Significa também aproximações com os demais seres humanos.

As crianças, mais cedo ou mais tarde, começam a sair do estreito círculo protetor da família e iniciam sua convivência com o mundo exterior, com o lado de fora da sua casa. Na creche, no jardim da infância, na convivência com a vizinhança, no colégio, na universidade, no namoro, na vida conjugal, no trabalho.

No passado a vida era mais simples para os, hoje, denominados bárbaros. Nascer, sobreviver até a fase adulta, reproduzir, tornar-se um bom guerreiro e se por acaso morresse numa batalha, certamente esperar que os deuses o recebessem com glórias numa outra vida. As mulheres certamente não tinham ou sequer poderiam esperar por um futuro tão glorioso.

Passado é passado. E agora?

Foram-se os dias de glória das grandes batalhas de conquistas territoriais. As mulheres assumiram novas posturas na sociedade, conquistando sua independência social e financeira. Ao menos parte da humanidade desfruta de um repouso ao final de sua vida, num processo denominado aposentadoria.

O processo de olhar para o horizonte, ir até lá, batalhar para conquistar as novas fronteiras, olhar novamente o novo horizonte e novamente lutar para conquista-lo, terminou.

Hoje a espécie humana esta civilizada. Nada de hordas selvagens bradando gritos de guerra. Evoluímos. Evoluímos?

No passado o futuro era simples: morrer lutando, de doença e/ou de fome. Nos dias atuais continuamos morrendo de doenças, a fome não foi eliminada e mesmo para muitos dos que tem a sorte de estar protegidos financeiramente por algum tipo de cobertura financeira na aposentadoria, a vida não lhes reserva muitas glórias.

Aparentemente o ser humano está perdendo uma das motivações para viver: a ambição.

Com o tempo descobrimos que não sabemos a resposta para tudo, o que é normal. O grande perigo é quando paramos de perguntar. Porque a criança evolui? Porque é curiosa, porque pergunta. Porque quer ver o que há fora do berço, da porta do quarto, da porta da casa.

Chega a hora em que a proteção e o conforto do calor do corpo da mãe e o leite quente do seio materno, são suplantados pela ânsia de descobrir o mundo. Mesmo que envolva o perigo do desconhecido. É a vida buscando mais vida, mesmo que ao longo do caminho a morte esteja espreitando. É a sensação do desafio, da conquista, seja no plano material, amoroso ou espiritual. É a ambição movendo o ser humano.

Ambição, palavra chave na sobrevivência do ser humano.

Se perdemos a ambição, morremos como seres construtivos. Perdemos a juventude. Ficamos velhos, mas, o que é ser velho? Ter mais de 50, 70, 90 anos?

Velhice tem idade? Não. Há velhos com 20 anos. Biologicamente jovens e sem nenhuma ambição na vida. Mortos prematuros.

A sociedade moderna progrediu em vários campos do conhecimento humano. Na área da saúde o resultado é um maior número de anos de vida. Bom? Certamente. Mas bom para que? Simplesmente para viver mais ou para fazer algo mais, após a aposentadoria?

O que é esse algo a mais? Buscar mais dinheiro, posição social, trabalho comunitário, transformar tempo disponível em atividade de lazer? Não há receita única. Cada um tem a sua receita. Ou melhor, cada um deve ter a sua receita. O que não pode é ficar sem receita de vida pós-aposentadoria. Melhor ainda: o ideal é ainda no período de pré-aposentadoria cada um ir pensando na sua receita ideal de acordo com as suas ambições de vida.

As mulheres tem tido menores problemas de adaptação à denominada fase da terceira idade, principalmente as das gerações mais antigas, que não participaram do mercado de trabalho formal, com ações restritas as atividades da casa, do lar.

Mesmo as que encerram suas atividades no mercado formal de trabalho, assumindo a figura de aposentada, tem adaptação mais fácil que os homens.

O que faz um homem sem nenhum projeto de atividade pós-aposentadoria? Fica em casa, na sua casa. Será que a casa é sua? Materialmente pode ser, mas o espaço é da sua esposa, que antes era dona absoluta do "espaço" durante o período de trabalho do marido. E agora? Deixa-lo no sofá da sala vendo televisão o dia inteiro ou mandá-lo para a rua, fazer alguma coisa? Difícil convivência com este estranho no ninho.

Em algumas empresas já foi detectado um número elevado de separações após a aposentadoria do marido, que volta para a "sua" casa e invade o "espaço" da esposa. Ficar em casa, brigando com a mulher, vivendo de lembranças, sem ter o que fazer se constitui num caminho para desequilíbrios emocionais e físicos. Resultado: falta de vontade de viver, doenças e morte em curto prazo.

Terceira idade, para os aposentados não é razão para vida sem qualidade. Pelo contrário. É nesta fase que o ser humano passa a desfrutar de um tesouro que não se compra em lugar algum: o tempo. O tempo disponível passa a ser o melhor motivo para que cada um busque, segundo sua própria receita, a sua fórmula para a felicidade, a sua e a de outras pessoas da sua família ou até daqueles menos amparados em termos de saúde ou financeiramente. Basta ter a disposição de dar e de receber.

A vida das pessoas não pode ser administrada como a das empresas. Todavia há muitos princípios básicos que são comuns.

O livro denominado "Quem mexeu no meu queijo", de Spencer Johnson, publicado em 1998 e já na 32ª edição, é, aparentemente, dedicado mais às pessoas relacionadas à área de administração. A apresentação do livro é a seguinte:

"Quem mexeu no meu queijo é uma parábola simples que revela verdades profundas sobre mudanças. Spencer Johnson criou uma história divertida e esclarecedora sobre quatro personagens-dois ratos e dois humanos do mesmo tamanho dos roedores que vivem em um labirinto em eterna procura por queijo, que os alimenta e os faz felizes. O queijo é uma metáfora daquilo que se deseja na vida, seja um bom emprego, relacionamento amoroso, dinheiro, saúde ou paz espiritual. O labirinto é o local onde as pessoas procuram por isso: a empresa onde se trabalha a família, ou a comunidade na qual se vive. Nesta história os personagens defrontam-se com mudanças inesperadas. Um deles é bem sucedido e escreve o que aprendeu com sua experiência entre as paredes do labirinto. Suas palavras ensinam a lidar com a mudança para viver com menos estresse e alcançar mais sucesso no trabalho e na vida pessoal."

Os seres humanos são como os personagens deste livro: estão eternamente buscando a felicidade no labirinto dos caminhos da vida. Um dos caminhos do

labirinto esconde um tipo de "queijo" que pode nos trazer prazer: o lazer ligado a atividades relacionadas ao meio ambiente. É uma forma de se atingir a máxima do "mens sana in corpora sano".

Única solução: deletar a atual civilização

25/01/2018



Sabe aquela história do computador que "trancou"? Se você ainda não passou por esta situação, certamente vai passar ou, ao menos, já ouviu falar e conversou com alguém sobre o assunto.

Muitas coisas "trancam" na vida. Seu relacionamento amoroso com sua companheira, com os amigos, o emprego que vai embora, o dinheiro que não lhe permite viver o padrão de vida que gostaria de levar, a saúde. A morte de familiares ou de amigos que deixam um vazio na sua vida.

Enfim, cada um tem uma infinidade de motivos para, em determinado momento da sua vida, "trancar" um caminho que estava sendo percorrido ou que gostaria de percorrer.

Calma. Este problema não é só seu. É de milhões de pessoas no mundo todo. De ricos e de pobres. Com milhares de culturas.

Estudando a evolução da humanidade, desde a época em que os humanos para sobreviver praticavam a atividade de meros coletores, de caçadores, evoluindo para a de agricultores e a fundação de centros urbanos, nunca houve um objetivo geral de crescer com igualdade. Inicialmente o objetivo era sobreviver e que, com o tempo, evoluiu para a conquista de poder.

Segundo a Bíblia: "Abençoando-os, Deus disse-lhes: Crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra. Dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todos os animais que se movem na terra (Gén. 1, 28)."

Crescei e multiplicai-vos. E só. O restante era por conta de cada um.

Milhares de anos passaram, os seres humanos evoluíram de uma sociedade rudimentar, para estruturas complexas.

No setor de organizações urbanas das cidades e infraestrutura para as crescentes populações, as modificações foram fantásticas. As áreas de educação e saúde permitiram crescentes aumentos da população com qualidade de vida.

Aparentemente tudo anda as mil maravilhas. Aparentemente.

As facilidades das comunicações permitem acompanhar a evolução do mundo, dia após dia.

Em algumas regiões o mundo parece uma festa. Parece.

Mesmo nos países mais ricos os problemas parecem crescer cada vez mais. Nas regiões mais pobres, a miséria cresce cada vez mais. Guerras em países pobres e muitas vezes superpovoados são uma constante.

Na ânsia de ganhar cada vez mais ou pela simples razão de tentar sobreviver, cada vez mais este planeta Terra é explorado e destruído.

Doenças, poluição, desilusão.

A luta pela sobrevivência por imensas camadas da população desassistidas pelo poder público, leva a crescentes índices de criminalidade. A desigualdade entre os povos aumenta.

As guerras, a exemplo da 1ª e da 2ª guerra mundial, ceifaram a vida de dezenas de milhões de jovens e população envolvida.

Mas, e agora, em que as guerras são localizadas e em pequena escala? Com pequeno número de mortos. E os que morrem de fome e de doenças? São milhões.

Porque o mundo está tão confuso? Cheio de incertezas? Famílias que não se entendem. Países que não se entendem.

Certamente há ilhas de prosperidade, países que são exemplos para o mundo.

Há um filme que mostra a chegada de uma nave espacial, cujo objetivo não era de conquistar ou destruir o planeta Terra. Eram seres de uma civilização avançadíssima, muito além da nossa imaginação.

Seu objetivo era mostrar aos dirigentes terrestres que precisavam mudar o mundo, partindo para uma união dos povos e eliminando as injustiças. O que os homens fizeram? Atacaram os extraterrestres e obviamente foram derrotados. Como castigo os invasores liberaram bilhões de nanorobos que destruíam tudo o que era matéria sólida. Ferro, aço, tijolos, pessoas.

Apavorados os dirigentes imploraram que a destruição cessasse.

Os invasores concordaram, mas com uma condição drástica.

Todas as formas de energia elétrica seriam destruídas e a civilização regrediria centenas de anos. Sem eletricidade, o mundo voltaria a idade das trevas.

Seria um novo recomeçar para a humanidade, com duríssimos sacrifícios. Milhões ou bilhões morreriam, mas os sobreviventes poderiam recomeçar uma nova sociedade, mais justa e com um mundo com um ambiente mais sadio.

Os dirigentes da Terra concordaram e imediatamente todas as fontes de energia elétrica foram desativadas, destruídas.

Os extraterrestres foram embora e disseram que voltariam daqui a algumas centenas de anos para verificar os progressos da nova sociedade, do novo planeta Terra.

Às vezes acho que está na hora de pensarmos em como "deletar", apagar, o mundo de hoje. Recomeçar do zero.

E como se faz no computador. Ctrl, Del. Desliga.

Liga novamente o computador e espera-se que o problema tenha desaparecido.



Introduction

The purpose of this document is to provide a comprehensive overview of the project's objectives, scope, and timeline. It is intended for all stakeholders involved in the project, including team members, management, and external partners.

The project aims to develop a new software solution that addresses the current challenges faced by our organization. The primary goals are to improve operational efficiency, reduce costs, and enhance the user experience. The project will be executed in a structured manner, following a defined methodology and timeline.

The project is organized into several key phases, including requirements gathering, design, development, testing, and deployment. Each phase has specific deliverables and milestones that will be tracked throughout the project's duration.

Key stakeholders and their roles are identified in the following table. This ensures that all necessary resources and expertise are available to support the project's success.

The project team is committed to maintaining open communication and providing regular updates on the project's progress. We will hold weekly status meetings and provide monthly reports to management to ensure transparency and accountability.

It is important to note that the project's success is dependent on the active participation and support of all team members. We encourage everyone to contribute their ideas, expertise, and resources to the project.

The project budget and resource allocation are detailed in the following sections. This information is crucial for understanding the financial and human resources required to complete the project successfully.

We are confident that with the dedication and effort of the entire team, we will achieve our project goals and deliver a high-quality solution that meets the needs of our organization and its customers.

